UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ERIANNE GOMES DOS SANTOS

PARA ALÉM DAS RACHADURAS:

as ações da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental no bairro do Pinheiro em Maceió-AL

Maceió

2021

ERIANNE GOMES DOS SANTOS

PARA ALÉM DAS RACHADURAS:

as ações da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental no bairro do Pinheiro em Maceió-AL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro.

Maceió

2021

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237p Santos, Erianne Gomes dos.

Para além das rachaduras : as ações da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental do bairro Pinheiro em Maceió-AL / Erianne Gomes dos Santos. – 2021.

227 f. : il.

Orientadora: Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 127-137.

Apêndice: f. 139-227.

1. Participação da comunidade. 2. Risco socioambiental. 3. Construcionismo social. 4. Ator-rede, Teoria. I. Título.

CDU: 316.6

MINHA GRATIDÃO

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente
vá. E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar.
(Gonzaguinha – Caminhos do Coração)

E eu não estou só...

Muita gente faz parte deste enredo e expresso minha profunda gratidão e apreço a todas/os que direta ou indiretamente me ajudaram a tecer esta história, marcada por um emaranhado de intensos sentimentos e emoções. Devo contar que o percurso foi longo e extrapolou o que eu havia planejado, principalmente pelas intercorrências pessoais/familiares, que somadas à pandemia de Covid-19, me paralisaram e refletiram diretamente na construção desta pesquisa.

Os desafios eram enormes, mas o impulso e a vontade de recomeçar e concluir esta etapa tão importante na minha vida foram grandiosos. E se hoje você está lendo este agradecimento, esta dissertação... é sinal de que eu consegui! E eu consegui através de uma rede de solidariedade e afeto construída por personagens antigas/os e as/os mais recentes que se revelaram ao longo do percurso.

Meus agradecimentos vão primeiro para minha família (vó Josino, tias, tios, primas, primos) e, de modo especial, para minha mãe, Erivone e meu pai, Josinaldo (em memória), meus melhores exemplos.

Gratidão à minha mãe, pelo cuidado e amor incondicional. A senhora é minha inspiração de força, bondade e determinação. Uma mulher guerreira, que mesmo diante das adversidades da vida, mantém-se firme, sendo muitas vezes nosso ponto de equilíbrio. Eu te amo minha mãe!

Gratidão a meu amado e saudoso pai, que partiu durante a conclusão desta dissertação. Ah meu coroa, como tem sido difícil sem você aqui! Quantas vezes eu tentei escrever este texto e fui interrompida pela emoção. No momento em que eu concluo mais uma etapa, o senhor estaria todo orgulhoso, anunciando aos quatro cantos do mundo que a sua filha é mestra. Pai, onde estiveres, saibas que serei eternamente grata por tudo que fizestes por mim. Amo-te além da vida!

Às minhas irmãs, Ericka e Erilanne, com as quais sempre pude compartilhar meus anseios e alegrias. Lembro-me com carinho, da forma como vocês vibraram com a minha aprovação no mestrado e essa notícia chegou através de vocês duas, numa ligação bastante entusiasmada, marcada por muita euforia e gritos de felicidade. Obrigada minhas irmãs, pela torcida e apoio de sempre. Que a nossa cumplicidade se perpetue por longos anos de nossas vidas.

Ao meu noivo Fábio, meu grande incentivador, sou grata por todo apoio, parceria e cuidado cotidiano expresso nas mais simples atitudes. Você me acalmou nos momentos de angústia, com a sua capacidade de me ouvir e aflorar o que há de melhor em mim. Sem hesitar, apoiou minhas decisões e me ajudou a persistir. Amo-te!

À minha querida orientadora, Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, a quem chamamos de Xili. Sou imensamente grata pelo incentivo e fortalecimento que ultrapassou os limites do mestrado. Carinhosamente, você acolheu minhas angústias, ajudou-me a continuar e concluir essa etapa. Agradeço pela convivência inspiradora, pelo diálogo e por compartilhar comigo um pouco da sua vasta sabedoria, que me ajudou a tecer novos sentidos para o mestrado e para a vida. Quero que saibas da importância que você teve nessa caminhada. Gratidão, Xili!

As/aos amigas/os que ganhei durante o mestrado. E por falar nisso, que turma maravilhosa! Gratidão à todas/os pela parceria em tantos momentos de trabalho e também de descontração.

Ao PROSA e ao PROSINHA, grupos de pesquisa e iniciação científica, que transcendem afeto e acolhimento, minha gratidão às/aos colegas pelas inúmeras contribuições que ressoaram na escrita e na condução desta pesquisa. Agradeço, de modo especial ao Prof.º Dr.º Jefferson Bernardes, a Prof.ª Dr.ª Telma Low pelo olhar atento e pelas sugestões compartilhadas antes da qualificação, às/aos colegas, Nay, Adson, Rafa, Hygina, Juliana, Valentina e Larissa, pelo apoio e pelas produtivas discussões acerca do tema, compartilhadas durante nossos encontros semanais no Instituto de Psicologia (IP), que sempre se estendiam no Xili's car.

Agradeço à Rafaelle, Hygina, Rayane e Eline, minhas colegas mestrandas e orientandas da Xili, pelas maravilhosas trocas nos momentos presenciais e virtuais e pela gentil colaboração.

Agradeço às/aos professoras/res da Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), representadas/os em nome da Prof.ª Dr.ª Érika Oliveira e do Prof.º Dr.º Saulo Luders. A vocês, minha gratidão por terem me proporcionado um encontro com as

teorias decoloniais e por proporcionarem diversos momentos de reflexão sobre a construção do conhecimento implicado com os saberes construídos no cotidiano.

Sou grata à Prof.ª Dr.ª Marília Silveira e ao Prof.º Dr.º Mário Henrique da Mata Martins, pelos livros, artigos compartilhados e principalmente, pela cuidadosa recondução no seminário de qualificação, no qual foram tecidas valiosas contribuições que auxiliaram e nortearam os caminhos desta pesquisa.

Para além das contribuições acadêmicas, agradeço à Marília pelas nossas conversas, enquanto conhecíamos "as quebradas", vulgo "rotas da Xili" em direção à UFAL. E pela sua generosidade, afeto e apoio em um momento de fragilidade. Agradeço igualmente ao Mário, pela generosidade em abrir as portas de sua casa em São Paulo e ter me acolhido e apoiado durante a Mobilidade Acadêmica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Uma experiência de muita aprendizagem que me possibilitou construir novas redes e também vínculos de amizade. Gratidão também pelas andanças em Sampa, ao lado das queridas Karol e Mércia e dos queridos Max e Diego.

Agradeço à Prof.ª Dr.ª Mary Jane Paris Spink que é uma referência acadêmica, por ter aceitado o convite para compor a banca de defesa desta dissertação. Gratidão pela acolhida durante a mobilidade acadêmica e pelos valiosos e memoráveis diálogos estabelecidos em suas aulas na PUC, nas reuniões do NUPRAD (Núcleo de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos) ou ainda na varanda de sua casa, na companhia do Prof.º Dr.º Peter Spink. Sou grata também pelo convite e pela oportunidade de participar da oficina realizada no VIII FÓRUM SOCIAL SUL e do grupo da ANPPEP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia), proporcionando relevantes contribuições que ressoaram para além do aprimoramento desta pesquisa.

Aproveito para expressar minha gratidão às/aos mestrandas/os e doutorandas/os do NUPRAD, um grupo muito querido que me recebeu com tanto carinho. Agradeço de modo especial a Laurinha, Priscila, Bea, Dariane, Cícero, Hercílio, Rubens; e à Carla, que não fazia parte do núcleo, mas que eu conheci nas aulas ministradas pela Prof.ª Dr.ª Mary Jane.

Agradeço à querida Teresa Ribeiro (Tê), pela companhia nos passeios em São Paulo e pela leitura e revisão dos nossos textos.

A todas/os amigas/os que sempre estiveram me apoiando e torcendo por mim, independentemente da distância. Não poderia deixar de mencionar vocês, Poly, Barbara, Karol e Marina.

Ao querido amigo Saulo de Tarso, hoje mestre em psicologia pela UFAL, que mesmo em uma época conturbada de sua vida, não poupou esforços para me ajudar e auxiliar desde o processo seletivo do mestrado até a conclusão desta dissertação.

À equipe técnica e administrativa do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFAL, em especial às secretárias Polyanna Azevedo e Maria das Graças, pela atenção e assistência prestadas para superar as burocracias institucionais.

Agradeço a integrante do NUDEC e a um dos representantes do SOS Pinheiro[1], pela participação e pela disponibilidade em compartilhar conosco suas experiências na luta em prol dos direitos das/os moradoras/res do bairro do Pinheiro.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado.

E principalmente, agradeço a Deus e à Nossa Senhora, minhas fontes de força, cuidado e proteção.

[1] Por princípios éticos não posso citar os nomes.

RESUMO

O drama vivenciado pelas/os moradoras/res do Pinheiro, bairro situado em Maceió, capital de Alagoas, no Nordeste do Brasil, foi disparador desta pesquisa de mestrado. O bairro foi oficialmente identificado como área de risco, pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e outros órgãos governamentais, devido ao surgimento de rachaduras e fissuras que evoluíram em função de um abalo sísmico registrado em 2018. Considerando esse cenário, procuramos compreender a participação da comunidade no enfrentamento e na gestão de risco socioambiental. Especificamente, buscamos identificar os limites e as possibilidades da participação das/os moradoras/res nas ações e nos processos decisórios, além de conhecer as articulações – ou a ausência delas – as vivências e as controvérsias que configuram o campo em estudo. Propomos ainda situar como essa discussão tem sido abordada no campo científico. A nossa pesquisa se insere em uma metodologia qualitativa em Psicologia Social, pautada pela visão hermenêutica da produção do conhecimento. Os referenciais teórico-metodológicos norteadores deste estudo balizam-se nos pressupostos do movimento construcionista, que propõe a coconstrução do conhecimento, bem como na Teoria Ator-Rede (TAR), que possibilita compreender a gestão de áreas de risco a partir de sua multiplicidade e complexidade performadas por atores humanos e não humanos. Utilizamos dois métodos para compor o *corpus* deste estudo: a pesquisa documental, com base nos documentos de domínio público – matérias jornalísticas – e a escrita de diários de campo. No processo de análise dos documentos veiculados pela mídia identificamos incidentes críticos – eventos que dão visibilidade aos conflitos e às negociações entre os atores envolvidos em uma dada controvérsia. Os quatro incidentes críticos identificados nesse processo foram: 1) o surgimento das rachaduras; 2) as rachaduras tornam-se coletivas e públicas; 3) o abalo sísmico e 4) o relatório conclusivo do Serviço Geológico do Brasil, apontando a causa da instabilidade do solo. Com base nesses eventos foi possível visualizar as mudanças nas estratégias implementadas pela comunidade e constatar que estas transitaram de ações passivas, individuais e paliativas para ações mais ativas e coletivas, mediadas pela atuação de associações comunitárias.

Palavras-chave: Participação da comunidade; Gestão de risco socioambiental; Movimento construcionista; Teoria Ator-Rede.

ABSTRACT

The drama experienced by the residents of Pinheiro, a neighborhood located in Maceió, capital of Alagoas, in the Northeast of Brazil, triggered this master's research. The neighborhood was officially identified as a risk area, by the Geological Survey of Brazil (CPRM) and other government agencies, due to the appearance of cracks and fissures that evolved due to a seismic shock recorded in 2018. of the community in the confrontation and management of socio-environmental risk. Specifically, we seek to identify the limits and possibilities of the residents' participation in the actions and decision-making processes, in addition to knowing the articulations - or their absence - the experiences and controversies that configure the field under study. We also propose to situate how this discussion was approached in the scientific field. Our research is inserted in a qualitative methodology in Social Psychology, guided by the hermeneutic vision of knowledge production. The theoretical and methodological references that guide this study are based on the assumptions of the constructionist movement, which aims at co-construction of knowledge, as well as the Actor-Network Theory (TAR), which makes it possible to understand the management of risk areas from their multiplicity and complexity performed by human and non-human actors. We used two methods to compose the corpus of this study: a documentary research, based on documents in the public domain - journalistic publications - and the writing of field diaries. In the process of analyzing the documents published by the media, we identified culprit incidents - events that deal with conflicts and the people involved in a given controversy. The four incidents identified in this process were: 1) the appearance of cracks; 2) how cracks become collective and public; 3) the earthquake and 4) the conclusive report of the Geological Survey of Brazil, due to the cause of the instability of the soil. Based on events, it was possible to visualize changes in the strategies implemented by the community and to verify that they moved from passive, individual and palliative actions to more active and collective actions, mediated by the performance of community associations.

Keywords: Community participation; Socio-environmental risk management; Constructionist movement; Actor-Network Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
ANOREG	Associação dos Notários e Registradores de Alagoas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPED	Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CODEAL	Companhia de Desenvolvimento de Alagoas
CORDEC	Coordenadorias Regionais de Defesa Civil
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DIRDN	Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais
EDUFAL	Editora da Universidade Federal de Alagoas
FGHAB	Fundo Garantidor da Habitação Popular
FUNCAP	Fundo Especial para Calamidades Públicas
FURB	Universidade Regional de Blumenau
GEACAP	Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISDR	Estratégia Internacional de Redução de Desastres
ISS	Imposto Sobre Serviços
MG	Minas Gerais
MME	Ministério de Minas e Energia
NUDEC	Núcleo Comunitário de Defesa Civil
NUPDEC	Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PLACODES	Plataforma de Capacitação para a América Latina e o Caribe

PLACON	Plano de Contingência
PNDC	Política Nacional de Defesa Civil
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REDEC	Regionais de Defesa Civil
RJ	Rio de Janeiro
RRD	Redução de Riscos de Desastre
SE	Sergipe
SE	Situação de Emergência
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Maceió
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SINTEAL	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
TAP	Termo de Ajustamento Preliminar
TAR	Teoria Ator-Rede
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJ	Tribunal de Justiça
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNASUR	União de Nações Sul – Americanas
UNISDR	Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 15
INTRODUÇÃO 19
INTERLÚDIO 26
1. AGREGANDO OS ATORES SOCIAIS NA GESTÃO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL 27
1.1 Aproximações teórico-conceituais sobre a gestão participativa de riscos de desastres socioambientais 27
1.2 A gestão de riscos de desastres socioambientais no contexto internacional 32
1.3 A gestão de riscos de desastres no Brasil: dos aspectos legais às práticas das/os gestoras/res 36
1.4 A mobilização social no contexto dos desastres socioambientais 44
INTERLÚDIO 50
2. DA PANACEIA AO CAOS: UM CONVITE PARA REMEMORAR O PASSADO E CONHECER O CENÁRIO ATUAL 51
INTERLÚDIO 66
3. DOIS NÓS EM UMA REDE DE OSCILAÇÃO 67
3.1 O primeiro nó: a perspectiva construcionista 67
3.2 O segundo nó: a Teoria Ator-Rede 71
3.3 Os caminhos metodológicos 75
3.3.1 Adentrando no emaranhado da rede 76
3.3.2 A conexão com as/os porta-vozes da pesquisa 77
3.3.3 O entrelaçamento de ferramentas e as primeiras associações 80
INTERLÚDIO 83
4 LIMITES E POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL 84
4.1 O surgimento das rachaduras 84
4.1.2 Reformas e reparos 86
4.2 As rachaduras tornam-se coletivas e públicas 87
4.2.1 Acionar e atender as recomendações da Defesa Civil Municipal 88
4.3 O abalo sísmico 88
4.3.1 A mobilização da comunidade para uma ação coletiva 91
4.3.2 Aparatos coletivos e reivindicatórios 96
4.3.3 Mapeando controvérsias: diferentes versões e posicionamentos entre as/os integrantes das associações comunitárias 102

4.3.4 A judicialização e a ampliação do problema 106
4.4 O relatório conclusivo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) 111
4.4.1 Manutenção da interlocução com o judiciário: a luta por indenizações 114
4.5 A mobilização das/os moradoras/res norteada por um propósito comum 117
INTERLÚDIO 123
CONSIDERAÇÕES FINAIS 124
REFERÊNCIAS 127
APÊNDICES 138
Apêndice A – Quadro de análise dos documentos de domínio público 139

APRESENTAÇÃO

(Trilhando caminhos)

Para produzir este diálogo, tomarei minha trajetória como forma de reflexão sobre a minha participação e envolvimento com a pesquisa, que está intimamente relacionada ao lugar que ocupo. Por isso, as experiências e informações aqui compartilhadas estão escritas na primeira pessoa do singular (eu), com a linguagem inclusiva de gênero, "por uma coerência textual à minha existência", como cita a autora Debora Diniz, no livro "Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa". Escrevo, buscando exercitar a prática da implicação na escrita, colocando-me presente nessa construção, visibilizando minha participação enquanto mulher e pesquisadora. Após a apresentação, utilizo a primeira pessoa do plural (nós), compreendendo que esta dissertação é construída a partir da ação conjunta entre discente e orientadora. Esse posicionamento demonstra também a diversidade de vozes às quais fazemos referência no decorrer do texto.

Dentro do meu percurso formativo, a experiência com a pesquisa foi e tem sido mobilizada pelo respeito e pela valorização das pessoas e de seus saberes, diante de todo e qualquer processo no qual estão expressos sua participação e envolvimento. A construção de conhecimento é para mim muito instigante, ao constituir-se como ferramenta que impulsiona a ação emancipatória e crítica, propiciando polifonia de vozes por vezes silenciadas.

Comigo o ato de pesquisar se delineia a partir dessas inquietações, de maneira que tem se configurado enquanto espaço de afetos, questionamentos, construções/desconstruções que provocam gradualmente mudanças no meu modo de pensar e fazer pesquisa. E assim, tenho me debruçado sobre este trabalho, buscando contribuir com o diálogo que pretendemos apresentar no decorrer desta dissertação.

Trago aqui alguns momentos deste percurso, que a meu ver, estão intimamente ligados à práticas que valorizam a participação ativa e corresponsável de pessoas e coletivos. Rompendo com a lógica hierárquica e centralizadora presente durante tantos anos nos estudos acadêmicos.

Durante a graduação[2] em psicologia fiz parte de um projeto de extensão comunitária[3] que despertou em mim o interesse pela ação participativa. O projeto foi construído a partir do descontentamento com a postura passiva do processo de aprendizagem de alunas/os surdas/os.

[2] Graduação no Centro Universitário CESMAC.
[3] O projeto intitulado "Mapas conceituais na educação especial", teve como orientador o prof.º Me. Alex Melo da Silva e co-orientadora a prof.ª Ma. Janne Eyre Araújo de Melo Sarmento.

Consistia em construir, com estudantes e professoras/res de uma escola estadual do município de Maceió, oficinas de formação para a utilização de mapas conceituais[4] na educação especial, com o objetivo de que as/os docentes pudessem utilizar este recurso na sala de aula, visando proporcionar um espaço onde as/os estudantes fossem convidadas/os a participar de forma mais ativa e implicadas na construção do seu próprio conhecimento.

Outro momento em que tive a oportunidade de, mais uma vez, me aprofundar e me inserir em espaços que favorecessem a ampliação da participação das pessoas foi através do Estágio[5] Supervisionado em Psicologia com ênfase em Gestão. Essa experiência ocorreu por meio de um projeto de intervenção que partiu da experimentação do Apoio Institucional[6], baseado na cogestão e nos pressupostos da Política Nacional de Humanização do SUS. Visava favorecer o andamento dos processos de trabalho de um hospital da rede pública de Maceió, numa perspectiva norteada pelo "fazer-com", efetivando o exercício da função apoio, por meio de uma ação humanizada e inclusiva a partir do envolvimento de todos os atores, desde as atividades de planejamento até a execução das ações.

Após a graduação, deparei-me com uma experiência que me aproximou ainda mais desse campo de possibilidades e de integração de ações e saberes. Entre 2014 e 2015, fiz parte de uma equipe de apoiadoras estaduais do Projeto Caminhos do Cuidado[7], promovido pelo Ministério da Saúde. Amparado pela Política Nacional de Redução de Danos, o projeto realizou a formação em Saúde Mental (crack, álcool e outras drogas) de Agentes Comunitários de Saúde e Auxiliares/Técnicos em Enfermagem da Atenção Básica do SUS.

O objetivo era construir e fortalecer a rede de cuidados direcionada às pessoas que faziam uso de drogas, por meio da participação ativa de trabalhadoras/res, usuárias/os dos serviços e seus familiares na descoberta de novos caminhos e na criação coletiva de melhores alternativas para enfrentar os desafios que envolvem o tema da saúde mental e do uso de drogas.

A partir dessas experiências, não foi difícil decidir participar do mestrado e propor uma pesquisa que valorizasse a integração dos saberes e a construção coletiva do conhecimento a partir de diferentes olhares e posições.

A ideia central desta dissertação germinou nas primeiras orientações realizadas em 2018, mesmo ano em que foi registrado, no bairro Pinheiro, situado em Maceió, na capital

[4] Mapas conceituais são instrumentos didáticos de ensino, construídos em forma de diagrama que configuram as relações entre conceitos acerca de um conhecimento (MOREIRA, 2006).
[5] O estágio teve como supervisores o prof.º Me. Leandro Matos Souto da Rocha e o prof.º Me. Carlos Frederico de Oliveira Alves.
[6] O Apoio Institucional parte do pressuposto de que as funções de gestão se exercem entre as pessoas, apresentando como diretriz "democracia institucional e a autonomia dos sujeitos" (BRASIL, 2010, p. 53).
[7] Para maiores detalhes consultar o site: <https://www.caminhosdocuidado.org>.

alagoana, a ocorrência de abalos sísmicos cujos efeitos comprometeram a estrutura de casas e prédios residenciais e comerciais. Diante de sua complexidade, esses tremores abalaram literalmente a vida das/os moradoras/res.

Um fator instigante foi o convite da minha orientadora para ir à Defesa Civil de Maceió e me situar em relação aos problemas locais, em termos das áreas de risco, quando foi relatado o panorama da situação do bairro afetado. A experiência foi impactante. Lembro-me que cheguei em casa ainda reflexiva, considerando a gravidade da situação e não parei de pensar nas pessoas que residiam e frequentavam aquela região.

Mobilizada por essas inquietações e em diálogo com minha orientadora Maria Auxiliadora, delineamos o nosso foco de pesquisa: compreender as ações da comunidade na gestão e no enfrentamento de riscos socioambientais.

A aproximação com as discussões em torno dessa temática foi ganhando contornos por meio das leituras, da contribuição das orientações e dos encontros com grupos de pesquisa. Somando-se a isso, a oportunidade de estar presente em protestos realizados pela comunidade e entre tantas outras eventualidades que me conectaram ao campo-tema[8].

Desde então, estou interligada aos diálogos que permeiam múltiplas controvérsias, buscando, através desses encontros, desenvolver as discussões deste estudo, mobilizada pelo prazer proporcionado pela pesquisa e pela oportunidade de compartilhar saberes com/para a comunidade. E assim ficou configurado o início deste caminho!

[8] Esse termo, utilizado por Peter Spink, traz a noção de que o campo não é um lugar específico, separado e distante, ao contrário "é caracterizado por uma rede de sentidos que se interconectam" (P. SPINK, 2003, p. 28).

PINHEIRO[9]

E me mandaram sair do Pinheiro.
Mas para onde eu vou, sem dinheiro?
Um teto e quatro paredes,
Nas quais pendurava a minha rede
E cochilava após o almoço:
Assim era o meu lar, seu moço,
Que vai sucumbindo, rachando,
Caindo, descendo ao fundo do poço.
Voltarei à antiga rua Belo Horizonte?
Se alguém souber, então me conte!
Olha ali, moço, olha ali, defronte:
Veja a abóbada celeste bastante fechada
Veja quantas nuvens carregadas!
É água, moço, é água!
É água vindo sem trazer felicidade
O que será da minha cidade,
Depois da tempestade?
Haverá terremoto?
Haverá um colapso?
De quem foi o lapso?
E quem foi relapso?
E a lagoa Mundaú,
Mãe de todo sururu,
Que sempre foi tão explorada,
De repente não será mais nada?
Voltarei a ver meninas
Vestidas de bailarinas
Entrando e saindo do balé?
Será que, daquele caldinho,
No tradicional barzinho,
Provarei uma colher?
Veja só, seu moço,
Essa vida como ela é:
Quando a gente pensa que vai sossegar
Deixa tudo de pernas para o ar
Ela nos obriga a recomeçar.
Pois é, moço, o que será desse lugar?
O que será?

Mirian Monte

[9] Poema escrito por Mirian Monte, poetisa, analista judiciária e professora de Direito, publicado no portal de notícias *Gazeta Web*. Acesso em: <https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/03/_73444.php>.

INTRODUÇÃO

O Pinheiro, um dos bairros de Maceió, capital alagoana situada no Nordeste brasileiro, foi oficialmente identificado como área de risco, pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e outros órgãos governamentais, devido ao surgimento de rachaduras e fissuras que evoluíram em função de um abalo sísmico registrado no sábado do dia 03 de março de 2018. Esses fenômenos têm alertado para a ameaça de afundamento do solo, cujos impactos são provocados pela extração de sal-gema, matéria prima utilizada pela Braskem para a produção de cloro e soda cáustica (CAVALCANTE, 2020).

A Braskem, antiga Salgema, chegou em Maceió em meados da década de 60. A sua implantação, em território alagoano, fez parte de um projeto desenvolvimentista do regime militar e representava, naquela época, o progresso e a redenção econômica do Estado de Alagoas e do Brasil. Diante, contudo, de uma tortuosa trajetória, marcada por uma série de interferências, acidentes e constantes ameaças que fizeram de sua presença no espaço urbano um motivo de muita preocupação e também de resistência (VIEIRA, 1997; MARTINS 2013; RIBEIRO, 2016).

Lembro-me da tarde em que ocorreu o abalo sísmico. Eu estava em casa, em outro bairro, e recebi diversos vídeos e mensagens em grupos de *WhatsApp* que me deixaram bastante assustada. Nos vídeos, moradoras/res do bairro saíam correndo de casas e prédios residenciais desesperadas/os. Era possível ver ainda a movimentação de postes e a abertura de fissuras nos muros e crateras em vias públicas. Após esse evento, por muitas semanas, a mídia local fez uma ampla cobertura do que havia acontecido. Dia e noite, os jornais noticiavam os desdobramentos do que, na época, era um fenômeno geológico ainda desconhecido. Mas, gradativamente, as notícias foram diminuindo, até que, durante alguns meses, não se falava mais sobre o Pinheiro.

Havia, na cidade, uma falsa compreensão de que o fenômeno tinha sido algo pontual, que apesar de ter chamado muito a atenção das/os maceioenses, principalmente por ser algo que não é comum no Brasil e muito menos em Alagoas, acreditava-se que os efeitos provocados pelos tremores haviam cessado. Ledo engano!

Em maio de 2018, comecei o mestrado em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas. Nas primeiras reuniões de orientação, eu e minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora, definimos juntas que a nossa pesquisa teria como enfoque a gestão de áreas de riscos socioambientais. Para isso, eu precisaria me situar sobre os problemas de Maceió, em termos de áreas de risco. A convite dela, fomos à Defesa Civil de Maceió, na manhã do dia 13 de julho de 2018, quatro meses após os tremores. Na ocasião, foi-nos apresentado um panorama

das regiões consideradas áreas de risco na cidade de Maceió como, por exemplo, o bairro Bebedouro –área margeada pela lagoa Mundaú, suscetível a enchentes e deslizamentos.

Nesse diálogo, o que nos chamou atenção foi a preocupação das/os técnicas/os da Defesa Civil com outro local: o Pinheiro. A nossa surpresa se deveu ao fato de que, na mídia, já não circulavam mais notícias sobre o bairro, como mencionado anteriormente. Contudo, nenhuma das reportagens que eu tinha visto havia me dado aquela dimensão do problema: "o Pinheiro é um bairro doente", dizia um dos técnicos do órgão.

Diferentemente do que imaginávamos, os efeitos dos tremores registrados em março, ainda repercutiam naquele território. Na verdade, repercutem até hoje e não se sabe até quando! O fenômeno que atingiu uma magnitude de 2,5 na escala Richter, embora tenha sido considerado pequeno, uma vez que a escala vai de 0 a 10, abalou literalmente a vida de comerciantes, sobretudo das/os moradoras/res, causando diversos danos emocionais e materiais.

Com receio de que algo pior viesse a acontecer, algumas famílias saíram do bairro por conta própria. Outras, no entanto, que tiveram suas casas comprometidas pelas rachaduras, foram orientadas/os pelos órgãos públicos a saírem de seus lares, deixando para trás tudo ou boa parte do que haviam construído, desde os imóveis aos laços e vínculos. Tudo aquilo que fazia do Pinheiro um lugar bom de se viver. Para estas pessoas restaram apenas as lembranças. Hoje, o cenário é de um bairro fantasma, onde o medo e a incerteza andam juntos.

Tocadas e de alguma maneira convocadas pelas narrativas que expressam o drama vivenciado pelas/os moradoras/res do bairro, delineamos o nosso problema de pesquisa que consiste em compreender como a participação da comunidade na gestão e no enfrentamento da situação de risco socioambiental vai sendo construída junto aos órgãos governamentais.

Vale salientar, que entre o abalo sísmico e a elucidação do fenômeno – que levou quase um ano –, houveram profundas mudanças institucionais e organizacionais dos atores estatais, assim como na dinâmica social do bairro. As rachaduras em expressiva evolução impulsionaram não só os órgãos governamentais, mas também mobilizaram a comunidade a traçar estratégias coletivas para atenuar os problemas advindos delas. Aspectos que fizeram com que, alguns meses após a nossa ida à Defesa Civil, a situação do bairro do Pinheiro retornasse, agora com mais força, às pautas dos jornais locais e nacionais, repercutindo inclusive no *The New York Times* (BERILLO, 2020). Imersas nessa conjuntura, nós, enquanto pesquisadoras, pudemos acompanhar tais transformações ao mesmo tempo que elas iam acontecendo.

Considerando esse cenário, procuramos compreender, nesta pesquisa, a participação da comunidade no enfrentamento e na gestão do risco socioambiental. Para tal, buscamos identificar os limites e as possibilidades da participação das/os moradoras/res nas ações e nos processos decisórios, conhecer as articulações, ou a ausência delas, as vivências e as controvérsias que configuram o campo em estudo. Além de situar, no campo científico, como essa discussão tem sido abordada.

Tal conjuntura nos levou ao diálogo com pesquisas que abordam a gestão de áreas de riscos, principalmente aquelas que foram afetadas pela mineração. A aproximação com a referida temática se deu por meio da literatura, que nos levou a algumas constatações. Observamos que, no contexto pesquisado, há uma desvalorização da participação dos atores locais na elaboração e no acompanhamento das intervenções voltadas à gestão de riscos. Embora as diretrizes instituídas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), prevejam a participação da comunidade no gerenciamento (BRASIL, 2012), ainda existem impasses que impossibilitam gerar cooperação e articulação entre as instituições governamentais e a população (NOGUEIRA et al., 2014).

Para atenuar as disparidades entre os órgãos públicos e a comunidade, no campo da gestão de risco, e fazer com que as medidas sejam mais assertivas e validadas socialmente, a literatura sinaliza a necessidade de se investir em novas estratégias de produção de conhecimento e de tomada de decisão. Ambas, fomentadas pela participação das/os moradoras/res de áreas de vulnerabilidade socioambiental no gerenciamento do risco, dada a importância da dimensão social na produção do conhecimento. Essas considerações, portanto, definem a relevância social desta pesquisa (DI GIULIO; FERREIRA, 2013; SILVEIRA; CARDOSO, 2016; SULAIMAN, et al., 2019).

O diálogo com a literatura também nos conectou com pesquisas que apresentam os efeitos provocados pela interlocução dos gestores com as mineradoras, quando amparadas pela lógica clientelista. Relação esta, que prioriza os interesses econômicos em detrimento da segurança da população e do meio ambiente (CARLOS, 2019).

No cerne desta discussão serão apresentados os desdobramentos do desastre ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, em Mariana, no estado de Minas Gerais. Considerado um dos maiores desastres socioambientais do Brasil, o sinistro foi deflagrado pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, um dos empreendimentos de duas gigantes da mineração internacional, Vale e BHP Billiton. O desastre causou a morte de dezenove pessoas e deixou um rastro de destruição no meio ambiente. Cerca de 50 milhões de metros cúbicos de resíduos

minerários percorreram do Rio Doce até o litoral do estado do Espírito Santo (ZHOURI et al., 2018; CARLOS, 2019).

Este evento provocou alterações na dinâmica da comunidade atingida, que diante de um cenário marcado por restrições e relações conflituosas entre a comunidade, a mineradora e o Estado, viu a necessidade de se organizar em grupos e associações comunitárias para lutar pela defesa dos seus direitos e do meio ambiente afetado. Ou seja, em resposta às lacunas políticas e institucionais são implantadas pela comunidade práticas de enfretamento e novas formas de organização e de mobilização social (CARLOS, 2019).

É importante situar que, no período que desenvolvemos essa dissertação, uma série de acontecimentos voltados às questões socioambientais marcaram a história do país e sinalizaram a relevância social e científica da problemática desta pesquisa.

O primeiro ocorreu no dia 25 de janeiro de 2019, por volta de meio dia e meia, quando houve na cidade de Brumadinho, município da região central mineira, o rompimento da barragem de contenção de rejeitos da mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale, também proprietária da barragem que se rompeu em Mariana, no ano de 2015. Cerca de 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração foram lançados no meio ambiente (FREITAS et al., 2019).

Além do impacto ambiental, a catástrofe provocou a morte de mais de 300 pessoas. Dados recentes, publicados no dia 09 de janeiro de 2021, no site *Agência Minas*[10], comprovam que foram localizados 259 corpos e 11 ainda estão desaparecidos. De acordo com Freitas et al. (2019), a utilização do termo "desaparecidos" em casos como este, pode representar "a tentativa de diminuir a magnitude do evento, já que não há esperança de encontrar esses indivíduos vivos" depois de dois anos da ocorrência do evento (p.1).

Entre 2019 e 2020, o Brasil registrou o aumento de números de focos de incêndio na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, em consequência das intempéries da natureza – processos climáticos e meteorológicos associados principalmente à interferência humana, como o desmatamento provocado pelo agronegócio (CENTRAL PRESS, 2019; GREENPEACE BRASIL, 2020). Também não houve uma trégua para o litoral. Em agosto de 2019, aproximadamente 900 praias, principalmente do litoral nordestino foram poluídas devido a um derramamento de óleo que afetou a biodiversidade marinha, prejudicou milhares de

[10] Endereço eletrônico do site Agência Minas: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-faz-nova-visita-a-local-do-rompimento-de-barragem-em-brumadinho-e-reafirma-compromisso-com-a-busca-por-desaparecidos>.

pescadoras/res, interferiu no turismo, na economia e na saúde da população local. Investigações foram realizadas pela Marinha do Brasil, mas ainda não há identificação dos responsáveis (CENTRAL PRESS, 2019; G1 PERNAMBUCO, 2020).

No início de 2020, deparamo-nos com a maior crise sanitária dos últimos tempos, provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Os primeiros indícios da COVID-19 – doença causada pelo coronavírus, cuja manifestação pode ser através de tosse, dificuldades para respirar, dores de garganta, febre e outras manifestações clínicas que em casos mais graves demandam cuidados hospitalares em unidades de tratamento intensivo (UTI) –, surgiram na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei, na China. O vírus com alta velocidade de disseminação se alastrou rapidamente pelo mundo. No mês de janeiro de 2020, já havia registros de casos nos países da Ásia, Europa e América do Norte. Os altos índices de contaminação e de óbitos fizeram com que, no dia 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretasse, através do seu diretor-geral, Tedros Adhanom, que a situação deflagrada pelo novo coronavírus se caracterizava como uma pandemia (CAVALCANTE et al., 2020). De acordo com a matéria[11] publicada no *G1*, no dia 16 de janeiro de 2021, o Brasil já registrou um total de 208.291 óbitos desde o começo da pandemia.

Em meio ao caos provocado pela pandemia, moradoras/res dos estados de Minas Gerais e Alagoas ficaram desalojadas/os após fortes chuvas. No estado mineiro, o volume de chuva bateu recordes e causou, entre os diversos transtornos, a morte de 54 pessoas, que na maioria foram vítimas de soterramentos (MARTINS, 2020). Em Alagoas, o Riacho Camoxinga, na cidade de Santana do Ipanema, transbordou e invadiu casas, deixando muitas/os sertanejas/os desabrigadas/os (TRIBUNA HOJE, 2020).

Nessa conjuntura, não podemos deixar de considerar também a atual crise política que se instalou no Brasil nos últimos anos. Em 2019, Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão assumem a presidência do Brasil e junto com o gabinete ministerial dão início à um governo de desmonte de políticas públicas, sobretudo aquelas que promovem proteção ao meio ambiente (GREENPEACE BRASIL, 2020).

Essa afirmação pode ser reiterada pelo conteúdo da gravação de uma reunião ministerial, divulgada por um dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sugere que a pandemia é uma excelente oportunidade para desburocratizar e simplificar reformas infralegais de desregulamentação voltadas à proteção ambiental, que poderiam ser questionadas e reivindicadas em outros

[11] Matéria do *G1*: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/15/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-15-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>.

momentos, já que o foco da sociedade e da mídia estariam voltados ao combate do novo coronavírus. A seguir, apresentamos na íntegra um trecho do discurso do ministro que foi transcrito pelo *G1*:

> Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, **porque só fala de Covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.** De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos (G1, 2020, p. 4, grifo nosso).

Além de narrativas como essa, o governo em vigência, excluiu em 2020, mediante decreto, a participação da sociedade civil do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente. O colegiado que antes contava com representantes de associações, ONGs, Movimentos Sociais e pesquisadoras/res da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), hoje integra apenas membros do governo (MANZANO, 2020).

Narrativas e medidas, como as que apresentamos, expressam minimante a política antiambiental e a desgovernança do país. Além de expor a população e o meio ambiente aos riscos de desastres, essa conjuntura dificulta a gestão do espaço urbano e anula a participação da população nos processos decisórios. Diante dessa problemática, a literatura propõe que as ações governamentais possam ser conduzidas de forma responsável e comprometidas com as questões socioambientais e com os interesses da sociedade civil. Além disso, sinaliza a importância de se adotar medidas de fiscalização e de proteção ambiental mais efetivas (FONSECA; BURRSTYN, 2009; LIPAI, 2010; JACOBI et al., 2013; SOLEDADE, 2015).

Após apresentarmos os objetivos desta pesquisa e situarmos o cenário no qual ela foi desenvolvida, explicitaremos agora como ela foi estruturada.

O primeiro capítulo trata dos aspectos teórico-conceituais da gestão participativa, situando os eventos que impulsionaram a implantação e a implementação das ações de gestão de riscos de desastres socioambientais no cenário internacional e nacional, finalizando com uma discussão acerca da mobilização social no enfrentamento dos riscos de desastres no país.

O segundo, consiste em um resgate da trajetória da implantação e das interferências da mineração conduzida pela Braskem, no espaço urbano de Maceió. São abordados, ainda, dois momentos distintos em que a população se organizou em grupos, a fim de convocar a sociedade para lutar em prol de seus direitos e barrar os interesses da petroquímica.

O terceiro, versa sobre os principais conceitos dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam este trabalho: a perspectiva construcionista e a Teoria Ator-Rede (TAR), apresentando os caminhos metodológicos trilhados.

O quarto, traz os resultados e as discussões sobre os limites e as possibilidades de participação das/dos moradoras/res na gestão de risco socioambiental. Apresentamos uma síntese das ações e das mudanças provocadas no decorrer da mobilização da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental, em diálogo com o conceito do comum, concluindo com nossas considerações finais.

Inspiradas na dissertação de Martins (2013), propomos a utilização de interlúdios, que servem como pausa entre os capítulos, com o objetivo de produzir reflexões e eternizar as histórias e memórias das pessoas que moraram no bairro do Pinheiro e tiveram que deixar seus lares. Os relatos e as fotografias apresentadas foram estampadas nas paredes das casas e prédios deteriorados, como parte de um projeto idealizado pelo artista visual Paulo Accioly, “A gente foi feliz aqui”, que pode ser acompanhado pelo instagram através da conta @agentefoifelizaqui.

INTERLÚDIO [12]

Eu considero o Pinheiro como um ponto de partida, um norte.
Além da minha casa eu tinha mais dois esteios: as casas das minhas avós.
O Pinheiro, pra mim, representa as melhores lembranças dessas relações familiares.
Ele traz a memória da minha vó que hoje já não está entre nós, mas que foi muito importante e muito presente na minha vida.

[12] Fotografia e relato extraídos do instagram @agentefoifelizaqui.

1. AGREGANDO OS ATORES SOCIAIS NA GESTÃO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL

As discussões presentes na literatura acadêmica, enfatizando os processos participativos na gestão dos riscos de desastres socioambientais, são trazidas neste capítulo, no qual propomos um diálogo com as diversas produções a partir de três enfoques.

O primeiro, aborda os aspectos teórico-conceituais da gestão participativa e outras ferramentas que coadunam com os preceitos desse tipo de gerenciamento integrado e participativo dos riscos socioambientais.

No segundo, resgatamos os eventos que impulsionaram a implantação e a implementação das ações de gestão de riscos de desastres socioambientais, situando o cenário internacional e nacional.

No terceiro, apresentamos uma breve discussão sobre como algumas produções científicas brasileiras têm dialogado acerca da mobilização social no enfrentamento dos riscos de desastres no país.

1.1 Aproximações teórico-conceituais sobre a gestão participativa de riscos de desastres socioambientais

As ações relacionadas à gestão de risco de desastres socioambientais vêm sofrendo alterações evolutivas (SILVEIRA; CARDOSO, 2016).

Ao longo da história, a humanidade sempre enfrentou perigos diversos, sejam eles decorrentes de desastres ambientais, como furacões, terremotos, erupções vulcânicas, seca ou aqueles associados às guerras, às atribulações da vida humana e experiências voluntárias relacionadas ao que atualmente chamaríamos de “estilo de vida” (SPINK, 2001, p. 1279).

Esses eventos, no entanto, eram denominados de perigos, fatalidades, *hazards* ou dificuldades, mas não risco, uma vez que, essa palavra não fazia parte dos léxicos das línguas indo-europeias. Há, portanto, uma gradativa incorporação do termo, que transitou de fatalidade a fortuna e paulatinamente integrou os vocábulos *hazard*, perigo, sorte e chance até chegar em risco (SPINK, 2001).

O risco, enquanto vocábulo, foi utilizado tardiamente, mais especificamente na idade moderna, quando a humanidade passa a ter uma nova relação com as experiências de perigo. Essa mudança implicou numa ressignificação desses eventos e o que era visto como uma

fatalidade ou ordem do destino, passa a ser compreendido como algo que pode ser controlado e/ou evitado a partir de um gerenciamento, mediado principalmente pelos cálculos de risco (SPINK, 2000b). Mas foi necessário o avanço do cálculo das probabilidades para ser efetivamente utilizado como estratégia de governo, o que ocorreu em meados do século XX, gerando novos e sofisticados modelos de análise de riscos (SPINK, 2001).

A partir disso, buscou-se por meio do advento da cultura tecnicista a organização hierárquica e estruturante das respostas aos efeitos dos sinistros, apostando na previsibilidade, no controle e no domínio dos desastres socioambientais, através dos aparatos técnico-científicos (DI GIULIO; FERREIRA, 2013; SILVEIRA; CARDOSO, 2016). Momento marcado pela "hipervalorização da teoria dos *hazards* e o tecnicismo", cujos debates permeiam a arena das ciências exatas que priorizam os modelos de mensuração quantitativa (VALENCIO, 2014, p. 3632).

Contradizendo essas premissas, diversas/os estudiosas/os – sociólogas/os, antropólogas/os, ecologistas e pensadoras/res de diversas áreas do conhecimento, incluindo a psicologia social, passaram a questionar a possibilidade de calcular o risco, uma vez que estes têm se tornado cada vez mais imponderáveis (SPINK, 2001). Em debates sobre o tema surgiram argumentos sobre a ineficiência dessa estratégia de enfrentamento, dada a fragilidade das soluções tecnológicas e a incerteza científica, diante da complexidade e imprevisibilidade desses eventos (DI GIULIO; FERREIRA, 2013; SILVEIRA; CARDOSO, 2016).

Nesse sentido, tais estratégias executadas pelos órgãos governamentais estão centralizadas na análise, na mensuração de eventos adversos, no socorro e na assistência às pessoas atingidas. O foco das ações concentra-se na fase pós-desastre, negligenciando, assim, o enfoque preventivo e a participação comunitária no gerenciamento das áreas de risco (SILVEIRA; CARDOSO, 2016).

Emerge desse cenário a necessidade de se investir em um novo estratagema de produção de conhecimento e de tomada de decisão, fomentado pela participação das/os moradoras/res de áreas de vulnerabilidade socioambiental na gestão dos riscos e pelo reconhecimento da relevância da dimensão social na produção do conhecimento (DI GIULIO; FERREIRA, 2013; SILVEIRA; CARDOSO, 2016).

Os estudos que dialogam sobre os aspectos pertinentes à gestão de riscos no contexto dos desastres socioambientais sinalizam uma diversidade de conceitos e definições de estratégias e ferramentas de gerenciamento (CARTAGENA, 2015). Pela definição do recorte desta dissertação, enfatizamos, portanto, as discussões científicas sobre a gestão participativa e outros conceitos correlatos a esse tipo de gestão no campo dos desastres.

Os estudos têm abordado a gestão participativa dos riscos sob o ponto de vista comunitário, com enfoque na mobilização social direcionada à reivindicação dos direitos da comunidade. Essa perspectiva vem sendo realçada por diversas/os estudiosas/os através da análise da implantação e implementação dessa ferramenta, principalmente pela equitativa possibilidade de atuação e intervenção social no gerenciamento (CARTAGENA, 2015).

O exercício da gestão participativa pode ser compreendido como uma ampliação da democracia participativa, que busca promover e dar oportunidade de envolvimento dos atores sociais nas discussões que permeiam as decisões e interesses coletivos, tendo como base uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade. Considerada um campo de estudo relativamente novo nas políticas públicas, a gestão participativa está inserida na teoria geral da Administração e vinculada à Gestão Social[13] (SOUZA et al., 2018).

Após a redemocratização do cenário político no Brasil, instaurou-se um modelo no qual representação e participação estariam em concomitância, demandando novas formas institucionais que ampliassem a participação da comunidade na tomada de decisões nas políticas sociais. Nesse postulado, não podemos deixar de contextualizar como ocorreu o processo de participação e representação da sociedade por meio de instâncias participativas, sem antes compreendermos os ideais que alicerçam os dois modelos políticos distintos, fortemente discutidos durante o século XX, a Democracia Representativa e a Democracia Participativa (SIPIONI; SILVA, 2013).

A democracia representativa é considerada um modelo hegemônico de democracia, que compreende um sistema de escolha de representantes, de modo que a sociedade se limita a escolher, entre os membros da elite, qual cidadão está apto a governar. Esse modelo propõe uma participação social exclusivamente eleitoral, de maneira que os atores sociais são considerados desqualificados para participar na tomada de decisões referentes às políticas públicas. Já a democracia participativa apresenta como princípio fundamental a participação, propondo pluralidade nas decisões que advém de discussões articuladas entre o Estado e a sociedade civil, apontando para a necessidade da criação de espaços institucionais que viabilizem a ampliação da participação social (SIPIONI; SILVA, 2013).

[13] "A gestão social contrapõe-se à gestão estratégica na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais" (TENÓRIO, 1998, p.16).

A implantação de processos de gestão participativa no âmbito nacional surge com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que fomenta a ampliação da atuação social em vários segmentos, sobretudo no delineamento e implementação de políticas públicas, incluindo aquelas que estão relacionadas ao meio ambiente (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Esses ideais sinalizam a necessidade da construção de espaços públicos norteados pelo princípio do respeito à vontade popular. Baseando-se na descentralização do poder, este modelo de gestão propõe viabilizar a atuação da sociedade civil por meio das audiências públicas, conselhos, conferências, fóruns, associações e outras instâncias como forma de favorecer a consolidação da participação popular nos processos decisórios de forma equitativa (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Decorre também da compreensão da gestão participativa a ideia de governança, compreendendo a ação de compartilhar responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil (SOUZA, 2013). O termo governança tem um sentido amplo e varia de acordo com as/os autoras/res e o contexto em que é aplicado, sendo considerado ferramenta inovadora no campo da gestão de áreas de risco, devido à possibilidade de ampliar a participação social, atendendo aos pressupostos de autonomia e descentralização na implantação de políticas públicas (FONSECA; BURRSTYN, 2009; JACOBI et al., 2013; SILVA, 2015).

O conceito surge em um momento cuja ação do Estado mostra-se enfraquecida, demandando a inclusão da participação de *stakeholders*, termo utilizado por diversas/os estudiosas/os da área e atribuído aos atores locais, considerados essenciais para efetivar as estratégias e práticas da governança. Assim, viabiliza o compartilhamento de saberes e a corresponsabilização das ações de enfrentamento dos riscos, proporcionando a ampliação de democracia nos espaços atravessados por interesses, conflitos e possibilidades de negociação (FONSECA; BURRSTYN, 2009; TAVARES; FERRANTE, 2009; LIPAI, 2010; JACOBI et al., 2013; SIPIONI; SILVA, 2013; DI GIULIO et al., 2014).

Também em função do advento da globalização, houve uma reconfiguração do papel do Estado, concomitantemente, a ampliação de "discussões sobre os novos meios e padrões de articulação entre indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado, deixando clara a importância da governança em todos os níveis" (GONÇALVES, 2005, p. 4).

Trazemos o diálogo sobre esse conceito à luz do que fala Gonçalves (2005), ao discutir sobre a governança e suas implicações, partindo de uma dimensão política. Nas palavras do autor:

> A governança não é ação isolada da sociedade civil buscando maiores espaços de participação e influência. Ao contrário, o conceito compreende a ação conjunta de Estado e sociedade na busca de soluções e resultados para problemas comuns. Mas é inegável que o surgimento dos atores não-estatais é central para o desenvolvimento da ideia e da prática da governança (GONÇALVES, 2005, p. 14).

No artigo "Como governar a complexidade? Convite para uma governança urbana híbrida e relacional"[14], Solés, Íñiguez e Subirats (2011) abordam o conceito de governança e situam as implicações da participação social. Para eles, há uma polarização no enquadre da literatura sobre a temática. De um lado, encontra-se uma corrente de teóricas/os que concebem a governança como uma ameaça para o funcionamento da democracia. Nessa perspectiva, pressupõe-se que a participação da comunidade pode ser desproporcional, quando comparada à dos demais atores, além do que as/os cidadãs/ãos correm o risco de serem cooptadas/os e, em função dessa vulnerabilidade, perder sua autonomia e capacidade de mobilização.

Por outro lado, existem autoras/res que destacam o potencial da governança como meio de ampliação dos processos democráticos, principalmente pela capacidade de permitir, através da participação política dos atores sociais, o estabelecimento de vínculos entre as comunidades e o fortalecimento dos seus respectivos discursos de protesto.

A partir dessa última perspectiva, Solés, Íñiguez e Subirats (2011), ampliam o debate e propõem a incorporação da noção de integralidade, apostando no reconhecimento da necessidade de uma governança relacional e híbrida no processo de construção de um cenário comum. Essa estratégia é baseada em uma gestão integrada, que dialoga mutualmente com os conhecimentos científicos e com aqueles provenientes das comunidades.

Norteadas por essas concepções, compreendemos que há uma conexão entre a concepção de governança e de gestão participativa, por incluir aspectos que envolvem a participação social, a promoção de diálogo e o compartilhamento de decisões mediadas por interesses comuns, dando ênfase à capacidade da sociedade civil de se mobilizar em função da construção e adoção de estratégias para a resolução de conflitos.

Outro conceito que suscita a compreensão de gestão participativa é o de "ação conjunta". Apoiando-se na concepção descrita por Shotter (1993), numa perspectiva construcionista, Ribeiro (2003) afirma que a ação conjunta é "propiciada pelos espaços conversacionais e realizada na interação social entre pessoas situadas em diferentes posições e com diversos tipos de conhecimento" (RIBEIRO, 2003, p. 13). Sendo assim, a ação conjunta apresenta um caráter

[14] Título original: Cómo gobernar la complejidad? Invitación a una gobernanza urbana híbrida y relacional

dialógico e relacional, aspectos esses que podem propiciar mudanças na relação entre a sociedade e o Estado, criando novas possibilidades de articulação de saberes e novas aberturas às práticas sociais.

Aqui, destacamos a proposta de um diálogo sobre a gestão participativa, incluindo alguns conceitos que estão implicados com a noção de uma gestão integrada, descentralizada e promissora, no sentido de ampliar a participação da sociedade civil nas discussões e decisões. Diante desse entendimento, seguiremos apresentando um panorama de como têm sido estruturadas as ações de gestão de risco de desastres socioambientais no contexto internacional e nacional.

1.2 A gestão de riscos de desastres socioambientais no contexto internacional

A década de 1940 marcou o surgimento das instituições e das atividades de proteção e defesa civil no contexto internacional. No entanto, essas ações estavam relacionadas aos impactos e aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, que gerou inúmeras perdas humanas e materiais. Com o fim do conflito, essas instituições passaram a se adaptar às necessidades da época e a incorporar, em sua atuação, o atendimento às vítimas atingidas pelas calamidades públicas (SEDEC/MI, 2017).

Até a década de 70, as ações estavam quase que exclusivamente voltadas à resposta aos desastres. Contudo, o processo de gestão de risco começou a dar seus primeiros passos na década de 80, quando os órgãos públicos perceberam que o investimento em ações de prevenção e preparação implicariam na redução dos impactos ocasionados pelos desastres. Ou seja, criou-se a partir de então um novo olhar, não somente para os efeitos dos desastres, mas para os riscos e suas consequências. Concomitantemente, surgiu a necessidade de investimento na formulação e implementação de estratégias integradas, a exemplo da gestão de riscos, que se tornou a pauta das discussões internacionais amplamente difundidas durante a década de 90 (SEDEC/MI, 2017).

Nesse processo de transição, vale ressaltar as discussões em torno da expressão “desastres naturais”, que em meados da década de 90 passou a ser problematizada e propensa ao desuso na década de 2000, por transmitir a noção de que é a natureza que produz o desastre, invisibilizando a perspectiva da construção social do risco, tirando do ser humano a sua responsabilidade (SEDEC/MI, 2017). Essa nuance, embora pareça sutil, decorre de um longo

debate ontológico sobre os desastres, que repercutiu na maneira como as políticas públicas de gestão de risco de desastres foram implementadas (ALMEIDA, 2015).

O desastre, quando associado apenas às intempéries da natureza, impede a mobilização de uma discussão mais ampla em torno do evento. A definição, no entanto, precisa estar relacionada à concepção de que estes são multicausais e não se limitam aos fenômenos naturais, uma vez que estão intimamente interligados à interação da dinâmica social e ambiental (VALENCIO, 2014).

Dentre os eventos que impulsionaram a estruturação de ações voltadas à gestão de risco de desastres socioambientais no contexto internacional, destacamos o período entre 1990 e 1999, instituído como a Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais (DIRDN). No decorrer desses 10 anos, foram estabelecidas uma série de estratégias internacionais que vislumbravam, entre seus objetivos, fomentar a cooperação entre os países para reduzir os riscos e mitigar eventuais danos (SEDEC/MI, 2017).

Em maio de 1994, na cidade de Yokohama, no Japão, aconteceu a I Conferência Mundial sobre Prevenção de Desastres Naturais, promovida pelas Nações Unidas (SEDEC/MI, 2017). Na ocasião, foi apresentada a Estratégia e o Plano de Ação de Yokohama, que configuraram os primeiros mecanismos voltados à política de redução de desastres com orientações sociais comunitárias. Concluída a DIRDN e com o intuito de impulsionar a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (ISDR), a Organização das Nações Unidas (ONU) implementou, em Genebra, um secretariado permanente, cuja missão consiste em promover, no âmbito do desenvolvimento sustentável, uma maior consciência acerca da relevância da redução de desastres (RODRIGUES, 2010).

Para lograr êxito, a ONU estabeleceu a criação de documentos e conferências que abordassem a referida temática, entre elas, a II Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, em 2005, na cidade de Kobe, província de Hyogo/Japão e a III Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Desastres no ano de 2015, em Sendai, no Japão (SEDEC/MI, 2017).

Esses encontros fomentaram a aprovação do atual Marco de Ação de Sendai, que expressa a atualização do Marco de Ação de Hyogo, implementado a partir de metas e prioridades de ação que consistem em:

> Compreensão do risco de desastres; fortalecimento da governança para gerenciar o risco de desastres; investimentos na redução do risco de desastres para a resiliência; melhoria na preparação para desastres com foco em respostas efetivas e na máxima “Reconstruir Melhor que Antes”

> aplicável às ações de recuperação, reabilitação e reconstrução (SEDEC/MI, 2017, p. 35).

A ONU dispõe sobre as agências, com relação às ações voltadas para a gestão de riscos, a exemplo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que implementa práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, em consonância com a gestão de riscos de desastres socioambientais, incluindo a construção de resiliência. Sob este enfoque, foi lançada internacionalmente, em 2010, pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), a Campanha Mundial "Construindo Cidades Resilientes", que abrange instruções a serem adotadas pelos municípios, a fim de estimular a capacidade de planejar ações de mitigação, resposta e recuperação, após a ocorrência de desastres, com intuito de tornar as cidades resilientes (SEDEC/MI, 2017).

No espaço europeu, alguns países desenvolveram ações que ganharam destaque, a exemplo da República Tcheca, que além de integrar as práticas de redução de risco, implementou uma rede de informação compartilhada com países vizinhos. Enquanto isso, a França construiu mapas de risco em 5.000 comunidades e organizou conferências com temas relacionados à redução de risco (RODRIGUES, 2010).

Diante do cenário internacional é válido um olhar mais atento às discussões acerca da estruturação de políticas e estratégias voltadas à gestão de risco de desastres socioambientais, desenvolvidas nos países da América Latina e Caribe, pois estes possuem importantes espaços de cooperação internacional e atuação conjunta (SEDEC/MI, 2017).

Em agosto de 2013, representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, estiveram presentes na Reunião Ordinária do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da União de Nações Sul – Americanas (UNASUR), ocasião em que foi criado o Grupo de Alto Nível Sobre Gestão de Riscos de Desastres (SEDEC/MI, 2017).

Um outro espaço de encontro e de discussões da América Latina em torno desta temática é a Plataforma Regional para Redução do Risco de Desastres nas Américas, composta por grupos multissetoriais, que reúnem instituições governamentais e não governamentais, organizações comunitárias, instituições científicas e acadêmicas. Além do setor privado e dos meios de comunicação, visando o incentivo de troca de informações, planejamento, monitoramento e tomadas de decisão de forma integrada (SEDEC/MI, 2017).

De modo geral, os estudos e as pesquisas científicas sobre as questões socioambientais desenvolvidas nos países da América Latina têm assumido um papel chave no desenvolvimento e na estruturação de ferramentas de gestão de risco. Tornaram-se, assim, uma influência e um

modelo internacional no enfrentamento dos desafios introduzidos em situações de desastres (CASTRO; HOGENBOOM; BAUD, 2011).

As estratégias de redução de riscos de desastres, que têm sido implementadas pelos países da América Latina, caracterizam-se como uma nova abordagem, ao passarem de ações centralizadas no âmbito estatal, para um gerenciamento integrado, norteado pelos interesses coletivos capazes de envolver múltiplos atores no processo (HARDOY; PANDIELLA; BARRERO, 2011).

Diversos fatores desencadearam essa mudança, dentre elas, a frequência significativa da ocorrência dos desastres, o déficit na capacidade de resposta (HARDOY; PANDIELLA; BARRERO, 2011) e as mobilizações indígenas e de outros movimentos sociais. Esses aspectos impulsionaram a criação de uma série de iniciativas promissoras de caráter integrativo, na tentativa de articular os interesses do estado e da sociedade, visando ampliar a capacidade de resposta e consequentemente, reduzir o risco de desastre (CASTRO; HOGENBOOM; BAUD, 2011).

Dentre os bons exemplos de gestão, que incorporaram a redução do risco de desastres, estão as nações e cidades, nas quais a pressão popular e as reformas políticas reverberaram, fazendo com que os governos, sobretudo os locais, tornassem mais responsáveis e receptivos com as causas coletivas. A cidade de Manizales, na Colômbia, conhecida por seus projetos e programas de ação ambiental é um dos exemplos (HARDOY; PANDIELLA; BARRERO, 2011).

Além de incluir a redução de risco no plano de desenvolvimento urbano local, Manizales é um caso representativo da tentativa de uma gestão participativa e integrada. Visto que, as estratégias implementadas envolvem o "governo local e regional, setor privado e universidades e representantes de organizações comunitárias em um processo participativo" (HARDOY; PANDIELLA; BARRERO, 2011, p. 404. Tradução nossa[15]).

Manizales está situada em uma região suscetível a diferentes ameaças, sendo o deslizamento de terra o mais significativo, devido à magnitude e à frequência em que ocorre. Uma das ações de gestão de risco implementada na cidade é o programa "Guardianas de la ladera", traduzido para o português "Guardiãs da Encosta". Esse projeto integra cerca de 112 mulheres chefes de família que fazem parte de grupos que vivem em áreas de vulnerabilidade socioambiental. Essa população, além de ser orientada sobre a importância da vigilância das

[15] Texto original: "local and regional government, the private sector and universities and representatives of community organizations into a participative process" (HARDOY; PANDIELLA; BARRERO, 2011, p. 404).

encostas e a estabilização dos taludes, recebem treinamentos para fortalecer a comunicação e estimular a corresponsabilidade no cuidado. Esse envolvimento da comunidade afetada gerou uma maior efetivação das ações, ampliando a capacidade de resposta e atenuando os efeitos advindos dos desastres (PNUD, 2005; HARDOY; PANDIELLA; BARRERO, 2011).

Experiências como essa alavancaram um conjunto de iniciativas, a exemplo do desenvolvimento da Plataforma de Capacitação para a América Latina e o Caribe (PLACODES), que além de fomentar o treinamento de técnicas/os do governo local e da comunidade, busca favorecer o compartilhamento de experiências, com o intuito de obter resultados tão promissores quanto os da cidade de Manizales, em outros lugares. Não obstante, vários países promulgaram uma nova legislação ou alteraram suas formas de enfrentamento dos riscos de desastres, inspirados pelos exemplos dos países da América Latina, como a Nicarágua, que implementou um novo sistema nacional inspirado no modelo da Colômbia (HARDOY; PANDIELLA; BARRERO, 2011).

Apesar dos exemplos mencionados anteriormente, demonstrando a relevância de se estruturar e fortalecer as estratégias de redução de riscos de desastre, a partir de uma lógica descentralizada e viabilizando a participação da sociedade civil, ainda existe uma carência de investimento nessas ações. A Redução de Risco de Desastre ainda não é prioridade em muitos países, haja vista que "nenhum governo obtém o reconhecimento pelos desastres que seus programas preveniram", sendo muitas vezes considerados um fardo a mais. Além disso, a participação dos atores locais na gestão dos riscos, mesmo sendo promissora, ainda está começando a se desenvolver na maioria dos países, pois muitos dos sistemas nacionais são relativamente novos e estão em processo de consolidação (HARDOY; PANDIELLA; BARRERO, 2011, p. 411. Tradução nossa[16]).

Apresentaremos, a seguir, alguns eventos que impulsionaram a criação de legislações relacionadas aos desastres socioambientais no contexto nacional, colocando em pauta a atuação dos governos brasileiros frente a esses acontecimentos.

1.3 A gestão de riscos de desastres no Brasil: dos aspectos legais às práticas das/os gestoras/res

[16] Texto original: "no government gets recognition for the disasters its programs have prevented" (HARDOY; PANDIELLA; BARRERO, 2011, p. 411).

A Constituição Política do Império do Brasil, datada de 24 de março de 1824, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, discorre sobre a segurança e a garantia de socorros públicos, em seu artigo 179. A Carta Magna, como outros documentos oficiais daquela época, já previa a atuação da administração pública sobre a necessidade de desenvolver práticas de enfrentamento aos desastres (BRASIL, 1824; MARTINS; SPINK, 2015).

No Brasil, assim como no âmbito internacional, o início das atividades voltadas à proteção e defesa civil esteve relacionado com as questões de segurança em tempos de guerra (SEDEC/MI, 2017). Mais precisamente, em 1942, no período da Segunda Guerra Mundial, quando ataques aéreos afundaram três navios militares, no litoral de Sergipe (ALMEIDA, 2015). A partir daí, o governo brasileiro começou a estruturar formalmente o sistema de Defesa Civil, junto ao Ministério da Aeronáutica, inicialmente intitulado como Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, nome inspirado no serviço britânico *Civil Defense Service*. Em 1943, passou a ser chamado de Serviço de Defesa Civil e, em 1946, com o final da guerra, esse serviço foi desativado (SILVA, 2017; SPINK, 2018).

Contudo, na década de 60, as discussões e as ações relativas à Defesa Civil foram retomadas e, naquela ocasião, focalizando os fenômenos naturais, devido à preocupação que assolava o país em torno das questões climáticas, a exemplo da seca na região Nordeste e das cheias no Sudeste. Em decorrência da enchente de 1966, o Estado de Guanabara, hoje Rio de Janeiro, foi a primeira unidade federativa a implantar um órgão denominado Defesa Civil Estadual (SEDEC/MI, 2017), tendo sido elaborado o Plano Diretor de Defesa Civil do Estado da Guanabara, que resultou no Decreto Estadual de nº 722/1966 e estabeleceu a criação das primeiras Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (CORDEC) (SILVA, 2017; SPINK, 2018).

Em 1967, o governo brasileiro, a partir do Ministério do Interior, responsável pela assistência das populações atingidas por calamidades públicas, criou o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP, 1969/1970) e o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP, 1970) (SEDEC/MI, 2017; SILVA, 2017; SPINK, 2018).

Tais medidas priorizavam as estratégias de pós-desastres, centralizando suas práticas nas ações emergenciais, numa lógica assistencialista que foi fortemente criticada na década de 80, quando foram “exigidas formas mais participativas de atuação e inclusão de discussões sobre vulnerabilidade, desenvolvimento e resiliência comunitária” (CEPED/UFSC, 2015, p. 6).

Durante a década de 70, as estratégias de enfrentamento dos efeitos dos desastres mantiveram o enfoque emergencial, com o intuito apenas de reduzir os danos causados por esses eventos. Mas, com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição de 1988, o

Estado começou a “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações” (BRASIL, 1988, Art. 21, inciso XVIII), bem como a legislar sobre a Defesa Civil (ALMEIDA, 2015).

Com forte influência da agenda internacional, as décadas seguintes registraram intensas alterações no aparato institucional-legal da Defesa Civil, conquistando nas décadas de 80 e 90, um novo panorama, cujos discursos estavam voltados à prevenção, preparação, mitigação e resposta aos desastres. Em 1995, em virtude da Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais (DIRDN), o governo brasileiro elaborou um Plano Nacional de Redução de Desastres que ficou conhecido como Política Nacional de Defesa Civil (PNDC) (ALMEIDA, 2015).

No decorrer dos anos, as discussões relacionadas aos desastres socioambientais, no Brasil, foram adquirindo relevância crescente, estando cada vez mais presentes no cotidiano da população brasileira, principalmente pela frequência que esses eventos foram acontecendo e pela intensidade, ocasionando inúmeros danos, a saber – humanos, ambientais e/ou materiais (RODRIGUES, 2020).

Tais aspectos podem ser compreendidos a partir da análise do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, construído pelo Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em cooperação com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), cuja análise consiste em diagnosticar a incidência dos desastres socioambientais, bem como produzir e divulgar informações sobre esses eventos no território nacional, abrangendo as especificidades dos Estados (CEPED/UFSC, 2013).

Além disso, passou a sinalizar o considerável aumento da ocorrência e intensidade dos desastres, no país, associados à “estiagem e seca; inundação gradual; vendaval e/ou ciclone; tornado; granizo; geada; incêndio florestal; movimento de massa; erosão fluvial; erosão linear e erosão marinha” (CEPED/UFSC, 2013, p. 4). O Atlas apresenta um quantitativo de 39.000 ocorrências registradas no período de 1991 a 2012, levando em consideração a fragilidade do Sistema de Defesa Civil em manter seus registros atualizados (CEPED/UFSC, 2013).

A partir desses dados é possível compreender que mesmo não estando exposto a fenômenos de grande proporção, a exemplo de vulcões, terremotos, tsunamis, o Brasil precisa considerar os impactos causados, em função dos eventos associados às secas, inundações, deslizamentos, todos esses, potencialmente favoráveis à ocorrência de desastres (TOMINAGA et al., 2009).

Entre os anos de 2008 e 2011, diversos eventos de grande magnitude ganharam notoriedade nacional. Dentre eles, em 2008, destacam-se as severas inundações em Santa Catarina, registrando 110 mortes e deixando mais de 80 mil pessoas desalojadas. A enchente nos Estados de Alagoas e Pernambuco, em 2010, cuja intensidade impactou drasticamente cerca de 270 mil habitantes. As inundações e deslizamentos na região serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, que atingiu 300 mil pessoas (RODRIGUES, 2020). Tais eventos, ocasionaram impactos econômicos, com significativos danos aos cofres públicos, que somados, chegaram a R$ 15 bilhões (BERTONE; MARINHO, 2013).

Os acontecimentos supracitados, além de demonstrar a necessidade de uma mudança de conduta por parte do governo federal, configuraram-se enquanto uma "espécie de irritação sistêmica", servindo de estímulo para as iniciativas de restruturação do arranjo do Sistema Nacional de Defesa Civil (RODRIGUES, 2020, p. 1). Em reposta, foi criada a Lei Federal nº. 12.608/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), que representa o marco legal para a gestão de risco de desastres, no Brasil (SILVA, 2017).

De acordo com o que propõe a referida lei, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil "abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil" (BRASIL, 2012). Essas fases auxiliam na estruturação do Plano de Contingência (PLACON), documento que visa organizar e orientar previamente as ações que deverão ser realizadas pela Defesa Civil e pelos demais órgãos públicos em situações de emergência e de calamidade pública (SILVA, 2017).

Tal contexto representa uma mudança de paradigma na gestão de risco de desastres, passando de uma orientação demasiadamente reativa, com foco no pós-desastre, para uma interface voltada ao campo da prevenção. Além disso, a implementação de ações articuladas entre os três níveis de governo e a integração da PNPDEC às mais variadas políticas setoriais, a exemplo da política de ordenamento territorial, da saúde, meio ambiente, educação, ciências, tecnologia, entre outras, também demonstram as mudanças e alterações sistêmicas acerca das medidas inerentes ao gerenciamento de risco (SILVA, 2017; RODRIGUES, 2020).

Reconhecendo a necessidade de uma articulação multissetorial para o enfrentamento dos desastres, diversos órgãos passaram a integrar as estratégias de prevenção e resposta aos desastres socioambientais, a exemplo da CPRM – Serviço Geológico do Brasil, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A empresa estatal realiza estudos relacionados às características geológicas dos terrenos e à mineração no Brasil. Além disso, monitora as bacias hidrográficas e índices fluviométricos em diversos rios e produz mapas que demarcam áreas de risco, em regiões suscetíveis à ocorrência de desastres. As informações obtidas por seus levantamentos e

estudos são compartilhadas com outros órgãos federais, como o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), para subsidiar a análise de potenciais eventos (BERTONI; MARINHO, 2013).

As atribuições da União, dos Estados e Municípios são distintas no tocante às ações de Defesa Civil. Em alguns casos, contam com a cooperação submunicipal, cujas funções e estruturação do serviço variam de acordo com as necessidades de cada Estado (SILVA, 2017; SPINK, 2018). Compete à União a articulação e coordenação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; aos Estados, executar a PNPDEC, bem como instituir o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; e ao Município, a responsabilidade pelas ações de prevenção e assistência direta à população atingida pelos desastres (BRASIL, 2012).

Nas comunidades, destaca-se a atuação do Núcleo Comunitário de Defesa Civil (NUDEC), também nomeado como Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC), em algumas cartilhas e manuais, referentes à participação da comunidade nas ações da Defesa Civil. A inclusão do termo "proteção", ocorre em função da reforma da lei 12.608/12, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) em substituição da Política Nacional de Defesa Civil (PNDC).

No decorrer do texto, faremos menção ao núcleo comunitário, utilizando a sigla NUDEC, a partir da compreensão de que os conceitos de NUDEC e NUPDEC são análogos, "visto que sua diferenciação ocorre apenas por conta da base legal ou da época em que foram implementadas as pesquisas de referência" (SARRAFF; SILVA, 2016, p. 71). Além disso, as/os porta-vozes, do âmbito social e governamental desta pesquisa, fazem uso dessa nomeação.

Instituído a partir do Decreto 5.376/05, o NUDEC deve integrar as/os moradoras/res da comunidade, a/o líder comunitário e as/os técnicas/os da Defesa Civil, para traçar um planejamento de promoção e coordenação de ações, com o intuito de preparar e treinar a comunidade em casos de desastres. Conforme apostila elaborada pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos, para o curso de Gestão e Mapeamento de Riscos Socioambientais, publicada em 2008, a formação do NUDEC:

> (...) tem um significado de extrema relevância no processo de minimização dos riscos e desastres ocorridos no âmbito do município, enfatizando que, no momento em que a população é envolvida no planejamento e no gerenciamento dos riscos, há naturalmente uma resposta positiva sobre a redução dos desastres (BRASIL, 2008, p. 25).

Entre os princípios e diretrizes do NUDEC, acentua-se o empenho em sensibilizar a comunidade para a cooperação e a solidariedade, além do investimento na comunicação,

possibilitando a interação entre a Defesa Civil e as/os moradoras/res de áreas de risco (BRASIL, 2008).

Contudo, analisando o discurso institucional e as práticas do sistema de Defesa Civil brasileiro, Valencio (2010) traz reflexões em torno da relação entre o governo e as comunidades vulneráveis aos desastres, a partir da problematização da forma como têm sido conduzidas as ações desse serviço, caracterizado pela postura centralizadora que compromete os princípios de cidadania e dos direitos da pessoa. Sobre o sistema de Defesa Civil, a autora afirma:

> (...) é verticalizado, age com baixa reflexividade, conta com reduzida confiança junto aos grupos sociais em risco ou afetados e é impermeável às demandas, direitos e pontos de vista de grupos que vivenciam reiteradamente os desastres (...) (VALENCIO, 2010, p. 751).

Apesar da formulação de uma política pública que prevê a atuação da comunidade local nas ações, ainda existem impasses que impossibilitam gerar cooperação e articulação entre as instituições governamentais e a população. Isso ocorre, principalmente pela desvalorização e ausência da participação dos atores locais na elaboração de projetos e acompanhamento das intervenções, ainda que os estudos realizados nessa esfera apontem para a importância da participação social na efetivação das práticas de prevenção, mitigação, resposta e recuperação em casos de desastres (NOGUEIRA et al., 2014).

Ademais, o NUDEC, embora seja um dispositivo de grande importância, ainda há pouca propagação dessas organizações. E a causa disso, pode ser compreendida a partir de diversos aspectos: seja pela ausência das Coordenadorias Municipais, pela falta de esclarecimento acerca dos desastres e das responsabilidades da Defesa Civil, ou ainda, pela desconfiança da comunidade nas estruturas estatais (ALMEIDA, 2015).

A Lei Federal n.º 12.608/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), anteriormente mencionada, em interlocução com a Lei n.º 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, busca fomentar o equilíbrio e a sustentabilidade urbano ambiental. Para tal, "conforma os instrumentos jus-urbanísticos aos princípios da proteção e da prevenção, de modo que a ordenação e o controle do uso do solo deve evitar a exposição da população a riscos de desastres". Mas, apesar do Brasil dispor de um arcabouço normativo, que integra importantes instrumentos legislativos e regulatórios voltados à política urbana, algumas lacunas se impõem (RODRIGUES, 2020, p. 1).

As cidades com mais de 20 mil habitantes são obrigadas a estruturar e implementar Planos Diretores Municipais, tal como pressupõe o Estatuto da Cidade. Esse instrumento tem como função ordenar o desenvolvimento e a expansão territorial, protegendo áreas de interesse

social e estabelecendo diretrizes de enfretamento de questões urbanas e ambientais. Além disso, deve executar atividades voltadas à fiscalização e monitoramento dos recursos ambientais (JACOBI et al., 2013; TAVANTI; SPINK, 2014; SILVA, 2015; VERDE; SCHICCHI, 2015).

Entretanto, os governos, sobretudo os municipais, cedem aos interesses do setor imobiliário, de empresas, de mineradoras e demais elites locais, que em decorrência de uma lógica clientelista, acabam flexibilizando as normas relacionadas ao uso do solo e isentando-os de impostos. Reforçando, assim, a ocupação desordenada do território, resultando na exposição da população aos riscos de desastres (FONSECA; BURRSTYN, 2009; LIPAI, 2010; JACOBI et al., 2013; SOLEDADE, 2015, PASSOS et al., 2017).

De modo geral, os grandes empreendimentos estão localizados em espaços com boas condições para sua instalação e quando fixados, acabam modificando o território, interferindo na paisagem e nos modos de vida das pessoas (SILVA, 2015).

Com o intuito de se instalar em determinado local e compensar os danos causados em função de suas atividades, as grandes empresas e companhias mineradoras pagam *royalties*, ou seja, recursos, que são destinados às prefeituras municipais. Quando comparados à arrecadação total, os valores dos *royalties*, se sobrepõem. Entretanto, na maioria das vezes, esses recursos não são investidos de forma transparente na melhoria da qualidade de vida das pessoas que residem nessas regiões. Além disso, essas mesmas empresas, frequentemente, são financiadoras das campanhas eleitorais de políticos (PASSOS et al., 2017).

Essa interlocução, dos gestores com as mineradoras, estabelece uma relação perversa de poder socioeconômico, que deixa o município à mercê do capital arrecadado por essas empresas. Sendo, muitas vezes, sua principal atividade produtiva. É uma espécie de “progresso vendido pelas empresas e pelas próprias municipalidades” (PASSOS et al., 2017, p. 276).

Mesmo expondo as pessoas e o meio ambiente ao risco de desastres, as atividades das mineradoras são legitimadas pelo poder público e asseguradas, inclusive, pela flexibilização de leis e licenças ambientais. Nos últimos anos, tivemos exemplos de desastres com grandes impactos sociais, ambientais e econômicos, que representam os efeitos dessa interação, marcada pela flexibilização ou até mesmo pela ausência de procedimentos de fiscalização e monitoramento das atividades da mineração (PASSOS et al., 2017; FREITAS et al., 2019).

A situação do bairro do Pinheiro é um exemplo disso e poderá ser vista com mais detalhes no próximo capítulo, no qual abordamos os desdobramentos da implantação da Salgema, hoje conhecida como Braskem. Diante da imposição autoritária e negligente do poder público, a instalação da petroquímica na área urbana da cidade ocorreu sem os devidos meios de fiscalização. Ironicamente, o atual órgão responsável pelo licenciamento da mineradora, o

Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL), está “no olho do furacão” e teve que evacuar sua sede, localizada ao lado de uma base da Braskem (CAVALCANTE, 2020, p. 13). De acordo com a procuradora da República Federal, Niedja Kaspary, o IMA foi negligente, omisso e não atuou como deveria (FARIAS, 2019).

Os desastres socioambientais produzidos pelo rompimento de barragens de rejeitos são outros exemplos que estão associados aos efeitos dessa negligência. O primeiro, ocorrido em 2015, sob a responsabilidade da mineradora Samarco, em Mariana, e o segundo, em 2019, ocasionado pela Vale, em Brumadinho. Ambos, no Estado de Minas Gerais. Esses eventos afetaram de forma drástica as populações e o meio ambiente, expondo-os a uma série de situações de risco com efeitos imediatos e de longo prazo (PASSOS et al., 2017; FREITAS et al., 2019).

São acontecimentos que deixam um alerta, uma vez que o Brasil possui aproximadamente 769 barragens de mineração, sendo as que romperam em Mariana e Brumadinho, classificadas como de baixo risco (FREITAS et al., 2019). Nesse quesito, é colocada em pauta a necessidade de se problematizar a atividade da mineração, no Brasil, e de “construir processos coletivos e horizontais de planejamento territorial, defendendo a construção de cidadania e justiça social e ambiental nas cidades” (PASSOS et al., 2017, p. 293).

As distintas maneiras como os riscos de desastres ocorrem é um outro aspecto a ser considerado. Uma vez que afetam de forma diferente os diversos segmentos da sociedade, principalmente, quando interligados às questões de desigualdade social, econômica e política (ALMEIDA, 2015). Dessa arena, emergem os problemas relacionados ao processo de ocupação do solo no Brasil, que precisam ser enfrentados pelos órgãos que trabalham a redução de risco de desastres (SILVA, 2017).

Na história do Brasil, o processo de industrialização impulsionado pelo capitalismo culminou em um intenso êxodo rural, acarretando um processo desordenado de urbanização, de distribuição de riquezas e outros privilégios de forma desigual (SILVA, 2015; ROSA et al., 2015), configurando um cenário de segregação socioespacial ou *apartheid* urbano, termo utilizado por Silva (2015, p. 90), para situar as fronteiras entre os bairros nobres e a periferia. Nessa conjuntura, a população mais pobre foi prejudicada, restando-lhe ocupar locais inapropriados, muitas vezes áreas de risco, às margens de rios e encostas, com ausência de saneamento básico, rede de esgoto e demais serviços públicos (ROSA et al., 2015; SOLEDADE, 2015; SILVA, 2015).

Na maioria das vezes, as pessoas que vivem nessas condições, possuem baixo índice de escolaridade e dificuldade de acesso à informação, o que acaba dificultando sua capacidade de

resposta, principalmente, por não ter ou possuir recursos econômicos e políticos para pressionar os órgãos públicos, a fim de que as estratégias de gestão de risco de desastres sejam consolidadas e mantidas (ALMEIDA, 2015; ROSA et al., 2015).

Contudo, vale salientar que regiões legalmente instauradas, também estão sujeitas aos desastres (BERTONE; MARINHO, 2013). Ou seja, a exposição ao risco de desastres não está limitada ao nível social da população, pois a sua causa deve ser compreendida a partir de diversas perspectivas, abrangendo as características físicas, socioespaciais e culturais do local (TAVANTI; SPINK, 2014; ROSA et al., 2015).

A partir dessas considerações, observa-se que a PNPDEC representa um avanço muito importante na gestão de risco de desastres, no Brasil. Entretanto, a "falta de vontade pública", associada à "omissão", "insuficiência" e "impropriedade" das ações públicas, fazem com os instrumentos legais não consigam atuar de forma efetiva na gestão do espaço urbano (JACOBI et al., 2013, p. 248).

Nessas circunstâncias, articula-se uma arena de disputas e de interesses, sobretudo políticos, que envolvem múltiplos discursos e intencionalidades. Diante desse cenário, as pesquisas que versam sobre a gestão de riscos sinalizam a necessidade de se implementar políticas públicas que compatibilizem suas diretrizes de acordo com a realidade ambiental e social, desvinculando-se da lógica clientelista, agregada aos interesses de grupos específicos e elites locais. Propõem-se que as ações governamentais possam ser conduzidas de forma responsável e comprometida com as questões socioambientais e os interesses da coletividade, além de agir de forma mais efetiva na fiscalização e na proteção do meio ambiente (FONSECA; BURRSTYN, 2009; LIPAI, 2010; JACOBI et al., 2013; SOLEDADE, 2015).

1.4 A mobilização social no contexto dos desastres socioambientais

A mobilização social ocorre "quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos" (TORO; WERNECK, 2004, p.13).

O conceito de mobilização social, atrelado ao contexto dos desastres socioambientais é abordado desde a década de 90, período em que a valorização da participação social na gestão de risco foi integrada de forma mais evidente na agenda pública brasileira. Esse reconhecimento foi impulsionado pela necessidade de uma "gestão de proximidade", fortalecida pela participação da comunidade local (BRASIL, 2008, p. 44).

A literatura enfatiza a mobilização das comunidades no enfrentamento dos efeitos adversos dos desastres, sobretudo quando são desenvolvidas e implementadas no cotidiano, em resposta aos eventos, em função da morosidade do poder público em agir diante das ocorrências (SANTOS, 2012).

Essas características podem ser identificadas na mobilização da comunidade do Córrego D'Antas, na região serrana do Rio de Janeiro, que sofreu os efeitos de uma enchente, em 2011, seguida de deslizamentos, provocando mortes e destruição de casas, pontes e estradas de acesso, deixando o bairro isolado, impedindo o atendimento e resgate das vítimas. A resposta imediata surgiu da comunidade, que começou a se articular a fim de sanar os danos decorrentes do sinistro, improvisando enfermarias e arrecadando medicamentos e mantimentos para socorrer as vítimas (SANTOS, 2012).

Esse tipo de enfrentamento advindo da comunidade nos remete às discussões acerca da obra[17] de Michel de Certeau (2012), quando se refere à experiência do vivido e exalta os sentidos das práticas cotidianas, apresentando esse espaço coletivo enquanto lugar formado por um emaranhado de saberes, jogos de poder e de conhecimento.

Amplia a discussão, ao discorrer sobre aquilo que ele chama de "estratégias" relacionadas com o campo do poder hegemônico. Partindo desse pressuposto e no âmbito dos desastres socioambientais, as práticas governamentais incorporam um plano de estratégia de dominação, haja vista que seus produtos – leis, discursos e práticas – apresentam-se com status de ordem dominante, com o objetivo de traçar rotas definidas, muitas vezes de forma descontextualizada e deslocada da realidade local. Entretanto, existe um plano de fundo minucioso, no qual encontram-se os atores desse cenário que desenvolvem as "táticas", que são práticas de resistência e de enfretamento a essas ações de dominação e que estão no campo da astúcia e da subversão, produzindo conhecimentos oriundos da experiência do vivido (CERTEAU, 2012).

Outros exemplos sinalizam a importância da mobilização social diante das ações que são propostas pelos órgãos governamentais, por meio do engajamento da comunidade local, reivindicando e propondo estratégias para lidar melhor com a situação.

Fundamentamos esses argumentos, com o caso descrito por JACOBI et al. (2013), sobre a implantação do projeto executivo de urbanização, no município de Blumenau, localizado em Santa Catarina, após a ocorrência de desastre associado à precipitação de chuvas. As/o

[17] CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

autoras/autor problematizam como foram delineadas as estratégias de recuperação, frisando a fragilidade da gestão de risco, devido à ausência de articulação com a população, cujas ações negligenciaram as características locais, resultando em conflitos entre a prefeitura e a comunidade.

No cerne da discussão foi colocada em evidência a importância da mobilização da comunidade, reivindicando por transparências e escuta da população, em articulação com a Universidade Regional de Blumenau (FURB). Propuseram novas alternativas, considerando que o projeto inicial, implementado pela prefeitura, poderia causar novos danos e potencializar os existentes. A partir dessa mobilização, o Ministério Público instaurou um inquérito, para fiscalizar o projeto. Em virtude dessas discussões, foi solicitado à Prefeitura Municipal de Blumenau uma nova versão do projeto, contemplando o acesso à informação e a discussão com a comunidade (JACOBI et al., 2013), entre outras exigências.

Em geral, as situações de desastres socioambientais produzem mudanças institucionais e organizacionais dos atores estatais, devido ao impacto na linearidade e na normalidade de suas ações, assim como provocam alterações na ação coletiva da sociedade civil e na sua interação com o Estado. A comunidade afetada pelos sinistros passa a implementar em seus territórios práticas de enfrentamento e novas formas de organização social, principalmente em resposta às lacunas políticas e institucionais associadas à gestão de risco, bem como pela emergência de novos ativismos e organizações mobilizadas em prol dos direitos das pessoas afetadas por esses eventos (CARLOS, 2019).

Sob esse enfoque, veremos dois casos de territórios atingidos pela mineração que fizeram com que as/os moradoras/res introduzissem em seu cotidiano ações coletivas para o enfrentamento da situação de risco.

O primeiro traz os desdobramentos da mobilização das pessoas atingidas pelo desastre ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, em Mariana, no estado de Minas Gerais. Considerado um dos maiores desastres socioambientais do Brasil, esse evento foi provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton. O sinistro causou a morte de dezenas de pessoas e deixou um rastro de destruição no meio ambiente que se estendeu até a foz do Rio Doce, no estado do Espírito Santo (CARLOS, 2019).

O segundo, refere-se ao nosso campo de pesquisa, o bairro do Pinheiro. Nesse território, as pessoas têm vivido em constante tensão, devido à ameaça de afundamento do solo, em função das atividades da Braskem. Essa situação de risco provocou um processo de profunda modificação na dinâmica social, com as moradoras/res passando a integrar organizações

comunitárias para fortalecer a luta em prol de seus direitos. Os desencadeamentos dessa mobilização serão apresentados no decorrer desta dissertação.

Como mencionamos acima, tomaremos como ponto de partida o caso que descreve as implicações da mobilização das/os moradoras/res atingidas/os pelo rompimento das barragens.

Em Mariana, moradoras/res das áreas atingidas passaram a se organizar em grupos para lutar pela defesa dos seus direitos e em prol do cuidado com o meio ambiente afetado. A contestação e a emergência de ações coletivas, fomentadas por organizações e grupos sociais, tornou-se urgente, diante de uma série de medidas reparatórias e de compensação, com acentuada assimetria de poder, imposições excludentes, coerção da participação das pessoas atingidas, somadas à falta de informação e à ausência de transparência nas decisões da Fundação Renova – organização privada, responsável pelas ações de recuperação e mediação associadas ao rompimento da barragem. Paradoxalmente, no bojo das restrições e das relações conflituosas entre a comunidade, a mineradora e o Estado, foi estabelecida uma conjuntura de oportunidades para a expansão da mobilização social (CARLOS, 2019).

Em 2016, com a responsabilização das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton foi assinado, pela União, pelos governos estaduais de Minas Gerais e Espirito Santo e pelas mineradoras, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) que prevê o estabelecimento de programas de restauração, mitigação e compensação dos danos. Esse termo, no entanto, foi elaborado sem a participação das pessoas atingidas, excluídas da "definição da própria exposição a perdas e danos e dos conteúdos das afetações" (CARLOS, 2019, p. 11).

Esse fato foi questionado pelos movimentos e organizações sociais. Em resposta, no ano de 2017, foi firmado um Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) que posteriormente integrou um termo Aditivo ao TAP, prevendo a criação de espaços de participação das pessoas atingidas nas negociações e a contratação de assessoria técnica (CARLOS, 2019).

Nesse sentido, percebe-se que as ações direcionadas à gestão de áreas de riscos de desastres socioambientais, que são centralizadas no âmbito governamental e privado, têm mostrado fragilidade em atender às necessidades das comunidades que sofrem os efeitos dos desastres, devido à falta de articulação com outros setores e sobretudo pela ausência da participação social na elaboração e implementação de ações (JACOBI et al., 2013; DI GIULIO et al., 2014; SILVA, 2015).

Por conseguinte, a base para a convocação dos propósitos comuns, que regem a mobilização social nos territórios atingidos, é delineada pela criação de organizações da sociedade civil que integram as associações de moradoras/res, associação de comerciantes, artesãs/ãos, organização religiosa, entre outros segmentos e movimentos sociais. Sua efetivação

se traduz na luta pela ampliação da participação da comunidade em audiências públicas, nos conselhos e conferências mediadas pela interlocução com o Ministério Público. Bem como, pela organização de manifestações públicas – passeatas, caminhada, marcha, abaixo-assinado, bloqueios de vias públicas – estratégias utilizadas para a vocalização das/os atingidas/os, a fim de sensibilizar os setores da sociedade para sua causa (CARLOS, 2019).

Tais ações, além de propiciar a capilaridade das organizações e dos movimentos sociais emergentes, que exerceram a função de "incubadoras para o movimento social contencioso", abrem uma oportunidade para a formação e o fortalecimento de grupos desprovidos de recursos e politicamente marginalizados (CARLOS, 2019, p. 25). Demonstram também o sucesso de um processo de mobilização social, a partir do movimento com conotação reivindicatória, performado pela comunidade atingida pelos efeitos dos desastres (TORO; WERNECK, 2004).

A mobilização social, enquanto ato comunicativo, se efetiva através da comunicação acessível e informativa que favorece o diálogo e o compartilhamento de informações. A partir da compreensão de que a mobilização e a comunicação são indissociáveis (TORO; WERNECK, 2004) é possível destacar o uso de tecnologias de comunicação e alerta de risco, enquanto importantes ferramentas na gestão dos riscos de desastres. Estas, propiciam para além do compartilhamento de informações, o engajamento dos atores locais em ações preventivas (MARTINS; SPINK, 2015), estabelecendo o desenvolvimento e a ampliação da compreensão acerca da realidade local (BRASIL, 2018).

A educação ambiental também é uma ferramenta que promove ações transformadoras por intermédio da mobilização dos atores sociais. Essa prática pedagógica é vista por muitas/os estudiosas/os como uma estratégia de reflexão, a qual leva a população a mudanças na compreensão dos aspectos relacionados aos riscos. Desse modo, estimula o fortalecimento das formas de comunicação, tanto na escola, como em outros espaços da comunidade, preparando-a para agir diante das situações adversas. Propicia também o desenvolvimento de habilidades com o objetivo de Redução de Risco de Desastres (RRD) (LIPAI, 2010; ROSA et al., 2015; SOLEDADE, 2015).

Nesse contexto dos desastres, os diálogos estimulados pela literatura sobre a análise da mobilização social destacam, de modo geral, a intersetorialidade, propondo a ação conjunta entre Estado e a sociedade civil de forma transparente e compartilhada, como possibilidade de prevenção, mitigação, resposta e recuperação. (FONSECA; BURRSTYN, 2009; JACOBI et al., 2013; DI GIULIO et al., 2014; SILVA, 2015).

Os estudos apontam ainda a possibilidade de caminhar em direção de uma gestão participativa, comprometida em integrar a população por meio de diversos dispositivos, dentre

eles, os conselhos, fóruns, comitês, reuniões em associações comunitárias, ONGs entre outros espaços que buscam fomentar a mobilização social, estreitando a relação entre o governo e sociedade civil (TAVARES; FERRANTE, 2009; LIPAI, 2010; SIPIONI; SILVA, 2013; DI GIULIO et al., 2014; TAVANTI; SPINK, 2014; SILVA, 2015; SOLEDADE, 2015).

De modo geral, a literatura acadêmica defende a mobilização da comunidade em torno dos assuntos relacionados à gestão de áreas de risco como um importante elemento para a efetividade dos resultados. O engajamento da comunidade proporciona uma nova abordagem para o enfrentamento dos riscos, a partir da ação conjunta e compartilhada entre sociedade civil e Estado. Tendo em vista que "a população que convive de perto estes problemas e por certo seria a mais qualificada para indicar as melhores e emergentes ações para o planejamento" (SILVA, 2015, p. 86).

INTERLÚDIO[18]

A nossa casa foi um sonho realizado. Foi um lugar escolhido com muito cuidado, com muito carinho. Eu tenho registrado em minha memória a primeira vez que entramos nela. Naquele momento eu senti que ali seria o nosso lugar. E foi.

Foi o lugar onde nossas crianças cresceram, lugar de muitas comemorações e receptividade também. As pessoas que frequentavam, ou até mesmo aquelas pessoas que visitavam por algum motivo, diziam o quanto aquele lugar transmitia uma energia boa.

E assim era a nossa casa.

O lugar que fez parte da nossa vida e que foi tirado de uma forma tão cruel.

Meire

[18] Fotografia e relato extraídos do instagram @agentefoifelizaqui.

2. DA PANACEIA AO CAOS: UM CONVITE PARA REMEMORAR O PASSADO E CONHECER O CENÁRIO ATUAL

Maceió, capital de Alagoas, está situada no litoral nordestino do Brasil. Conhecida como o "Paraíso das Águas", a cidade é banhada de um lado pelo oceano Atlântico e de outro, pela lagoa Mundaú. Da influência das águas, do mar, dos canais, riachos, rios e sobretudo das 17 lagoas que banham o território alagoano se origina o nome do estado, alusivo à expressão "há lagoas". Já o nome da capital, Maceió, de origem tupi, *Massayó*, significa "o que tapa o alagadiço". Faz referência ao riacho Maceió, hoje conhecido como riacho Salgadinho. Os nomes de alguns bairros da cidade também foram inspirados a partir dessa geografia, a exemplo do Vergel do Lago, Bebedouro, Poço e Riacho Doce (DUARTE, 2019, p. 22).

O protagonismo e a sedução pelo mar e pela lagoa nortearam o processo de ocupação urbana de Maceió (DUARTE, 2019). Embora a cidade tenha sido inicialmente povoada pela sua parte alta, na década de 50, a ocupação dos bairros situados na faixa litorânea, como Ponta Verde e Jatiuca progrediu significativamente em meados da década de 70. Outros bairros que ficam à margem do mar, como Centro, Prado, Pontal e Trapiche da Barra, diferente dos dias atuais, eram áreas valorizadas, utilizadas como locais de veraneio e com grande número de moradias fixas (CARVALHO, 2007).

Essas regiões, no entanto, passaram a ser menos visadas com a chegada de uma indústria de grande porte, a Salgema Indústria Química S/A, que depois ficou conhecida como Trikem, em 1996, e Braskem, a partir de 2002. Sua presença marcou o início de mudanças significativas no cenário urbano, gerando, à princípio, o deslocamento de um número expressivo de pessoas que residiam nas redondezas do polo industrial para outros bairros da cidade, devido ao medo dos riscos que a atividade da indústria representava naquele território (CARVALHO, 2007; DUARTE, 2019).

A descoberta de sal-gema em Maceió, matéria prima utilizada pela Braskem para a produção de cloro e soda cáustica, foi uma casualidade, de acordo com Cavalcante (2020). Em meados da década de 40, na tentativa de encontrar petróleo, foram feitas sondagens e perfurações orientadas pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP) nas proximidades da lagoa Mundaú, que alcançaram uma camada de sal-gema de alta qualidade. Esse fato despertou o interesse do empresário baiano Euvaldo Freire de Carvalho Luz, que prestava serviço ao CNP e passou a procurar novas jazidas de sal-gema em terrenos de sua propriedade, situados em Maceió, numa área equivalente a cerca de quinhentos hectares.

Diante disso, pode-se dizer que a Salgema Indústria Química S/A nasceu da casualidade e da iniciativa de Euvaldo Luz. Os primeiros delineamentos do projeto de implantação do polo industrial foram registrados entre os anos de 1965 e 1966, período em que Euvaldo Luz, por meio da antiga Agência Nacional de Produção Mineral, conseguiu a concessão para explorar as jazidas de sal-gema que ficavam no subsolo, entre 900 e 1200 metros de profundidade. Em 1975, iniciou-se um processo de estatização da indústria. Sem ter condições de dar andamento ao projeto, Euvaldo Luz vendeu suas ações, repassando-as para o grupo americano Du Pont, que ficou responsável pela parte tecnológica da indústria e o capital estatal passou a ser assumido pelo Governo Federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (VIEIRA, 1997; CAVALCANTE, 2020).

Na ausência dos devidos meios de fiscalização, a construção do polo industrial foi executada sem nenhum impedimento, mesmo estando em uma área de expansão urbana. A escolha da localização da indústria, na restinga do Pontal da Barra, que fica entre a Lagoa Mundaú e o mar, foi uma decisão conjunta da indústria e do então governador do estado, Afrânio Lages. A definição do local para a construção do empreendimento satisfazia os seguintes requisitos: a proximidade da matéria-prima; a facilidade do trajeto da produção por meio do porto marítimo e a proximidade de água para lançamento dos efluentes líquidos (VIEIRA, 1997).

Depoimentos de Beroaldo Maia Gomes, que naquela época era o engenheiro responsável por coordenar os estudos referentes à implantação do polo industrial no Pontal da Barra, revelam que a escolha do local para a construção da Salgema teve a participação de um grupo de técnicos americanos, incluindo o presidente da Du Pont. Diz Beroaldo ter sugerido outras áreas, mas os técnicos afirmavam que o Pontal da Barra era o único lugar adequado para a instalação da Salgema, em Maceió. Além disso, garantiram que a presença da indústria na área urbana não acarretaria riscos à população (CAVALCANTE, 2020).

Vale ainda ressaltar que a instalação da indústria, em Maceió, foi utilizada como carro chefe de um projeto desenvolvimentista do regime militar, pautado pela criação de polos petroquímicos e exploração dos recursos naturais de diversas regiões do Brasil (VIEIRA, 1997; MARTINS; RIBEIRO, 2016). Prevaleciam os benefícios econômicos em detrimento das questões socioambientais e de acordo com os interesses, a presença da Salgema, em Maceió, dividia opiniões, gerando controvérsias sobre as interferências da indústria no espaço urbano (VIEIRA, 1997; CAVALCANTE, 2020).

As elites econômicas e o poder público, ambos interessados no uso industrial, satisfaziam-se com a instalação do empreendimento, que na época representava o progresso, a

redenção econômica do Estado de Alagoas e a complementariedade da indústria brasileira. Essa ideologia desenvolvimentista, também estava presente nos discursos de uma parte da população residente das proximidades do polo industrial. Algumas/ns moradoras/res acreditavam na promessa de melhorias e até mesmo de solução para os problemas, mediada pela interferência da indústria no cotidiano dos bairros. Além do desenvolvimento urbano, as pessoas previam a possibilidade de se obter emprego, embora não houvesse um acordo firmado que assegurasse essa oportunidade. Mais tarde, a chance de emprego foi suprimida, quando a indústria, à procura de mão de obra especializada, passou a empregar moradoras/res de outros bairros e até mesmo de outros estados (VIEIRA, 1997; MARTINS; RIBEIRO, 2016).

Em contrapartida, uma outra parcela da população questionava o fato de não ter sido consultada sobre a instalação da indústria em seu território, que tampouco teve seus interesses levados em consideração e sentia-se ameaçada com os riscos que o empreendimento de grande porte refletia. Dentre os riscos, as/os moradoras/res falavam sobre o receio de ocorrências como vazamentos de produtos inflamáveis e tóxicos, explosões e mortes. Essas pessoas se preocupavam também com a desvalorização de seus terrenos e tinham medo de perder suas casas, devido ao projeto de expansão da indústria (VIEIRA,1997; MARTINS; RIBEIRO, 2016; CAVALCANTE, 2020).

Antes mesmo de iniciar as atividades de extração a imprensa alagoana registrava, em setembro de 1976, o primeiro caso de uma série de acidentes que foram acontecendo ao longo dos anos, como a morte de um operário, vítima da explosão de um dos reservatórios instalados na Salgema. Não demorou muito para que houvesse uma segunda ocorrência, registrada no ano seguinte, em 1977, quando a Salgema já tinha iniciado as extrações e aconteceu um vazamento de cloro. Na ocasião, 14 pessoas, sendo dez crianças e quatro adultos, precisaram de atendimento médico. Não obstante, dois dias após essa ocorrência, ocorreu um novo vazamento (CAVALCANTE, 2020).

Seguindo ainda os rastros das interferências da indústria no contexto urbano, encontramos registros apontando novos e constantes acidentes. Dentre eles, mais duas ocorrências de vazamento de cloro que geraram uma grande repercussão na mídia local. O primeiro, em 25 de janeiro de 1985, e o segundo, em 23 de março de 2011. Na primeira ocasião, além de noticiar o pânico causado nas/os moradoras/res e nas/os frequentadoras/res do Clube Motonáutica, que fica situado nas proximidades da indústria, a imprensa apurou casos de asfixia e irritação em muitas pessoas. O incidente chegou a ser denunciado por um dos conselheiros, em uma reunião do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (MARTINS; RIBEIRO, 2016; CAVALCANTE, 2020).

O segundo vazamento, registrado em 2011, causou intoxicação em cerca de 130 pessoas. Dois dias após esse incidente, ocorreu uma explosão nos canos da indústria, deixando cinco pessoas feridas (MARTINS; RIBEIRO, 2016).

Impulsionada por um discurso progressista, a instalação da Braskem foi motivo de muitos problemas. Tal como o título deste capítulo, a sua chegada em terras alagoanas transitou da panaceia ao caos. Convém ressaltar que, nas entrelinhas desse enredo, circulou em 1976, às vésperas do início das atividades da Salgema, um relatório formulado pela Defesa Civil do Estado, intitulado "Operação Catavento", que tecia considerações sobre a toxidez do cloro, os riscos à saúde humana e os prejuízos ao meio ambiente. Embora os assuntos abordados nesse documento fossem de interesse da população, o relatório de caráter confidencial ficou limitado a poucas autoridades, como o prefeito, secretários da saúde e de outras repartições públicas. Especula-se que, em função da veracidade das informações, o conteúdo nele abordado foi negado à sociedade (CAVALCANTE, 2020).

Vale destacar que, por se tratar do período da ditadura militar, muitas ocorrências não eram noticiadas pela imprensa devido à censura, pois havia uma "cortina de proteção" criada pelo Estado que escondia os atos da Salgema, segundo o historiador Geraldo Majella. (FRANÇA, 2019).

A insegurança gerada pela falta de informações e ainda mais pela conivência e omissão dos órgãos públicos frente aos acontecimentos que submeteram a população a riscos constantes, levou ao surgimento de uma ação coletiva, que mobilizou a população a lutar contra os interesses da Salgema. Grande parte da população maceioense, principalmente as/os moradoras/res dos bairros próximos à indústria, representadas/os pelas associações comunitárias, além de jornalistas, sindicalistas, ambientalistas e representantes da Universidade Federal de Alagoas protagonizaram diversas reações contrárias à atuação da indústria na cidade. Na década de 80, essas mobilizações ganharam um reforço expressivo, após o anúncio do projeto de ampliação da capacidade operacional da Salgema, quando foi criado o Movimento pela Vida, pelo Sindicato dos Jornalistas (VIEIRA, 1997; CAVALCANTE, 2020).

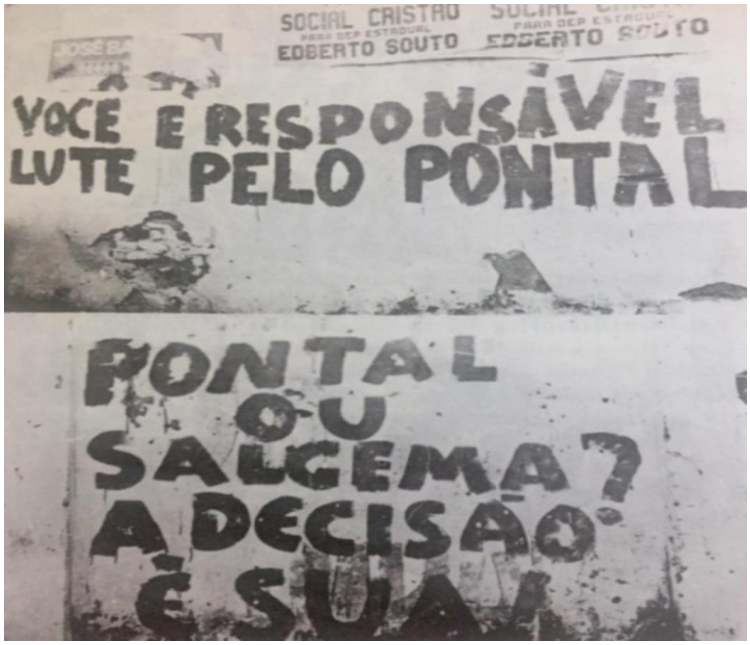
Esse movimento integrou diversos setores da sociedade, conduziu as lutas e as ações políticas e aos poucos foi se afirmando através de diversas estratégias amplamente divulgadas pela imprensa. Dentre elas, palavras de ordem foram estampadas nos muros das casas próximas da indústria a fim de expressar a insatisfação das/os moradoras/res com a interferência da indústria e convocar a sociedade para lutar contra os interesses ambiciosos da Salgema. Através de abaixo-assinados, da realização de protestos nas ruas de Maceió, de reuniões com autoridades, de formulação de relatórios e outras manifestações públicas, o Movimento pela

Vida denunciava a negligência e a conivência das autoridades e dos órgãos de fiscalização. Além disso, buscava fortalecer a luta em prol das questões socioambientais (VIEIRA, 1997; CAVALCANTE, 2020).

Figura 1: Palavras de ordem nos muros das casas próximas à Salgema.

Fonte: Tribuna de Alagoas [1986?]. Reproduzido de Vieira, 1997.

Figura 2: Convocação da comunidade para a mobilização social.



Fonte: Tribuna de Alagoas [1986?]. Reproduzido de Vieira, 1997.

O Movimento pela Vida organizou diversas manifestações nas ruas de Maceió, contando algumas vezes com a presença de artistas de teatro que, durante as passeatas, encenavam o socorro prestado a uma pessoa vítima de acidente com produtos químicos, com o objetivo de chamar a atenção das/os maceioenses, sobre os perigos advindos da indústria. Contavam também com uma alegoria em formato de uma cobra gigante que serpenteava entre as/os manifestantes (VIEIRA, 1997; CAVALCANTE, 2020).

Figura 3: Manifestação do Movimento pela Vida nas ruas de Maceió.

Fonte: Tribuna de Alagoas, 1986. Reproduzido de Nascimento e Cavalcante, 2018.

As manifestações e discussões ficaram ainda mais intensas com a vinda a Maceió de Rômulo Almeida, então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e um dos responsáveis pela implementação do Polo Petroquímico da Bahia. Em seu discurso, ele garantia que "a duplicação da capacidade de produção da Salgema não implica na duplicação dos riscos de acidentes" (VIEIRA, 1997, p. 28). Além disso, em tom de ameaça, falava sobre a possibilidade de transferir o polo de Alagoas para outros estados, a exemplo de Sergipe. "Só que era mentira, por que Sergipe não possuía nossas condições", disse o professor e doutor em ecologia, José Geraldo Marques, que naquela época era o titular da Coordenação do Meio Ambiente de Alagoas (CAVALCANTE, 2020, p. 100).

A resistência mobilizada pelo Movimento pela Vida, em articulação com as lideranças comunitárias, ganhava cada vez mais destaque nos noticiários alagoanos. Em face da pressão popular, o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) a realização de um plebiscito, que de acordo com ele seria "o único recurso capaz de permitir a participação democrática da comunidade na discussão do problema" (VIEIRA, 1997, p. 29). Enquanto isso, eram veiculadas nos meios de comunicação, inclusive na televisão, propagadas tendenciosas da Salgema, sendo algumas ligadas aos órgãos do Estado, como a Secretaria de Indústria e Comércio e a Companhia de Desenvolvimento de Alagoas – CODEAL (VIEIRA, 1997).

Embora o Movimento pela Vida considerasse a consulta popular uma conquista, expressava preocupação com os critérios e os rumos de sua realização, que no final das contas, nem chegou a acontecer. Os motivos são controversos. Algumas fontes informam que o pleito não foi realizado, porque o TRE alegou não dispor de recursos humanos para auxiliar no processo, uma vez que as eleições para prefeito se aproximavam (VIEIRA, 1997). Outras fontes, contudo, argumentaram que a consulta popular foi rejeitada pelo TRE, devido à ausência de um pedido oficialmente formulado por Suruagy – estratégia entendida como uma "saída ao modo suruagysta". Ou seja, para não contrariar a população, o governador lançou mão do plebiscito e para não desagradar a indústria, convenientemente, não sustentou a ideia inicial, levando-a ao esquecimento (CAVALCANTE, 2020).

Em contrapartida, para atenuar os ânimos da população e suavizar a imagem negativa, a Salgema, através da sua assessoria de comunicação, passou a investir em políticas compensatórias e de relacionamento social. A partir daí, viabilizou uma série de projetos que foram amplamente divulgados em seus meios de comunicação, como o apoio destinado à Cooperativa de Rendeiras do Pontal da Barra, as doações realizadas à Secretaria de Educação e de Saúde, ao Corpo de Bombeiros, aos hospitais e a outros setores da sociedade. Também,

com o intuito de mostrar uma preocupação da empresa para com as causas ambientais, o então presidente-diretor da Salgema, Roberto Miragaya, apresentou o projeto de criação de um Cinturão Verde, como solução para proteger e preservar a área que fica ao redor do polo industrial, cuja implementação representava "um exemplo vivo da preocupação da Salgema em desenvolver um trabalho atento e criterioso, onde o homem e a natureza estão sempre em primeiro plano" (VIEIRA, 1997, p. 34; CAVALCANTE, 2020).

Agregada a essas "boas intenções", havia uma estratégia de marketing e uma ameaça velada de expulsão e desapropriação de terra das/os moradoras/res, mediada pela idealização do Cinturão Verde, de acordo com o depoimento de um representante do Movimento pela Vida:

> (...) a Salgema vendeu essa ideia prometendo fazer do Cinturão Verde um oásis de lazer para a população de Maceió, inclusive esse projeto incluía uma série de equipamentos como o campo de futebol, teatro ao ar livre, e uma série de coisas que nunca chegaram efetivamente a serem realizadas. Isso fazia parte do jogo da própria fábrica e na realidade o tempo terminou nos dando razão, porque aquilo de fato era e é uma política de reserva de terras (VIEIRA, 1997, p. 34).

Afinal, o Cinturão Verde foi implantado, mas a população conseguiu, graças à mobilização social e através de um aparato jurídico, lançar a proposta de efetivar o tombamento de uma parte da restinga do Pontal da Barra, que virou uma zona de preservação. Essa medida atendeu parcialmente aos anseios da comunidade, visto que foi deliberado por decreto emitido pelo Estado, a preservação dos direitos da Salgema sobre uma determinada área. Para as/os ecologistas, a decisão do Estado não passou de um "blefe", pois garantia a permanência da indústria naquele território. Todavia, assegurava à população, sobretudo ao núcleo urbano do bairro, a posse de suas terras, sem a possibilidade de expansão e invasão da Salgema, uma vez que parte da região se transformou em patrimônio histórico-cultural de Alagoas (VIEIRA, 1997, p. 70).

Enquanto transcorriam as mobilizações nas ruas, algumas/os estudiosas/os produziram pesquisas sobre os impactos da chegada da Salgema e as consequências a curto, médio e longo prazo. Uma delas foi a pesquisa de mestrado de Maria do Carmo Vieira desenvolvida entre 1989 e 1992, cujo título "Daqui Só Saio Pó - Conflitos Urbanos e Mobilização Popular: A Salgema e o Pontal da Barra" é o mesmo do livro publicado em 1997, pela Editora da Universidade Federal de Alagoas – Edufal – fonte de referência que nos auxiliou no resgate de fatos e acontecimentos que repercutiram no decorrer da tortuosa implantação da Salgema, em Maceió.

Outro exemplo de estudo sobre a referida temática, desenvolvido na década de 80, foi o realizado por Érico Abreu e Mário Lima. Estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Alagoas, eles se mobilizaram depois do acidente químico ocorrido na Índia, em 1984, conhecido como "Desastre de Bhopal"[19], que resultou na morte de milhares de pessoas, vítimas do vazamento de gases tóxicos que escaparam de uma indústria química norte-americana. Um ano depois do acidente, os estudantes investigaram e escreveram juntos uma reportagem especial sobre as possíveis consequências relacionadas à exploração da jazida de sal-gema em Maceió. O material foi publicado no *Prátika*, o jornal laboratório do curso (PIMENTEL, 2019; CAVALCANTE, 2020).

Os estudantes realizaram entrevistas, fizeram visitas à Salgema e conheceram o funcionamento da indústria, durante a elaboração do material investigativo. Os resultados apontaram que, dentre as possíveis consequências, havia a possibilidade de ocorrer movimentação e tremores de terra próximo às cavernas subterrâneas formadas em função da extração da sal-gema. Isso indicava que, para além dos riscos de vazamento de gases tóxicos e de explosões que ameaçavam as/os moradoras/res dos bairros vizinhos ao polo industrial, principalmente o Trapiche e Pontal da Barra, existia ainda uma ameaça abaixo dos pés das/os moradoras/res que viviam em outros bairros da cidade, onde haviam poços de extração, como o Pinheiro e adjacências. Dos 35 poços de extração mineral distribuídos na cidade de Maceió, 07 estão situados no Pinheiro e 3 no Mutange, bairro circunvizinho. Na reportagem, uma charge do jornalista Ênio Lins ilustrava o cenário de ameaça (PIMENTEL, 2019; CAVALCANTE, 2020).

[19] "O chamado Desastre de Bhopal, que ocorreu em dezembro de 1984, matou 3 mil pessoas, além de expor 500 mil aos gases tóxicos. Na época, 40 toneladas de gases tóxicos vazaram da indústria química norte-americana Union Carbide que atualmente é propriedade da multinacional Dow Química. A principal causa do desastre foi negligência com a segurança e até hoje os moradores da região sofrem com as consequências" (PIMENTEL, 2019, p.3).

Figura 4: Charge de Ênio Lins retratando a existência de cavernas subterrâneas.

Fonte: Pimentel, 2019.

Passados mais de 30 anos de exploração da sal-gema, o alerta decorrente da investigação[20] feita por Érico Abreu – que até outubro de 2019 era professor da UFAL – e pelo seu colega jornalista, Mário Lima, se concretizou. Isso aconteceu no dia 03 de março de 2018, quando foi registrado no Pinheiro e bairros vizinhos, tremores de terra que atingiram uma magnitude de 2,5 na escala Richter.

Em janeiro do ano seguinte, numa entrevista concedida ao jornal *Tribuna Independente*, Érico de Abreu disse que o alerta feito trinta anos atrás foi uma espécie de previsão. Mas, apesar dos resultados do estudo realizado naquela época constatarem a possibilidade de tremores de terra nas regiões próximas das cavernas produzidas pela extração, ele admite não saber se existe de fato uma ligação dos abalos sísmicos com a atividade da antiga Salgema (PIMENTEL, 2019).

A Braskem, através do contato estabelecido também pelo jornal *Tribuna Independente*, enviou uma nota, afirmando que o fenômeno não teve relação com as atividades de extração.

> A Braskem segue rigorosamente as recomendações técnicas de segurança em todas as suas operações. As atividades de mineração em Alagoas começaram em 1975. Não há nenhuma evidência de relação com os eventos do bairro do Pinheiro. Em função do conhecimento técnico de geologia, a Braskem vem dando apoio às autoridades a fim de encontrar as reais causas deste fato (PIMENTEL, 2019, p. 14).

[20] Diante da grande repercussão da matéria publicada pelo jornal, o estudo realizado por Érico Abreu e Mário Lima rendeu a eles homenagens inclusive da Câmara de Vereadoras/res de Maceió (PIMENTEL, 2019).

Outras informações disponibilizadas no site da Braskem reafirmam e asseguram que a extração da sal-gema segue os parâmetros internacionais e que os poços utilizados são totalmente preenchidos, durante e após a extração. Além disso, ressalta que há anos esses poços são inspecionados e monitorados periodicamente, seguindo as normas técnicas e legais (BRASKEM, 2019).

No entanto, há controvérsias sobre o preenchimento das cavernas. Enquanto a Braskem garante estar seguindo os padrões necessários para esse procedimento, um trecho do livro "Salgema: do erro à tragédia", de autoria do jornalista e escritor Joaldo Cavalcante, publicado em 2020, apresenta uma outra versão. Informações compartilhadas por ex-funcionários da Braskem, indicam irregularidades.

> (...) há informação de que, a partir da duplicação, a Salgema não utilizou com regularidade o óleo para misturar com água e assim fazer a injeção. O óleo, segundo consta, funcionaria como uma espécie de selador das paredes das cavernas (CAVALCANTE, 2020, p. 92).

Em meio às controvérsias, uma coisa é possível constatar: embora tenha sido considerado de pequena intensidade, uma vez que a escala Richter vai de 0 a 10, o abalo sísmico causou diversos danos emocionais e materiais, repercutindo no cotidiano das/os moradoras/res. De acordo com a imprensa alagoana, em função do sinistro, o asfalto de vias públicas cederam, formando enormes buracos. E a estrutura de algumas casas e apartamentos ficou totalmente comprometida (GAZETA DE ALAGOAS, 2018).

Figura 5: Rachadura em residência localizada no bairro do Pinheiro.

Fonte: Letras Ambientais, 2019.

Figura 6: Crateras em via pública.

Fonte: Tribuna Hoje, 2019.

Localizado na terceira região administrativa da capital alagoana, o bairro do Pinheiro, que atualmente possui cerca de 20 mil habitantes, foi construído para alavancar e impulsionar a expansão urbana da cidade, sendo oficialmente definido pela Lei Municipal n.º 4.952 de 06 de janeiro de 2000. Devido à proximidade com a Avenida Fernandes Lima, região de grande visibilidade comercial, o bairro passou a ser ocupado por diversos estabelecimentos comerciais, no entanto, o bairro é predominantemente residencial (CARVALHO, 2007; ANJOS, 2011; CAVALCANTE, 2020).

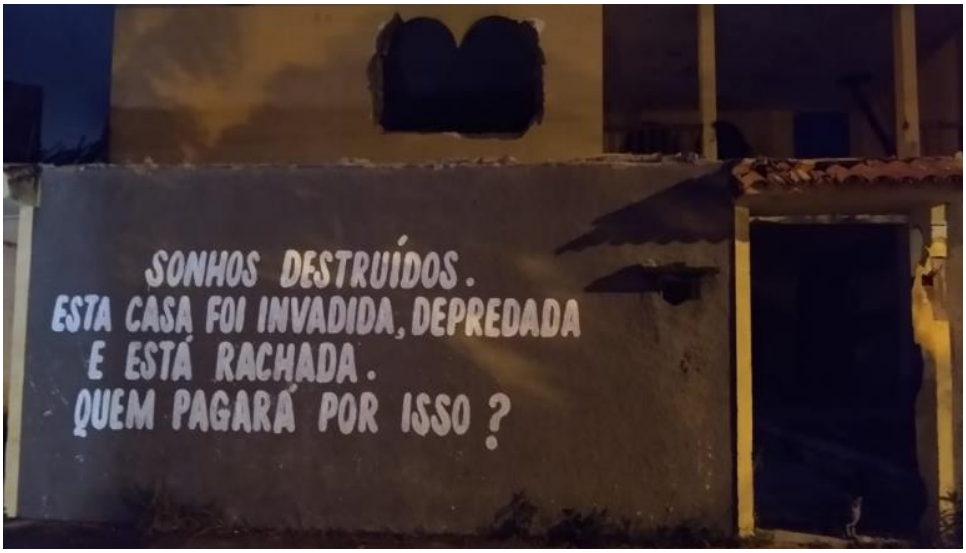
Considerado o epicentro do processo de instabilidade do solo, o Pinheiro tornou-se uma região deserta. Algumas pessoas saíram por conta própria, receosas pela ameaça da ocorrência de desastres. Outras, no entanto, tiveram seus imóveis interditados e foram obrigadas a deixar suas casas mediante recomendação da Defesa Civil municipal (LETRAS AMBIENTAIS, 2019).

Trazemos, abaixo, algumas fotos que mostram um panorama da situação do bairro.

Figura 7: Casas e prédios em ruínas.

Fonte: Gazeta AL, 2020.

Figura 8: Mensagem estampada no muro de uma casa abandonada.



Fonte: Jornal Extra, 2020.

A situação de risco, somada à ausência de alternativas do poder público para atenuar os efeitos adversos sentidos e vivenciados pela população, fez com que a comunidade se organizasse para reivindicar tanto uma elucidação da causa do fenômeno, quanto seus direitos (G1 ALAGOAS, 2018).

Duas associações comunitárias se formaram: o Núcleo Comunitário de Defesa Civil (NUDEC), que concentra predominantemente pessoas que residem no bairro, embora conte com técnicas/os da Defesa Civil, em sua composição, e o SOS Pinheiro, foi criado em novembro de 2018 por moradoras/res voluntárias/os residentes do bairro.

Semelhante às estratégias coletivas de enfrentamento do Movimento pela Vida, formado na década de 80, as/os moradoras/res do Pinheiro, através das associações comunitárias, têm percorrido as ruas de Maceió expressando a sua indignação pela Braskem, antes mesmo de uma confirmação acerca de quem causou os danos no bairro. Além disso, registraram frases de revolta e palavras de ordem nos muros e nas portas das casas e prédios residenciais do bairro, para chamar a atenção das autoridades públicas para o drama vivenciado por elas/eles.

Figura 9: Moradoras/res realizam protestos nas ruas de Maceió.

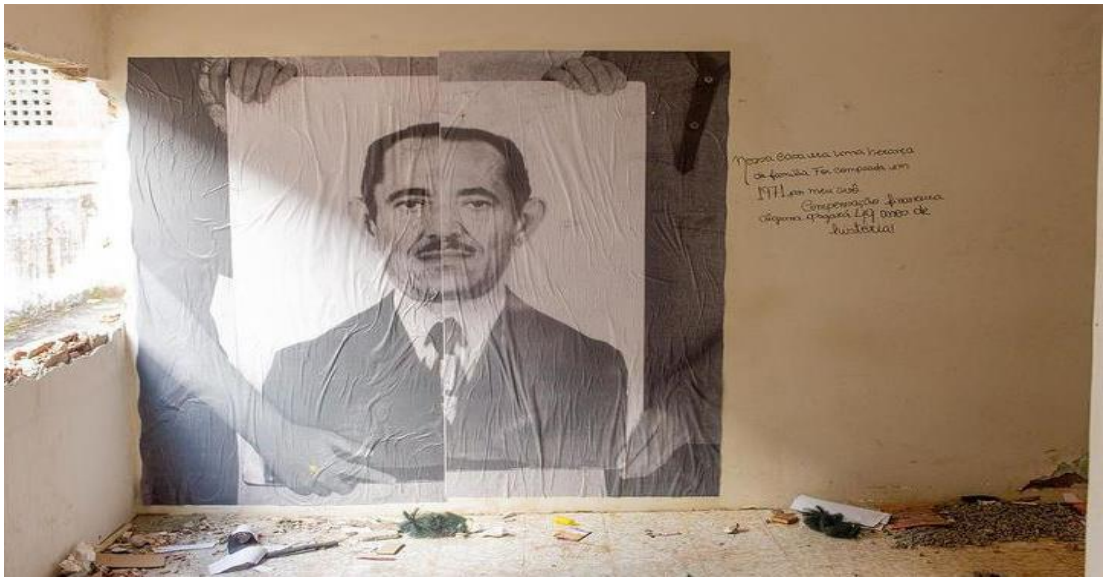
Fonte: Tribuna Hoje, 2019.

Figura 10: Frases nas portas e muros de imóveis expressam a indignação das/os moradoras/res.

Fonte: Tribuna Hoje, 2019.

Com o intuito de compreender as ações da comunidade para o enfrentamento dos riscos socioambientais, no decorrer desta dissertação, buscamos rastrear e apresentar as vivências, as diversas articulações e as rupturas performadas por moradoras/res fomentadas sobretudo pelas associações comunitárias, em busca de esclarecimentos, celeridade das ações e demais direitos.

INTERLÚDIO[21]



Meu pai chegou no Pinheiro em 1971; mais propriamente no conjunto Jardim Acácia, que eram somente alguns prédios rodeados de sítios, sem saneamento básico, sem estrutura alguma. Mas aquele era o bem da família; o local que iria abrigar seus 8 filhos naquele pequeno espaço. Não chegou a ver o bairro se desenvolver, o comércio local crescer.... Morreu cedo, na sala do nosso apartamento, em 1977. E aquele lugar se tornou mais que uma casa, era nossa relíquia, herança da família, pois cada cantinho lembrava ele.

[21] Fotografia e relato extraídos do instagram @agentefoifelizaqui.

3. DOIS NÓS EM UMA REDE DE OSCILAÇÃO

Neste capítulo, abordamos os principais conceitos dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam esta pesquisa: a perspectiva construcionista e a Teoria Ator-Rede (TAR). Para estabelecer esse diálogo, propomos tratar cada referencial como um nó que faz parte de uma rede de oscilação: o primeiro nó a ser apresentado versa sobre os posicionamentos construcionistas e o segundo, discorre sobre os pressupostos da Teoria Ator-Rede.

Construímos, portanto, esta discussão, transitando pelos referenciais, nos deslocando de uma narrativa construcionista para uma narrativa da Teoria Ator-Rede. Consideramos que os efeitos dessa rede de oscilação agregam reflexões, ampliam a compreensão do campo em estudo e ressoam aqui e no decorrer dos próximos capítulos.

Não poderia deixar de mencionar que transitar por esses "nós" é uma escolha que reitera o lugar que assumo nesta pesquisa. Fundamenta-se, portanto, nas experiências e nas conexões estabelecidas durante duas construções: a desta pesquisa e a minha, enquanto pesquisadora, cujo percurso me levou ao encontro desses dois referenciais.

3.1 O primeiro nó: a perspectiva construcionista

O Construcionismo é um movimento contemporâneo que surge na segunda metade do século XX, como uma crítica à Modernidade e à Psicologia Social Moderna e tem adquirido intensa visibilidade entre as/os cientistas sociais e estudiosas/os da humanidade. Caracteriza-se enquanto uma perspectiva que se opõe aos modelos básicos do conhecimento, norteados pelos pressupostos positivistas-empiristas nutridos pelo dualismo sujeito-objeto e pelas concepções naturalizadas e essencializadas do conhecimento (GERGEN, 2009).

Essa concepção radicaliza a nossa compreensão de mundo, levando-nos a questionar a historicidade de nossas práticas e de nossa existência (IÑIGUEZ, 2003) e é impulsionada pela ruptura com as antigas tradições filosóficas que concentravam o conhecimento na composição dicotômica entre mente e mundo (IBÁÑEZ, 2004), arraigado por um viés individualista, objetivo e descontextualizado (GERGEN, 2009).

Em um tom de crítica a essas postulações dualistas, Kenneth Gergen (2009), um dos principais propositores do movimento construcionista, instiga-nos a questionar os conhecimentos dados como óbvios, imutáveis e inquestionáveis, problematizando

principalmente a forma de compreensão dos fenômenos, por meio de um processo automático e natural.

Contrariando tal concepção, o autor discute sobre a possibilidade de compreendermos o mundo a partir de um intercâmbio ativo e compartilhado, permeado pelos aspectos históricos e culturais – processo pelo qual as pessoas agem, negociam, mobilizam e constroem o mundo em que vivem. O conhecimento é, portanto, resultado de construções coletivas, produzidas por interações dialógicas e interativas das quais participamos cotidianamente. Nesse sentido, o autor argumenta:

> Os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas. Do ponto de vista construcionista, o processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação (GERGEN, 2009, p. 303).

Essa nova conjuntura fez emergir a composição de outras formas de investigação e compreensão do conhecimento científico, especialmente na psicologia, mobilizando um deslocamento conceitual de fundamentos essencializados e sustentados como únicos, sagrados e presentes na história da teoria psicológica de maneira que os "consensos profissionais passam a ser suspeitos; as crenças normalizadas convertem-se em alvos de desmistificação; a "verdade" sobre a vida mental se apresenta como curiosa" (GERGEN, 2009, p. 312).

Diante dessas considerações, ressaltamos alguns aspectos relevantes para esta dissertação. A primeira característica a ser levada em conta, como princípio construcionista, é a compreensão de que o conhecimento não é dado, nem revelado e sim construído, além de ter caráter processual (IÑIGUEZ, 2003). Outra característica é ter como foco o conhecimento tomado como produto histórico e culturalmente situado, ao invés de limitá-lo a representações e espelhamento do mundo real (SPINK, 2010a).

Esses pressupostos, portanto, nos ajudam a entender o processo de construção da mobilização da comunidade no enfrentamento da situação de risco, principalmente considerando suas especificidades e características locais – uma postura que contraria a maneira de produzir conhecimento baseada nos fundamentos essencialistas e realistas. Tais afirmações se fundamentam, ainda, na maneira de compreender o cenário da pesquisa, inserindo-o no debate ético e político.

Em meados da década de 90, após ter sido deslegitimado pela psicologia social dominante, o construcionismo passou a ganhar visibilidade e reconhecimento (IÑIGUEZ, 2003), período no qual, as ideias construcionistas sociais se difundiram com maior expressividade, sobretudo no Brasil. Nesse contexto, publicações como o livro intitulado

“Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano”, da psicóloga social e pesquisadora Mary Jane Spink, oportunizou a ampliação das discussões acerca do construcionismo no território brasileiro (RASERA; MARTINS; JÚNIOR, 2017).

Aqui, o movimento tem ocupado diversos espaços para além do meio acadêmico, haja vista sua repercussão inclusive na clínica, proporcionando novos sentidos e diferentes reflexões acerca da relação entre a teoria e a prática. Assim como tem mobilizado psicólogas/os à revisarem suas práticas profissionais (RASERA; MARTINS; JÚNIOR, 2017).

É importante considerar, ainda, que o movimento construcionista é amplo e transita em outros espaços, para além da Psicologia Social (RIBEIRO, 2003). Embora seja nomeado no singular, a literatura nos convida a adentrar nas discussões sobre esse movimento, considerando a sua fluidez e diversidade, fazendo-nos entender que existem vários construcionismos, os quais estão em contínua transformação, pois são sensíveis às particularidades e aos contextos em que estão inseridos. Sendo assim, “ao invés de termos que escolher por uma única perspectiva, entendemos que seu maior potencial reside justamente em sua variedade” (RASERA; MARTINS; JÚNIOR, 2017, p. 52).

A virada linguística, termo utilizado por Richard Rorty, representa um importante marco para esse referencial. Corresponde a um movimento histórico de ruptura no campo da filosofia e das ciências humanas e sociais, que foi se constituindo de maneira processual, adotando várias modalidades durante seu desenvolvimento. Dessa forma, além de histórico, ele é diverso e híbrido. Também conhecido como Giro Linguístico, esse movimento resultou em um aumento expressivo no estudo do papel da linguagem, promovendo uma nova forma de interpretação das práticas linguísticas, modificando a própria concepção da natureza da linguagem (IBÁÑEZ, 2004).

Esta conjuntura contrapõe-se à teoria clássica que reduz à linguagem as formas descritivas e representativas do mundo, que norteiam e conduzem suas investigações de maneira descontextualizada, amparadas pela dicotomia entre mundo interior-exterior, considerando que “há uma realidade que necessita ser revelada. Além do mais, privilegiam o conhecimento científico em detrimento do conhecimento do senso comum” (RIBEIRO, 2003, p. 12).

Opondo-se a essa perspectiva, o giro linguístico, como o próprio nome sugere, foi um giro no sentido de provocar mudanças na concepção da linguagem, propondo o rompimento da lógica cartesiana da filosofia da consciência centrada no mundo das ideias e na interioridade do sujeito, difundido por Descartes para o estudo dos enunciados linguísticos. As postulações,

defendidas e divulgadas por esse movimento, produziram efeitos importantes nas ciências humanas e sociais, repercutindo na maneira de abordar seus objetos de estudo (IBÁÑEZ, 2004).

Entre as várias consequências desse movimento, enfatizamos a preocupação com a linguagem cotidiana, aspecto impulsionado pelas investigações de Wittgenstein, que reuniu diversos estudiosos da Unidade de Oxford, como Gilbert Ryle, John Austin e Peter Strawson, conhecidos como os filósofos de Oxford, na tentativa de compreender os mecanismos da linguagem cotidiana e elucidar suas peculiaridades (IBÁÑEZ, 2004).

Nessa perspectiva, o conhecimento cotidiano, que até então era invisibilizado pela ciência, passa a ganhar notoriedade e um status equivalente ao científico, de modo que "não são diferentes e nem menos importantes do que as que os cientistas sociais oferecem" (RIBEIRO, 2003, p. 27).

A literatura que discorre sobre a gestão no campo dos desastres socioambientais menciona que, dentre os impasses que impossibilitam uma gestão integrada e descentralizada, a desvalorização do saber cotidiano e da participação dos atores locais é um deles. Sendo a gestão de risco compreendida majoritariamente como um problema dos governos (NOGUEIRA et al., 2014).

Diante disso, reiteramos em nossa pesquisa, a importância do posicionamento ético-político norteado pela perspectiva construcionista. Principalmente, quando trazemos a noção de uma gestão participativa como uma estratégia que pode fomentar a interlocução entre os diversos saberes. Essa articulação, além de ampliar a compreensão dos problemas, auxilia no delineamento e implementação de medidas mais assertivas e validadas socialmente, fortalecendo assim a gestão dos riscos (SULAIMAN, et al., 2019).

No contexto desta pesquisa, enfatiza-se não somente o conhecimento técnico e científico dos órgãos responsáveis em elucidar os fenômenos que acometem o bairro, mas também ao conhecimento local, resultado das vivências e experiências das pessoas que residem naquele território. Propiciando, assim, a desconstrução de verdades estabelecidas.

Um outro aspecto, que podemos desdobrar a partir dos pressupostos do movimento construcionista, parte da afirmação de Gergen (2009) de que nada é natural. Logo, os desastres também não o são. No entanto, o termo "desastres naturais" é comumente utilizado em diversas narrativas. Decorre desse posicionamento a crítica à forma naturalizante desse discurso, que inibe questionamentos e impede a mobilização de uma discussão mais ampla em torno do evento, dificultando a implementação de estratégias para o enfrentamento do problema (VALENCIO, 2004).

Em suma, o uso desse termo têm efeitos e produzem ações que podem privilegiar uns em detrimento de outros. Ademais, a noção naturalizante do desastre, além de ser limitante, interfere diretamente na reflexão em torno do processo de gestão de risco de desastres socioambientais (MARTINS, 2013).

Para ampliar a compreensão do nosso campo de pesquisa e inserir novas discussões, apresentamos a seguir o segundo nó da rede de oscilação: a Teoria Ator-Rede. Seus pressupostos agregam ao debate construcionista implicações acerca do dualismo natureza e sociedade, configurando-se assim, em um novo campo de possibilidades para a conceituação de agentes, sujeitos ou objetos (IÑIGUEZ, 2003).

3.2 O segundo nó: a Teoria Ator-Rede

A Teoria Ator-Rede (TAR) é uma vertente contestatória com relação às abordagens tradicionais da Sociologia, que definem o conceito de social como aquilo que advém única e exclusivamente das interações humanas. Para os atores da TAR, o social "nada mais é do que redes de certos padrões de materiais heterogêneos" e, por isso, não pode ser compreendido como simplesmente humano (LAW, 1992, p. 3).

"Rede" e "actante" são expressões centrais na TAR. O termo actante é atribuído aos atores humanos e não humanos, que podem se hibridizar na medida em que se agenciam. Isso quer dizer que um ator ou actante se define tanto pela heterogeneidade de sua composição – sendo portanto qualquer pessoa, instituição ou coisa que é simultaneamente dotado de propriedades humanas e de propriedades das coisas –, quanto pela sua capacidade de agenciar, ou seja, produzir e sofrer concomitantemente os efeitos deles advindos. A noção de rede na TAR, por conseguinte, está associada ao movimento, fluxos e conexões heterogêneas, composta por esses elementos hibridizados (MORAES, 2004; BONAMIGO, 2008).

Questionando o sentido e o nome histórico "Teoria do Ator-rede", Bruno Latour, filósofo e sociólogo francês e um dos fundadores da TAR, pensou em outras nomeações para rotulá-la, tais como: "Sociologia de Translação", "Ontologia Actante-Rizoma", "Sociologia de Inovação". Até que uma pessoa observou que o acrônimo em inglês, ANT (Actor-Network-Theory) – que significa formiga – seria perfeitamente apropriado para "um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário" (LATOUR, 2012, p. 28).

No capítulo 6 de Provérbios, lemos: "Procura a formiga, preguiçoso... Olha para os seus caminhos e sê sábio".

Fiz isso... mas a formiga também não sabia a resposta!

A ilustração acima faz parte do livro de Bruno Latour (2012) e no decorrer da sua obra, inspirado pela metáfora da ANT, ele propõe que as/os estudiosas/os da TAR, assim como uma formiga, arrastem-se lentamente pelo trajeto de pesquisa – por vezes interrompido, suspenso ou desviado – carregando seus pesados equipamentos e seguindo as pistas deixadas pelos actantes.

Ele sugere ainda, transitar por esse caminho atentando para as conexões, controvérsias e associações estabelecidas pelos elementos que integram as redes heterogêneas, ao invés de se apoiar nas generalizações e cumprir um percurso rápido demais (LATOUR, 2012). Em outras palavras, a TAR nos desafia a trilhar o caminho da investigação, a partir das pistas que os atores nos fornecem, ao invés de reproduzir formatos sistemáticos na busca de revelar verdades (MÉLLO, 2015).

O social na concepção da TAR configura-se a partir das conexões rastreáveis. Compreendê-lo requer, portanto, a observação e a identificação das controvérsias que emergem nas redes formadas através da circulação dos actantes. As controvérsias são elementos-chave para a compreensão dos fenômenos e funcionam como espaços de conflito e negociação entre os atores (VENTURINI, 2009).

Também conhecida como “Antropologia Simétrica”, “Sociologia das Associações” e “Sociologia da Tradução", a TAR, além de Bruno Latour, tem Michel Callon e John Law como principais precursores. Surgiu na França, na década de 70, em meio às discussões ensejadas no campo dos estudos de ciência e tecnologia (LATOUR, 2012; MÉLLO, 2015).

Nesses espaços, os objetos da ciência e da tecnologia passam a ser vistos por Latour (2012) de uma forma um tanto peculiar, quando comparados a algumas questões éticas, epistemológicas e ontológicas de outras abordagens sociológicas. Pois, de acordo com ele, tais artefatos possuem o mesmo valor atribuído aos seres humanos e são dotados de agência, sendo então capazes de agir, produzir, permitir, bloquear, entre outras. Essa nova perspectiva é um

ponto de partida para tornar a sociologia menos antropocêntrica, principalmente por agregar os não-humanos – animais, objetos, coisas imateriais – no debate sociológico.

Mobilizado pela discussão acerca da indistinção entre natureza e sociedade, Michel Callon propõe no artigo "Alguns elementos da sociologia da tradução: domesticação das vieiras e os pescadores da baía de St. Brieuc"[22], publicado em 1986, três princípios: agnosticismo, simetria generalizada e associação livre.

O princípio do agnosticismo refere-se à imparcialidade da/o pesquisadora/or em relação aos argumentos científicos e tecnológicos utilizados pelos protagonistas envolvidos em uma dada controvérsia. As considerações e os pontos de vista não devem ser privilegiados, assim como nenhuma interpretação deve ser censurada. Sobre a estratégia de imparcialidade, suscitada por este princípio, Martins (2013), argumenta que a ideia é não anular a participação da/o pesquisadora/or, pois ela é tão importante quanto a das/os interlocutoras/res. A proposta, no entanto, consiste em:

> Não excluir argumentos que os interlocutores utilizem para analisar a sociedade que os circula, independentemente da posição que eles estejam falando. Não se deve, a partir desse princípio, estabelecer um ponto de vista interpretativo privilegiado em detrimento dos demais. O pesquisador não é neutro (...) o pesquisador não pode falar apenas de uma (sua) perspectiva em uma controvérsia ou privilegiar o ponto de vista que mais lhe apraz: há de procurar a controvérsia nas distintas opiniões. Essas opiniões distintas é que mobilizam a controvérsia. O observador ou pesquisador é apenas um nó na complexa trama de uma pesquisa (MARTINS, 2013, p. 34).

O princípio de simetria generalizada preconiza que os diferentes elementos, pontos de vista distintos e argumentações que se opõem no decorrer das controvérsias sejam explicados sob os mesmos termos, o que implica dizer, a partir de um mesmo vocábulo e repertório. Haja vista, que sujeitos e objetos possuem o mesmo grau de relevância (LAW, 1997; CALLON, 1986; LATOUR, 2012; MARTINS, 2013). Além disso, "se quisermos lidar com a natureza e a sociedade de modos indissociáveis, precisamos também de um novo vocabulário para abordá-los" (MARTINS, 2013, p. 33).

Essa compreensão além de respeitar a manutenção do mesmo tipo de registro, quer se trate de aspectos técnicos, sociais, políticos e/ou leigos, suscita o rompimento da dicotomização entre os elementos humanos e não-humanos, propiciando assim, uma descentralização do ser humano como único foco, colocando os não-humanos em cena (LAW, 1997; LATOUR, 2012; MARTINS, 2013; MÉLLO, 2015). Isso, entretanto, não anula a existência de divisões entre

[22] Título original: Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay

materialidade e pessoalidades resultantes das associações, articulações e mediações entre os atores heterogêneos (CORDEIRO, 2012).

E por fim, o princípio da associação livre, que convida a/o pesquisadora/or a "abandonar todas as distinções a priori entre eventos naturais e sociais", pois não há uma fronteira definida entre eles (CALLON, 1986, p. 201. Tradução nossa[23]). O ponto de partida, no entanto, é seguir os atores para identificar os seus argumentos e a forma como eles definem e associam os diferentes elementos, por meio dos quais constroem e explicam seus mundos.

Podemos considerar, diante do que foi abordado, que no enquadre da TAR a compreensão de mundo é definida ontologicamente na sua multiplicidade, cuja noção sugere a existência de diferentes versões dos objetos que performam as múltiplas realidades. De acordo com Annemarie Mol (2008), falar de realidade como múltipla é sugerir que ela é feita e "enacted", que numa tradução aproximada para o português, significa "performada". Isso implica dizer que uma realidade não é intocada e limitada às observações. No entanto, é manipulada por meio de várias ferramentas no curso de uma diversidade de práticas.

A gestão de riscos socioambientais pode ser compreendida, portanto, através de uma rede composta por elementos heterogêneos, de humanos e não humanos híbridos de natureza, tecnologia, política e aspectos socioculturais. Um cenário, no qual múltiplos atores criam diferentes versões, ora performadas em legislações, relatórios, gestores, técnicos, ora em moradoras/res, associações comunitárias, atos públicos, reivindicações.

Diante dessas considerações, encontramos na TAR uma aliada para rastrear os actantes – moradoras/res do bairro do Pinheiro que se integram às associações comunitárias, as rachaduras, os órgãos governamentais, a Braskem, o relatório técnico e outros atores que compõem a rede – e, a partir disso, compreender, por meio das conexões e das rupturas estabelecidas entre eles, as ações de enfrentamento da situação de risco implementadas pela comunidade.

John Law (2011) afirma que, para compreendermos os desastres e as práticas de gestão, precisamos pensar em heterogeneidade e considerar a intersecção entre o social, o tecnológico e o natural, ao invés de mantê-los em caixas separadas. Digamos que esses elementos fazem parte de um mesmo sistema, cujas relações técnicas incidem simultaneamente nas relações sociais e naturais. Qualquer falha resulta em um colapso catastrófico.

Sob esse enfoque, Law (2011) problematiza a visão utópica das práticas de gestão de risco comumente utilizadas pelos gestores, pautadas em seguir protocolos e diretrizes, sob uma

[23] Texto original: "abandon all a priori distinctions between natural and social events".

perspectiva generalizante que negligencia as especificidades e peculiaridades locais. De acordo com ele:

> Podemos debater as especificidades e, por essa razão, prefiro pensar em catástrofes de um modo prático e com os pés no chão. É por isso, também, que grandes esquemas para solucionar catástrofes me preocupam. Apesar de não haver regras gerais, quando eu começo pensando sobre esses assuntos eu tendo a querer propor que trabalhemos em pequena escala. Eu tendo a querer propor que nós *experimentemos*. E, para usar uma metáfora explorada por Annemarie Mol nessa conferência e em outro escrito, eu quero trabalhar com *estratégias criativas* (LAW, 2011, p. 3-4. Tradução nossa[24]).

Esse propósito de olhar para a gestão de risco de desastres, a partir de uma perspectiva localizada, valoriza as especificidades do cotidiano e dialoga com os pressupostos do movimento construcionista (MARTINS, 2013), assim como reitera a necessidade de um gerenciamento integrado e participativo implicado com os saberes locais (SOLÉS; ÍÑIGUEZ; SUBIRATS, 2011).

Explicitamos, a seguir, os percursos trilhados durante a pesquisa que possibilitam compreender a participação dos diversos actantes humanos e não humanos que performam, numa rede heterogênea, produzem efeitos e constroem o enredo desta dissertação.

3.3 Os caminhos metodológicos

Para alcançar o objetivo deste estudo, que consiste em ampliar a compreensão acerca das ações da comunidade na gestão de uma área de risco, realizamos uma pesquisa que se insere em uma metodologia qualitativa em Psicologia Social, pautada pela visão hermenêutica da produção do conhecimento (SPINK; MEDRADO, 2013).

Nessa perspectiva, algumas noções orientam a ética e a postura assumidas durante a realização da pesquisa. Norteadas pela perspectiva construcionista, compreendemos que o rigor metodológico à luz dos processos de interpretação, passa a ser concebido como possibilidade de explicitar os detalhes do percurso trilhado ou desviado, incluindo a nossa inserção na rede, as estratégias utilizadas, as escolhas e os argumentos que sustentam as decisões tomadas durante a investigação. Apresentar esses passos, constitui-se como parte essencial para a ampliação do diálogo com outras/os pesquisadoras/res e estudiosas/os sobre o tema pesquisado (SPINK; LIMA, 2013; MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014).

[24] Texto original: We can debate the specificities, but this is why I prefer to think about catastrophes in a practical and down to earth way. It is also why large schemes to put catastrophes right worry me. Though there are no general rules, when I start thinking about these issues I tend to want to propose that we should work on a small scale. I tend to want to propose that we experiment. And, to use a metaphor explored by Annemarie Mol in this conference and in other writing, I want to work by tinkering.

Diante desses pressupostos, dialogaremos, nos próximos tópicos, sobre os primeiros passos para o delineamento da pesquisa, abordando as mudanças e os movimentos provocados durante essa construção. Em seguida, apresentaremos as/os porta-vozes da pesquisa e as estratégias de análise e de interpretação utilizadas.

3.3.1 Adentrando no emaranhado da rede

As primeiras ideias e inquietações que motivaram a proposta central desta pesquisa germinaram nos primeiros encontros da orientação. O caminho encontrado para acessar e conhecer as/os porta-vozes da pesquisa partiu de um convite da minha orientadora para que eu fosse à Defesa Civil de Maceió, no dia 13 de julho de 2018, a fim de me situar em relação aos problemas locais, em termos de áreas de risco da cidade.

Na ocasião, foi-nos apresentado um panorama da situação do bairro do Pinheiro, região que havia sofrido, no dia 03 de março de 2018, os efeitos de abalos sísmicos que comprometeram a estrutura de imóveis e vias públicas da região, causando prejuízos financeiros e danos psicológicos as/aos residentes do bairro.

A experiência desse diálogo tocou-me profundamente. Tomada pelas inquietações produzidas a partir daquele dia, eu e minha orientadora delineamos o problema de pesquisa que consiste em compreender como a participação da comunidade na gestão e no enfrentamento da situação de risco socioambiental vai sendo construída junto aos órgãos governamentais.

Considero que o lugar que assumi enquanto pesquisadora, residente da cidade de Maceió e frequentadora do bairro, foram aspectos potentes para minha aproximação e inserção em espaços conversacionais que favoreceram a conexão diária com meu “campo-tema” de diferentes formas. Utilizamos esse conceito a partir da compreensão daquilo que extrapola a noção de campo enquanto um lugar específico e distanciado. Decorre, no entanto, de uma prática situada e proximal, permeada por inúmeras possibilidades de encontros e também de restrições (P. SPINK, 2003).

Durante a pesquisa, tive oportunidade de acompanhar um dos protestos realizados pela comunidade. Estive presente no simulado de evacuação organizado pelos órgãos governamentais. Integrei um Grupo de Trabalho criado pela UFAL, com a proposta de somar esforços para auxiliar na situação do bairro. Assim como participei de um curso de capacitação em Psicologia das Emergências, ofertado pelo Conselho Regional de Psicologia. Todos esses momentos mobilizaram em mim, questões que refletem o meu interesse de contato com as questões sociais e que envolvem também o compromisso ético e político na pesquisa.

3.3.2 A conexão com as/os porta-vozes da pesquisa

Utilizamos dois métodos para compor o *corpus* deste estudo: a pesquisa documental, com base nos documentos de domínio público, e a escrita de diários de campo. Quando falamos em documentos de domínio público nas pesquisas sociais, nos referimos aos materiais publicados e disponibilizados, a exemplo dos jornais, relatórios, revistas, panfletos, entre outros meios, que possibilitam a construção de saberes na esfera pública. E por serem públicos, estão eticamente abertos e acessíveis para análise (SPINK, P., 2013).

> Os documentos de domínio público refletem duas práticas discursivas: como gênero de circulação, como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação àquilo que está impresso em suas páginas. São produtos *em tempo* e componentes significativos do cotidiano; complementam, competem com a narrativa e a memória. Os documentos de domínio público, como registros, são documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e frequentemente coletivo. São documentos que estão à disposição, simultaneamente traços de ação social e a própria ação social. São públicos porque não são privados. Sua presença reflete o adensamento e ressignificação do tornar-se público e do manter-se privado; processo que tem como seu foco recente a própria construção social do espaço público (SPINK, P. 2013, p. 102) [grifo do autor].

Esses documentos, enquanto produtos de práticas discursivas, dialogam entre si e sempre têm algo a nos dizer, ou seja, são fundamentalmente dialógicos. Permitem-nos atravessar fronteiras temporais e espaciais, respeitando a diversidade de posicionamentos sem negligenciar o tempo dos acontecimentos, postura assumida por historiadoras/res, os "analistas de dados *em tempo*" (SPINK, P., 2013, p. 111) [grifo do autor]. Ressaltamos, contudo, que essa característica não nos tornam historiadoras, mas possibilitam, além de uma rica interlocução da Psicologia Social com a História, uma ampliação do nosso arcabouço metodológico, seja pela inclusão de novas rotas de procedimentos de produção ou pela forma de análise e identificação do material (RIBEIRO, 2003).

Para nos conectarmos com o material empírico desta pesquisa – os documentos de domínio público –, realizamos buscas de informações sobre os acontecimentos do bairro do Pinheiro através da internet, entre os meses de abril e julho de 2019. Durante esse período, acessamos e acompanhamos uma conta criada por representantes da comunidade do Pinheiro na rede social, *Instagram*, intitulada "SOS Pinheiro AL". Idealizada em 2018, essa conta do *Instagram*, com cerca de cinco mil e quatrocentos seguidores e acesso aberto as/aos usuárias/os, é utilizada como um dispositivo de compartilhamento de vídeos, informações acerca das mobilizações da população e reportagens referentes à situação vivenciada pela comunidade.

Realizamos, também, buscas nas páginas oficiais da Prefeitura Municipal de Maceió e da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil de Maceió. Nesses espaços, encontramos boletins informativos acerca das ações e das medidas da gestão municipal apresentados cronologicamente.

Os documentos de domínio público obtidos em nossas buscas, tais como as matérias jornalísticas, os registros fotográficos e os relatórios técnicos, foram elementos utilizados em nossa análise que refletem práticas discursivas e favorecem a identificação de "regularidades linguísticas, que evidenciam o processo de formação e ressignificação discursiva e a polissemia" (RIBEIRO, 2003. p. 96).

A construção de informações não foi mediada apenas pelos documentos obtidos na internet. Pois, para além do diálogo estabelecido com os documentos públicos e na intenção de obter múltiplas vozes, fizemos uma interlocução com duas pessoas, representantes das associações comunitárias – NUDEC (Núcleo Comunitário de Defesa Civil) e SOS Pinheiro. Formados por moradoras/res do bairro do Pinheiro, esses grupos têm se destacado no engajamento em prol da elucidação dos problemas existentes no bairro. Para garantir o sigilo e anonimato, essas/es interlocutaras/res serão apresentadas/os por nomes fictícios.

O acesso e o diálogo estabelecido com uma das representantes do NUDEC e com um dos representantes do SOS Pinheiro ocorreram em momentos distintos e a partir de eventos associados ao bairro do Pinheiro. Devido às especificidades e às peculiaridades dessas ocasiões, optamos por não descrever detalhadamente esses encontros, para evitar que sejam identificadas/os.

Nos momentos de interação dialógica com a/o representante das duas associações comunitárias, as conversas fluíram espontaneamente, mas com um objetivo delimitado: compreender as ações da comunidade na gestão e no enfrentamento da situação de risco. A partir desses diálogos, conhecemos um pouco da história desses grupos. Nas narrativas, nos foram apresentados desde os fatores que impulsionaram o surgimento das associações, as práticas de mobilização que envolveram diferentes atores na luta em defesa dos direitos da comunidade, até os limites da interlocução entre os dois grupos.

Esses encontros foram registrados nos diários de campo, uma importante ferramenta de pesquisa, considerada como uma prática discursiva, portanto, uma linguagem em ação. Em

interlocução com Bruno Latour (2012), Medrado, Spink e Méllo (2014) propõem tratar essa ferramenta como companheiros "atuantes"[25] em suas pesquisas (p. 277).

> O diário, como afirmamos, é um atuante: com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto, tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa. Ao invés de atores contrapostos (pesquisador/pesquisado; técnicas/instrumentos; tema/objetivo), temos na pesquisa uma conjugação de fluxos em agenciamentos coletivos produzindo a própria ação de pesquisar (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014, p. 278).

Por ser uma pesquisa que envolve a participação de seres humanos na construção de informações fez-se necessário atender algumas normativas e seguir um protocolo, como por exemplo, submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), através da Plataforma Brasil, respeitando as diretrizes das Resoluções de n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que preveem a proteção das pessoas envolvidas na pesquisa.

Mas, para além do cumprimento desses procedimentos padronizados, norteados pela ética descritiva que é pautada pela normatização e pelo cumprimento de deveres éticos, nos propusemos a seguir com os princípios da ética dialógica, que transcendem as normatizações e enfatizam além da dialogicidade e a interanimação entre a/o pesquisadora/or e as/os interlocutoras/res, a competência ética de todas as pessoas envolvidas (SPINK, 2000a; CORDEIRO et al., 2014).

Após a aprovação do projeto, estabelecemos um diálogo com as pessoas participantes da pesquisa e explicitamos os objetivos e a metodologia adotada neste estudo. Informamos a possibilidade de desistência e da solicitação de esclarecimentos a qualquer momento da pesquisa, bem como a garantia ou não do anonimato, a depender de sua escolha. A partir desse processo, obtivemos, além do consentimento formal da/o participante, previsto pelo Comitê de Ética, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o estabelecimento de uma parceria na pesquisa para a produção do conhecimento de maneira colaborativa. Os efeitos dessa prática podem ressoar em todas as etapas da pesquisa (SPINK, 2000a; CORDEIRO et al., 2014).

Impulsionadas por essa dimensão colaborativa e dialógica, contamos com a contribuição da representante do NUDEC e do integrante do SOS Pinheiro, não somente para a construção

[25] Aos invés de utilizar o termo "actante", proposto por Bruno Latour e utilizado por nós nesta dissertação, a/os autora/res optaram pelo uso do termo "atuante", pois na tradução para o português, a palavra produz o efeito que o autor buscou ao usar na língua inglesa (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014).

das informações, mas também para a colaboração da escrita do texto final da análise, momento em que tiveram acesso ao texto e foram convidas/os a revisar, complementar e/ou alterar suas falas e posicionamentos, tanto por discordarem quanto pela necessidade de dar mais consistência ao que foi relatado. Ou, ainda, pela vontade de ocultar algumas informações. Ao assumir essa postura estamos "defendendo a importância da ética ser entendida não como uma prescrição, mas como algo que é coconstruído, negociado, (re)significado por diferentes vozes" (CORDEIRO et al., 2014, p. 43).

3.3.3 O entrelaçamento de ferramentas e as primeiras associações

Os documentos de domínio público, acessados via internet, foram analisados inicialmente a partir de leituras sucessivas e selecionados para compor o *corpus* empírico, ou seja, apenas aqueles que permitiam compreender as ações de gestão de risco implementadas pelos órgãos públicos, sobretudo pela comunidade do bairro do Pinheiro.

Nesse processo de análise dos documentos veiculados pela mídia, etapa constituída pela busca e aproximação com o material, foi possível identificar incidentes críticos. Instrumentos de pesquisa, geralmente empregados como ferramenta metodológica no estudo de controvérsias, foram considerados, inclusive, como porta de entrada para a descrição delas. Esses eventos-chave dão visibilidade aos conflitos e às negociações entre os atores envolvidos em uma dada controvérsia, rompendo, assim, a noção de consenso, ao evidenciar as tensões ofuscadas pelas normas e regras socialmente estabelecidas (RIBEIRO, 2008; GALINDO; RODRIGUES, 2014).

Os quatro incidentes críticos identificados nesse processo foram: 1) o surgimento das rachaduras; 2) as rachaduras tornam-se coletivas e públicas; 3) o abalo sísmico e 4) o relatório conclusivo do Serviço Geológico do Brasil, que aponta a causa da instabilidade do solo.

Esses eventos foram elegidos como incidentes críticos e como categorias gerais, pela capacidade de tornar visível as ações, as negociações e os posicionamentos assumidos pelos actantes, assim como permitiram visualizar as mudanças deflagradas ao longo de cada evento e/ou as afirmações daquilo que já era preexistente (RIBEIRO, 2008; GALINDO; RODRIGUES, 2014).

Após a identificação dos incidentes críticos, lançamos mão da construção de um quadro para organizar e visualizar os acontecimentos numa linha narrativa, "que tende a ser uma linha do tempo" (SPINK, 2010b, p.45). A decisão de utilizar a linha narrativa como recurso analítico foi corroborada pela possibilidade de situar cronologicamente os eventos relatados e dar

visibilidade aos diferentes posicionamentos que emergem no contexto da pesquisa (SPINK, 2010b).

A construção do quadro foi feita a partir dos seguintes procedimentos: I) identificamos os incidentes críticos utilizados como categorias gerais; II) organizamos os conteúdos dos documentos, que foram dispostos de acordo com as categorias; III) preservamos a sequência e o conteúdo dos documentos, para evitar a descontextualização das informações e facilitar a identificação dos processos de interanimação dialógica.

O quadro, construído no Microsoft Word, (APÊNDICE A) está dividido em cinco colunas: na primeira, está identificado onde obtivemos a informação; na segunda coluna é registrada a data da publicação do documento de domínio público; na terceira, é relatado um resumo das informações contidas no material original e, por isso, chamado de narrativas; na quarta, foram identificadas as temáticas visualizadas nos documentos, sendo esta uma das etapas do processo de análise. Na quinta e última coluna estão as ações e os actantes que as executaram.

Figura 11: Exemplo do quadro construído no processo de análise.

O SURGIMENTO DAS RACHADURAS				
DOCUMENTO DE DOMÍNIO PÚBLICO	**DATA**	**NARRATIVA**	**TEMA**	**AÇÕES** (Quem faz? O que faz)
Matéria publicada no site do portal de notícias Alagoas 24 horas com o título "Rachaduras no asfalto atingem prédios e assustam moradores"	12/07/2010	Moradores do Conjunto Jardim Acácia denunciaram o comprometimento da estrutura dos blocos 12 e 15 do residencial em decorrência do surgimento de rachaduras no asfalto da Rua Mário Marroquim. O residencial é um dos mais tradicionais do bairro do Farol. A rachadura, de cerca de 50 metros de extensão, teria surgido há cerca de 60 dias e abriu fendas nos prédios. A situação ficou ainda mais séria com a abertura de uma cratera na calçada do residencial. Os moradores afirmam que já haviam acionado engenheiros da Secretaria de Infraestrura, mas nenhuma medida foi adotada para impedir o avanço da rachadura.	Moradores acionam órgão municipal devido o surgimento de rachaduras em via pública e fendas em imóveis	**Moradoras/res** - acionam a Secretaria de Infraestrutura.
		Na manhã de hoje, 12, no entanto, o secretário Mozart Amaral esteve no local avaliando a extensão dos danos e já acionou os técnicos da secretaria para avaliar como surgiu o problema e quais medidas serão adotadas. Devido à rachadura, o tráfego de veículos está interrompido no local.		**Secretaria de Infraestrutura** - avalia o local; - aciona técnicos para analisar o surgimento das rachaduras e quais as medidas a serem adotadas.

Fonte: Autoras, 2019.

O quadro está dividido em grandes blocos de acordo com os incidentes críticos elegidos. O primeiro bloco, como podemos observar acima, intitulado – o surgimento das rachaduras – foi sinalizado na cor azul e corresponde ao primeiro incidente identificado na análise. O segundo bloco, na cor marrom, traz os desdobramentos do segundo incidente crítico: as rachaduras tornam-se coletivas e públicas. O terceiro bloco, sinalizado na cor vermelha,

corresponde ao terceiro incidente crítico – o abalo sísmico e o quarto e último bloco, na cor verde, apresenta a sequência dos acontecimentos e das ações deflagradas em função do quarto incidente crítico – o relatório conclusivo do Serviço Geológico do Brasil – que aponta a causa da instabilidade do solo da região.

A discussão nesta dissertação, portanto, desenvolve-se a partir de um processo interativo e dialógico estabelecido com as informações contidas no quadro, com a literatura científica e com as referências que orientam nossos posicionamentos teóricos e metodológicos. Esse diálogo nos permitiu rastrear as controvérsias e acompanhar de forma cronológica as mudanças, as rupturas, as parcerias e as estratégias utilizadas pela comunidade no enfrentamento da situação de risco.

Em nossa investigação, buscamos mapear as controvérsias para trabalhar as questões relacionadas à gestão de risco no bairro do Pinheiro, espaço no qual encontramos um emaranhado de posicionamentos e de verdades que vão emergindo à medida que nos aproximamos dos diversos atores. Seguir as controvérsias que emergem nesse campo é como usar uma lupa para compreender os efeitos das articulações, aproximações e distanciamentos estabelecidos entre as/os moradoras/res do bairro, a Defesa Civil, a Braskem, a CPRM, os relatórios técnicos, o judiciário e demais atores que levantam controvérsias para sustentar a sua existência (BARBOSA, 2019).

Desenvolvida por Bruno Latour, a cartografia das controvérsias é uma ferramenta didática da Teoria Ator-Rede utilizada para explorar, visualizar e descrever o debate social (VENTURINI, 2009). Elegemos esse método como forma de fazer emergir as controvérsias e produzir a desestabilização das verdades que são sustentadas nas relações entre os atores.

INTERLÚDIO[26]

Hoje nosso sonho foi literalmente para o chão e nos sentimos de mãos atadas diante da ausência de quem poderia nos ajudar.

Seguimos confiantes nos desígnios de Deus para a nossa vida.

[26] Fotografia e relato extraídos do instagram @agentefoifelizaqui.

4 LIMITES E POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL

Neste capítulo, apresentamos uma análise das informações selecionadas durante a produção desta pesquisa, configurando uma rede de conectividades tecida com as narrativas expressas pelas/os porta-vozes: moradoras/res do bairro do Pinheiro, as instâncias governamentais, a Braskem e outras/os actantes. Situando as disputas, as vivências, as articulações ou a ausência delas.

O texto está estruturado em uma narrativa construída a partir dos quatro incidentes críticos: 1) o surgimento das rachaduras; 2) as rachaduras tornam-se coletivas e públicas; 3) o abalo sísmico e 4) o relatório conclusivo do Serviço Geológico do Brasil, apontando a causa da instabilidade do solo.

O uso dos incidentes críticos como instrumentos de pesquisa, conforme já mencionado no capítulo anterior, justifica-se por considerá-los como "eventos-chaves", que possibilitam visualizar as controvérsias permeadas por um emaranhado de conflitos, tensões e negociações entre os diversos actantes (RIBEIRO, 2008, p. 96).

Apoiamo-nos na Teoria Ator-Rede, que além de discorrer sobre os fundamentos da noção de incidentes críticos sob a influência dos estudos de Bruno Latour, convida-nos a tratar as rachaduras e a sua evolução, o abalo sísmico e o relatório conclusivo, como actantes não-humanos, que produzem efeitos e impulsionam a ação de outros actantes interconectados à rede e que deixaram rastros (CORDEIRO; CURADO; PEDROSA, 2014).

Nas imbricações desses fenômenos, dispomo-nos a segui-los, na intenção de propiciar uma, entre as múltiplas formas de compreender os fatores que condicionam os limites e as possibilidades de participação das/os moradoras/res do bairro do Pinheiro na gestão de risco.

Concluímos o capítulo apresentando uma linha cronológica seguida de uma síntese dos movimentos desencadeados pelos incidentes, focalizando as mudanças provocadas no processo de mobilização das/os moradoras/res no enfrentamento da situação de risco. Para nortear a discussão, propomos um diálogo com o conceito do comum.

4.1 O surgimento das rachaduras

Para situar o surgimento das rachaduras – o primeiro incidente crítico – foi preciso voltar dez anos atrás e buscar em algumas das matérias registradas nos portais de notícias da capital alagoana, os primeiros sinais de que algo acontecia anteriormente naquele bairro.

Essa busca foi mobilizada pelos diálogos estabelecidos com as/os porta-vozes da pesquisa: as/os representantes das associações comunitárias e os portais de notícias. Elas/es nos contaram que as rachaduras nos imóveis e nas vias públicas já ocorriam há mais tempo e que os primeiros indícios de instabilidade do solo da região, haviam sido registrados em 2010, quando as/os moradoras/res já sentiam os efeitos daquele fenômeno que, quase 10 anos depois, mudaria completamente suas vidas.

Há relatos de que as pessoas, naquela época, sofriam com o surgimento das rachaduras e que por muito tempo acreditaram ser um problema privado, que ocorria apenas em suas casas, causado por infiltrações ou obras mal executadas (GAZETAWEB, 24/02/2018).

A primeira matéria online, à qual tivemos acesso sobre os indícios de anormalidade no solo da região, foi publicada no dia 12 de julho de 2010, no portal de notícias *Alagoas 24 horas*. O conteúdo jornalístico divulgou informações sobre o surgimento de rachaduras no asfalto de uma das ruas do bairro, que acarretou a interdição do trânsito local. Uma delas atingia aproximadamente 50 metros de extensão e abriu fendas em dois prédios residenciais, comprometendo suas estruturas. A situação ficou mais crítica após a abertura de uma cratera na calçada do prédio (ALAGOAS 24 HORAS, 12/07/2010).

De acordo com a reportagem, as/os moradoras/res chegaram a acionar a Secretaria Municipal de Infraestrutura, entretanto, mesmo diante de uma situação complexa e que acarretava riscos à população local, nenhuma medida foi executada para evitar o avanço das rachaduras (ALAGOAS 24 HORAS, 12/07/2010).

A matéria informava que as/os técnicas/os do órgão municipal iriam avaliar o problema e definir as medidas que seriam adotadas. Contudo, não foi possível encontrar registros daquela época sobre os encaminhamentos feitos pela referida secretaria, através de nossas buscas em portais de notícias e em sites oficiais do município. Consideramos que a falta de divulgação midiática não possibilitou o conhecimento de quais foram as soluções dadas ao problema pela administração pública, naquele momento. Para tal, isso demandaria outro método de investigação. Foi possível constatar, apenas, que não houve registro pelos meios de divulgação.

Entretanto, em 2019, uma matéria publicada na *Gazeta Alagoas* traz o relato de um morador sobre o que foi feito pelos órgãos públicos, naquela ocasião. Conforme o texto jornalístico, as únicas medidas executadas pela prefeitura foram: o fechamento da cratera em via pública e a determinação de reparos nos prédios.

De acordo com um morador do residencial atingindo pelas rachaduras:

> Na época, parecia que era uma obra malfeita de saneamento. Hoje sabemos que eram os primeiros indícios de um problema grave que nunca foi estudado até então. Eles fizeram uma obra paliativa e depois nunca nos deram satisfações. Hoje vivemos nesse medo (GAZETA ALAGOAS, 30/03/2019).

Essa situação, vivenciada inicialmente pelas/os moradoras/res do bairro, conecta-se com duas premissas abordadas na literatura: os municípios negligenciam a iminência de tragédias e somadas à omissão e a falta de vontade pública, comprometem a gestão do espaço urbano, acentuando a condição de risco para a população, em muitos casos, responsáveis pela materialização de desastres (VERDE, 2013; JACOBI et al., 2013).

Um outro aspecto a ser problematizado a partir dessa situação e que limita a possibilidade de participação da comunidade, está relacionado à ausência e à fragilidade de medidas preventivas no âmbito dos desastres socioambientais. Uma vez que, majoritariamente, os órgãos públicos focalizam no planejamento pós-desastre, com caráter emergencial (JACOBI et al., 2013; VERDE, 2013; TAVANTI; SPINK, 2014; DI GIULIO et al., 2014; ROSA et al., 2015).

4.1.2 Reformas e reparos

Enquanto as autoridades públicas não executavam medidas efetivas que impedissem o avanço das rachaduras, as/os moradoras/res da região lidavam individualmente com esse problema, fazendo reparos e reformas nas casas e prédios residenciais. Há registros de uma moradora que chegou a gastar R$ 100 mil para tentar reparar os danos em sua casa (G1 ALAGOAS, 13/06/2018).

> No começo, quando apareciam os problemas aqui em casa, pensávamos que eram infiltrações, perdi muita coisa, inclusive, e gastei muito com reformas (GAZETAWEB, 24/02/2018).

> Sempre convivemos com as rachaduras, só que a gente não sabia ao certo a causa. Em 2017, começamos uma reforma, cada morador pagou R$ 16 mil, eu sou o síndico daqui. Nós mandamos cavar mais de um metro para reforçar a fundação, consertar as rachaduras. Quando a gente terminou a reforma, quando íamos pintar, começaram as chuvas e as rachaduras (...) Perdemos tudo que foi empregado. Nós saímos e ninguém tem coragem de ficar mais. As portas não abrem, porque a laje cedeu e todos os dias aparecem novas rachaduras (TRIBUNA HOJE, 04/12/2018).

> A gente fez pilastra, amarração na casa toda, mas continua abrindo. Vai abrindo e a gente vai fechando. Abrindo e fechando pra não ver (G1 ALAGOAS, 10/01/2019).

O alto investimento e a frequência com que esses reparos eram feitos são aspectos a serem observados, ao considerarmos as estratégias de enfrentamento das situações de risco que as/os moradoras/res utilizavam naquele momento. O Pinheiro é um bairro de classe média-alta. A situação socioeconômica das pessoas que residem nesse bairro difere das condições encontradas em outros cenários em que os desastres são recorrentes e onde vive uma população em situação de pobreza, em moradias inapropriadas, muitas vezes construídas em áreas de risco, com edificações improvisadas e quase totalmente desprovidas da assistência do poder público. Isso nos leva a nos conectar com a discussão difundida na literatura sobre serem distintas as maneiras como as comunidades sofrem os efeitos dos riscos socioambientais, assim como implementam diferentes estratégias de gerenciamento de risco em seu cotidiano (FONSECA; BURRSTYN, 2009; JACOBI et.al, 2013; ROSA et al., 2015; SILVA 2015).

Ademais, podemos analisar que "o surgimento das rachaduras", enquanto primeiro incidente crítico, além de servir como porta de entrada na rede de controvérsias, também suscita o rompimento do fluxo do cotidiano, marcado pelos primeiros indícios de anormalidade no solo da região.

Esse novo cenário deflagrado pelas rachaduras produz efeitos e mobiliza as/os actantes, uma vez que, as/os moradoras/res, individualmente e a partir dos próprios recursos disponíveis – sobretudo financeiros, passaram a integrar em seus cotidianos práticas de enfrentamento para mediar a situação. A solução encontrada para se manterem seguras/os, naquela ocasião, foi a execução de reformas e reparos em suas casas e nos prédios residenciais acometidos pelas rachaduras, enquanto a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, realizava ações paliativas.

4.2 As rachaduras tornam-se coletivas e públicas

Passados oito anos após o incidente crítico anterior, mais especificamente no dia 15 de fevereiro de 2018, depois de fortes chuvas na cidade de Maceió, a Defesa Civil municipal foi acionada pelas/os moradoras/res para averiguar a abertura de fissuras no bairro do Pinheiro. Uma delas atingiu aproximadamente 280 metros de extensão.

Diferentemente de oito anos atrás, as rachaduras, em expressiva evolução, mobilizaram outros actantes além da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Para avaliar o caso e realizar estudos mineralógicos, técnicas/os da Defesa Civil municipal, geólogas/os e engenheiras/os geotécnicas/os passaram a se integrar as equipes responsáveis pelo monitoramento e avaliação

da região atingida pelas rachaduras (PREFEITURA DE MACEIÓ, 15/02/2018; PREFEITURA DE MACEIÓ, 19/02/2018).

Caracterizamos esse momento como um segundo incidente crítico: as rachaduras tornam-se coletivas e públicas. Coletivas, pois, tal como afirmou o coordenador da Defesa Civil do município, "desde 2010 tem rachaduras em algumas casas, mas agora foram rachaduras coletivas" (G1 ALAGOAS, 19/02/2018). Ou seja, deixou de ser um problema individual para ser coletivo, dada a visibilidade, a extensão e ampliação do problema, já que evoluíram significativamente e extrapolaram as paredes e muros residenciais, comprometendo diversas ruas.

Além de coletivas, as rachaduras tornaram-se públicas, em termos de estratégias de enfrentamento, uma vez que deixaram de ser um problema a ser resolvido individualmente, no espaço privado, para ser resolvido coletivamente, no espaço público, a partir da ação conjunta da Defesa Civil, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e de especialistas.

4.2.1 Acionar e atender as recomendações da Defesa Civil Municipal

Apenas 15 dias se passaram, até um novo evento ocorrer e ser identificado como o terceiro incidente crítico. Enquanto isso, no curto período de tempo entre um evento e outro, a ação adotada pelos/as moradores/as do bairro do Pinheiro limitou-se a ligações telefônicas direcionadas à Defesa Civil municipal que, por sua vez, recomendou a evacuação de um imóvel e orientou as/os moradoras/res a procurarem provisoriamente a casa de parentes por motivos de segurança (PREFEITURA DE MACEIÓ, 15/02/2018; PREFEITURA DE MACEIÓ, 19/02/2018).

Diante desse panorama, sinalizamos que apesar das rachaduras terem se tornado públicas e coletivas, conforme mencionamos anteriormente, as/os moradoras/res continuaram agindo individualmente, apenas acionando e atendendo às recomendações da Defesa Civil. No entanto, entendemos que, desencadeada por esse incidente crítico, houve uma mudança na gestão do problema por parte do órgão público, a Defesa Civil, que acionou outros setores para buscar uma solução conjunta.

4.3 O abalo sísmico

No dia 03 de março de 2018, por volta das 14 horas, um tremor de terra que atingiu uma magnitude de 2,5 na escala Richter, de acordo com os dados emitidos pelo Laboratório

Sismológico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), assustou as/os moradoras/res do bairro do Pinheiro, que acionaram a Defesa Civil do município (PREFEITURA DE MACEIÓ, 03/03/2018; G1 ALAGOAS, 05/03/2018).

De acordo com o coordenador do órgão municipal:

> Fomos acionados pela população e, imediatamente, informamos à Defesa Civil Nacional que fez contato com a Universidade de Brasília, que também faz esse monitoramento. Pelas características, o tremor não foi de grandes proporções, sem desabamentos de casas, por exemplo. Estamos aguardando o resultado das análises para saber o tamanho desse acontecimento. Por isso, pedimos que a população não entre em pânico (PREFEITURA DE MACEIÓ, 03/03/2018).

Elegemos esse evento – o abalo sísmico – como incidente crítico, pelo impacto acarretado no problema preexistente na região e consequentemente na vida das pessoas residentes do bairro. E também, pelo estabelecimento de novas conexões, alianças e rupturas, entre os actantes, que serão abordadas a seguir.

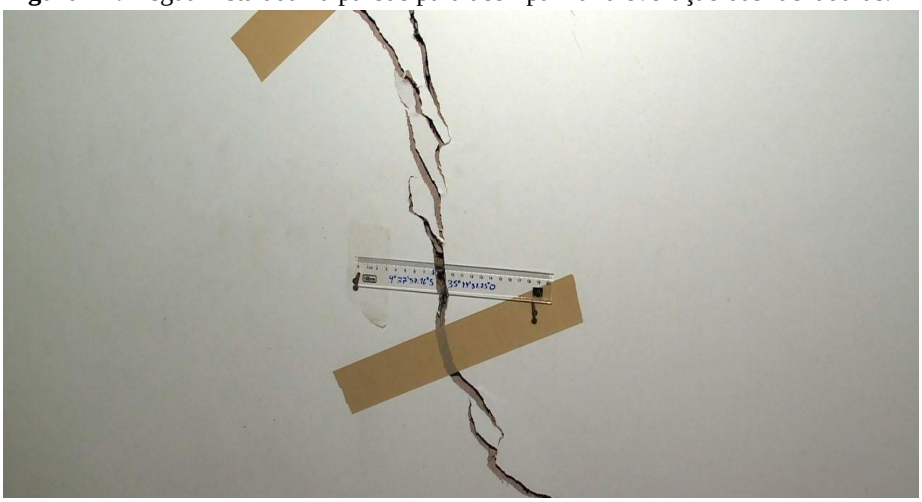
O abalo sísmico mobilizou órgãos de outras instâncias fora do Estado: a Defesa Civil Nacional; o Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres (CENAD) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, empresa governamental que executa atribuições de Serviço Geológico do Brasil[27]. Além de especialistas alagoanas/os, os estudos contaram com as/os pesquisadoras/res do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para analisar a situação e buscar respostas (PREFEITURA DE MACEIÓ, 03/03/2018; G1 ALAGOAS, 05/03/2018; PREFEITURA DE MACEIÓ, 12/03/2018).

Esse evento produziu efeitos não somente no chão e nas paredes do bairro do Pinheiro, causando, inclusive, a evacuação de 24 apartamentos em um dos conjuntos residenciais do bairro, devido aos danos em suas estruturas (PREFEITURA DE MACEIÓ, 13/03/2018). Mas também causou, literalmente, um "abalo" nas ações de enfretamento e gerenciamento dos problemas da região.

As articulações da Defesa Civil do município com os órgãos federais passaram a impulsionar uma série de providências, a fim de elucidar a causa do fenômeno e gerir a área de risco. Entre as medidas de gerenciamento, visando acompanhar a evolução das rachaduras, a Defesa Civil municipal implementou a instalação de réguas nos imóveis, enquanto os órgãos federais e estaduais realizavam um mapeamento geológico na região (G1 ALAGOAS, 13/06/2018; PREFEITURA DE MACEIÓ, 03/08/2018).

[27] O Serviço Geológico do Brasil – CPRM é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Para mais informações, acessar o site https://www.cprm.gov.br/.

Figura 12: Régua instalada na parede para acompanhar a evolução das rachaduras.



Fonte: G1 Alagoas, 2018.

Essa estratégia de monitoramento da evolução das rachaduras em imóveis leva a comunidade a participar na gestão de risco, ainda que de forma individualizada, tornando as/os moradoras/res responsáveis pelo acompanhamento diário das feições[28].

Um relatório técnico preliminar, emitido no dia 03 de agosto de 2018, pela CPRM, órgão que coordena os estudos geológicos, recomenda a implantação de Núcleos Comunitários, um levantamento de vulnerabilidade social da população afetada e outras estratégias, com a finalidade de garantir a execução de ações necessárias para a prevenção e mitigação dos efeitos causados pelas rachaduras, potencializadas pelo abalo sísmico (PREFEITURA DE MACEIÓ, 03/08/2018).

Durante o início do processo de análise e investigação do surgimento das rachaduras, as/os técnicas/os da CPRM buscaram informações com as pessoas residentes no bairro, com o objetivo de subsidiar os estudos técnicos. Essa medida também possibilitou a participação da comunidade e a partir dos seus depoimentos, somados às informações de um relatório técnico preliminar, foi constatado que a instabilidade do solo da região ocorria muito antes dos abalos sísmicos, pois já havia registros de fissuras há aproximadamente dez anos (PREFEITURA DE MACEIÓ, 03/08/2018).

Esse procedimento de análise e de espacialização de riscos socioambientais conduzidos pelo órgão federal é complexo e mostra-se consonante com o que é difundido pela literatura, ao

[28] Termo técnico utilizado pela Defesa Civil, para fazer menção às fraturas (trincas e rachaduras) que resultam em problemas estruturais nos imóveis e solo da região (CPRM, 2019a).

priorizar uma interlocução entre especialistas e moradores/as do bairro, dando relevância ao conhecimento local, decorrente das vivências e experiências com a dinâmica do território (SULAIMAN, et al., 2019).

Essa articulação possibilita ampliar a compreensão dos problemas e auxilia na adoção de medidas mais assertivas e validadas socialmente. Diante dessas premissas, entende-se que a produção de conhecimento que reúne a pluralidade de fontes, por meio de espaços dialógicos que articulam o conhecimento científico com o saber local, pode ser compreendida enquanto uma ferramenta que fortalece a gestão dos riscos (SULAIMAN, et al., 2019).

4.3.1 A mobilização da comunidade para uma ação coletiva

Aprender a ser atingido[29]

Tarefa difícil a minha, tarefa difícil a nossa: aprender a ser atingidos.
Como assim?
Precisamos nos comportar como atingidos.
Tem comportamento próprio para atingido?
Não sei.
Sei que precisamos aprender a viver/conviver com essa realidade.
Realidade que me faz pensar em direitos, reuniões, assembleias, acordos, fundação, reconstrução, reassentamento...
Conceitos que me deixam confusa, confusão que dificulta a apreensão de palavras simples como: pedir, exigir, negociar, lutar, certo, errado.
Choro por isso.
Me sinto atingido por não saber ser atingido.
Perdi lar, objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento, conquistas(...)
Nesse processo de reflexão percebo, compreendo e aceito que não há um modelo.
Nem é externo a mim. Vou aprender sendo o que sou: atingida pela lama da barragem de Fundão.
É necessário assumir o lugar de protagonista, de sujeito de direitos.
Mas não sozinha e sim com minha gente.
Gente que sente e que passa pelo mesmo conflito. Vou aprender, pois estou no caminho.

O trecho, extraído do poema *Aprender a ser atingido*, de Angélica Peixoto, traz as aflições e angústias sofridas pelas pessoas vitimadas pelo rompimento da barragem de rejeitos

[29] Angélica Peixoto. Aprender a ser atingido. Jornal A Sirene, setembro de 2016: 7. Escrito com o apoio de Ane Souza, Bárbara Torisu, Elizabete Tavares, Fernanda Tropia, MAB e William Menezes. Disponível no site: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed6_setembro_issu>.

de minério de ferro, em Mariana/MG. O poema expressa um processo de profunda transformação na dinâmica social, marcada por uma nova realidade política e burocrática deflagrada pelo desastre.

"Pensar em direitos, reuniões, assembleias, acordos, fundação, reconstrução, reassentamento", são aspectos que passam a fazer parte do cotidiano das/os moradoras/res, não somente por uma escolha, mas também pela imposição do contexto local, que desloca as pessoas da condição de moradoras/res para a condição de atingidas/os, subitamente transformadas/os em vítimas. Isso não determina, entretanto, que sejam vítimas passivas. Não obstante, essas pessoas geralmente criam estratégias de ação, considerando as possibilidades e limites circunscritos em sua realidade (PEREIRA, 2018; ZHOURI et al., 2018).

Como mencionamos anteriormente, as comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade adotam diferentes estratégias de enfrentamento dos riscos socioambientais (FONSECA; BURRSTYN, 2009; JACOBI et.al, 2013; ROSA et al., 2015; SILVA 2015) e algumas delas utilizam medidas compartilhadas e coletivas que integram aquelas/es que estão envolvidas/os na situação, tal como traz o poema "É necessário assumir o lugar de protagonista, de sujeito de direitos. Mas não sozinha e, sim, com minha gente. Gente que sente e que passa pelo mesmo conflito".

Essa experiência, por sua vez, traz inúmeras implicações. Dentre elas, a imersão dessas pessoas em processos burocráticos, administrativos e legais, que lhes são alheios e exigem a aprendizagem de uma prática política, baseada principalmente na luta e no reconhecimento de seus direitos, além da exposição a assédios, boatos, controvérsias, medos e outros problemas que permeiam a constituição e atuação das associações comunitárias nesse contexto (PEREIRA, 2018; ZHOURI et al., 2018).

Essa é uma realidade próxima daquela vivenciada pelas/os moradoras/res do bairro do Pinheiro, que vive sob a ameaça da ocorrência de um desastre de grande proporção, principalmente após o abalo sísmico, que resultou no agravamento das rachaduras e na necessidade de esclarecimentos sobre suas causas.

Na ausência de explicações mais contundentes e de alternativas para os problemas da região, em abril de 2018, as pessoas que ali residem se mobilizaram para encontrar estratégias coletivas de enfrentamento, como forma de minimizar os efeitos adversos decorrentes dos sinistros. Foram formadas associações comunitárias compostas por pessoas que residem nas áreas afetadas e uma série de reuniões se sucederam, visando cobrar esclarecimentos e ações mais céleres da prefeitura acerca dos problemas locais (G1 ALAGOAS, 09/04/2018). Na fala de um morador:

> Não há nenhuma definição, o que causa estranheza e nos leva a pensar muita coisa. Estamos nos reunindo para tomar a frente e cobrar respostas. Vamos nos reunir nesta semana com o prefeito, para ver o que ele tem a dizer. Vamos também criar uma equipe de trabalho, para definir o que podemos fazer (G1 ALAGOAS, 09/04/2018).

Emerge nessas circunstâncias, a mudança nas estratégias de enfrentamento das/os moradoras/res do bairro, que se deslocam de uma ação passiva, individual e paliativa, limitada à reforma de suas moradias e atendimento das recomendações dos órgãos públicos, para uma ação mais ativa e coletiva, buscando explicações para a solução do problema. Isso implica na participação de grupos comunitários como *stakeholders*, termo utilizado na formulação de políticas públicas que, nesse contexto, se refere a grupos de interesse, considerados essenciais para efetivar a gestão e a corresponsabilização das estratégias de enfrentamento dos riscos (TAVARES; FERRANTE, 2009; FONSECA; BURRSTYN, 2009; JACOBI et al., 2013; SIPIONI; SILVA, 2013; DI GIULIO et al., 2014).

A participação da comunidade que vive em situação de risco socioambiental é um dos aspectos que têm sido discutido em outras produções científicas. Algumas delas ressaltam que a mobilização da população local possibilita construir coletivamente estratégias de enfrentamento e propicia um fortalecimento político diante das fragilidades estruturais do governo e das instituições (FURTADO; LOPES, 2010).

No bairro do Pinheiro, observamos a formação de duas associações comunitárias, que têm se destacado pelo engajamento em prol da elucidação do problema das rachaduras e pela garantia dos direitos da comunidade: o Núcleo Comunitário de Defesa Civil (NUDEC), formado predominantemente por pessoas que residem no bairro, embora possua técnicas/os da Defesa Civil em sua composição, e o SOS Pinheiro.

A implantação do NUDEC ocorreu após a publicação do relatório preliminar da CPRM, citado anteriormente, que propôs uma série de medidas, entre elas, a reestruturação da Defesa Civil do município, a realização de um levantamento de vulnerabilidade social da população e a implantação do Núcleo Comunitário de Defesa Civil, com o objetivo de facilitar a comunicação da gestão municipal com a comunidade (PREFEITURA DE MACEIÓ, 03/08/2018).

No dia 13 de agosto de 2018, o grupo deu início às reuniões (PREFEITURA DE MACEIÓ, 13/08/2018). Os encontros acontecem mensalmente em sedes administrativas do município e tem sido uma importante ferramenta de inclusão de integrantes do núcleo comunitário no acompanhamento das ações e compartilhamento de informações oficiais com a

comunidade, acerca dos estudos e das estratégias executadas pelos órgãos públicos (PORTAL GAZETA, 06/01/2019).

Essas informações são reafirmadas na fala do coordenador da Defesa Civil municipal:

> O Nudec tem uma atuação importante e nos ajuda nesta interlocução com a comunidade. É um grupo semelhante aos já existentes nas áreas de risco de Maceió, que colaboram significativamente em períodos chuvosos. No Pinheiro, há moradores engajados e que têm, junto conosco, acompanhado o que vem sendo feito pelos técnicos do Serviço Geológico do Brasil e demais órgãos do governo federal que estão envolvidos nos estudos para esclarecer as causas das rachaduras no bairro. As reuniões são abertas e, mesmo que não seja integrante do Nudec, qualquer morador pode ter acesso aos encontros (GAZETA, 06/01/2019).

Simultaneamente à constituição do NUDEC, foi criada a associação de moradores SOS Pinheiro, formada a partir da iniciativa das/os moradoras/res voluntárias/os que têm se articulado para dar suporte às demandas da comunidade, mobilizando-a em prol da solução dos problemas e reivindicação de seus direitos.

Para ilustrar os primeiros passos de sua criação, trazemos abaixo um trecho do diário de campo. É um registro do diálogo da pesquisadora, com o líder da associação comunitária.

> Para situar e contextualizar como foi fundada a associação comunitária, o Sr. Pedro[30] pede uma folha e um lápis, logo após, desenha uma linha na horizontal, para apresentar a cronologia dos acontecimentos existentes no bairro e os motivos que impulsionaram a sua criação. Após ter traçado a linha e delimitado algumas datas, ele sincroniza sua fala, conforme a ordem dos fatos. Diz que as rachaduras surgiram aproximadamente 10 anos atrás, no entanto, o fenômeno era visto como algo pontual, até que no mês de fevereiro de 2018, as/os moradoras/res acionaram a Defesa Civil do município, relatando a evolução dessas rachaduras em suas casas e ruas do bairro. De acordo com ele, este fenômeno ganha uma proporção maior no dia 03 de março de 2018, em função de abalos sísmicos, que comprometeram ainda mais a estrutura física dos imóveis. Momento, que despertou preocupação e proporcionou maior visibilidade para este fenômeno, não só para o bairro, mas para toda cidade de Maceió. Segundo o Sr. Pedro, o grupo surgiu, especificamente, no dia 24 de novembro de 2018 e foi criado em resposta à ineficiência e inércia dos órgãos governamentais responsáveis pelo gerenciamento da área de risco. Acrescenta, dizendo que a comunidade não aguentava mais esperar pela iniciativa do prefeito e do governador. Além disso, durante a sua formação, a associação comunitária buscava ampliar a comunicação entre as/os moradoras/res e reaproximar o Ministério Público Estadual, a fim de fortalecer as ações em prol dos anseios da comunidade (Diário de campo, 2019).

Em diálogo com a literatura, conectamos com outras experiências de associações comunitárias, no Brasil, equivalentes às deste estudo, que integram moradoras/res de áreas afetadas pela mineração e se reúnem para implementar coletivamente ações de gestão e enfrentamento dos riscos locais.

[30] Nome fictício para preservar a identidade.

Trazemos, como exemplo, a formação de alguns grupos que representam a população afetada pela lama de rejeitos oriunda do rompimento da barragem do Fundão, ocorrida no dia 05 de maio de 2015, no município de Mariana, no estado de Minas Gerais, de responsabilidade das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton: a Comissão de Atingidos (ZHOURI et al., 2018) o GT Paracatu, G20 e o GT Moradia (PEREIRA, 2018).

Esses grupos, assim como o NUDEC, implementado no bairro do Pinheiro, foram constituídos inicialmente por indicação dos órgãos governamentais (ZHOURI et al., 2018). Diferindo, portanto, do SOS Pinheiro, que foi criado a partir da iniciativa das/os moradoras/res.

Outros elementos distinguem a formação e organização desses grupos. Enquanto o SOS Pinheiro estrutura-se a partir de uma diretoria, coordenadoria de comunicação, de articulação política e judicial (TRIBUNA HOJE, 04/12/2018), parte da população que integra essas associações comunitárias em Mariana, sequer sabia o que era uma comissão (ZHOURI et al., 2018) e tinha que lidar com as desinformações acerca de seus direitos e das ações indenizatórias (MPMG, 2016), em um contexto permeado por controvérsias, assédios da empresa, medos e tensões (ZHOURI et al., 2018).

De acordo com um representante da comissão de atingidos,

> No início estávamos muito desorganizados, sem um norte de como proceder, sem saber para que servia a Comissão, o que iríamos fazer. O que buscamos, na época, foi suprir as necessidades emergenciais, de moradia e renda (MPMG, 2016, p. 64).

Assim como as associações de moradoras/res do bairro do Pinheiro, em Alagoas, os coletivos anteriormente mencionados, formados por moradoras/res afetadas pela mineração em Mariana/MG, reivindicam seus direitos e o restabelecimento de suas antigas condições de vida. “Todavia, tais grupos encontram dificuldades em lidar com a terminologia, o formato das políticas de reparação e as demandas organizacionais colocadas pelo Estado e pelas empresas envolvidas” (ZHOURI et al., 2018, p. 33).

Ao considerarmos que esses acontecimentos são socialmente construídos, compreendemos que a dinâmica e a capacidade de resposta desses grupos difere justamente pelas características locais, pelas condições socioeconômicas, educacionais e pelas redes sociais. Nesse sentido, visando compreender os fatores que condicionam os limites e as possibilidades de participação da população do Pinheiro, na gestão e no enfretamento dos riscos socioambientais, consideramos importante situar as experiências e as perspectivas dos grupos, a partir do contexto em que estão situados. Uma vez que,

> O surgimento de movimentos urbanos, de base localizada, obrigam a consideração de que os bairros ou cidades têm histórias diferentes, vida coletiva organizada de forma diferenciada, ou seja, sistemas de relação que os distingue de outros bairros e de outras cidades (VIEIRA, 1997, p. 14).

As comissões representativas da comunidade, implementadas em Mariana/MG, foram criadas em um cenário caótico do desastre. Somando-se todos os problemas decorrentes do sinistro, como a perda de familiares e de amigas/os, as pessoas que passaram a integrar esses núcleos tiveram um tempo extremamente curto para assimilar a tragédia e implementar, em seus territórios, dinâmicas de participação voltadas ao enfrentamento coletivo dos problemas (ZUCARELLI, 2018).

De outro modo, o contexto do bairro do Pinheiro se configura como uma área de risco de desastre, propiciando assim, a oportunidade de serem implementadas medidas preventivas, com as quais a população e os órgãos governamentais podem minimamente estar preparados para providenciar demandas mais emergenciais, se necessárias. Além disso, possibilita que as/os moradoras/res estabeleçam relações através das associações comunitárias, fortalecendo a luta pelos seus direitos e pela garantia de participação nos processos de gerenciamento da área de risco.

4.3.2 Aparatos coletivos e reivindicatórios

Uma das primeiras manifestações organizadas pelo SOS Pinheiro, conforme informado pelo Sr. Pedro, ocorreu no dia 04 de dezembro de 2018. As pessoas que estavam presentes exigiam respostas e um posicionamento dos órgãos públicos. O ato público ganhou notoriedade na mídia local. No dia seguinte, a prefeitura publicou uma portaria no Diário Oficial do Município, solicitando ao Governo Federal o reconhecimento da Situação de Emergência no bairro.

Em manchete publicada no portal de notícias *G1 Alagoas*, no dia 04 de dezembro de 2018, a reportagem intitulada *Moradores do Pinheiro, em Maceió, protestam para cobrar respostas sobre rachaduras*, registra a ocorrência da mobilização da comunidade, sinalizada durante a fala do líder comunitário.

Hierarquicamente, cabe ao município a primeira resposta em situações de risco com a iminência de desastres. Mas, em eventos que causam danos e prejuízos que extrapolam a sua capacidade de resposta, cabe ao governo municipal recorrer aos demais entes federativos para buscar apoio complementar. Nessas circunstâncias, o município solicita o reconhecimento federal de Situação de Emergência (SE), uma medida que acelera o repasse de recursos

destinados à execução de ações de resposta, assistência e restabelecimento de serviços essenciais para gerir a área de risco (SEDEC/MI, 2017).

Uma reportagem divulgada no site oficial da prefeitura de Maceió informa que a solicitação do reconhecimento federal de SE é decorrente das articulações do prefeito com o Ministério da Integração Nacional, em Brasília (PREFEITURA DE MACEIÓ, 05/12/2018). A liderança da associação comunitária, entretanto, atribui essa conquista à mobilização realizada pelo grupo de moradoras/res.

As informações veiculadas na matéria publicada no portal de notícias *G1 Alagoas*, mencionada anteriormente, abordam os desdobramentos da manifestação realizada pelas/os moradoras/res e idealizada com o objetivo de pressionar os órgãos públicos, em busca de respostas para a causa do fenômeno que acomete o solo da região.

Figura 13: Protesto das/os moradoras/res do bairro Pinheiro.

Fonte: G1 Alagoas, 2018.

As pessoas, que residem no bairro, dizem estar aguardando há mais de dez meses um posicionamento das entidades responsáveis e alegam que a última informação oficial foi de que a CPRM iria realizar um estudo no local. "Eles vieram, fizeram, mas cadê as respostas? A gente não sabe o que está acontecendo, não sabemos o que fazer", disse um morador (G1 ALAGOAS, 04/12/2018).

Outro morador, entrevistado pela equipe da reportagem, fala sobre as tentativas de estabelecer contato com o Ministério Público, mas, sem êxito, comenta: “O processo está sob segredo de justiça, não temos posicionamento. Não conseguimos resposta" (G1 ALAGOAS, 04/12/2019).

Essa narrativa chama nossa atenção e nos faz questionar o/s motivo/s que culminam na falta de respostas e na restrição às informações. Por que o processo estava em segredo de justiça? Não seriam as/os moradoras/res as/os titulares do direito à informação acerca dos problemas que permeiam o território em que vivem?

A compreensibilidade das ações e o acesso às informações são aspectos relevantes na gestão de risco e interferem diretamente no modo como as pessoas, nessas situações, assimilam e se relacionam com os efeitos adversos. Em contrapartida, a ausência e/ou a restrição de informações pode sinalizar a fragilidade na gestão de risco, acentuada quando associada à falta de preparo técnico, à verticalização de saberes e à imposição no modo de agir (VALENCIO et al., 2009).

Esse cenário mobilizou a comunidade a cobrar dos órgãos públicos uma posição sobre o problema e a buscar meios que propiciassem o acesso às informações, principalmente para enfrentar a disseminação de notícias falsas, as conhecidas *fake news* propagadas nas redes sociais, em grupos de *WhatsApp*, que produziram intranquilidade e sofrimento à população.

> Não é medo não, a gente tem pavor. Os moradores estão em situação muito difícil, a cada chuva os moradores entram em desespero, os grupos de *WhatsApp* lotam de mensagens, as pessoas não dormem à noite quando chove. O bairro está adoecido, a situação é gravíssima do ponto de vista do psicológico da comunidade. As pessoas estão adoecendo porque não sabem o que pode acontecer e a situação continua piorando (TRIBUNA HOJE, 04/12/2018).

Naquele momento, não havia sido divulgado um relatório conclusivo, que apontasse a causa dos problemas do bairro. Os estudos conduzidos pela CPRM, ainda em andamento, seguiam quatro linhas de investigação que analisavam: as características do solo e a forma de ocupação; a exploração mineral conduzida pela BRASKEM; a extração de água subterrânea; a existência de falhas geológicas ou placas tectônicas ativas na região (LETRAS AMBIENTAIS, 2019).

Os atos públicos organizados pela comunidade, ocorridos posteriormente ao abalo sísmico e antes do diagnóstico final, reivindicavam a entrega de um relatório técnico e transparente, visto que, algumas/ns representantes da comunidade consideravam a possibilidade do documento, emitido pela CPRM, ter cunho político. Também exigiam a paralisação das atividades da mineradora e o bloqueio de R$ 6,7 bilhões, como garantia das futuras

indenizações (JORNAL DE ALAGOAS, 25/04/2019), uma vez que grande parte da comunidade já atribuía à Braskem a responsabilidade dos fatos (G1 ALAGOAS, 04/12/2018). Em razão dos protestos desencadeados após o abalo sísmico, destacam-se as marchas e as manifestações em frente ao Polo da Braskem.

De acordo com um morador do bairro, que é biólogo e professor,

> Já temos dados conclusivos mais do que suficientes, mas precisamos de responsabilidade. Temos uma hipótese reforçada, pelas evidências acumuladas com o tempo, que é a hipótese da mineração (...) considero nula a hipótese de causas naturais, a hipótese mais forte que nós temos é desse absurdo de uma mineração em ecossistema urbano. Isso é crime, é grave, equivalente a genocídio (TNH1, 28/03/2019).

Em contrapartida, defendendo-se das acusações, representantes da Braskem afirmavam que os estudos adicionais realizados de forma independente, quando concluídos, comprovariam que os problemas existentes no bairro, não tinham ligação com a atividade da mineradora. Argumentaram ainda, que não havia registros de problemas nos poços de extração situados na região do Pinheiro e para explicar uma possível causa, faziam menção à falha geológica existente no bairro, que poderia ter sido agravada pela rede de esgoto (ALAGOAS 24 HORAS, 24/01/2019).

Para além dos protestos, o SOS Pinheiro tem buscado estabelecer parcerias com o Greenpeace[31], organização não governamental que atua internacionalmente em prol das causas ambientais, e com o Papa Francisco, na intenção de ampliar a visibilidade e a repercussão do problema que assola a região do Pinheiro. Essa ação de internacionalização da causa é abordada em outros estudos, para designar a articulação da rede de ativismo para além das fronteiras nacionais (CARLOS, 2019).

A nível local, o grupo tem recebido o apoio de vários segmentos da comunidade, a exemplo da associação dos empreendedores da região, grupo também afetado pelo reflexo dos problemas decorrentes da instabilidade do solo (G1 ALAGOAS, 31/03/2019). Além disso, as igrejas católicas e evangélicas, situadas no bairro, tornaram-se espaços potentes para o compartilhamento de informações, com o intuito de combater as notícias falsas sobre os problemas existentes no local. Cederam espaços físicos para propiciar o diálogo entre técnicas/os da Defesa Civil e a população, além de uma sala para atendimento psicológico direcionado às pessoas que residem na região afetada (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 19/01/2019).

[31] https://www.greenpeace.org/brasil/

De acordo com um dos líderes da comunidade, os órgãos governamentais têm negligenciado o sofrimento psicológico das pessoas que residem nas áreas de risco. Com frequência, ele tem recebido queixas de moradoras/res relatando quadros de ansiedade, depressão e até casos de tentativa de suicídio deflagrados pelos problemas adversos ocasionados pelo sinistro. Diante dessas circunstâncias, o SOS Pinheiro, buscou auxílio do Conselho Regional de Psicologia, que por sua vez, mobilizou psicólogas/os para atender voluntariamente essa demanda.

Ademais, estiveram presentes em reuniões, audiências públicas, participaram de grupos de trabalho, destinados às discussões e execução de ações voltadas ao gerenciamento de risco, através de representantes das associações comunitárias. E organizaram, com o intuito de solicitar um auxílio jurídico mais efetivo e pressionar o judiciário sobre o bloqueio do dinheiro da Braskem, abaixo-assinados direcionados ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Justiça de Alagoas, respectivamente, nos dias 21 de janeiro de 2019 e 25 de abril do mesmo ano (ALAGOAS ALERTA, 21/01/2019; JORNAL DE ALAGOAS, 25/04/2019).

Demonstrando descrédito dos órgãos governamentais nos espaços de discussão, o líder do SOS Pinheiro conta sobre as audiências das quais tem participado: “é muita conversa e pouca ação”. Ainda que o representante da associação comunitária não observe eficiência nas audiências públicas, podemos considerar que, a princípio, tem sido um importante mecanismo de participação da comunidade numa gestão dos riscos socioambientais compartilhada. Isso, por que a inserção das/os moradoras/res nesses espaços expressa a possibilidade de estabelecer o acesso às informações e consolida uma ampliação social na tomada de decisões. Entretanto, é preciso que seja garantida uma atuação equitativa de todos os atores, assegurando-lhes a possibilidade de expressar suas opiniões e questionamentos de forma democrática, caso contrário, será apenas um instrumento de mera legitimação processual (CHRISTMANN, 2011).

Ainda de acordo com os relatos do Sr. Pedro, o SOS Pinheiro enfrentou inúmeras dificuldades na interlocução com os órgãos governamentais que, na sua opinião, focalizam nas questões geofísicas do fenômeno acometido no bairro e negligenciam outras questões que interferem na vida das/os moradoras/res.

Contudo, mesmo diante dessas limitações, a comunidade, através de suas ações, teve algumas de suas demandas atendidas e outras encaminhadas. Como por exemplo, passou a ter acesso às informações oficiais nos sites da CPRM e da prefeitura de Maceió. Atualizada periodicamente, essas páginas lançadas pelos órgãos públicos concentram informações sobre o trabalho realizado, as previsões meteorológicas da região, além de dados técnicos utilizados para elucidação do fenômeno que acomete o bairro (CADA MINUTO, 29/12/2018).

Essa medida, de acordo com o titular da Defesa Civil municipal, foi instituída em função das solicitações das/os moradoras/res do bairro. A chefe do Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico conta, ainda, que a implementação dessa ferramenta propicia a transparência das ações e mantém a população atualizada acerca dos resultados obtidos, por meio dos estudos realizados na região (CADA MINUTO, 29/12/2018).

A comunidade também passou a ter acesso às informações oficiais por outros meios, a exemplo de um Guia produzido pela Prefeitura e pelo Governo do Estado. Em uma linguagem simples, o livreto de 12 páginas possui informações acerca da situação e da classificação das áreas de risco, dos serviços ofertados à população, entre outros assuntos (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 22/04/2019).

Outro resultado do engajamento das associações comunitárias foi o êxito logrado pelos moradores no pedido de isenção do pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Em um encontro realizado pelas/os moradoras/res no dia 14 de janeiro de 2019, reunindo cerca de 2.500 pessoas em uma das praças do bairro, as lideranças comunitárias solicitaram respostas da prefeitura em relação ao pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) (GAZETAWEB, 14/01/2019).

Figura 14: Moradoras/res se reúnem e discutem sobre os tributos municipais.

Fonte: Gazetaweb, 2019.

Dez dias após esse evento, foi publicada uma matéria no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, informando o anúncio do prefeito sobre o encaminhamento do projeto

de lei à câmara de vereadores, propondo a isenção do IPTU e outros tributos municipais para as/aos moradoras/res do bairro (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 24/01/2019).

A partir das discussões apresentadas é possível compreender como o engajamento e a participação de moradoras/res, que vivem em áreas de vulnerabilidade socioambiental, são fundamentais na gestão de riscos, para o enfrentamento dos efeitos decorrentes dos desastres (SILVEIRA; CARDOSO, 2016).

Os diálogos estabelecidos com a literatura coadunam com esses argumentos e enfatizam a emergência de uma ação conjunta entre o Estado e a comunidade afetada, como forma de tornar o gerenciamento de risco mais efetivo (FONSECA; BURRSTYN, 2009; JACOBI et al., 2013; TAVANTI; SPINK, 2014; DI GIULIO et al. 2014; SILVA, 2015).

Observamos também, que a inércia dos órgãos governamentais, expressa no discurso do líder do SOS Pinheiro, somada a outras lacunas inerentes ao processo de gerenciamento da área de risco, dificultaram a efetivação de ações integradas e validadas socialmente. Como forma de atenuar esses impasses, as/os moradoras, por meio das associações comunitárias, articularam-se de diferentes maneiras e investiram, sobretudo no uso de aparatos coletivos e reivindicatórios, obtendo êxito em algumas de suas demandas.

4.3.3 Mapeando controvérsias: diferentes versões e posicionamentos entre as/os integrantes das associações comunitárias

As controvérsias emergem, a partir das narrativas das/os porta-vozes da pesquisa, sinalizando diferentes versões e posicionamentos. Em especial, aquelas produzidas pelas/os representantes das associações comunitárias frente ao delineamento e execução das ações previstas no plano de contingência coordenado pela Defesa Civil municipal.

No decorrer da discussão, traremos os diferentes posicionamentos das/os interlocutoras/res diante dos acontecimentos, com o objetivo de ampliar a compreensão do envolvimento da comunidade na gestão e enfrentamento dos riscos socioambientais.

A partir do reconhecimento da Situação de Emergência, pelo Governo Federal, em dezembro de 2018, através do Ministério da Integração Nacional, foram alinhadas pela Defesa Civil municipal e demais entidades públicas, estratégias para favorecer a gestão da área de risco.

Entre as medidas implementadas, em conformidade com as orientações da CPRM, foi construído o Plano de Contingência (PLANCON) – um instrumento muito importante na gestão de risco, por instituir as ações que devem ser executadas durante a etapa de preparação da

resposta. Por essa razão, é recomendado que seja elaborado na normalidade, antes da ocorrência do desastre, para que a população e os serviços de proteção e defesa civil, saibam agir e atuem de acordo com suas responsabilidades diante da ocorrência desse evento (SEDEC/MI, 2017).

A Defesa Civil, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e através da interlocução com o NUDEC, procurou investir na mobilização da comunidade para colaborar e participar das ações previstas no Plano de Contingência. Entre elas, o levantamento de vulnerabilidade social, mapeando os núcleos familiares, com o intuito de conhecer as/os moradoras/res e saber da existência de crianças, idosas/os ou pessoas com deficiência que necessitassem prioritariamente de assistência.

Contaram, também, com a participação da comunidade nas reuniões, nos simulados de evacuação, definindo inclusive os pontos de encontro para que a população pudesse se localizar em situações de evacuação emergencial, dos treinamentos, do cadastramento das/os moradoras/res para a concessão do auxílio-moradia e no compartilhamento de informações oficiais (PREFEITURA DE MACEIÓ, 03/01/2019; PREFEITURA DE MACEIÓ, 06/01/2019; PREFEITURA DE MACEIÓ, 15/01/2019; PREFEITURA DE MACEIÓ, 13/02/2019; SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 18/04/2019; SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 26/04/2019).

Essas ações das instituições públicas integradas com a comunidade sinalizam um processo de participação da população na gestão da área de risco. Entretanto, ao focalizar os diferentes discursos, podemos identificar as controvérsias em alguns recortes de reportagens que abordam distintas opiniões sobre o acesso às informações e à participação dos/as moradores/as na elaboração do PLANCON, expressadas por representantes do NUDEC e do SOS Pinheiro.

Em uma matéria publicada no site da *Gazeta Alagoas*, no dia 06 de janeiro de 2019, uma moradora e integrante do NUDEC, enfatiza os desdobramentos da interlocução entre o núcleo comunitário e a Defesa Civil,

> No Nudec encontramos o apoio e ficamos cientes do trabalho que vem sendo feito. A Defesa Civil e outros pesquisadores estão presentes constantemente e nos passando a real situação. Assim, é importante que todos do Pinheiro busquem se integrar para ter acesso às informações oficiais (GAZETA, 06/01/2019).

Corroborando com esse discurso, trazemos um recorte de uma outra matéria publicada no site da Defesa Civil, no dia 18 de janeiro de 2019, que traz informações acerca da elaboração

e apresentação do PLANCON. Um morador e integrante do NUDEC, fala sobre o acompanhamento das ações e afirma,

> Fomos convidados para todas as reuniões e estamos acompanhando tudo. Existe todo um cuidado dos órgãos que estão à frente desse processo. É de fundamental importância o Plano de Contingência para que cada um entenda sua responsabilidade e para que ele seja bem aplicado para não gerar riscos e pânico (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 18/01/2019).

Em contrapartida, o material jornalístico publicado no portal de notícias *Gazetaweb*, no dia 14 de janeiro de 2019, destaca as pautas discutidas no encontro realizado em uma das praças do bairro do Pinheiro, que reuniu aproximadamente 2.500 moradoras/res que criticaram a ineficiência das autoridades públicas, sobretudo no repasse de informações referentes ao bairro (GAZETAWEB, 14/01/2019).

Em consequência, frisaram nessa assembleia a importância das/os moradoras/res do bairro participarem das reuniões oficiais e sobre isso, um representante da comunidade argumentou, “Não queremos saber o que foi decidido por meio de terceiros ou de redes sociais. Nós temos o direito de decidir a nossa participação nas reuniões” (GAZETAWEB, 14/01/2019).

Na ocasião, o líder do SOS Pinheiro questionou as ações coordenadas pela Defesa Civil municipal, afirmando: "A Defesa está em cheque conosco. Ela não tem suporte para abarcar a gravidade da situação. Na minha opinião, esse assunto deve ser levado direto para o Governo Federal. No momento, já estamos tentando contatá-los". E complementa: "Em nenhum momento nós fomos chamados para treinamento. Não tivemos acesso ao plano de contingência e só sei que ele vai ser apresentado oficialmente essa semana" (GAZETAWEB, 14/01/2019).

O confronto desses discursos possibilita situar as controvérsias como fruto dos diferentes posicionamentos dos grupos formados no bairro, em função do estabelecimento de interlocuções e pactos entre a comunidade e os órgãos públicos ou ainda, pela ausência delas. As narrativas possibilitam a construção de duas versões: de um lado, um grupo vinculado à Defesa Civil, expressa estar ciente e envolvido nas ações implementadas durante a gestão de risco; de outro, um grupo protesta contra o mesmo órgão, por estar aquém das decisões e das ações.

Esse embate permite compreender as diversas formas de participação da comunidade na gestão do risco de desastre e também, analisar as controvérsias, quando comparados os posicionamentos de cada um, focalizando o seu lugar de fala, com suas implicações sociais, econômicas e políticas.

A despeito das consequências, sobretudo na esfera política, o fundador do SOS Pinheiro diz que, no decorrer de sua atuação à frente da associação comunitária, parte da população local tem impulsionado e motivado a candidatura dele nas próximas eleições, algo que ele diz ser natural, uma vez que a comunidade tem visto nele um representante para dar continuidade às pautas defendidas pelo grupo. A possibilidade de candidatar-se, na sua opinião, resultou em críticas e desavenças com as/os representantes do NUDEC.

De acordo com os argumentos apresentados pelo Sr. Pedro, os desentendimentos entre os dois grupos ocorriam em função da falta de articulação do NUDEC, que por vezes, se apropriava de informações ou tomava iniciativas de forma isolada. Na sua opinião, o NUDEC só se manifestava, quando o objetivo era protestar contra a Braskem, mas quando era chamado para reivindicar contra a ineficiência dos órgãos municipais e estaduais, eles se ausentavam. Esses argumentos nos conectam com as discussões produzidas sobre a gestão no âmbito social dos estudos que sinalizam que "criar grupos de pessoas alinhadas com o governo e com opiniões semelhantes não aumenta a governança da gestão pública" (P. SPINK; BURGOS; TEIXEIRA, 2018, p. 26).

O relato de uma integrante do NUDEC, registrado no meu diário de campo, aborda alguns aspectos que expressam a tensão entre as duas associações comunitárias.

> Para Luiza,[32] a cisão do grupo de moradoras/res que formou o SOS Pinheiro original teve como consequência a construção de duas lideranças principais e antagônicas na comunidade, o que veio a enfraquecer a causa das/os moradoras/res. Segundo ela, o foco principal foi desviado para pautas menores como: 'quem tem razão?', 'a defesa civil é vilã ou mocinha?', 'quem deve liderar o movimento?' etc. Luiza alegou ter sido integrante do SOS Pinheiro, mas saiu do grupo por causa de confrontos e divergências entre a opinião dela e a das/os demais integrantes. Disse também ter observado semelhanças comportamentais entre as lideranças do NUDEC e do SOS Pinheiro, apesar da rivalidade e dos atritos existentes entre estas lideranças por causa da Defesa Civil, que é a instituição pública que criou o NUDEC. Luiza falou ainda sobre as críticas dos integrantes do NUDEC direcionadas ao líder do SOS Pinheiro e vice-versa. Disse que não lhe causaria surpresa o envolvimento de ambas as lideranças na política alagoana, pois o engajamento dessas pessoas em searas da sociedade civil organizada possibilitou o contato e a articulação com políticos. Por fim, Luiza diz acreditar que as lideranças mais antigas no bairro, como as religiosas, podem ser autênticas representantes das demandas da comunidade (Diário de campo, 2019).

As associações comunitárias SOS Pinheiro e NUDEC, que se destacam no bairro, têm se engajado em prol da elucidação do problema das rachaduras e pela garantia dos direitos da comunidade. Todavia, divergem em seus posicionamentos, apesar das reivindicações de ambos

[32] Nome fictício para preservar a identidade.

serem direcionadas à busca de objetivos comuns. As informações não circulam igualmente para todas/os, a aproximação e distanciamento dos poderes públicos produzem diferenças e disputas entre as lideranças, fomentando um embate que, por vezes, anula o diálogo entre eles.

As tensões entre as associações comunitárias, nesse caso, expressam a existência de grupos antagônicos. O momento em que esses grupos emergem possibilita a/ao pesquisadora/or um arcabouço teórico para identificar os diversos posicionamentos, em meio às tramas tecidas pelos atores que se manifestam na rede e através do mapeamento das controvérsias discutidas entre grupos e antigrupos (LATOUR, 2012).

4.3.4 A judicialização e a ampliação do problema

A população do bairro afetado, por meio de suas/eus representantes, recorreu a várias estratégias para acionar e aproximar-se do judiciário, inclusive mediante um abaixo-assinado, como pontuado anteriormente. Sobre tais estratégias ressaltamos seus efeitos e as relações estabelecidas com o judiciário, especialmente com o desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Por meio dessa interlocução, a comunidade solicitou a presença mais efetiva de especialistas em comunicação de risco, no que foi posteriormente atendida, com a instalação da sede da Defesa Civil, no bairro do Pinheiro. Além disso, foi providenciado um serviço de callcenter, policiamento mais intenso no bairro e um auxílio financeiro para as/os moradoras/res que não tinham como custear as despesas das mudanças (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 14/02/2019; PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, 14/02/2019; SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 19/03/2019).

Nas reuniões com o desembargador do TJ/AL, as/os moradoras/res tinham um espaço de diálogo para apresentar suas reclamações, preocupações e encaminhar suas demandas.

Mobilizado pelas queixas das pessoas residentes no bairro, no dia 22 de março de 2019, o Tribunal de Justiça de Alagoas recomendou que o prefeito de Maceió decretasse estado de calamidade pública, considerando que os problemas da região extrapolavam a capacidade de resposta do município. Quatro dias após essa recomendação, o prefeito decretou estado de calamidade pública (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 26/03/2019).

Abaixo trazemos um trecho da fala do desembargador.

> Vamos fazer essa solicitação, essa recomendação, esse apelo ao prefeito para que, decretando estado de calamidade, passe o problema, dada a sua dimensão e gravidade, para a União (...) Nós tivemos um contato com os moradores. Eles

> fizeram uma narrativa daquilo que foi discutido, visto, na audiência pública no Senado. E pediram a nossa intervenção no sentido de fazer uma interlocução com o prefeito de Maceió, para que a prefeitura decrete o estado de calamidade pública na área, que é o instrumento legal que implica transferência de responsabilidade para a União (G1 ALAGOAS, 22/03/2019).

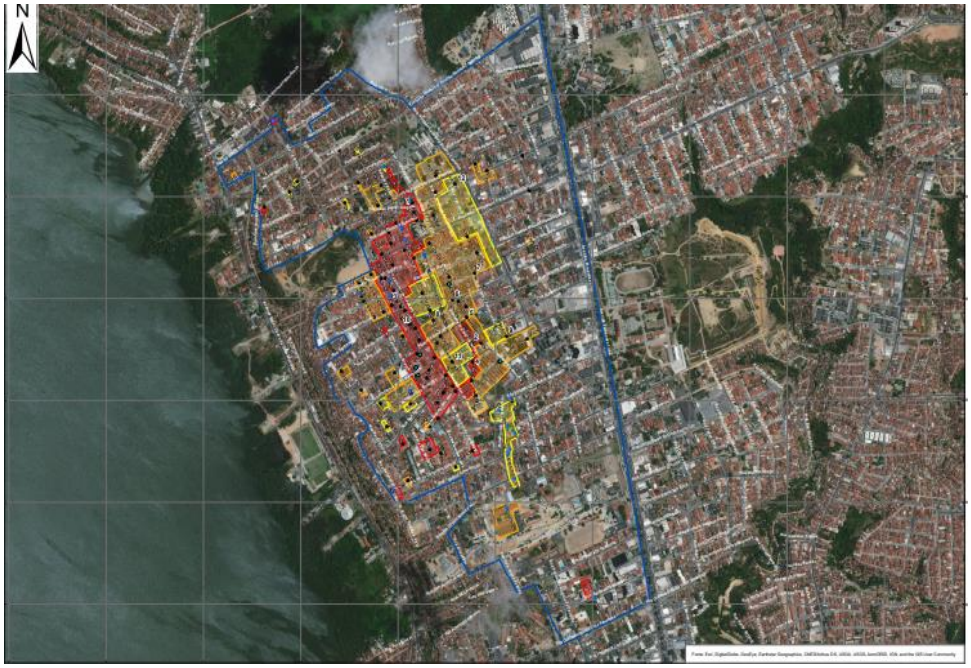
A audiência mencionada pelo desembargador, ocorreu no dia 21 de março de 2019, no Senado Federal, em Brasília. Na ocasião, estiveram presentes as/os representantes das Defesas Civis de Maceió, do Estado e Nacional, além dos representantes das associações comunitárias. O coordenador da Defesa Civil Estadual afirmou que a área de risco, com alto grau de intensidade de feições, havia sido ampliada, aumentando a possibilidade da ocorrência de um desastre jamais visto no país (SENADO NOTÍCIAS, 21/03/2019; G1 ALAGOAS, 21/03/2019).

De acordo com ele,

> A área vermelha dobrou. Não existe hoje, para o CPRM, [Serviço Geológico Nacional] área amarela ou laranja. Está tudo vermelho. Temos que trabalhar agora para que toda a população da área de vulnerabilidade seja retirada de lá. Ficou bem claro, hoje, que poderemos ter ali um desastre como nunca tivemos na história do país. Gostaria de que não fosse mais diferenciado por área vermelha ou amarela, mas a área de risco (G1 ALAGOAS, 21/03/2019).

A descrição das cores, que o coordenador da Defesa Civil Estadual menciona, faz parte do mapa de feições que é dividido em áreas vermelha, laranja e amarela. A área vermelha apresenta um alto grau de intensidade das feições, sendo a mais comprometida pelo processo de deformação do solo, com a maior expressividade nas evidências, devido a concentração de trincas e rachaduras em ruas, calçadas, pisos, muros e paredes. Nessa área, várias famílias precisaram sair de suas casas. As áreas laranja e amarela correspondem respectivamente aos locais onde o processo de deformação é de intensidade média e baixa. O traço azul, corresponde à área monitorada pela Defesa Civil (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 31/01/2019).

Figura 15: Mapa de feições do bairro Pinheiro.



Fonte: Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, 2019.

Cabe aqui fazer um parêntesis para explicitar que esse mapeamento, articulado às informações contidas no Mapa de Risco construído pela Defesa, além de delimitar as áreas de maior e menor grau de intensidade das feições, também auxilia no norteamento dos estudos e dos trabalhos da Defesa Civil, a exemplo da solicitação de recursos para a ajuda humanitária que prevê o auxílio-moradia, concedido pela instância federal. A concessão desse benefício é destinada ao aluguel de uma nova residência para as famílias que moram nas áreas de risco que, mediante a recomendação da Defesa Civil municipal, tiveram que sair de suas casas devido ao agravamento das rachaduras (PREFEITURA DE MACEIÓ, 10/01/2018; PREFEITURA DE MACEIÓ, 28/12/2018; SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL; 31/01/2019).

Em outros contextos, o valor do auxílio-moradia é de aproximadamente quatrocentos e cinquenta reais. No entanto, de acordo com o titular da Defesa Civil, a prefeitura de Maceió solicitou o valor de mil reais, levando em conta os dados da renda per capita da população residente no bairro do Pinheiro, que ultrapassa a faixa de renda alcançada pelos programas sociais (PREFEITURA DE MACEIÓ, 10/01/2019; PREFEITURA DE MACEIÓ, 09/02/2019).

É importante salientar que as discussões acerca da instabilidade do solo, a princípio, estiveram limitadas ao bairro do Pinheiro, mas as/os moradoras/res dos bairros vizinhos, Mutange e Bebedouro, relatavam os mesmos problemas (SETE SEGUNDOS, 23/03/2019): casas rachando e o chão cedendo (em casos mais graves) (G1 ALAGOAS, 26/03/2019). Por

essa razão, o decreto de calamidade passou a incluir, além do Pinheiro, os dois bairros adjacentes, que juntos somam uma média de 40 mil habitantes (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 26/03/2019).

A notícia da inclusão desses dois bairros na área de risco, com possibilidade de remoção, assustou as/os moradoras/res e comerciantes das áreas afetadas. Emocionado, um morador do Mutange expressa sua preocupação:

> A gente já em uma certa idade, eu, com 65 anos, e a minha esposa, 67, nós ficamos assustados. É exame de pressão, remédio de pressão, é tudo. Nós queremos uma solução. Muitos moram aqui porque não têm condições de ir para um lugar melhor. A gente não vai sair daqui para abandonar o nosso barraquinho (G1ALAGOAS, 26/03/2019).

O mapa abaixo, possibilita ver o limite geográfico dos bairros supracitados.

Figura 16: Mapa que situa os bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

Fonte: Google Maps, 2020.

Enquanto o Pinheiro ocupa uma região de superfície aplainada do topo do tabuleiro, o Mutange e o Bebedouro, estão situados em áreas já classificadas anteriormente como de risco socioambiental, uma vez que, o primeiro, está localizado em uma área de alta declividade, sujeita a deslizamentos e, o segundo, está situado em uma planície revestida de manguezais, margeando a lagoa Mundaú, suscetível à ocorrência de inundações (CPRM, 2019a).

Geográfica e metaforicamente, a disposição dos bairros expressa a segregação socioespacial desses territórios. O Pinheiro, bairro de classe média alta, ocupa o topo do tabuleiro, um espaço privilegiado, em termos físicos, econômicos e sociais. Já os bairros que

estão nos rebordos dos tabuleiros, áreas de declive, como Mutange e Bebedouro, integram as camadas sociais mais pobres, destituídas de infraestrutura urbana, principalmente o Mutange (CPRM, 2019b).

Contudo, vivenciando cada um a seu modo os efeitos adversos da mineração, as/os moradoras/res desses bairros uniram-se para enfrentar a situação coletivamente. Juntos, reivindicam, que a partir de dispositivos jurídicos, a autarquia pressione os órgãos públicos responsáveis pela gestão de risco, em prol da garantia da celeridade das ações, auxílio e o acolhimento das necessidades apresentadas por elas/es. Entre as reivindicações, constavam: a urgência da entrega de um relatório que aponte as causas do problema nos bairros; a interrupção das atividades da mineradora executadas na região; um auxílio jurídico mais efetivo e isento de custos nos trâmites judiciais relacionados aos processos de regularização dos imóveis que ainda não estão devidamente registrados, por motivos de usucapião ou herança (PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, 25/04/2019).

Para atender à demanda da população que não possui o registro do imóvel, o Tribunal de Justiça de Alagoas, lançou um programa intitulado “Posse Legal”, que em parceria com a Associação dos Notários e Registradores de Alagoas (Anoreg), viabilizou gratuitamente o título de posse do imóvel e garantia do recebimento de benefícios, a exemplo do auxílio-moradia (TRIBUNA HOJE, 22/03/2019; PODER JUDICIÁRIOS DE ALAGOAS, 25/04/2019).

Nos dias que antecederam a divulgação do relatório, três procuradoras da República, emitiram um ofício destinado às comissões organizadoras da audiência – Ministério de Minas e Energia (MME) e a CPRM (Serviço Geológico do Brasil) – solicitando, no mínimo, um terço dos assentos para a comunidade que reside na região afetada. No documento expedido são listados os segmentos governamentais e sociais convocados a estar presentes na audiência, tais como, os representantes do poder executivo, do legislativo e do judiciário. Entre eles, ainda estão a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), representantes dos hospitais, membros das associações comunitárias tais como o NUDEC e o SOS Pinheiro, da Associação dos Empresários do Pinheiro, entre outros (TNH1, 03/05/2019).

Cientes da possibilidade de adiamento da entrega do relatório final da CPRM, prevista para o dia 30 de abril de 2019, as comunidades do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, realizaram um protesto, no dia 25 de abril de 2019, com cartazes e carro de som, em uma das principais praças de Maceió, reivindicando a divulgação do relatório (TNH1, 25/04/2019).

A entrega do relatório conclusivo, feito com base nos estudos desenvolvidos pelo Serviço Geológico do Brasil, foi adiada para o dia 08 de maio, gerando um clima de tensão e angústia nas/os moradoras/res, de acordo com o líder comunitário do SOS Pinheiro. “O

sentimento é de profunda frustração. Tristeza. Os moradores estão sendo massacrados mais uma vez", disse ele (TRIBUNA INDEPENDENTE, 01/05/2019).

Matéria publicada no dia 01 de maio de 2019, pela *Tribuna Independente*, informava que, ao serem consultadas, as assessorias de comunicação do MME e da CPRM não esclareceram o motivo do adiamento da divulgação do relatório.

4.4 O relatório conclusivo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM)

A divulgação do relatório final, feita pelo coordenador do estudo realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), foi considerada o quarto e último incidente crítico do processo de análise desta pesquisa. Os resultados dos estudos sobre o processo de instabilidade do solo da região afetada, assim como os eventos anteriores considerados como incidentes críticos, produziram controvérsias, tensões entre os atores e diferentes estratégias de enfrentamento e de argumentos, ora de acusação, ora de defesa.

A apresentação do relatório ocorreu em uma audiência pública, em Maceió, no dia 08 de maio de 2019, no prédio da Justiça Federal de Alagoas. O evento foi organizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) (TNH1, 03/05/2019; GAZETAWEB, 08/05/2019).

O auditório, onde ocorreu a audiência, conta com um pouco mais de 300 lugares. A limitação do espaço físico desagradou as/os moradoras/res presentes, uma vez que, muitas/os não puderam entrar no prédio da Justiça Federal e ficaram aguardando na entrada do edifício. "Só tem 300 lugares aqui no prédio. Essa audiência deveria acontecer no Centro de Convenções ou em outro espaço. Há muitas pessoas que não conseguem entrar ali dentro. A população precisa saber o que está acontecendo", criticou um morador (GAZETAWEB, 08/05/2019).

De acordo com os portais de notícia que fizeram a cobertura do evento, o clima era de grande expectativa e também de revolta, sobretudo das pessoas que residem no bairro e que sofrem há mais de um ano as consequências à espera de respostas.

A falta de informação sobre o fenômeno que acomete o bairro repercutiu de diferentes maneiras no cotidiano dessas pessoas, que tiveram de lidar diariamente com os efeitos da incerteza do futuro do bairro, de suas moradias e de seus direitos. Gerando conflitos em torno do modo de negociação e atuação da mineradora e dos órgãos públicos, ressoando na saúde, causando sofrimento físico e mental.

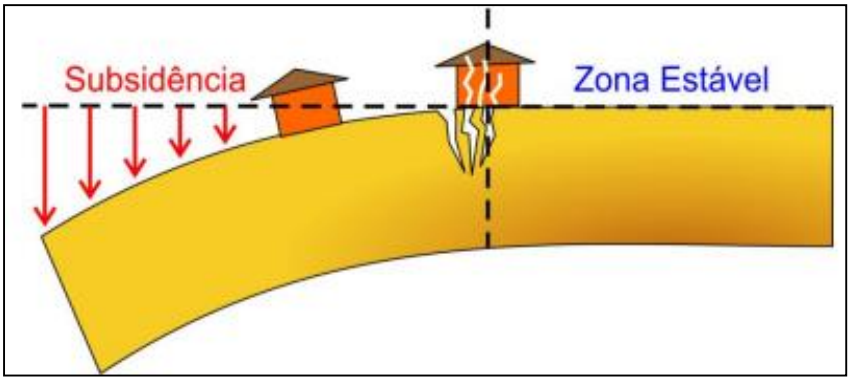
Trazemos abaixo um trecho da fala de um morador que estava presente, no prédio da Justiça Federal, expressando a expectativa dos/as moradores/as.

> Esperamos que a verdade seja revelada, que os culpados sejam apontados, se o bairro será demolido ou não, se seremos indenizados [os moradores]. Quem mais sofre com isso é a população, estamos há um ano esperando respostas. Cinco moradores morreram de infarto quando souberam que o bairro iria afundar em uma cratera. Precisamos de uma resolução, de um posicionamento enérgico. Quem são os culpados? Todos! Vamos deixar acontecer no Pinheiro o que aconteceu em Brumadinho? Estamos buscando que esse laudo saia favorável à população, avalia (GAZETAWEB, 08/05/2019).

Uma das preocupações das pessoas que residem no bairro, quanto aos possíveis resultados do relatório da CPRM, referia-se às linhas de investigação, entre elas, as rachaduras estarem relacionadas ao abalo sísmico, pois poderiam ser prejudicadas em termos de indenização e outras medidas compensatórias e de reparação. A transferência da causa desses fenômenos às intempéries da natureza, acarretaria na não imputação de responsabilidade. Contudo, de acordo com o relatório conclusivo, emitido pela CPRM e com base em estudos mineralógicos realizados na região, a instabilidade do terreno do bairro e adjacências vem sendo causada pela atividade da Braskem (G1 ALAGOAS, 08/05/201; CPRM, 09/05/2019).

A extração de sal-gema tem gerado uma desestabilização nas paredes dos poços de extração, produzindo, assim, um processo de subsidência, que é um afundamento da superfície do terreno (CAVALCANTE, 2020). Conforme podemos visualizar na figura abaixo:

Figura 17: Ilustração do processo de subsidência.



Fonte: CRPM, 2019.

Em contrapartida, a Braskem se manifestou oposta ao resultado e apresentou sua versão em um pronunciamento enviado à mídia local. Em nota, a petroquímica alegou ter encontrado inconsistências relevantes nos resultados do relatório emitido pela CPRM e pontuou algumas

divergências. Dentre elas, questionou a ocorrência de desabamento de minas, uma vez que os levantamentos realizados pela Braskem acusaram que elas estão estáveis; a profundidade alcançada nos estudos da CPRM, equivalente a 900 metros, de acordo com a Braskem, era um recorte insuficiente para analisar os poços, sendo necessária uma profundidade maior e, por fim, o fato da CPRM ter negligenciado a existência de falhas geológicas na região do Pinheiro (TNH1, 03/07/2019).

De acordo com a indústria, as conclusões foram precipitadas e mobilizadas pela pressão política. “As conclusões da CPRM (em relação às causas das rachaduras no Pinheiro, Mutange e Bebedouro) foram apressadas”, disse o presidente da Braskem. Portanto, afirmou que não houve tempo hábil para concluir os estudos de maneira adequada sobre a causa do evento. Em consequência disso, a indústria apresentou sua contestação na justiça e disse estar realizando estudos de maneira independente na região (TNH1, 03/07/2019).

Enquanto isso, em conformidade com o Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre a Braskem e as autoridades públicas desde abril de 2019, a petroquímica executa ações de mitigação nos bairros atingidos. No site da Braskem, a empresa apresenta uma matéria, em que consta uma lista dos conjuntos habitacionais que passarão por vistoria técnica, com o intuito de avaliar e constatar se há ou não a existência de movimentações, fissuras e outros tipos de danos que comprometam a integridade física dos imóveis (BRASKEM, 14/05/2019). Uma outra matéria, também publicada no site da empresa, traz informações acerca da execução de outras medidas que estão em andamento, como os serviços de inspeção do sistema de drenagem, monitoramento e medição de possíveis movimentações de solo, doação de sinalizadores de rotas de fuga, instalação de uma estação meteorológica, além de obras de reparadoras em vias públicas (BRASKEM, 06/06/2019).

A partir da análise dos resultados, foram descartadas três hipóteses, das quatro levantadas no início das investigações: a forma de ocupação do solo, as falhas geológicas e a extração desordenada de água subterrânea. Mas há evidências de que esses processos interligados à extração mineral agravam e intensificam os danos causados na superfície e, por isso, precisam de cuidados específicos, como saneamento básico, instalação de uma rede de drenagem e outras obras estruturantes, pontuadas e recomendadas pela CPRM (CPRM, 09/05/2019). Entretanto, em termos de ação para mediar a situação, tem sido adotada a prática de remoção das famílias, “entendida pelo poder público como uma forma de prevenção” (SIENA, 2010, p. 101).

A aplicação dessa prática, no contexto dos desastres socioambientais, ocorre sob a justificativa do bem-estar e da proteção das/os moradoras/res, mas ainda que seja necessária,

em algumas circunstâncias, nem sempre é a única opção. Todavia, acaba sendo posta em prática de forma arbitrária e legitimada pelo poder público, mediante a interpretação técnica de ferramentas de cartografia, a exemplo dos mapas de risco. Inclusive, a depender de seu uso, pode embasar os argumentos dos órgãos públicos para reforçar sua performatividade na expulsão das pessoas das áreas "fora da ordem" (SIENA, 2010, p. 108).

4.4.1 Manutenção da interlocução com o judiciário: a luta por indenizações

Após a conclusão do relatório técnico, que atribui às atividades da Braskem a responsabilidade pela causa dos fenômenos que atingem o bairro, uma série de ações, principalmente voltadas às indenizações, foram requisitadas não apenas pelas/os moradoras/res, mas também pela prefeitura municipal.

Uma das primeiras medidas efetivadas pela comunidade do Pinheiro, juntamente com a do Mutange e de Bebedouro, que também foram incluídos na conclusão do relatório técnico da CPRM, foi acionar novamente o judiciário para solicitar ao presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas o bloqueio de R$ 6,7 bilhões de reais da mineradora, sob a justificativa de se ter fundamentos científicos e técnicos suficientes para fazê-lo (CADA MINUTO, 08/05/2019).

A prefeitura, por sua vez, estudava junto à Procuradoria Geral do Município, o delineamento de medidas jurídicas para garantir a reparação dos prejuízos causados, não somente a/aos moradoras/res, mas também aos cofres públicos (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 08/05/2019; SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 10/05/2019).

Dois dias após a audiência pública, que apresentou à população alagoana o resultado do relatório conclusivo emitido pela CPRM, foi realizada uma reunião com o desembargador, as/os representantes das/os moradoras/res dos bairros afetados pela mineração e as/os empreendedoras/res do Pinheiro, para articular e dar andamento às medidas indenizatórias (JORNAL EXTRA DE ALAGOAS, 10/05/2019).

A recomendação do presidente da autarquia, a priori, foi a condução dos processos de maneira coletiva, sob a justificativa de se ter mais celeridade, uma vez que o julgamento individual, considerando a quantidade de pessoas afetadas, levaria mais tempo. Embora haja essa orientação, não há impedimento as/aos que desejam acionar a justiça individualmente, tendo em vista a complexidade de conciliar coletivamente as demandas de todas/os. Essa

problemática foi questionada inclusive pelo representante das/os empreendedoras/res do bairro do Pinheiro e as demais regiões afetadas.

> Há uma determinação em buscar soluções para todos, e principalmente para os empreendedores. Não há dúvidas do amplo problema que foi causado para nós, que somos um dos principais afetados. Dentro do bairro existem empreendimentos com valor de mil a 20 milhões de reais. Então de que maneira podemos conciliar algo de maneira coletiva que seja justo para todos? (JORNAL EXTRA DE ALAGOAS, 10/05/2019).

Para tratar dessas ações, o desembargador informou que serão designadas/os cinco juízas/es (JORNAL EXTRA DE ALAGOAS, 10/05/2019) e definiu como prioridade os processos judiciais acionados pela população afetada como forma de garantir a agilidade no trâmite das demandas (PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, 13/05/2019).

Desde que o problema do bairro passou a ser público, a comunidade continua se posicionando politicamente, a partir das reinvindicações e das mobilizações, nas ruas, em torno das questões relacionadas aos impactos da mineração e da luta em prol de seus direitos. Deixando assim explícita a necessidade de continuar reivindicando até pelo direito mais básico e essencial, que é a moradia segura e digna, que lhes foi tirada bruscamente.

Passados vinte dias da publicação do relatório conclusivo da CPRM, a comunidade do Pinheiro e adjacências, consternada com a destruição provocada pela petroquímica, realizou um protesto em frente à Braskem. Nesse ato, as/os moradoras/res cobraram respostas das entidades públicas e exigiam respeito aos seus direitos. Além disso, solicitaram a divulgação do novo mapa de feições de instabilidade do terreno e pediram, mais uma vez, a presença de um representante da prefeitura para dialogar com as lideranças comunitárias (SINTEAL, 28/05/2019).

Durante o protesto, a comunidade contou com a presença e a parceria das/os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL), com sede no Mutange, um dos bairros afetados, próximo ao bairro Pinheiro. De acordo com a matéria publicada no site do sindicato, durante a manifestação a presidenta teceu críticas à gestão municipal, ao mesmo tempo em que se solidarizou e garantiu apoio à população da região.

As manifestações conduzidas pela comunidade e as articulações com outros segmentos, a exemplo da justiça, dos sindicatos, entre outros, ocorridas após os incidentes críticos, deflagraram encaminhamentos e acolhimentos de demandas sinalizadas pela população.

A exemplo disso, no dia 14 de janeiro de 2019, como foi mencionado no incidente crítico anterior, foi realizado um ato público, organizado pelas lideranças comunitárias, em uma

das praças do bairro do Pinheiro, com o intuito de cobrar do governo municipal, respostas acerca do pagamento de tributos municipais. Naquela época, essa ação desencadeou a expedição de um projeto de lei à câmara de vereadores, que prevê a isenção dos impostos.

Atendendo aos anseios da comunidade, em junho de 2019, foi sancionada a Lei nº 6.900, de autoria do governo municipal, garantindo a isenção de tributos municipais, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviços) para moradoras/res e comerciantes do Pinheiro, Mutange e Bebedouro (SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, 19/06/2019).

Também em termos de conquistas, decorrentes das reivindicações e solicitações ao judiciário, o apelo da população passou a ser legitimado e acatado, após a conclusão do relatório técnico, o que implicou no bloqueio cautelar de R$ 3,6 bilhões, para subsidiar o pagamento das indenizações por danos materiais. A medida foi determinada pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, frente à uma ação movida pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público do Estado (G1 ALAGOAS, 26/06/2019).

Enfatizamos que o diálogo entre as/os moradoras/res e o TJ/AL não ficou limitado às questões indenizatórias, mas também permitiu traçar medidas que as antecediam, tais como o processo de avaliação dos imóveis. Por intermédio dessa interlocução, ficou estabelecido em uma decisão liminar, que a avaliação considere os valores anteriores ao sinistro. Nas palavras do representante do SOS Pinheiro "A gente estava precisando de uma medida como essa. Não se faz justiça se não corresponder aos anseios da população". Essa determinação atende aos anseios da comunidade, haja vista a preocupação das pessoas em receber uma indenização inferior ao valor do imóvel, devido à desvalorização das casas em função das rachaduras (PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, 01/07/2019).

Para dar encaminhamento a essas medidas, foi proposto pelo líder comunitário, a construção de um cronograma constando os dias em que ocorrem as avaliações, para que as pessoas estejam em casa e possam receber as/os avaliadoras/res, considerando que grande parte das pessoas já se deslocaram para outras regiões (PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, 30/07/2019).

No dia 08 de julho de 2019, ocorreu uma nova reunião entre o TJ/AL e as/os representantes das/os moradoras/res do Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Na ocasião, foram apresentadas algumas possibilidades de ressarcimento à população – pagamento em dinheiro, um imóvel do Programa Minha Casa, Minha Vida ou carta de crédito imobiliário – e ficou sobre a responsabilidade das/os representantes, levar as propostas à comunidade, para que haja um

consenso acerca da melhor forma de indenização[33] (PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, 08/07/2019).

A comunidade conseguiu, através de uma ação conjunta com um deputado federal e a Defensoria Pública da União, uma liminar na justiça contra a Caixa Econômica Federal (CEF). Em uma matéria publicada no dia 12 de julho de 2019, no portal de notícias *Correio do Povo*, consta que a ação pública foi proposta devido à cobrança da CEF de parcelas mensais, referentes ao Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), um seguro que faz parte do financiamento de alguns imóveis do Pinheiro. De acordo com o deputado,

> (...) a caixa está retardando a apreciação das comunicações de sinistro formuladas pelos mutuários há mais de 04 meses, impondo, ainda, a cobrança das parcelas mensais e negativando o nome de moradores inadimplentes, inobstante a ordem de desocupação compulsória emitida pela Defesa Civil. Ou seja, muitos moradores passaram a alugar imóveis em outros locais e a CEF ainda estava exigindo o pagamento das parcelas, sem dar andamento do processo de sinistro (CORREIO DO POVO, 12/07/2019).

A justiça concedeu uma liminar as/aos moradoras/res do Pinheiro e suspendeu as cobranças das prestações mensais, os juros, os encargos legais e contratuais, referentes ao financiamento do FGHab, considerando o contexto vivenciado pelas pessoas que residem na região (CORREIO DO POVO, 12/07/2019).

4.5 A mobilização das/os moradoras/res norteada por um propósito comum

Nessa seção, fazemos uma síntese dos movimentos da população do bairro do Pinheiro provocados após os incidentes críticos, sinalizando as mudanças na mobilização das/os moradoras/res para o enfrentamento da situação de risco socioambiental, em diálogo com o conceito do comum.

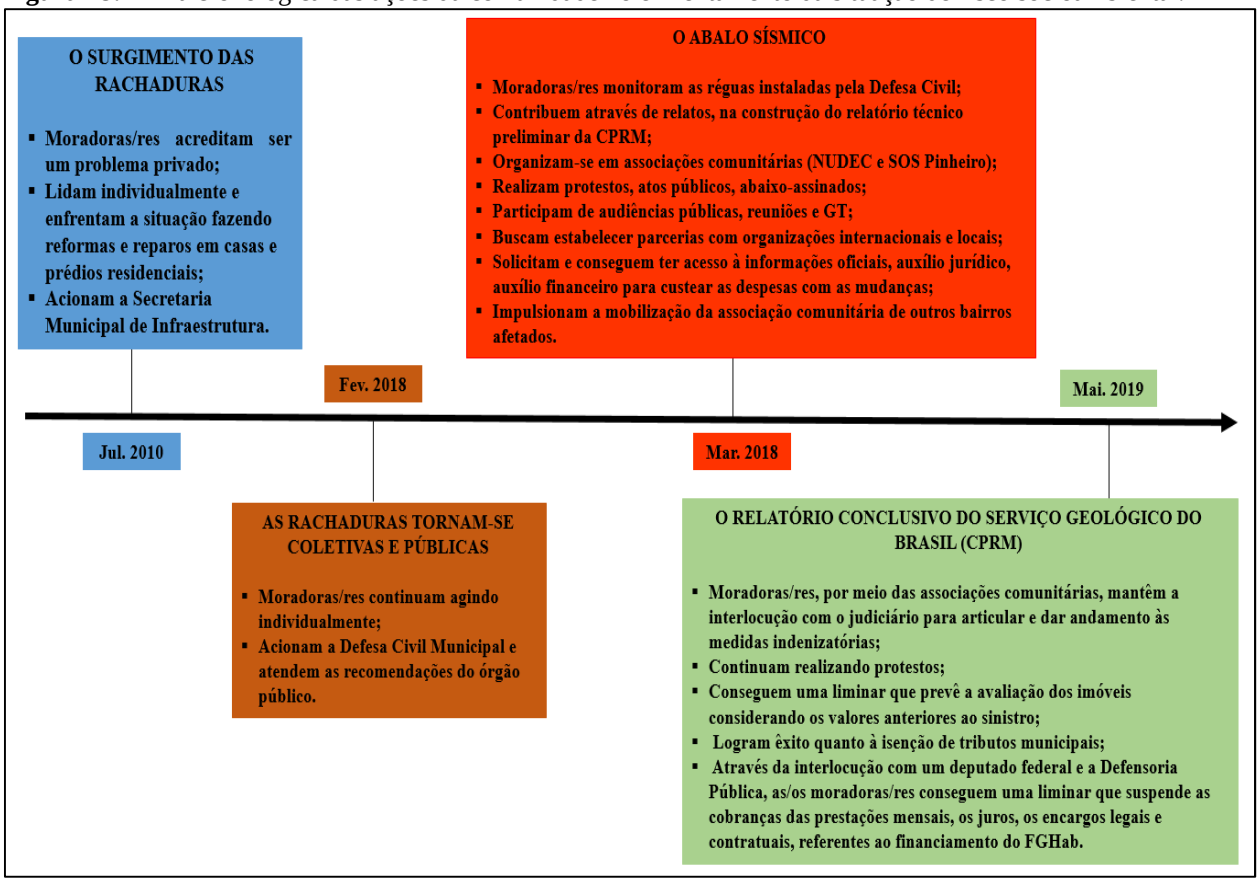
Há pelo menos 50 anos, esse conceito tem sido utilizado nas ciências sociais. A ideia de comum norteia a compreensão da mobilização das associações comunitárias do bairro do Pinheiro, diante da situação de risco socioambiental (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018).

Para nortear essa discussão, facilitar a visualização e a compreensão das mudanças de enfrentamento, construímos uma linha cronológica apresentada a seguir, na qual os incidentes críticos estão destacados no quadro, em diferentes cores e disposições: 1) o surgimento das

[33] Devido o tempo delimitado por essa pesquisa para o acompanhamento e construção do material de análise, não foi possível alcançar o desfecho da decisão da comunidade.

rachaduras, está na cor azul; o 2) as rachaduras tornam-se coletivas e públicas, em marrom; o 3) o abalo sísmico, em vermelho e o 4) o relatório conclusivo do Serviço Geológico do Brasil, apresentado na cor verde.

Figura 18: Linha cronológica das ações da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Conforme a linha cronológica é possível observar os primeiros passos dados pelas/os moradoras/res, desde o início, em 2010, quando emergiam os indícios de anormalidade no solo da região e a mídia alagoana publicava os primeiros registros sobre o surgimento das rachaduras – o primeiro incidente crítico desta pesquisa.

Naquela época, as/os moradoras/res do bairro ainda não sabiam a causa do fenômeno e acreditavam que as feições acometiam apenas suas casas. Por essa razão, tentavam resolver individualmente, fazendo reformas e reparos. A condição socioeconômica dessas pessoas facilitou a adoção dessa prática, na medida em que os reparos eram feitos com frequência por elas próprias e em algumas ocasiões com alto custo. Mas, por ser um fenômeno em expressiva evolução, logo as rachaduras surgiam novamente. E quando os danos começaram a extrapolar

os muros de suas residências e alcançaram as vias públicas, a comunidade passou a acionar a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Passados oito anos, mais especificamente, em fevereiro de 2018, após um quadro chuvoso que atingiu a capital alagoana, as rachaduras se tornaram coletivas e públicas – o segundo incidente crítico –, devido à visibilidade, a significativa ampliação da situação e a mudança no gerenciamento da área de risco, que passou a integrar novos actantes. Mas, apesar dessas mudanças, assim como em 2010, as/os moradoras/res que tiveram suas casas atingidas pelas rachaduras continuaram agindo individualmente e acionando órgãos públicos, nesse caso, a Defesa Civil, para gerir a situação.

Contudo, no dia 03 de março de 2018, apenas 15 dias após o incidente crítico anterior, ocorreu um abalo sísmico no bairro, que produziu inúmeros efeitos e profundas transformações nesse cenário. Sobretudo na ação da comunidade, que despertou para a necessidade de mudar o seu posicionamento, por vezes passivo, na espera das recomendações e respostas dos órgãos públicos.

Em abril de 2018, cansadas/os de esperar pelo poder público, as/os moradoras/res do bairro resistem ao processo de individualização e começam a se agrupar em associações comunitárias, como o SOS Pinheiro – formado voluntariamente pelas/os moradoras/res do bairro – e o NUDEC, um dispositivo legal, instituído pela Defesa Civil, implementado pelo órgão e composto por técnicas/os e moradoras/res.

Através desses grupos, a comunidade passou a traçar estratégias de enfrentamento coletivamente, com o intuito de atenuar os efeitos adversos que emergiam no lugar em que viviam. Mas, apesar de terem se posicionado em prol de objetivos comuns, foi possível observar, no decorrer da análise, uma zona conflitante que possibilitou identificar controvérsias, principalmente em torno das estratégias de gestão coordenadas pela Defesa Civil municipal. Assim, cada grupo, a partir das conexões e rupturas estabelecidas com o órgão, expressava estar ou não de acordo com a condução do gerenciamento de risco por ele executado.

Dentre as ações implementadas pelas associações comunitárias, destacam-se as marchas, os abaixo-assinados, os protestos e os atos públicos em prol da elucidação dos fenômenos, da garantia de direitos e do restabelecimento de suas antigas condições de vida. Esse movimento, com conotação reivindicatória, além de expressar o sucesso da mobilização social performada pela comunidade (TORO; WERNECK, 2004), proporcionou o sentimento de pertença, o fortalecimento das identidades locais, sobretudo as de resistência (PERUZZO; VOLPATO, 2009).

Nessa conjuntura, a mobilização social consiste em um movimento marcado pela convocação livre de vontades para atuar em busca de um propósito comum (TORO; WERNECK, 2004). Na Europa, o comum é um conceito utilizado por algumas/ns estudiosas/os para explicar os movimentos sociais e para organizar as políticas públicas. Enquanto isso, no Brasil, esse conceito tem sido abordado por algumas/ns ativistas e pesquisadoras/res que discutem as questões relacionadas ao meio ambiente e aos estudos sobre o direito à cidade e das comunidades tradicionais (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018).

No contexto nacional, a mobilização social, orientada pelas associações, organizações e outros grupos comunitários, pode ser considerada como uma possibilidade de defesa do comum. Principalmente, pela luta deflagrada em razão das lacunas de um sistema centralizador, que não consegue garantir minimamente os direitos básicos, sobretudo os de moradia (SAVAZONI, 2018).

Entre as experiências brasileiras associadas às novas organizações baseadas no comum, Savazoni (2018), cita a mobilização social ocorrida no estado de Pernambuco, que ficou conhecida nacionalmente como “Ocupe Estelita”. O cais José Estelita, situado no centro do Recife, fica às margens do Rio Capibaribe. O espaço, que abriga construções históricas, era propriedade da Rede Ferroviária Federal S.A. e foi arrematado em um leilão, em 2008, para um consórcio de empreiteiras que anunciou a construção de 12 torres para uso privado. O projeto não foi aceito pela população que, por sua vez, passou a protestar em defesa de um comum urbano. Além de realizar assembleias, manifestações na rua e participar de audiências públicas, o movimento criou um plano urbanístico para o cais. Embora tenham conseguido uma suspensão da licença, que permitia a demolição do cais, essa disputa está longe de ter um desfecho.

Diante do recorte supracitado, é possível compreender que o processo de fazer o comum tem uma dimensão comunitária e necessita da ação política das pessoas e do empenho coletivo para a transformação dos espaços e a manutenção desse processo. Configura-se, portanto, de um caráter social e político de governança, orientado pela cooperação democrática, em que os atores sociais passam a ser convocados a participar do processo e implementar em seus cotidianos, “mecanismos para gerir, desenvolver e sustentar o próprio comum” (CAMINHA, 2018, p. 10; SILVEIRA; SAVAZONI, 2018).

Desse modo, acreditamos que a mobilização das associações comunitárias do bairro do Pinheiro dialoga diretamente com os pressupostos desse conceito, considerando o que já foi mencionado anteriormente, e também por entender que esse movimento é uma prática social, compartilhada por uma comunidade, na qual a ação:

> tem caráter eminentemente político, envolve práticas organizativas internas à comunidade (para definir e fazer cumprir regras que garantam o uso continuado dos recursos compartilhados, e para garantir uma gestão equitativa e participativa, que ajude a manter os laços comunitários), mas também envolve conflitos e lutas com autores externos a essa comunidade – seja para instituir o bem comum, e exigir que ele seja reconhecido com tal por atores privados ou estatais; seja para protegê-lo contra o cerceamento por tais atores (VIEIRA, 2014, p. 98).

A partir desses pressupostos, é possível afirmar que a mobilização por meio das associações, das organizações e dos movimentos sociais, é um exemplo de estratégia de grande importância, pois além da capacidade de facilitar a construção de uma nova cultura política, norteada pela busca de justiça social e da participação popular (PERUZZO; VOLPATO, 2009), representa uma mudança na configuração e na atuação da comunidade que vive em área de risco. Suas ações passam do âmbito individual para o coletivo e são impulsionadas pela necessidade de superar as lacunas da administração pública e de defender os interesses em comum (CARLOS, 2019).

Ações essas bastante difundidas no bairro do Pinheiro, cuja situação de risco mobilizou a comunidade, através de seus grupos, do uso de seus aparatos reivindicatórios e em parceria com outros segmentos, a produzir resistência, agenciar forças e múltiplas relações, em prol da construção de uma coletividade que luta pelo bem comum.

Indubitavelmente, esse engajamento coletivo, somado às especificidades socioeconômicas dos grupos, como o SOS Pinheiro, que possui um núcleo que presta auxílio político e jurídico, permitiu uma série de conquistas, impulsionadas pela comunidade e para a comunidade. Especialmente, em termos de interlocução com o judiciário, cujo diálogo permitiu traçar medidas voltadas às questões indenizatórias.

Em outras situações, em que a população possui baixo índice de escolaridade e dificuldade de acesso à informação, a capacidade de resposta fica comprometida, principalmente pela falta de recursos para pressionar os órgãos públicos a fim de que a gestão de risco seja efetiva (ALMEIDA, 2015; ROSA et al., 2015).

Ao visualizarmos a linha cronológica do caso, podemos considerar que após a criação das associações comunitárias, ocorreram mudanças nas ações das/os moradoras/es, que passaram de uma perspectiva do problema de individual para coletiva, a partir da qual diferentes estratégias foram delineadas e implementadas em prol de objetivos comuns. Essas mudanças possibilitaram o acolhimento de demandas sinalizadas em muitas reivindicações organizadas pelas/os moradoras/res. Além disso, foi possível identificar, durante o processo de análise, que

os movimentos comunitários favoreceram a capilaridade e a legitimidade de ações coletivas que posteriormente serviram de modelo para os outros bairros afetados.

INTERLÚDIO

Figura 19: Retroescavadeira demolindo prédio residencial no bairro do Pinheiro.

FONTE: ÉASSIM, 2020.

O cenário é de guerra. Milhares de famílias tiveram que deixar suas moradias. Das casas, em sua maioria, restam apenas as paredes. Nas ruas, estão espalhados os entulhos e as marcas da destruição. O barulho do trem e das crianças brincando na rua, já não se ouvem mais. Foram substituídos pelo estrépito da retroescavadeira. Embora não tenha tido mortes por desabamento, o sinistro causou a impossibilidade de existência, seja pela perda das moradias devido o comprometimento das estruturas dos imóveis ou pela prática de remoção, que obedece os dispositivos legais.

Erianne Gomes dos Santos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçamos todo esse percurso sensibilizadas com o drama vivenciado pelas/os moradoras/res do bairro do Pinheiro que tiveram seus lares, suas vidas e histórias desestabilizadas – assim como está o subsolo debaixo de seus pés –, devido ao risco iminente de afundamento do solo, causado pela extração mineral conduzida pela Braskem.

Imbuídas pelas inquietações que emergiram nesse cenário, traçamos o objetivo desta pesquisa, no sentido de compreender as ações da comunidade na gestão e no enfrentamento da situação de risco socioambiental. Especificamente, buscamos identificar os limites e as possibilidades da participação das/os moradoras/res nas ações e nos processos decisórios, além de conhecer as articulações ou a ausência delas, as vivências e as controvérsias que configuram o campo em estudo. Procuramos situar no campo científico como essa discussão tem sido abordada e para dar conta dos objetivos propostos, norteamo-nos na perspectiva construcionista e na Teoria Ator-Rede. Os dois referenciais teórico-metodológicos agregaram reflexões e ampliaram a compreensão do campo em estudo.

Com base na literatura e em articulação com o campo em estudo, é possível constatar que as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades em situação de risco socioambiental interferem diretamente no enfrentamento e na capacidade de resposta. A depender das circunstâncias, essas características podem potencializar o sofrimento das pessoas, principalmente no caso daquelas com baixo nível de escolaridade, que possuem poucos recursos econômicos e políticos, além de serem desprovidas dos serviços básicos. Em contrapartida, em comunidades de classe média-alta, como o bairro do Pinheiro, ainda que haja sofrimento, existe uma possibilidade maior de se pressionar as autoridades públicas, de estabelecer articulação com o judiciário e obter estratégias de gestão de risco mais consolidadas.

Ainda nessa perspectiva, verificamos que para compreender as maneiras como os riscos de desastres se processam nos diferentes territórios é preciso ter um olhar amplo, ou seja, que não esteja limitado às características socioeconômicas, tendo em vista que os aspectos físicos do local, por si só, podem expor as pessoas ao risco de desastres. O Pinheiro, por exemplo, antes dos abalos sísmicos e da evolução das rachaduras, não era considerado área de risco, mas passou a ser visto dessa forma, após a potencialização dos efeitos provocados por esses fenômenos no espaço físico da região.

Constatamos ainda, por meio do diálogo com a literatura, que as críticas formuladas aos modelos de gestão de áreas de risco referenciam a lógica clientelista presente principalmente na gestão municipal, que por vezes acaba cedendo aos interesses de grupos econômicos

específicos, os quais se apropriam de solos urbanos, interferem na estrutura do território, resultando na exposição da população ao risco de desastre. Essa descrição expressa a realidade vivenciada pelos bairros de Maceió, martirizados pela mineração coordenada pela Braskem, um empreendimento de grande porte que conseguiu a concessão para explorar as jazidas de sal-gema em plena área urbana, em meados da década de 60, e desde então vêm interferindo bruscamente no cotidiano de tantas/os maceioenses.

As discussões acerca de diferentes perspectivas teóricas apontam as limitações decorrentes da atuação dos órgãos governamentais, cujas estratégias convergem, em sua maioria, para o pós-desastre e são fortemente marcadas pela centralização do poder no Estado, em detrimento das decisões coletivas. Muitas dessas ações são implementadas e executadas negligenciando as características locais e o conhecimento dos atores sociais, considerados, na perspectiva dos estudos, essenciais para efetivar as estratégias das ações de enfrentamento dos riscos, levando em conta que as/os moradoras/es convivem diariamente com os problemas e conhecem melhor o território em que vivem.

A partir da análise dos documentos de domínio público e do diálogo estabelecido com integrantes do SOS Pinheiro e do NUDEC, verificamos uma mudança nas estratégias de gestão implementadas tanto pelas autoridades públicas quanto pela comunidade, através das associações comunitárias. Sobre isso, alguns pontos merecem ser levantados e dizem respeito aos elementos que favoreceram as transformações na ação e na mobilização das/os moradoras/res das regiões afetadas.

Neste sentido, conforme enfatizamos inicialmente, a ausência de explicações mais contundentes e de alternativas para os problemas da região serviram como elementos mobilizadores. Essas foram as circunstâncias que fizeram com que a comunidade do Pinheiro identificasse a necessidade de uma nova organização, que permitisse a adoção de estratégias coletivas para o enfrentamento da situação de risco, uma vez que as ações individuais, passivas e paliativas, outrora utilizadas, não resolveram os problemas advindos da instabilidade do solo. Até porque, o fenômeno encontra-se em processo de contínua evolução. Logo, reforma alguma seria capaz de evitar que as rachaduras surgissem novamente.

Enquanto a Defesa Civil de Maceió e demais órgãos públicos não conseguiam elucidar a/s causa/s do abalo sísmico e das rachaduras, as/os moradoras/res tiveram que lidar diariamente com a incerteza da garantia e do restabelecimentos de suas antigas condições de vida. Dessa forma, a ameaça de perder suas casas e a necessidade de saber quem iria se responsabilizar pelos danos causados, também se configuraram como disparadores da mobilização da população.

Nessa conjuntura, a implementação dos aparatos coletivos e reivindicatórios, como as marchas, os abaixo-assinados, os protestos e os atos públicos, além das parcerias estabelecidas com outros segmentos da sociedade, mostraram-se eficazes, pois possibilitaram que a comunidade obtivesse êxito em algumas de suas demandas.

No cerne dessa discussão damos ênfase à necessidade da atuação das/os moradoras/res na articulação das ações e propomos uma ação conjunta entre o Estado e sociedade civil como estratégia de prevenção, mitigação, resposta e recuperação, sob a prerrogativa de que, quanto maior o envolvimento social, maior será a efetividade da gestão.

Em suma, este estudo busca dar visibilidade à participação da população na gestão dos riscos de desastres socioambientais, uma problemática tão presente nos últimos anos e cujos efeitos têm repercutido no âmbito nacional e internacional. Espera-se, por meio deste diálogo, propiciar novas discussões e possibilidades de investigações que inspirem a construção de estratégias que atenuem os efeitos desses eventos. Estima-se também, que através de publicações, esse estudo possa contribuir para a produção científica e na ampliação da visibilidade do problema que atinge os bairros afetados pela mineração, em Maceió.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. E. G. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil: os desastres como problema político. In: **I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/ALMEIDA-Paula-Em%C3%ADlia-G.-A-Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-e-Defesa-Civil-desastres-como-um-problema-pol%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

ANJOS, J. A. M. IBGE divulgou censo realizado e estratificado por bairro em Maceió. **Bairros de Maceió**. Maceió, 16 jul. 2011. Disponível em:< http://www.bairrosdemaceio.net/noticias/ibge-divulgou-censo-realizado-e-estratificado-por-bairro-em-maceio>. Acesso em: 04 fev. 2019.

BARBOSA, S. A. **Patologização e Medicalização Infantil**: uma cama de Procusto. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2019.

BERILLO, M. Deu no New York Times: tragédia do Pinheiro, Mutange e Bebedouro repercute internacionalmente. **082 Notícias**, Maceió, 04 mar. 2020. Disponível em < https://082noticias.com/2020/03/04/deu-no-new-york-times-tragedia-do-pinheiro-mutange-e-bebedouro-repercute-internacionalmente/>. Aceso em: 07 dez. 2020.

BERTONE, P.; MARINHO, C. Gestão de riscos e resposta a desastres naturais: a visão do planejamento. In: **VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília**, 16, 17 e 18 abr. 2013. Disponível em: < http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2013-12/gestao-de-riscos-e-resposta-a-desastres-naturais.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

BONAMIGO, I. S. Tecendo relatos, versões e cenas: etnografia de um evento violento. **Psicol. Soc**., Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 350-359, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/05.pdf >. Acesso em: 16 ago.2018.

BRASIL. **Constituição (1824).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado Federal, 25 mar. de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado Federal, 05 out. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 de abril, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria de Programas Urbanos. **Gestão e mapeamento de riscos socioambientais**. Recife, 193 p., 2008.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: Domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. (Ed.) **Power, action and belief: a new sociology of knowledge.** Sociological Review Monograph, p. 57-78, 1986.

CAMINHA, J. V. O comum como ação coletiva no espaço e cotidiano. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço**, ISSN 2317-8361 v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/36155/25729>. Acesso em: 6 out. 2020.

CARLOS, E. Mobilizando a sociedade civil: inovação organizacional e repertórios de confronto no desastre do rio Doce. **Rev. psicol. polít**., São Paulo, v. 19, n. spe, p. 08-28, dez. 2019. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19nspe/v19nspea02.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

CARTAGENA, S. M. C. **Participação social e políticas públicas na gestão de risco de desastre**. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CARVALHO, M. L. S. **A Evolução do parcelamento do solo na cidade de Maceió entre 1950 e 1970:** uma análise dos bairros do Farol, Pinheiro, Pitanguinha e Gruta de Lourdes. 2007. 175 f. Dissertação (Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CASTRO, F.; HOGENBOOM, B; BAUD, M. Governança ambiental na América Latina: para uma agenda de pesquisa mais integrada. **Ambient. soc**., São Paulo, v. 14, n. 2, p. 1-13, 2011. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/asoc/v14n2/02.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CAVALCANTE, J. R. et al. COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, e2020376, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/ress/v29n4/2237-9622-ress-29-04-e2020376.pdf>. Acesso em: 05 jan.2021.

CAVALCANTE, J. C. **Salgema**: do erro à tragédia. Maceió: Editora CESMAC, 2020. 136p.

CENTRAL PRESS. Retrospectiva de 2019 e perspectivas para 2020 na área ambiental. **Instituto Ethos**, São Paulo, 2019. Disponível em https://www.ethos.org.br/cedoc/retrospectiva-de-2019-e-perspectivas-para-2020-na-area-ambiental/. Acesso em: 04 jan. 2021.

CEPED/UFSC. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2012**. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, volume Brasil, 126 p., 2013.

CEPED/UFSC. **Mobilização Comunitária para a Redução de Riscos de Desastres**. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis, 86 p., 2015.

CHRISTMANN, L. L. Audiência pública ambiental: um instrumento democrático para a gestão compartilhada do risco ambiental. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, v.9, n.9, p 54-90, 2011. Disponível em:< https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/56/55>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CORDEIRO, M. P. et al. Como pensamos ética em pesquisa. In: SPINK, M. J. P. et al. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

CORDEIRO, M. P. **Psicologia Social no Brasil: multiplicidade, performatividade e controvérsias.** 2012. 187f. (Tese de Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORDEIRO, M. P.; CURADO, J.; PEDROSA, C. Pesquisando redes heterogêneas: contribuições da teoria ator rede. In: SPINK, M. J. P. et. al. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelsein de Pesquisas Sociais, 2014.

CPRM. Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL). **Relatório Síntese dos Resultados**, v.1, nº 01, 29 abr. 2019. Brasília: CPRM, 2019a.

CPRM. Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL). **Relatórios Técnicos E. Aspectos Geomorfológicos e do Histórico de Operação do Bairro**, v.2, mai. 2019. Rio de Janeiro: CPRM, 2019b.

DI GIULIO et al. Propostas metodológicas em pesquisas sobre risco e adaptação: experiências no Brasil e na Austrália. **Ambient. soc.**, São Paulo, 2014, vol.17, n.4, p.35-54. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n4/a03v17n4.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

DI GIULIO, G. M.; FERREIRA, L. C. Governança do risco: uma proposta para lidar com riscos ambientais no nível local. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 28, p. 29-39, jul./dez. 2013. Disponível em: < https://revistas.ufpr.br/made/article/view/30171/21656>. Acesso em: 10 ago. 2020.

DUARTE, R. O. **O protagonismo e a sedução do mar e da laguna em Maceió e o imaginário das águas na cidade**. 2019. 287f. Tese (Doutorado em Cidades) - Universidade Federal de Alagoas.

FARIAS, M. Procuradora Niedja Kaspary critica fiscalização do IMA à Braskem: 'Não atuou como deveria'. **G1 Alagoas**, Maceió, 09 mai. 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/05/09/procuradora-niedja-kaspari-critica-atuacao-do-ima-sobre-a-braskem-nao-autuou-como-deveria.ghtml>. Acesso em: 03 dez. 2020.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Soc. estado**., Brasília , v. 24, n. 1, p. 17-46, abr. 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a03v24n1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FRANÇA, L. ONG Movimento pela Vida era contra a instalação da Salgema em área povoada. **Tribuna Independente**, Maceió, 8 jun. 2019. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/06/08/ong-movimento-pela-vida-era-contra-a-instalacao-da-salgema-em-area-povoada/>. Acesso em: 13 dez. 2020.

FREITAS, C. M. et al. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5,

e00052519, 2019. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/csp/v35n5/1678-4464-csp-35-05-e00052519.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

FURTADO, J. R.; LOPES, D. C. Mobilização Social na Gestão de Riscos e de Desastres. **Com Ciência Ambiental**, São Paulo, n.28, p.78-89, 2010. Disponível em: < http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/Edicao_28_Caderno.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

G1 PERNAMBUCO. Óleo no litoral: um ano depois, Marinha conclui investigação sem apontar culpados ou origem do desastre. **G1 Pernambuco**, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/27/oleo-no-litoral-um-ano-depois-marinha-conclui-investigacao-sem-apontar-culpados-ou-origem-do-desastre.ghtml>. Acesso em: 04 jan. 2021.

G1. Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1 Política**, 22 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2021.

GALINDO, D.; RODRIGUES, R. V. Incidentes críticos, um fio de Ariadne na análise documental. In: SPINK, M. J. P. et al. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

GAZETA DE ALAGOAS. Tremor em Maceió pode ter sido causado por acomodação de solo, diz especialista. **G1, Alagoas**, 05 mar. 2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/tremor-em-maceio-pode-ter-sido-causado-poracomodacao-de-solo-diz-especialista.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. Tradução portuguesa de Ercy José Soar Filho. **Revista Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, SC, v.6, n. 1, p. 299-325, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299/10807>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

GONÇALVES, A. O conceito de Governança. In: XIV Congresso Nacional CONPEDI, 2005, **Anais do XIV CONPEDI,** Fortaleza, 2005. Disponível em:https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1258398685850_alcindo_goncalves_o_conceito_de_governanca.pdf. Acesso em: 03 jan. 2019.

GREENPEACE BRASIL. **Brasil em Chamas: do Pantanal à Amazônia, a destruição não respeita fronteiras.** Brasil, 2020. Disponível em < https://www.greenpeace.org/brasil/blog/brasil-em-chamas-negando-as-aparencias-e-disfarcando-as-evidencias/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

HARDOY, J.; PANDIELLA, G.; BARRERO, L.S.V. Local disaster risk reduction in Latin American urban areas. **Environment and Urbanization**, 23(2), 401-413, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0956247811416435>. Acesso: 24 fev. 2020.

IBÁÑEZ, T. O giro linguístico. In: INIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso**. Petrópolis: Vozes, 2004.

IÑIGUEZ, L. La psicología social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción [Trabalho completo]. In: XII Encontro Nacional da ABRAPSO. Porto Alegre: **ABRAPSO**, 2003. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_ content&task=view&id=135>. Acesso em: 7 ago. 2020.

JACOBI, et al. Ação e reação: Intervenções urbanas e a atuação das instituições no pós-desastre em Blumenau (Brasil). **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 39, n. 116, p. 243-261, 2013. Disponível em:< https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v39n116/art10.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LATOUR, B. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do Ator-Rede. Tradução de Gilson César de Souza. Salvador: Edufba; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LAW, J. Heterogeneous Engineering and Tinkering. **Centre for Research on Socio-Cultural Change (CRESC)**, 2011. Disponível em: < http://www.heterogeneities.net/publications/Law2011HeterogeneousEngineeringAndTinkering.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2020.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. **Centre for Science Studies Lancaster University**, p 1-11, 1992. Disponível em: < https://www.lancaster.ac.uk/fass/resources/sociology-online-papers/papers/law-notes-on-ant.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2020.

LETRAS AMBIENTAIS. Que fenômeno ameaça engolir o bairro do Pinheiro, em Maceió? **Letras Ambientais**, 2019. Disponível em: <https://www.letrasambientais.com.br/posts/que-fenomeno-ameaca-engolir-o-bairro-do-pinheiro,-em-maceio->. Acesso em: 17 mar. 2019.

LIPAI, E. M. **Sentidos Ambiental**: o que emerge das deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente? 2010. 112 f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2010.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambient. soc**., Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a03.pdf>. Acesso em:14 ago. 2018.

MANZANO, F. Bolsonaro exclui participação da sociedade civil de conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente. **G1**, Natureza, 06 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/02/06/bolsonaro-exclui-participacao-da-sociedade-civil-de-conselho-do-fundo-nacional-do-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MARTINS, A. Janeiro bate recorde e é o mês mais chuvoso em MG em 110 anos. **UOL**, São Paulo, 29 jan. 2020. Disponível: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/29/mg-tem-o-mes-mais-chuvoso-em-110-anos-53-ja-morreram.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 05 jan.2021.

MARTINS, M. H. M.; SPINK, M. J. P. O uso de tecnologias de comunicação de riscos de desastres como prática preventiva em saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 19, n. 54, p. 503-514, 2015. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/icse/v19n54/1807-5762-icse-19-54-0503.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

MARTINS, M. H. M; RIBEIRO, M. A. T; Repertórios linguísticos dos riscos industriais no Pontal da Barra. **Athenea Digital**, Maceió, 16(1), 139-58, 2016. Disponível em: < https://atheneadigital.net/article/view/v16-n1-martins/1316-pdf-pt>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MARTINS, M. H. M. **O uso de tecnologias de comunicação de riscos para prevenir desastres.** 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossa pesquisa: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P. et al. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

MÉLLO, R. P. Em metodologias tensoativas pesquisam-se agregados em redes heterogêneas. In: LANG et al. (Org.). **Metodologias: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas.** Maceió: Edufal, 2015. 35-59.

MOL, A. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Orgs.). **Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

MORAES, M. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. **Hist. cienc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 321-333, 2004. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11n2/05.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MPMG. Atingidos - Um olhar sobre a atuação das comunidades, das organizações populares e do Ministério Público de Minas Gerais após o desastre de Mariana. **MPMG**, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: < https://www.academia.edu/32939575/Atingidos_MPMG_pdf>. Acesso em: 25 set. 2020

PASSOS, F. L.; COELHO, P.; DIAS, A. (Des) territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cad. Metrop.** São Paulo, v.19, n.38, pp.269-297. ISSN 2236-9996, 2017. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/cm/v19n38/2236-9996-cm-19-38-0269.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PEREIRA, A. B. N. **"Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo":** Memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana do desastre da Samarco. 2018, 184 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009. Disponível em

< https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Conceitos-de-comunidade-local-e-regi%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

PIMENTEL, E. Reportagem de 1985 fez alerta sobre situação no Pinheiro. **Tribuna Independente**. Maceió, 12 jan.2019. Disponível em:< https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/01/12/reportagem-de-1985-fez-alerta-sobre-situacao-no-pinheiro/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RASERA, E. F.; MARTINS, P. P. S.; JÚNIOR, E. N. V. **A construção do construcionismo social: teorias, modos de fazer ciência e práticas profissionais**. In: Democracia, política e psicologia social [recurso eletrônico]: rupturas e consolidações. Florianópolis: ABRAPSO, 2017.

RIBEIRO, F. R. G. **Sentidos da vida na controvérsia moral sobre o abortamento induzido: o caso da anencefalia.** 2008. 223f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2008.

RIBEIRO, M. A. T. **A perspectiva dialógica na compreensão de problemas sociais**: o caso da pesca de curral em Ipioca – Maceió – AL. 2003. 277 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, M. R. Da resposta à prevenção: interfaces entre a gestão de risco de desastres e o planejamento urbano. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 36, p. e48404, fev. 2020. ISSN 1981-9021. Disponível em:< https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/48404/32331>. Acesso em: 03 set. 2020.

RODRIGUES, T. A Estratégia Internacional de Redução de Desastres. **Revista Territorium,** n.17, p.223-227, 2010. Disponível em: < https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36112/1/A%20estrategia%20internacional%20de%20reducao%20de%20desastres.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em: 21 jan. 2019.

ROSA et al. A educação ambiental como estratégia para a redução de riscos socioambientais. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 211-230, set. 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n3/1809-4422-asoc-18-03-00211.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTOS, J. F. A. Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres. **Florianópolis: CEPED/UFSC**, 16 p., 2012. Disponível: < http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/10/mobilizacao_comunitaria_e_comunicao_de_risco_0.pdf>. Acesso em 10 out. 2018.

SARRAF, T. E. S.; SILVA, A. Promoção da cultura de prevenção de riscos por meio dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil. **Revista Ordem Pública**, v.9, n.1, 2016. Disponível em: < https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/110/103>. Acesso em: 09 jun.2020.

SAVAZONI, R. **O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI**. Coleção Democracia Digital. São Paulo: Edições Sesc, São Paulo, 2018. Disponível em:

<http://www.fne.org.br/upload/O_Comum_entre_Nos_da_cultura_digital_a_d.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

SEDEC/MI. **Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos**. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2017.

SILVEIRA, S. A.; SAVAZONI, R. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 5 -18, maio 2018. Disponível em:< http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150/3690>. Acesso em: 5 out. 2020.

SIENA, M. Política de remoção: "fazer viver e deixar morrer". In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**, v. 2. São Carlos: RiMa, Editora, 2010.

SILVA, J. C. B. **Muito além da questão ambiental:** discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres. 2017. 235f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, R.D. **Duas décadas de autonomia política.** Estudo de caso sobre as políticas públicas de gestão ambiental urbana no município de Boa Vista/Roraima do período de 1990 a 2010 e suas repercussões para o desenvolvimento regional. 2015. 486f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Boa Vista/RR, 2015.

SILVEIRA, M. V.; CARDOSO.C. Promoção da cultura de prevenção de desastres. **Revista Ordem Pública,** v.9, n. 1, p. 211-222, jan/jun., 2016. Disponível em:< https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/120/113>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SIPIONI, M. E.; SILVA, M. Z. Reflexões e interpretações sobre a participação e a representação em conselhos gestores de políticas públicas. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v.21, n.46, p. 147-158, Jun. de 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/09.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SOLEDADE, A. O. **A educação ambiental como instrumento de participação.** 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

SOLÉS, M. G.; ÍÑIGUEZ, L. R.; SUBIRATS, J. ¿Cómo gobernar la complejidad? Invitación a una gobernanza urbana híbrida y relacional. **Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social**, [S.l.], p. 63-84, mar. 2011. ISSN 1578-8946. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v11-n1-grau-iniguez-subirats/827-pdf-es>. Acesso em: 06 dez. 2020.

SOUZA, A. E.; RIBEIRO, E. C.; SOBRINHO, M. V. Gestão participativa em unidades de conservação: a experiência da floresta estadual do Amapá (FLOTA/AP). **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade.** p. 283-299, 2018. Disponível em < http://revistas.unama.br/index.php/coloquio>. Acesso em: 12 ago.2020.

SPINK, M. J. O conhecimento como construção social. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010a.

_____. As múltiplas faces da pesquisa sobre produção de sentidos no cotidiano. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010b.

_____. Trópicos do discurso sobre risco: aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1277-1311, nov-dez, 2001.

_____. **Viver em áreas de risco**: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais. São Paulo: EDUC, Terceiro Nome, 2018.

_____. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**, v. 31, n. 1, jan./jul., p. 7-22, 2000a.

_____. Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social. **Psicologia & Sociedade**; 12 (112): 156-173; jan./dez., 2000b.

SPINK, M. J. et. al. (Org.). Glossário de conceitos. In: SPINK, et. al (Orgs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas**. Edição Virtual - Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas**. Edição Virtual - Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, P. K. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, P. K., BURGOS, F.; TEIXEIRA, M. A. Desafios da gestão no campo social. **GVEXECUTIVO**, v. 17, n.1, jan./fev. 2018. Disponível em: < https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/gv_v17n1_ce4.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SPINK, P. K. et al. Documentos de domínio público e a produção de informações. In: SPINK, et. al (Orgs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
SPINK. P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicol. Soc**., Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, dez. 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a03v15n2.pdf>. Acesso em: 11 out.2018.

SULAIMAN, S.N.; JACOBI, P.R.; CANIL, K. Coprodução de conhecimento: ciência, gestão pública e sociedade para a redução de risco de desastre. In: YOSHIZAKI, H. T.Y. et al. (Org.). **Riscos e Desastres**: caminhos para o desenvolvimento sustentável. São Carlos: Rima Editora, 2019.

TAVANTI, R.M.; SPINK, M. J. Ações locais e prevenção: um estudo com adolescentes que vivem em áreas de risco socioambiental. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 213-232, dez. 2014. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n4/a13v17n4.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

TAVARES, J. S.; FERRANTE, V. L. S. B. Organizações não-governamentais ambientais regionais: entre resistência e a utopia, algumas reflexões. **Revista Brasileira Multidisciplinar-ReBraM**, São Paulo, v.11, n.2, p. 12- 29, 2009. Disponível em:< http://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/175>. Acesso em: 15 ago. 2018.

TOMINAGA, L. K. et al. Desastres naturais: conhecer para prevenir. **São Paulo: Instituto Geológico**, p. 1- 197, 2009. Disponível em: < http://www.igeologico.sp.gov.br/downloads/livros/DesastresNaturais.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2004. Disponível em: <http://www.comcom.fac.unb.br/images/docs/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-werneck.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

TRIBUNA HOJE. Moradores de Santana do Ipanema ficam desalojados após forte chuva. **Tribuna Hoje**, Maceió, 26 mar. 2020. Disponível em <https://tribunahoje.com/noticias/interior/2020/03/26/moradores-de-santana-do-ipanema-ficam-desalojados-apos-forte-chuva/>. Acesso: 05 jan.2021.

VALENCIO, N. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, setembro de 2014. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n9/1413-8123-csc-19-09-3631.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 19, n. 4, pág. 748-762, dez. de 2010. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/03.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

_____. O Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: VALENCIO et. al (Org.). **Sociologia dos Desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima, 2009. 268p.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, Londres, v.19, n. 3, p. 258-273, 2009.

VERDE, P. F. **Cidades históricas atingidas por tragédia ambiental: estudo de caso de São Luiz do Paraitinga (SP)**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

VERDE, P.F.; SCHICCHI, M.C.S. São Luiz do Paratinga: da reconstrução pós-enchente às políticas de prevenção e conservação urbana. **Cadernos de Pós- Graduação em Arquitetura**

e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), p.2013.1 1-2013.1 25, 2015.

VIEIRA, M. C. **Daqui só saio pó**: conflitos urbanos e mobilização popular - a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió, Brasil: Edufal, 1997.

VIEIRA, M. S. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização**. 2014. 365 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

ZHOURI, A. et al. O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In. ANDRÉA ZHOURI (Org.) **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. 1.ed., Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco**. 2018, 257f. Tese (Doutorado em Antropologia), Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais; 2018.

APÊNDICES

Apêndice A – Quadro de análise dos documentos de domínio público

O SURGIMENTO DAS RACHADURAS				
DOCUMENTO DE DOMÍNIO PÚBLICO	**DATA**	**NARRATIVA**	**TEMA**	**AÇÕES (Quem faz? O que faz)**
Matéria publicada no site do portal de notícias Alagoas 24 horas com o título "Rachaduras no asfalto atingem prédios e assustam moradores"	12/07/2010	Moradores do Conjunto Jardim Acácia denunciaram o comprometimento da estrutura dos blocos 12 e 15 do residencial em decorrência do surgimento de rachaduras no asfalto da Rua Mário Marroquim. O residencial é um dos mais tradicionais do bairro do Farol. A rachadura, de cerca de 50 metros de extensão, teria surgido há cerca de 60 dias e abriu fendas nos prédios. A situação ficou ainda mais séria com a abertura de uma cratera na calçada do residencial. Os moradores afirmam que já haviam acionado engenheiros da Secretaria de Infraestrura, mas nenhuma medida foi adotada para impedir o avanço da rachadura.	Moradores acionam órgão municipal devido o surgimento de rachaduras em via pública e fendas em imóveis	**Moradoras/res** - acionam a Secretaria de Infraestrutura.
		Na manhã de hoje, 12, no entanto, o secretário Mozart Amaral esteve no local avaliando a extensão dos danos e já acionou os técnicos da secretaria para avaliar como surgiu o problema e quais medidas serão adotadas. Devido à rachadura, o tráfego de veículos está interrompido no local.		**Secretaria de Infraestrutura** - avalia o local; - aciona técnicos para analisar o surgimento das rachaduras e quais as medidas a serem adotadas.
AS RACHADURAS TORNAM-SE COLETIVAS E PÚBLICAS				
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	15/02/2018	A Defesa Civil de Maceió é acionada para averiguar uma fissura de aproximadamente 280 metros de extensão em via do bairro Pinheiro. Após constatação, técnicos do órgão reúnem evidências e iniciam uma linha de conversas com geólogos e engenheiros geotécnicos para avaliar o caso; neste período, foi necessário recomendar a evacuação de um imóvel.	A Defesa Civil em conjunto com outros especialistas averiguam a abertura de fissuras em via pública	**Moradoras/res** - acionam a Defesa Civil Municipal. **Defesa Civil Municipal** - analisa fissura; - recomenda evacuação de um imóvel.

Matéria publicada no site da Prefeitura de Maceió, com o título “Geotécnico inicia estudo para identificar causa de fissuras”.	19/02/2018	A abertura de fissuras em bairros da capital foi uma das ocorrências registradas pela Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil desde que houve um aumento no volume de chuva, na última semana.	Abertura de fissuras após período de chuvas	**Defesa Civil Municipal** - registra as ocorrências relacionadas a abertura de fissuras; - monitora a situação.
		Para identificar as causas, a Prefeitura de Maceió viabilizou a realização de um estudo mineralógico, iniciado nesta segunda-feira (19) sob a coordenação do engenheiro civil Abel Galindo Marques, mestre em Geotecnia e professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Além do estudo, conforme determinação do prefeito em exercício Marcelo Palmeira, serão realizadas nas próximas semanas intervenções na infraestrutura dos espaços públicos atingidos. A Prefeitura deve iniciar nas próximas semanas intervenções nas vias públicas atingidas de forma paliativa para que não interfira na avaliação dos geotécnicos.	Ações para identificar as causas do surgimento das rachaduras	**Prefeitura** - viabiliza a realização de um estudo mineralógico; - realiza intervenções na infraestrutura pública.
		Medidas definitivas serão definidas a partir do laudo técnico proveniente do estudo. Em relação aos imóveis, as famílias que tiveram imóveis com rachaduras estão em contato com a Defesa Civil, que continua monitorando a situação.		**Moradoras/res** - entra em contato com a Defesa Civil.
Matéria publicada no site G1 Alagoas, com o título “Estudo que aponta causa de rachaduras no bairro do Pinheiro, em Maceió, deve ficar pronto em até 60 dias”.	19/02/2018	*"Desde 2010 tem rachaduras em algumas casas, mas agora foram rachaduras coletivas. O geólogo foi lá e o estudo deve sair em 60 dias. Mas vamos fazer recuperação na via para evitar que a água entre ainda mais no asfalto",* informou o coordenador da Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos.	Rachaduras tornam-se coletivas	**Defesa Civil Municipal** - almeja recuperar e recapear via pública; - recomenda que moradoras/res deixem suas casas.

		Além de recapear parte da pista, o órgão também pediu que moradores deixassem suas casas. *"A gente orientou que alguns moradores procurassem casas de parentes por pelo menos nesses 60 dias por motivos de segurança"*, disse Lemos ao ressaltar que pelo menos duas casas e alguns apartamentos estão com o problema.	Evacuação de imóveis	
Matéria publicada no site da Prefeitura de Maceió, com o título "Prefeitura inicia trabalho em via danificada no Pinheiro".	20/02/2018	A Prefeitura de Maceió, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra) começou, nesta terça-feira (20), os trabalhos para recuperar uma das vias que sofreram fissuras, no bairro do Pinheiro, após as últimas chuvas registradas na capital. A intervenção na via pública tem como finalidade fazer uma vistoria na galeria de água pluvial antes de iniciar o trabalho de substituição de material para fechar a rachadura em um dos pontos mais atingidos. De acordo com o coordenador dos serviços de drenagem, Esdras Abreu, o trabalho iniciado hoje é uma ação que a Seminfra está realizando em paralelo ao estudo geotécnico. *"Nós abrimos toda a extensão da fissura ao lado da nossa drenagem, que não foi danificada. Faremos uma substituição de material para fechar esta rachadura, enquanto aguardamos a conclusão do estudo contratado, conforme orientação do prefeito em exercício Marcelo Palmeira*", explicou.	Vistoria e recuperação de vias públicas realizadas pela prefeitura.	**Prefeitura** - realiza trabalhos de recuperação de vias públicas; - vistoria na galeria de água pluvial.
Matéria publicada no site da Gazetaweb, com o título "Mesmo com rachaduras cortando o Pinheiro, moradores não	24/02/2018	O mês de fevereiro vai ficar na história para os moradores de alguns conjuntos do bairro do Pinheiro, em Maceió. Quem vive em casa ou apartamento se deparou, da noite para o dia, com rachaduras no chão devido às fortes chuvas que caíram na capital. Mesmo partindo chão e paredes, os moradores insistem em continuar no bairro.	Ocorrência de rachaduras após às chuvas	

querem deixar o bairro”.				
		Morador da primeira residência a ser construída na Avenida Acre, Nasson Pinto chegou ao bairro, junto com a família, na década de 60, e relatou ter passado por várias situações adversas em decorrência do tempo. O médico aposentado expôs que os problemas de rachaduras na região não são novidade.	Rachaduras – fenômeno histórico no bairro	
		Nasson contou que parte da área que abriga os prédios era uma lagoa e foi aterrada; porém, o serviço não teria sido realizado de maneira efetiva. *"No começo, quando apareciam os problemas aqui em casa, pensávamos que eram infiltrações, perdi muita coisa, inclusive, e gastei muito com reformas. O problema foi tão grave que poderíamos ter morrido aqui dentro, com alagamentos, enchentes e outras situações derivadas do clima".*		**Moradoras/res do bairro** - fazem reparos e reformas.
		"Esse problema de rachadura é antigo demais. Aqui era uma bacia e o piso nos apartamentos estava sempre baixando. Digo a você que posso sair em breve, mas, por enquanto, ainda dá para segurar", lamentou, chamando a atenção para a falta de diálogo do poder público com a comunidade. *"Queríamos uma conversa apenas. Nada foi esclarecido sobre o que aconteceu até agora".* Um morador que não quis se identificar estava bastante revoltado com a falta de assistência. Ele alega já ter feito três reformas devido a rachaduras, o que daria para comprar outra casa. Há 47 anos, ele mora na mesma residência. *"Ninguém aparece aqui para dizer nada nem ajudar em nada. Muitas casas já racharam e a minha, inclusive, já passou por inúmeras reformas"*, contou.	Rachaduras – fenômeno histórico no bairro Falta de diálogo do poder público com a comunidade Falta de assistência	**Moradoras/res do bairro** - fazem reparos e reformas.
O ABALO SÍSMICO				

Matéria publicada no site da Prefeitura de Maceió, com o título "Prefeitura monitora tremor de terra em Maceió".	03/03/2018	A Prefeitura de Maceió segue monitorando os desdobramentos de um tremor sentido em várias partes da capital alagoana neste sábado (03). A Defesa Civil contatou organismos nacionais como o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), órgão coordenado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.	Tremor de terra na cidade de Maceió	**Prefeitura** - monitora a situação em função do tremor de terra. **Defesa Civil Municipal** - entra em contato com órgãos nacionais, como o CENAD.
		Por volta das 14 horas, moradores de bairros como Pinheiro, Cruz das Almas e Ponta Verde sentiram o abalo. *"Fomos acionados pela população e, imediatamente, informamos à Defesa Civil Nacional que fez contato com a Universidade de Brasília, que também faz esse monitoramento. Pela característica, o tremor não foi de grandes proporções, sem desabamentos de casas, por exemplo. Estamos aguardando o resultado das análises para saber o tamanho desse acontecimento. Por isso, pedimos que a população não entre em pânico"*, disse o gestor da Defesa Civil, Dinário Lemos.	População aciona a Defesa Civil após tremores de terra	**Moradoras/res** - acionam a Defesa Civil Municipal. **Defesa Civil Municipal** - entra em contato com a Defesa Civil Nacional. **Defesa Civil Nacional** - entra em contato com a Universidade de Brasília.
Matéria publicada pelo G1 Alagoas, com o título "Tremor em Maceió pode ter sido causado por acomodação de solo, diz especialista".	05/03/2018	O tremor de terra que assustou moradores de vários bairros de Maceió no último sábado (3) pode ter sido provocado por uma acomodação de terra a muitos metros abaixo da superfície, de acordo com hipótese levantada por um especialista. A Defesa Civil Municipal diz que está investigando o caso e acompanhando as áreas e residências afetadas.	Hipóteses sobre a causa do tremor	**Defesa Civil Municipal** - investiga e acompanha as áreas e residências afetadas pelo tremor de terra.
		O Laboratório Sismológico (LabSis) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) informou que esse tremor atingiu uma magnitude de 2,5 na escala Richter, que vai de 0 a 10, sendo considerado muito pequeno.		**Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)** - informa a magnitude do tremor.

		A Defesa Civil de Maceió vem acompanhando os casos registrados de danos que surgiram após o tremor em residências e nas vias públicas. Segundo o coordenador do órgão, Dinário Lemos, especialistas de vários estados estão analisando a situação para buscar uma resposta. *"A gente precisa ter uma reposta. O que foi que causou. É preciso fazer um estudo mais aprofundado. A gente vai buscar essa reposta, para tranquilizar essa situação. Vamos acionar também a CPRM, que é o órgão de geologia de todo o país, para ver a situação como ficou aqui",* conclui Lemos.		**Defesa Civil Municipal** - aciona a CPRM.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	05/03/2018	A Defesa Civil de Maceió emite o Relatório Preliminar de Dados evidenciando os danos às vias públicas e imóveis, alinhamento da fissura registrada no dia 15 de fevereiro e suas amplificações após o tremor.	Emissão de relatório preliminar	**Defesa Civil Municipal** - emite Relatório Preliminar de Dados.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	12/03/2018	Após solicitação da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil Municipal, o Serviço Geológico do Brasil encaminha dois técnicos a Maceió. Os técnicos realizam avaliação preliminar e solicitam a utilização de equipamentos geotécnicos.	Estudos e avaliação preliminar	**CPRM** - encaminha dois técnicos a Maceió; - realiza avaliação preliminar; - solicita a utilização de equipamentos geotécnicos.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	13/03/2018	Defesa Civil de Maceió recomenda a evacuação de 24 apartamentos dos blocos 7A e 7B do Conjunto Divaldo Suruagy, devido aos danos em suas estruturas.	Evacuação de imóveis	**Defesa Civil Municipal** - recomenda evacuação de imóveis.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	19/03/2018	Defesa Civil de Maceió emite relatório com a identificação das fissuras ao longo do bairro do Pinheiro. – A partir da avaliação preliminar realizada em Maceió, o Serviço Geológico do Brasil emite relatório da visita técnica apontando a		**Defesa Civil Municipal** - emite relatório com a identificação das fissuras. **CPRM**

		necessidade da utilização de equipamentos, que seriam disponibilizados pela Universidade de Brasília (UNB).		- emite relatório da visita técnica.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	03/04/2018	Seguindo a orientação do Serviço Geológico do Brasil, a Defesa Civil de Maceió aguarda a chegada de técnicos e equipamentos da UnB. No entanto, no dia 03 de abril, a instituição encaminha ofício à Prefeitura informado a desistência em firmar acordo de cooperação técnica para a realização do estudo.	UnB desiste de firmar acordo de cooperação técnica para realização do estudo	
		Após desistência da UnB, a Defesa Civil de Maceió aciona o Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na pessoa do Professor Dr. Francisco Pinheiro Lima Filho, que se coloca à disposição para fazer os estudos preliminares com seu corpo técnico por possuir os preditos equipamentos para elucidar a ocorrência, apontando possíveis intervenções e direcionar as ações do órgão municipal.	Participação da universidade nos estudos sobre as rachaduras	**UFRN** - se coloca à disposição para fazer de estudos e direcionar as ações da Defesa Civil Municipal.
Matéria publicada no G1 Alagoas, com o título “Geólogo da UFRN vem a Maceió para estudar rachaduras no bairro do Pinheiro”.	09/04/2018	Um geólogo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) vem a Maceió para iniciar os estudos que devem apontar as causas das rachaduras que surgiram após fortes chuvas no bairro do Pinheiro, em Maceió.	Participação da Universidade nos estudos sobre as rachaduras	**UFRN** - realização de estudos sobre o surgimento das rachaduras.
		Segundo a Defesa Civil Estadual, que acompanhava o caso, o relatório da CPRM mostra, a princípio, que as rachaduras têm relação com as chuvas, e não com os tremores.		
		Já de acordo com Dinário Lemos, coordenador da Defesa Civil do Município, o especialista da UFRN vêm a Maceió para estudar de que forma as chuvas contribuíram para o aparecimento das rachaduras.	Articulação da Defesa Civil Municipal com a UFRN	**Defesa Civil Municipal** - tem articulado com a UFRN.

		"Nós estamos em contato com o Rio Grande do Norte e enviamos para eles todo o material que temos sobre a região e o relatório que a CPRM fez e que recomendou o estudo geofísico. A princípio, quem faria o estudo era a Universidade de Brasília (UNB), mas como eles não poderiam vir para cá, nos sugeriram entrar em contato com a UFRN", explica Dinário Lemos, coordenador da Defesa Civil Municipal de Maceió.		
		Enquanto não há uma explicação que mostre como surgiram essas rachaduras, os moradores do bairro se organizam para cobrar respostas da prefeitura. *"Não há nenhuma definição, o que causa estranheza e nos leva a pensar muita coisa. Estamos nos reunindo para tomar a frente e cobrar respostas. Vamos nos reunir nesta semana com o prefeito, para ver o que ele tem a dizer. Vamos também criar uma equipe de trabalho, para definir o que podemos fazer",* explica Marcos Tenório, que faz parte da comissão de moradores que acompanha o caso.	Mobilização das/os moradoras/res	**Moradoras/res** - se organizam para cobrar respostas da prefeitura; - almejam criar um equipe de trabalho.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	23/04/2018	Técnicos da UFRN voltam a Maceió e instalam sismógrafo na sede da Defesa Civil Estadual.		**UFRN** - instalam sismógrafo na sede da Defesa Civil Estadual.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	08/05/2018	Técnicos da UFRN emitem relatório preliminar, após levantamentos por meio do equipamento GPR. No documento, recomenda-se em caráter de urgência uma audiência com os diretores do Serviço Geológico do Brasil e da Agência Nacional de Mineração.	Participação da Universidade na elucidação da causa das rachaduras	**UFRN** - emite relatório preliminar após estudo; - recomenda audiência com CPRM.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	18/05/2018	Uma comitiva da Prefeitura de Maceió se reúne em Brasília com os presidentes do Serviço Geológico do Brasil e da Agência Nacional de Mineração. Durante o encontro, devido à urgência da situação, fica agendada uma nova reunião para a semana seguinte, desta vez	Articulação entre prefeitura e a CPRM para elucidação do fenômeno e	**Prefeitura e CPRM** - reunião para traçar ações.

		com técnicos do Serviço Geológico do Brasil lotados em diversas localidades do Brasil e outros especialistas da área para o entendimento da situação e traçar diretrizes e procedimentos de ação.	implementação de ações	
Matéria publicada no site da Prefeitura de Maceió, com o título "Grupo de trabalho discute estudo sobre fissuras no Pinheiro"	07/06/2018	O grupo de trabalho criado para dar continuidade aos estudos no bairro Pinheiro esteve reunido, nesta quinta-feira (07), para discutir tecnicamente o surgimento das fissuras na região. Durante o encontro, que aconteceu no gabinete da Prefeitura de Maceió, gestores dos governos Federal, Estadual e Municipal alinharam as atribuições em relação à situação para que os estudos sigam integrados entre as três esferas com as respectivas competências legais de cada instituição envolvida. O assessor-técnico da Agência Nacional de Mineração, José Antônio dos Santos, reforçou a importância da integração dos órgãos.	Alinhamento de atribuições e competências dos entes federativos Importância da integração dos órgãos	**Governo Federal, Estadual e Municipal** - alinham as atribuições e competências legais.
		A continuidade da investigação foi discuta em Brasília, com o Governo Federal, após a emissão do laudo elaborado pelos professores doutores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que iniciaram os levantamentos e recomendaram estudos mais aprofundados. *"Todos os técnicos vieram a Maceió já subsidiados de informações sobre a situação. A CPRM fez uma avaliação criteriosa e apresentou um plano de trabalho com metodologias de estudos geofísicos e sismológicos, algo semelhante ao que foi traçado pela Prefeitura e pela UFRN. Agora, com os órgãos alinhados, vamos definir os próximos passos com a utilização de equipamentos que nos possibilitem chegar a uma conclusão"*, colocou Lemos. Além da Semds, da CPRM e ANM, participaram também representantes da Defesa Civil Nacional e Estadual, e professores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) que estão colaborando	Participação da Universidade nos estudos sobre o fenômeno e na implementação de ações	**UFRN** - fizeram levantamentos; - recomendaram estudos mais aprofundados. **UFAL** - colaboração nos levantamentos **Participaram da reunião:** - SEMDS, CPRM, ANM, Defesa Civil Nacional e Estadual, UFAL.

		com os levantamentos. Após a reunião, os técnicos realizaram visitas no Pinheiro.		
Matéria publicada pelo site G1 Alagoas, com o título "Novas rachaduras e cratera surgem no bairro do Pinheiro, em Maceió".	13/06/2018	O aparecimento de novas rachaduras e também de uma cratera no bairro do Pinheiro, em Maceió, deixaram os moradores da região ainda mais assustados, porque diversas fissuras já haviam surgido no local anteriormente, em fevereiro deste ano, e continuam sem soluções. Para avaliar a situação, a Defesa Civil municipal fez uma visita na tarde desta quarta-feira (13). Dentro de uma das casas afetadas, os estragos causados pelo fenômeno estão por toda a parte. O dono não quis gravar entrevista para a TV Gazeta, mas disse que a preocupação é com o aumento das rachaduras. Ele monitora a situação com fitas adesivas. No imóvel, em uma régua colocada pela Defesa Civil, a espessura marca 10 milímetros e o chão também foi afetado.	Preocupação das/os moradoras/res com o aumento das rachaduras Monitoramento das fissuras	**Defesa Civil Municipal** - visita técnica na região afetada; - instalação de réguas. **Moradoras/res do bairro** - monitoram a fissura.
		Moradora do local há mais de 30 anos, a comerciante Socorro Buarque diz nunca ter visto uma situação como essa. Ela conta ainda que depois que as rachaduras apareceram, já gastou mais de R$ 100 mil para tentar reparar os danos na casa dela, mas não tem resolvido. "*Não adianta nada. Cada dia aumenta mais ainda",* relata a comerciante.	Gastos com reformas e reparos	**Moradoras/res do bairro** - fazem reformas e reparos.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió na aba direcionada à situação do bairro do Pinheiro.	15/06/2018	O Serviço Geológico do Brasil encaminhada resposta ao ofício referente à execução do mapeamento geológico, confirmando a vinda de técnicos a Maceió.		**CPRM** - confirma a vinda de técnicos a Maceió.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió na aba direcionada à	16/06/2018	Defesa Civil de Maceió é acionada após a evolução no recalque de um prédio com doze apartamentos, dentre os quais 07 estavam ocupados. Após avaliação de engenheiros civis, a Defesa Civil recomendou a evacuação dos imóveis.	Evacuação de imóveis	**Defesa Civil Municipal** - recomenda evacuação de imóveis.

situação do bairro do Pinheiro.				
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió na aba direcionada à situação do bairro do Pinheiro.	18/06/2018	Técnicos do Serviço Geológico do Brasil voltam a Maceió para, entre os dias 18 e 27 de junho de 2018, a elaboração do mapeamento geológico de superfície. Com o apoio do Cenad, por meio da participação do geólogo Marcos Vinícius Borges, técnicos da Defesa Civil de Maceió iniciam no dia 25 de junho de 2018 a elaboração do Plano de Contingência.	Mapeamento da região Plano de contingência	**CPRM** - elaboração do mapeamento geológico de superfície com apoio do CENAD. **Defesa Civil Municipal** - elaboração do Plano de Contingência.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió na aba direcionada à situação do bairro do Pinheiro.	27/07/2018	No dia 27 de julho de 2018, após a vinda de técnicos a Maceió, o Serviço Geológico do Brasil emite o Levantamento das Feições de Instabilidade do Terreno do Bairro do Pinheiro.		**CPRM** - Emite o levantamento das feições de instabilidade do terreno do bairro do Pinheiro.
Matéria publicada no site da Prefeitura de Maceió, na aba "Defesa Civil", com o título "CPRM entrega relatório e sugere novos estudos no Pinheiro".	03/08/2018	O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) encaminhou à Prefeitura de Maceió o relatório técnico elaborado a partir do último levantamento realizado no bairro do Pinheiro, que busca identificar as causas do surgimento de fissuras na região, em junho. O relatório foi apresentado pelo geólogo Thales Sampaio, que representou o diretor de Hidrologia e Gestão Territorial do órgão, Antônio Carlos Bacelar.	Relatório técnico para elucidar a causa das fissuras	**CPRM** - elabora relatório técnico.
		O relatório é decorrente do plano alinhado pelo grupo de trabalho criado em Brasília com a participação de órgãos do governo federal e Prefeitura. O documento traz informações técnicas de acordo com o levantamento realizado entre os dias 19 e 25 de junho, período em que uma equipe da CPRM coletou evidências nas vias públicas	Relatório elaborado de acordo com os estudos e relato de moradores	**Moradoras/res** - contribuem através de relatos na elaboração do relatório.

		e edificações, levando em consideração também o relato de moradores.		
		O documento esclarece também que, conforme depoimentos colhidos dos moradores, a existência dos indícios de instabilidade é muito anterior ao abalo sísmico ocorrido no dia 3 de março deste ano. Nesse sentido, há o registro de ocorrência de fissuras em um período entre cinco e dez anos.	Rachaduras – fenômeno antigo que ocorre entre cinco e dez anos atrás	
		O titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (Semds), da qual faz parte a Defesa Civil de Maceió, Gustavo Acioli Torres explica que o relatório sugere que Prefeitura continue com o monitoramento por meio da instalação de réguas, além de recomendar o levantamento de dados técnicos. O objetivo, segundo justifica o relatório, é acompanhar se houve ou não evolução do processo nas diferentes regiões do Pinheiro, algo que já vem sendo realizado pela equipe da Defesa Civil em contato com os moradores do bairro.	Monitoramento das rachaduras e levantamento de dados técnicos	**Defesa Civil Municipal** - recomenda a continuação do monitoramento das fissuras por meio de réguas; - recomenda o levantamento de dados técnicos. **Moradores do bairro** - monitoramento das fissuras por meio de réguas
		O documento destaca a qualidade técnica do trabalho desenvolvido pela Defesa Civil Municipal e propõe a ampliação e reestruturação do órgão, com suporte da Defesa Civil Nacional, para aperfeiçoar o monitoramento de dados. Além disso, também recomenda a implantação de núcleos comunitários para facilitar a comunicação entre a população e a gestão municipal e um levantamento de vulnerabilidade social da população da área afetada.	Recomendação para a implantação do NUDEC	**CPRM** - recomenda a implantação de núcleos comunitários e levantamento de vulnerabilidade social.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió na aba direcionada à situação do bairro do Pinheiro.	13/08/2018	No dia 13 de agosto de 2018, a Defesa Civil de Maceió inicia reuniões periódicas com grupos de moradores do bairro Pinheiro para facilitar a comunicação com a população afetada.	Reuniões entre Defesa Civil Municipal e moradoras/res	**Defesa Civil Municipal** - inicia reuniões periódicas com grupos de moradoras/res.

Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió	24/09/2018	No dia 24 de setembro de 2018, a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), com o suporte da equipe da Defesa Civil de Maceió, inicia o Estudo de Vulnerabilidade Social nas áreas de influência do bairro do Pinheiro,	Estudo de Vulnerabilidade Social	**SEMAS e Defesa Civil Municipal** - iniciam o Estudo de Vulnerabilidade Social na região.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	s/d	Conforme recomendação do Serviço Geológico do Brasil, a Defesa Civil intensifica o monitoramento da evolução das fissuras. No mês de setembro, o órgão realiza a instalação de réguas nos imóveis para este acompanhamento.	Intensificação do monitoramento da evolução das fissuras	**CPRM** - recomenda o monitoramento da evolução das fissuras. **Defesa Civil Municipal** - intensifica o monitoramento e instala réguas nos imóveis.
Matéria publicada no site G1 Alagoas com o título "Moradores do Pinheiro, em Maceió, protestam para cobrar respostas sobre rachaduras".	04/12/2018	Moradores do bairro do Pinheiro, em Maceió, que tiveram imóveis rachados após chuvas que caíram na capital em fevereiro, realizaram um protesto na manhã desta terça-feira (4) para cobrar dos órgãos públicos uma posição sobre o problema.	Protesto para cobrar respostas dos órgãos públicos	**Moradoras/res** - realizam protesto.
		De acordo com Mauricio Mendes, um dos organizadores do protesto, cerca de 150 pessoas participaram. *"Queremos uma posição dos órgãos competentes pra saber o que está acontecendo. São mais de 10 meses e não temos nenhuma resposta. Precisamos de uma posição das autoridades porque não sabemos o que está acontecendo",* reclamou. Eles aguardam desde julho algum posicionamento dos órgãos responsáveis e alegam que a última informação oficial repassada a todos da região, foi que um estudo seria feito pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), ligada ao Serviço Geológico Nacional.	Queixa do morador pela falta de resposta dos órgãos públicos	

		"Eles vieram, fizeram, mas cadê as respostas? A gente não sabe o que está acontecendo, não sabemos o que fazer", disse Mendes.		
		Joeliton Barbosa, também morador do bairro, diz que tenta entrar em contato o promotor do Ministério Público responsável pelo caso há mais de uma semana e não consegue resposta. *"O processo está sob segredo de justiça, não temos posicionamento. Não conseguimos resposta"*.	Queixa do morador pela falta de resposta do Ministério Público	
		Os participantes do protesto disseram ainda que desde domingo (2), caminhões e maquinários da empresa Braskem estão rondando na região. Parte dos moradores do Pinheiro deposita a culpa dos fatos na empresa.	Parte das/os moradoras/res atribuem a culpa dos fatos na Braskem	
		O chefe da Defesa Civil da capital também adiantou que vai decretar estado de emergência para o Pinheiro. A publicação da decisão deve sair no Diário Oficial desta quarta (5).		**Defesa Civil Municipal** - almeja decretar estado de emergência.
Matéria publicada no site Tribuna Hoje, com o título "Novas rachaduras surgem no Pinheiro e moradores vivem situação de pânico".	04/12/2018	Comissão paralela é criada para cobrar providências. Bairro está adoecido do ponto de vista do psicológico. *Não é medo não, a gente tem pavor. Os moradores estão em situação muito difícil, a cada chuva os moradores entram em desespero, os grupos de WhatsApp lotam de mensagens, as pessoas não dormem à noite quando chove. O bairro está adoecido, a situação é gravíssima do ponto de vista do psicológico da comunidade. As pessoas estão adoecendo porque não sabem o que pode acontecer e a situação continua piorando".* É assim que o morador Geraldo Castro Júnior define a situação vivenciada pelos moradores do bairro do Pinheiro desde o dia 15 de fevereiro, quando as rachaduras nos imóveis e vias começaram a se intensificar. Nove meses já se passaram e além da falta de respostas, eles continuam sofrendo com o aparecimento de novas fissuras.	Adoecimento psicológico dos moradores do bairro afetado Ausências de respostas sobre o surgimento das fissuras	

		José Cícero de 62 anos é proprietário de um apartamento no Residencial Divaldo Suruagy, que fica numa das áreas mais afetadas do bairro. *"Sempre convivemos com as rachaduras, só que a gente não sabia ao certo a causa. Em 2017 começamos uma reforma, cada morador pagou R$ 16 mil, eu sou o síndico daqui. Nós mandamos cavar mais de um metro para reforçar a fundação, consertar as rachaduras. Quando a gente terminou a reforma, que íamos pintar começaram as chuvas e as rachaduras… Perdemos tudo que foi empregado. Nós saímos, ninguém tem coragem de ficar mais. As portas não abrem porque a laje cedeu, todos os dias aparecem novas rachaduras"*, detalha o morador.	Fissuras – fenômeno antigo	**Moradoras/res do bairro** - reparos e reformas
		Na busca por alternativas para o problema, os moradores do bairro têm se articulado de forma paralela para dar suporte às demandas da comunidade. Numa das ações, eles organizam uma mobilização para hoje (4), quando pretendem reunir mais de 300 pessoas para cobrar providências por parte do poder público.	Cobrança da comunidade por providências do poder público Realização de mobilização	**Moradoras/res do bairro** - realizam uma mobilização para cobrar providências por parte do poder público.
		"Temos um núcleo geral, uma diretoria, uma coordenadoria de comunicação, de articulação política, judicial, todos voluntários, todos moradores. Estamos nos articulando, vamos vender camisas para angariar fundos, conscientizando a comunidade para tentar achar uma solução do ponto de vista das consequências, porque das causas nem o prefeito, nem o governador, nem técnico nenhum do mundo vão conseguir parar em curto prazo. Um fenômeno como esse não pode ser parado de uma hora para outra. Enquanto eles estudam, se um prédio desse cair, o que irá ser feito? Tem vidas em jogo", questiona Geraldo.	Organização da associação comunitária	**Moradoras/res do bairro** - formam uma organização comunitária; - vendem camisas para angariar recursos.
		Para os moradores, é preciso mais do poder público. *"A comunidade quer saber o que vai ser feito com o bairro do Pinheiro. A comunidade está se sentindo órfã de governador e prefeito e exigindo que eles venham conhecer in loco, entrar nas*	Morador queixa-se pela ausência do Estado e do Município	

		casas, conversar com os moradores. A comunidade precisa de amparo", questionam.		
		Geraldo reclama que o cadastramento da população não surtiu o efeito esperado. *"A Defesa Civil tem prestado assistência, eles têm vindo aqui, mas o que é inegável é a questão da comunicação para com a comunidade do bairro do Pinheiro. Eles não estão sabendo se comunicar, haja vista a situação do censo. Se tivesse em andamento eles estariam aqui. Quando você quer coletar dados você vai na porta das pessoas e não dessa forma. Até agora, desde fevereiro, não sabemos quantos foram realmente afetados"*, critica.	Morador queixa-se pela forma como está sendo realizado o cadastramento da população/ dificuldade de comunicação	
		Por meio de nota a assessoria de comunicação informou que as ações no bairro seguem em andamento. *"A Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil informa que o censo iniciado no bairro Pinheiro deve ser concluído nas próximas semanas. Ao encerrar a coleta de dados, as informações sobre as famílias da região afetada pelas rachaduras serão encaminhadas ao Governo Federal, que recomendou o censo. Em relação à liberação de recursos e equipamentos que devem ser viabilizados para a continuidade dos estudos no bairro, a Defesa Civil informa que os processos estão em andamento por meio de órgãos do Governo Federal, como o Serviço Geológico do Brasil, e aguarda informações sobre prazos",* diz na íntegra.		**Defesa Civil Municipal** - realiza censo recomendado pelo Governo Federal.
Reportagem publicada no site da Prefeitura de Maceió, com o título: "Prefeitura declara situação de emergência do Pinheiro".	05/12/2018	A Prefeitura de Maceió publicou hoje (05), no Diário Oficial do Município, uma portaria em que solicita ao Governo Federal o reconhecimento da situação de emergência do bairro Pinheiro em decorrência das fissuras que atingem imóveis e vias públicas. A publicação é decorrente da ida do prefeito Rui Palmeira ao Ministério da Integração Nacional em Brasília, na última semana, e busca dar celeridade aos processos de liberação de recursos financeiros federais, além de aparato de pessoal, técnico e operacional para a conclusão da investigação que a apura o fenômeno.	Prefeitura solicita reconhecimento da situação de emergência do bairro Solicitação decorrente da ida do Prefeito ao Ministério da Integração Nacional	**Prefeitura de Maceió** - solicita ao Governo Federal o reconhecimento da situação de emergência do bairro; - buscar auxílio aos órgãos nacionais.

		"Publicamos a portaria conforme alinhamos com a Defesa Civil Nacional, que se comprometeu e garantiu empenho para a solução da situação, e aguardaremos o reconhecimento da situação de emergência. O decreto é uma medida estratégica que vai beneficiar e dar celeridade às ações no Pinheiro, uma vez que facilita a liberação de recursos financeiros por parte do Governo Federal. Esta é mais uma etapa do que vem sendo feito desde fevereiro, quando foram identificadas as primeiras rachaduras, e desde então a Prefeitura tem buscado todas as formas possíveis de apoio, sobretudo federal, para esclarecer o que vem acontecendo. A população quer uma resposta, nós queremos uma resposta, e estamos buscando isso junto aos órgãos competentes em âmbito nacional", disse Rui Palmeira		
		Titular da Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos lembra que os trabalhos no Pinheiro foram realizados desde as primeiros ocorrências de fissuras recebidas pelo órgão municipal, em fevereiro deste ano, e foram intensificados a partir do abalo sísmico registrado no dia 03 de março. O gestor reforça que, em paralelo às ações conduzidas pelos órgãos do Governo Federal, a equipe da Prefeitura tem trabalhado incessantemente no monitoramento e também para informar os moradores do bairro sobre o andamento do trabalho, realizando reuniões periódicas.	Atuação da prefeitura	**Prefeitura de Maceió** - monitoramento; - compartilhamento de informação com as/os moradoras/res do bairro sobre o andamento do trabalho; - realização de reuniões periódicas.
		Dinário Lemos reiterou que, conforme já atestado pelos pesquisadores do Serviço Geológico e outros especialistas de órgãos federais, o fenômeno no bairro Pinheiro é uma situação rara e jamais vista no Brasil, por isso a necessidade de um estudo detalhado e amplo para que se chegue ao diagnóstico. *"Entendemos que há um anseio por respostas por parte da população, sobretudo pelos moradores do bairro, e é isso que buscamos. Acionamos os órgãos responsáveis do Governo Federal e estamos fazendo o que compete ao Município, que é mobilizar, cobrar e fiscalizar toda a situação",* completou.	Fenômeno raro Realização das ações que competem ao Município	**Defesa Civil Municipal** - acionam órgão federais; - mobilizam, cobram e fiscalizam a situação.

Matéria publicada no site da Prefeitura de Maceió com o título "Prefeito recebe comissão de moradores do Pinheiro".	18/12/2018	O prefeito Rui Palmeira e representantes da Defesa Civil de Maceió e do Serviço Geológico do Brasil receberam, na tarde dessa segunda-feira (17), uma comissão de moradores do bairro Pinheiro. Realizada na sede da Prefeitura de Maceió, a reunião colocou em pauta o andamento do estudo iniciado em fevereiro deste ano por técnicos do Governo Federal, com o apoio da Prefeitura, para esclarecer as causas das rachaduras registradas em imóveis e vias públicas da região. Durante o encontro, o chefe do Executivo Municipal reiterou o engajamento dos órgãos municipais e federais diante de um fenômeno desconhecido no Brasil.	Reunião entre a prefeitura, Defesa Civil e moradoras/res	**Prefeitura de Maceió e Defesa Civil Municipal** - reúnem-se com uma comissão de moradoras/res do bairro para esclarecer as causas das rachaduras
		"*O encontro foi bastante propositivo, um momento para esclarecer e reforçar o empenho da Prefeitura para colaborar com as respostas aguardadas. Entendemos que há urgência em relação às soluções e é isso que buscamos, estamos agindo além da competência do Município. Acionamos o Governo Federal quando houve o primeiro registro, ainda em fevereiro, e desde então o trabalho não parou. Trata-se de um fenômeno jamais visto e por isso é necessário um estudo amplo, com o envolvimento de órgãos federais, já que prefeitura nenhuma teria aparato técnico e operacional para os devidos esclarecimentos. Especialistas que são referência nacional estão engajados para que, em breve, possamos identificar as causas",* disse Rui Palmeira após a reunião.	Prefeito fala sobre o engajamento do órgão e diz estar agindo além da competência municipal	
Matéria publicada no site da Prefeitura, com o título: "Governo Federal reconhece situação de emergência do bairro do Pinheiro".	28/12/2018	O Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, reconheceu a situação de emergência do bairro Pinheiro cujo decreto foi publicado pela Prefeitura de Maceió no Diário Oficial do Município (DOM), no último dia 05 de dezembro. O Governo Federal publicou o reconhecimento no Diário Oficial da União (DOU), na edição desta sexta-feira (28), por meio da portaria número 371 da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.	Situação de emergência no bairro do Pinheiro	**Governo Federal** - reconhece a situação de emergência do bairro

		Segundo explicou Dinário Lemos, as reuniões foram alinhadas para discutir os passos a partir do reconhecimento do Governo Federal à situação de emergência, bem como o cronograma de atividades dos pesquisadores do Serviço Geológico de Brasil em Maceió. O secretário afirmou que, após a publicação do decreto pela Prefeitura, já foram solicitados recursos para ajuda humanitária às famílias que tiveram de deixar os imóveis em decorrência das rachaduras. *"Fizemos as avaliações nas edificações e recomendamos a evacuação de alguns apartamentos e casas, contabilizando 57 famílias atualmente. Estas famílias serão as primeiras contempladas. Hoje, a média estabelecida pela Defesa Civil Nacional para o auxílio moradia é de aproximadamente R$ 450,00. No entanto, solicitamos o valor de R$ 1 mil por família, levando em consideração os dados da Enciclopédia dos Municípios Alagoanos. A solicitação já foi encaminhada ao Governo Federal, que deve definir o valor final a ser concedido aos que deixaram seus imóveis"*, explicou Lemos.	Solicitação de recursos para a ajuda humanitária	**Defesa Civil Municipal** - solicitação de recursos para a ajuda humanitária; - avaliação nas edificações; - recomendação de evacuação de imóveis.
Reportagem publicada no site do Cada Minuto, com o título "Site do Serviço Geológico disponibiliza dados sobre rachaduras no Pinheiro".	29/12/2018	Responsável pelos estudos que buscam identificar as causas do surgimento das fissuras no bairro Pinheiro, o Serviço Geológico do Brasil lançou nesta sexta-feira (28), no site oficial do órgão, uma página para concentrar informações sobre o trabalho que vem sendo realizado em Maceió por pesquisadores. A página pode ser consultada neste link, que será atualizado periodicamente. Na página, o cidadão pode acessar as perguntas e respostas mais frequentes sobre a situação do Pinheiro, a linha do tempo sobre o trabalho, previsões meteorológicas para a região e galeria de imagens, além de dados técnicos, como o Mapa de Feições de Instabilidade do Terreno e o Relatório Levantamento das Feições de Instabilidade do Terreno.	Página no site da CPRM informações relacionadas aos estudos realizados no bairro	**CPRM** - criou uma página, no site oficial do órgão, para concentrar informações sobre as pesquisas
		Titular da Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos explica que as informações passaram a ser disponibilizadas para consultas em atendimento à solicitação dos moradores do Pinheiro durante	Acesso à informação disponibilizado em	**Moradoras/res do bairro**

		reunião com o prefeito Rui Palmeira. *"Temos realizado encontros mensais para informar aos moradores sobre o que vem sendo feito no bairro e, a partir de agora, tudo poderá ser acompanhado também pela internet"*, disse o gestor.	função da solicitação das/os moradoras/res	- solicitam o acesso à informações sobre as ações realizadas no bairro.
		A chefe do Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil, Maria Adelaide Mansini Maia, também reforçou a importância da divulgação dos dados à população. *"Pretendemos com isso aumentar a transparência das nossas ações e manter a população ciente do que estamos realizando. As informações no site serão constantemente atualizadas, conforme os trabalhos forem avançando e os resultados obtidos",* afirmou.		**Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil** - reforça a importância da divulgação dos dados à população.
Informe publicado no site da Prefeitura de Maceió.	03/01/2019	Com o reconhecimento do Governo Federal à situação de emergência, a Defesa Civil inicia os trâmites para a continuidade dos trabalhos no Pinheiro. Uma das primeiras medidas é a inclusão das famílias que deixaram seus imóveis no benefício previsto pela ajuda humanitária. Para mobilizar a comunidade para um cadastro, a Defesa Civil de Maceió reuniu os integrantes do Nudec Pinheiro.	Ações da Defesa Civil após o reconhecimento da situação de emergência	**Defesa Civil Municipal** - inclusão das famílias no benefício (ajuda humanitária); - reunião com o NUDEC, para mobilizar a comunidade para o cadastro.
Reportagem publicada no Portal Gazeta, com o título "Moradores do Pinheiro integram núcleo para acompanhar estudos sobre o bairro".	06/01/2019	Para facilitar o acesso dos moradores do bairro Pinheiro aos estudos que buscam esclarecer o surgimento de rachaduras em imóveis e vias públicas da região, a Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil criou, em 2018, um Núcleo Comunitário de Defesa Civil (Nudec) composto por 26 representantes. O grupo, que integra moradores do bairro e técnicos da Prefeitura, colabora com a divulgação de informações oficiais sobre o estudo por meio de um contato direto e age como interlocutor entre o poder público e a comunidade.	NUDEC criado para facilitar a comunicação	**Defesa Civil Municipal** - cria em 2018 o NUDEC
		Titular da Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos explica que o Nudec é uma metodologia regulamentada pelo governo federal e permite que a população de áreas vulneráveis colabore com ações de prevenção e em situações de emergência, participando de treinamentos e sendo orientada a agir da forma adequada em casos		**NUDEC** - reúnem-se mensalmente; - ajuda na interlocução com a comunidade;

		de necessidade. No caso do Pinheiro, o Nudec se reúne mensalmente em sedes administrativas da Prefeitura, onde técnicos atualizam as informações sobre o andamento dos estudos e a situação local. *"O Nudec tem uma atuação importante e nos ajuda nesta interlocução com a comunidade. É um grupo semelhante aos já existentes nas áreas de risco de Maceió, que colaboram significativamente em períodos chuvosos. No Pinheiro, há moradores engajados e que têm, junto conosco, acompanhado o que vem sendo feito pelos técnicos do Serviço Geológico do Brasil e demais órgãos do governo federal que estão envolvidos nos estudos para esclarecer as causas das rachaduras no bairro. As reuniões são abertas e, mesmo que não seja integrante do Nudec, qualquer morador pode ter acesso aos encontros",* explicou Lemos.		- acompanham o que vêm sendo realizado pela CPRM.
		Em reunião realizada na sede da Defesa Civil, no bairro Vergel do Lago, os integrantes do Nudec Pinheiro foram informados sobre o cadastramento para recebimento da ajuda humanitária, benefício que será concedido pelo Governo Federal às famílias que tiveram de deixar seus imóveis em decorrência das rachaduras.	NUDEC Interlocução da Defesa Civil com a comunidade	**Defesa Civil Municipal** - informam aos integrantes do NUDEC sobre o cadastramento para o recebimento da ajuda humanitária.
		A ajuda humanitária é uma das primeiras medidas após o reconhecimento da União à situação de emergência, cuja homologação foi publicada no Diário Oficial. Outro assunto abordado durante o encontro foi sobre a nova etapa dos estudos, que terá início no próximo dia 14 de janeiro, com a chegada de equipamentos e técnicos do Serviço Geológico do Brasil e da Agência Nacional de Mineração.	Ajuda humanitária	
		No encontro anterior, realizado no dia 21 de dezembro, uma das integrantes do Nudec, Betânia Farias, enfatizou a importância da participação dos moradores no grupo e destacou a atuação dos técnicos que têm realizado os estudos. *"No Nudec encontramos o apoio e ficamos cientes do trabalho que vem sendo feito. A Defesa Civil e outros pesquisadores estão*	Importância da participação das/os moradoras/res no NUDEC	

		presentes constantemente e nos passando a real situação. Assim, é importante que todos do Pinheiro busquem se integrar para ter acesso às informações oficiais", disse a moradora.		
Reportagem publicada pelo site G1 Alagoas, com o título: "Relatório do Serviço Geológico do Brasil recomenda plano de emergência para o bairro do Pinheiro, em Maceió".	10/01/2019	**Documento recomenda que seja feito treinamento de moradores para o caso de esvaziamento emergencial do bairro e criação de rotas de fuga.** Um relatório do Serviço Geológico do Brasil recomendou um plano de emergência para atender os moradores do bairro do Pinheiro, em Maceió, que está afundando e apresenta rachaduras. O conteúdo do documento foi mostrando no Jornal Nacional desta quinta-feira (10). O Jornal Nacional teve acesso a um relatório sigiloso elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil e entregue ao Ministério Público Federal em Alagoas (MPF-AL) em dezembro de 2018. O documento recomenda o treinamento de moradores para a necessidade de esvaziamento emergencial do bairro e a criação de rotas de fuga. O relatório também ressalta a necessidade de estruturação de serviços públicos de emergência, como Corpo de Bombeiros, ambulâncias, hospitais e de helicópteros para atender a população.	Treinamento da população e estruturação dos serviços públicos de emergência	**CPRM** - recomenda treinamento das/os moradoras/res para o caso de esvaziamento emergencial do bairro; - recomenda criação de rotas de fuga; - recomenda a estruturação dos serviços públicos de emergência.
		O documento também pede uma divulgação ampla do que está acontecendo com o bairro do Pinheiro e de todas as medidas adotadas pela Defesa Civil.	Divulgação de informações sobre o que está acontecendo com o bairro	**CPRM** - solicita a divulgação ampla das informações sobre o que está acontecendo com o bairro.
		Três pesquisadores do Serviço Geológico do Brasil chegaram nesta quarta a Maceió para avaliar o que pode estar causando o afundamento do Pinheiro. Entre as hipóteses estão: o surgimento de uma dolina, um fenômeno geológico que ocorre quando parte do	Hipóteses sobre a causa do afundamento do bairro	**CPRM** - estuda sobre a causa do afundamento.

		solo cede formando uma cratera; a localização do bairro em uma área tectonicamente ativa e a exploração de salgema na região.		
		Sem ter outro lugar para ir, a aposentada Maria Betânia Farias e a família cobrem as rachaduras na tentativa de resolver o problema, mas elas continuam aparecendo. *"A gente fez pilastra, amarração na casa toda, mas continua abrindo. Vai abrindo e a gente vai fechando. Abrindo e fechando pra não ver"*, contou a moradora do Pinheiro.	Reformas e reparos	**Moradoras/res do bairro** - fazem reformas e reparos.
Matéria publicada no site da Prefeitura de Maceió, com o título "Defesa Civil cadastra famílias do Pinheiro para ajuda humanitária".	10/01/2019	A Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil iniciou terça-feira (08) o cadastro de famílias no bairro Pinheiro para a inclusão na ajuda humanitária em decorrência das fissuras na região. O processo prevê o auxílio-moradia concedido pelo Governo Federal a pessoas que precisaram deixar os imóveis em consequência da situação. O cadastramento teve início no conjunto Divaldo Suruagy, contemplando 24 proprietários, e continua nesta quarta-feira (09) nos Conjuntos Potengy e Jardim Acácia. *"Após o reconhecimento ao decreto de emergência, fizemos uma série de solicitações ao Governo Federal em relação ao Pinheiro. Uma das primeiras medidas foi referente à ajuda humanitária, que prevê o auxílio-moradia e deve contemplar inicialmente as famílias que recomendamos a evacuação do imóvel em decorrência do agravamento das fissuras. Estamos realizando o cadastro seguindo as orientações da União e encaminharemos toda a documentação para que, em breve, as famílias recebam o benefício",* explicou o titular da Defesa Civil, Dinário Lemos.	Ajuda humanitária	**Defesa Civil Municipal** - cadastro das famílias para inclusão na ajuda humanitária.
		Hoje, a média estabelecida pela Defesa Civil Nacional para o auxílio-moradia é de aproximadamente R$ 450. No entanto, segundo explica Dinário Lemos, a Prefeitura solicitou o valor de R$ 1 mil por família, levando em consideração os dados da renda per capita da região e outras informações provenientes do censo realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas).	Valor da ajuda humanitária	

		“A solicitação do recurso já foi encaminhada ao Governo Federal, que deve definir o valor final a ser concedido aos que deixaram seus imóveis. Vamos encaminhar, agora, os cadastros e aguardar a liberação”, completou Lemos.		
Matéria publicada no site Gazetaweb, com o título “Moradores no bairro do Pinheiro se reúnem para discutir situação da região”.	14/01/2019	Encontro ocorreu na noite desta segunda-feira; moradores reclamam da falta de comunicação das autoridades com a população afetada Cerca de 2.500 moradores do bairro do Pinheiro se reuniram na noite desta quarta-feira (14) para discutir as condições da região. O encontro, que ocorreu na Praça Menino Jesus de Praga, debateu as áreas em situação de risco e cobrou mais aproximação das autoridades com a população afetada.	Moradoras/res reclamam da falta de comunicação das autoridades	**SOS Pinheiro** - reúnem-se para discutir sobre os problemas da região e cobrar mais aproximação das autoridades.
		Integrantes do movimento "SOS Pinheiro", da Associação de Bairros, da Federação das Associações de Bairros (FAMECAL) e da Defensoria Pública de Alagoas, lideraram a discussão e atestaram a falta de representatividade nas reuniões oficiais. Segundo eles, a comunicação limitada dificulta o repasse das informações verdadeiras à população. A FAMECAL e Associação dos Bairros pretendem oficializar um documento exigindo a presença do Prefeito Rui Palmeira na região em um horário flexível para a comunidade	Organizações comunitárias reclamam da falta de representatividade nas reuniões oficiais e da comunicação (limitada)	**SOS Pinheiro, FAMECAL e Defensoria Pública** - reúnem-se com a população - atestaram a falta de representatividade nas reuniões oficiais - da comunicação – limitada
		Presente no debate, o diretor de formação da FAMECAL, Antônio Sabino, destaca a importância da participação dos moradores nos encontros oficiais. *"Não queremos saber o que foi decidido por meio de terceiros ou de redes sociais. Nós temos o direito de decidir a nossa participação nas reuniões. Da próxima vez, iremos ordenar o comparecimento das autoridades na região para reforçar a representatividade da comunidade do Pinheiro",* expressa.	Falta de representatividade da comunidade	
		A incerteza do futuro da comunidade angustia moradores como a funcionária pública Gláucia de Fátima, que atualmente vive com o	Incerteza do futuro da comunidade	

		filho em uma das áreas consideradas como alto risco. Residente do Pinheiro há 32 anos, ela declara que não tem condições de pagar um aluguel e que não recebeu nenhuma orientação das autoridades envolvidas com a situação. *"A Defesa Civil veio até o meu apartamento, solicitou a documentação da casa e ordenou que eu saísse o quanto antes. Quando perguntei sobre o auxílio-moradia, eles não souberam responder se existe uma previsão de pagamento e qual o valor"*, declara.	Falta de informação e orientação por parte das autoridades	
		Membro do movimento "SOS Pinheiro", Geraldo Vasconcelos questionou as ações da Defesa Civil de Maceió com a população. *"A Defesa está em cheque conosco. Ela não tem suporte para abarcar a gravidade da situação. Na minha opinião, esse assunto deve ser levado direto para o Governo Federal. No momento, já estamos tentando contatá-los"*.	Falta de suporte da Defesa Civil para gerenciar a área de risco	
		Ele ainda complementa a ausência de orientação aos moradores em caso de fuga. *"Em nenhum momento nós fomos chamados para treinamento. Não tivemos acesso ao plano de contingência e só sei que ele vai ser apresentado oficialmente essa semana"*.	Representante do SOS Pinheiro diz que as/os moradoras/res não foram chamados para o treinamento	
		Líderes das Associações e dos movimentos formado pelos moradores já estão solicitando respostas da prefeitura em relação ao pagamento do IPTU e da presença de todas as autoridades nos próximos encontros.	Solicitações das/os moradoras/res	**Associações comunitárias** - solicitam respostas da prefeitura em relação ao pagamento do IPTU; - cobram a presença de todas as autoridades nos próximos encontros.
Matéria publicada no site da Prefeitura de Maceió, com o título:	15/01/2019	Os representantes do Governo Federal, do Governo do Estado e da Prefeitura de Maceió participam, nesta quarta-feira (16), de um encontro técnico com uma comissão de moradores do Pinheiro para	Esclarecimento acerca das causas do fenômeno	**Governo Municipal, Estadual e Federal**

“Reunião com moradores do Pinheiro detalhará trabalho”.		detalhar as ações que estão em andamento na região a fim de esclarecer as causas do fenômeno causador de fissuras em vias públicas e imóveis.		- reúnem-se com moradoras/res para atualizar as informações e esclarecer dúvidas
		Segundo explica Dinário Lemos, secretário de Defesa Civil de Maceió, o encontro foi alinhado para que a população seja esclarecida tecnicamente sobre o que já foi feito em relação ao bairro, o que está sendo realizado e a programação para os próximos meses. “*Na reunião, os órgãos do Governo Federal devem detalhar a atuação em Maceió de acordo com suas competências, mostrando gráficos e dados para explanar todo o trabalho. Os moradores, após a apresentação, poderão fazer questionamentos aos técnicos para esclarecer dúvidas referentes ao bairro”,* explicou o gestor municipal. Para ordenar a apresentação e dar encaminhamento à reunião, técnicos das três esferas governamentais estiveram reunidos nesta terça-feira (15), na Prefeitura de Maceió.	Esclarecimento acerca das causas do fenômeno	**Defesa Civil Municipal** - informam a população sobre o que tem sido realizado no bairro e a programação para os próximos meses.
		Sobre a participação da população, foram convidados os 32 integrantes do Núcleo de Defesa Civil Comunitária do Pinheiro (Nudec), uma comissão com quatro representantes do movimento SOS Pinheiro e de seis integrantes de três associações comunitárias regulamentadas que protocolaram ofício solicitando a participação no encontro. Todos os participantes terão acesso ao auditório por meio de identificação encaminhada à Defesa Civil. A reunião também poderá ser acompanhada por meio da transmissão online nas redes sociais da Prefeitura de Maceió.	Convite para as associações comunitárias estarem presentes na reunião técnica	**NUDEC, SOS Pinheiro e integrantes de outras associações comunitárias**
Reportagem publicada no site da Prefeitura de Maceió	16/01/2019	Após meses de trabalho para viabilizar a identificação do fenômeno causador de fissuras em vias públicas e imóveis do bairro Pinheiro, os pesquisadores designados pelo Governo Federal para os estudos	Encontro técnico para esclarecer dúvidas e divulgar	**Pesquisadoras/res**

com o título: "Pinheiro, pesquisadores detalham ações e estudos no bairro".		na região estiveram reunidos, nesta quarta-feira (16), com a população e demais instituições envolvidas no caso. Durante encontro técnico realizado na sede da Prefeitura de Maceió, em Jaraguá, foram divulgados os detalhes das etapas já realizadas e o que vem sendo programado para os próximos meses. Além das apresentações, os representantes do bairro também puderam esclarecer dúvidas e fizeram solicitações aos órgãos presentes.	detalhes sobre as ações conduzidas no bairro	- reúnem-se com a população e demais instituições; - esclarecem dúvidas da população. **Representantes do bairro** - fizeram solicitações aos órgãos presentes.
		Coordenando a mesa técnica, o vice-prefeito Marcelo Palmeira acompanhou as apresentações e, em fala à população, reiterou todo o empenho da secretarias e demais órgãos da Prefeitura de Maceió no trabalho no bairro. O gestor reforçou que, conforme seja de competência do Município, o que for necessário vai ser viabilizado não somente para a conclusão dos estudos, mas, sobretudo, para preservar a segurança dos moradores.	Prefeitura reitera o empenho nas ações	
		A reunião contou, ainda, com intervenções importantes dos procuradores de Justiça José Antônio Malta Marques, Antióges Lira e Adriano Jorge. Designado pelo Ministério Público Estadual para acompanhar a situação do Pinheiro, Antiógenes Lira enfatizou, sobretudo, a necessidade de a população buscar informações oficiais para evitar boatos e informações falsas e advertiu sobre a disseminação de boatos a fim de causar pânico. *"Pega-se a informação verídica e se transforma em inverídica. Pega-se uma parte de um mapa, divulga sem qualquer informação oficial e causa pânico. É necessário que a população pare de se basear e acreditar em tudo que é enviado por redes sociais. É necessário se informar em canais oficiais, seja do Governo Federal, da Prefeitura ou do Governo do Estado ou demais órgãos que têm responsabilidade. Caso alguém esteja emitindo laudos ou informações inverídicas, o Ministério Público deve ser comunicado para que esta pessoa seja responsabilizada judicialmente",* disse o procurador.	Presença do Ministério Público Estadual Disseminação de informações falsas	

		A mesa da reunião técnica foi composta, também, por representantes da Defesa Civil Estadual, geólogos e pesquisadores de Alagoas, representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (Crea-AL), da Defensoria Pública do Estado, além do deputado estadual Léo Loureiro, dos deputados estaduais eleitos Davi Maia, Cabo Bebeto, a deputada federal eleita Tereza Nelma, e os vereadores Francisco Holanda Filho, Francisco Sales e Dudu Ronalsa. O encontro contou, ainda, com a participação de 24 representantes do Núcleo de Defesa Civil Comunitária do Pinheiro (Nudec), 34 representantes da comunidade – entre seis associações do bairro, e 04 representantes do movimento SOS Pinheiro.		**Defesa Civil Estadual, Geólogos, Pesquisadores de Alagoas, CREA, Defensoria Pública do Estado, Deputados Estaduais e Federais, Vereadores e Representante da população NUDEC, SOS Pinheiro e demais associações do bairro** - estiveram presentes em reunião técnica
Reportagem publicada no site da Defesa Civil de Maceió, com o título: "Defesa Civil apresenta Plano de Contingência do Pinheiro".	18/01/2019	Instrumento legal determinado pelo Governo Federal para qualquer situação de risco à população e uma das ações articuladas pela Prefeitura de Maceió dentro do trabalho para identificar as causas do surgimento de fissuras no bairro Pinheiro, o Plano de Contingência foi apresentado nesta sexta-feira (18), no Palácio República dos Palmares. Multidisciplinar e interinstitucional, o documento vem sendo elaborado desde o ano passado, quando o Município iniciou as tratativas com a União a fim de esclarecer o fenômeno.	Apresentação do Plano de Contingência	
		Em linhas gerais, conforme alinhamento entre as equipes do Governo Federal, do Governo do Estado e da Prefeitura de Maceió, o Plano ficará subdividido em duas partes. A assistência e atendimento à população ficarão sob a responsabilidade da Defesa Civil Municipal, por meio das secretarias municipais. Já nas repostas em situações de emergência, em necessidade de atendimento imediato, a atuação será coordenada pela Defesa Civil Estadual, por meio de forças policiais.	Plano de Contingência – atribuições entre os entes federativos	**Defesa Civil Municipal** - responsável pela assistência e atendimento à população. **Defesa Civil Estadual** - atuação em situação de emergência, por meio de forças policiais.
		Joelinton Barbosa, morador do Pinheiro, falou sobre o acompanhamento das ações.	Morador diz que a população foi	

		"Fomos convidados para todas as reuniões e estamos acompanhando tudo. Existe todo um cuidado dos órgãos que estão à frente desse processo. É de fundamental importância o Plano de Contingência para que cada um entenda sua responsabilidade e para que ele seja bem aplicado para não gerar riscos e pânico", disse.	convidada a estar em todas as reuniões	
Reportagem publicada no TNH1, com o título "SOS Pinheiro convoca reunião para este sábado (19)".	18/01/2019	A organização SOS Pinheiro, que representa moradores afetados pelo fenômeno ainda sem explicação que provocou rachaduras e tremores na região, convocou uma reunião com a comunidade, neste sábado (19), às 16h, na Praça Arnon de Mello.	SOS Pinheiro convoca moradoras/res para reunião	
		Estão sendo convocados para participar da reunião todos os moradores do Pinheiro e de bairros vizinhos. O encontro, segundo o comunicado, vai discutir as últimas reuniões de representantes da comunidade com a Prefeitura de Maceió e com o Governo do Estado, que ocorreram nessa quarta (16) e sexta-feira (18), respectivamente.		**SOS Pinheiro** - reunião com moradores para discutir sobre os encontros dos representantes da comunidade com a Prefeitura e o Governo Estadual
		Outra pauta da reunião será o Plano de Contingência, que está sendo elaborado pelas três esferas de poderes: federal, estadual e municipal. Parte do plano foi apresentado hoje no Palácio República dos Palmares.	Comunidade discute sobre o Plano de Contingência em reunião realizada no bairro	
Matéria publicada no site da Defesa Civil, com o título: "Religiosos colaboram com trabalho da Defesa Civil no Pinheiro".	19/01/2019	Para ampliar a divulgação de informações aos moradores do bairro Pinheiro sobre as ações em andamento para identificar a causa das fissuras na região, a Defesa Civil de Maceió solicitou, neste sábado (19), o apoio de representantes de igrejas católicas e evangélicas da região. Segundo o titular do órgão, Dinário Lemos, o objetivo é fortalecer os canais oficiais de comunicação a fim de evitar boatos que geram pânico.	Igrejas católicas e evangélicas no apoio à Defesa Civil para fortalecer a comunicação e evitar a propagação de notícias falsas	**Defesa Civil Municipal** - solicitou o apoio de representantes de igrejas católicas e evangélicas da região.

		"Os trabalhos continuam e, conforme haja qualquer atividade ou programação de trabalhos, temos recorrido aos canais de comunicação para informar à população. Buscamos o apoio da Igreja, já que as missas e cultos reúnem grande concentração de pessoas que têm as lideranças religiosas como referência de autoridade e aconselhamento. Essa interlocução representa um importante espaço de e diálogo com os moradores da região. Estamos trabalhando para evitar ruídos e a divulgação de informações falsas com o objetivo de aterrorizar a população", explicou Dinário Lemos. Um dos pontos visitados pela Defesa Civil de Maceió neste sábado (19) foi a Paróquia Menino Jesus de Praga, onde houve reunião com o padre Luiz Calado. Durante o encontro, o secretário de Defesa Civil propôs a participação de integrantes do órgão e de pesquisadores do Serviço Geológico do Brasil em missas para informar a população sobre o trabalho de pesquisa e atenção humanitária que está em execução no bairro.		
		O padre Luís Calado garantiu apoio ao trabalho, divulgando informações por meio da Pastoral da Comunicação, e disponibilizou uma sala da Paróquia para que as psicólogas da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) façam o acompanhamento das famílias. Também ficou definido que serão agendadas participações nas missas com técnicos para esclarecer e dialogar com a comunidade.		**Igreja católica do bairro** - garantiu apoio para divulgação das informações por meio da Pastoral da Comunicação; - disponibilizou espaço na paróquia para atendimentos da psicóloga; - viabilizou a participação de técnicos na missa para conversar com a comunidade
		Já na Igreja Assembleia de Deus do Pinheiro, a equipe da Defesa Civil foi recebida pelo pastor Wilson Pimentel.		**Igreja evangélica do bairro**

		"Desde que recebemos as informações sobre a situação do bairro, temos conversado nos cultos e orientado a população. São cerca de 700 pessoas que congregam nesta igreja e nosso papel também é de ajudar a acalmar, visto que não há qualquer laudo conclusivo", disse o pastor.		- orienta e conversa com a população através dos cultos.
Reportagem publicada no portal Alagoas Alerta, com o título "SOS Pinheiro vai buscar ajuda da Justiça para a solução das rachaduras".	21/01/2019	A organização da SOS Pinheiro estará presente no Ministério Público Federal (MPF), a partir das 13h30 desta segunda-feira (21), para protocolar uma representação junto ao órgão. O intuito é solicitar celeridade e participação mais ativa do MPF na busca da solução para os problemas das rachaduras dos imóveis do bairro.	SOS Pinheiro solicita ajuda ao judiciário	
		Durante a reunião da SOS Pinheiro com moradores na praça Senador Arnon de Mello, realizada no último sábado (20), os organizadores recolheram assinaturas das pessoas que estavam presentes para serem anexadas ao documento. O trabalho da coleta das assinaturas se estendeu até este domingo. Até o momento mais de 800 moradores assinaram o abaixo-assinado.		**SOS Pinheiro** - coleta assinaturas para abaixo-assinado
		Ainda pela tarde, a partir das 15h30, os representantes da SOS Pinheiro se reunião com o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), desembargador Tutmés Airan, na sede do poder judiciário. Eles querem explanar a atual situação do bairro e as dificuldades que os moradores estão sofrendo, além de pedir um auxílio jurídico mais intenso.	Moradoras/res solicitam auxílio jurídico mais intenso ao Poder Judiciário	
Matéria publicada no site do Poder Judiciário de Alagoas com o título "Moradores pedem apoio do TJ para	21/01/2019	Tutmés Airan pretende mediar uma reunião entre representantes do Município, do Estado, empresas e moradores para encontrar alternativas que minimizem os problemas atuais.	Intervenção jurídica	**TJ/AL** - busca mediar uma reunião entre representantes do Município, do Estado, empresas e moradoras/res

minimizar problemas no Pinheiro".				
		Representantes do movimento SOS Pinheiro apresentaram, nesta segunda-feira (21), suas principais preocupações sobre o bairro ao presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), desembargador Tutmés Airan de Albuquerque. Os moradores solicitaram o apoio do Poder Judiciário para encontrar soluções e diminuir a angústia dos que estão nas áreas de instabilidade no bairro que, desde o ano passado, vem apresentando rachaduras em diversos imóveis.	Solicitação de auxílio jurídico	**SOS Pinheiro** - apresentam as preocupações e pedem auxílio jurídico
		O presidente Tutmés Airan explicou que pretende reunir representantes do Município de Maceió, do Estado de Alagoas, empresas que possam dar mais informações e moradores, para mediar alternativas que minimizem os problemas atuais. O desembargador explicou também que, para se tomar alguma decisão, o Judiciário precisa ser acionado. *"Nós teríamos que ser acionados juridicamente para analisar a petição, os pedidos, e iríamos determinar uma série de providências para o Poder Público, mas antes disso, talvez fosse de bom alvitre sentar com as partes, intermediar esse conflito e tentar encontrar uma solução que, pelo menos nesse momento, minimize esse nível de angústia. Eu estou absolutamente assustado com a angústia das pessoas"*, disse o presidente.	Diálogo entre o judiciário e outros seguimentos com o intuito mediar a situação Presidente do TJ/AL diz estar assustado com a angústia das pessoas	**TJ/AL** - pretende reunir com representantes dos órgãos públicos e privados para mediar e atenuar os problemas.
		Morador do bairro há mais de 19 anos, Geraldo Vasconcelos falou da tristeza de ver os moradores deixando suas casas e da insegurança dos que ainda não puderam sair. *"A situação que nós trouxemos para o presidente foi uma situação da mais alta gravidade, uma situação humanitária. As pessoas do bairro Pinheiro estão definhando do ponto de vista do emocional. Acabei de revelar que a sensação que nós temos é que o Pinheiro é um campo de concentração emocional",* disse.	Tristeza que afeta as/ os moradoras/res	
		O líder do movimento também explicou que os moradores querem mais informações sobre a magnitude do problema. Para Geraldo		

		Vasconcelos, a preocupação do Poder Executivo não estaria sendo proporcional ao medo que eles estão sentindo.	Moradoras/res querem mais informações	
		"Sabendo que o presidente sempre foi um homem das causas humanitárias, nós tínhamos certeza de que ele seria sensível a nossa causa e vestiria sim a camisa do nosso movimento, como literalmente vestiu. Acredito muito na figura do Tutmés Airan porque ele é um homem mediador. Ele tem essas características, é um homem respeitável, é a Presidência do Tribunal quem está tomando essa iniciativa, está se antecipando a um problema maior que pode ocorrer no futuro", finalizou o morador.	Apoio do TJAL, na figura do presidente, dado aos moradores	
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Prefeito assina repasse para ajuda humanitária a famílias do Pinheiro".	23/01/2019	O prefeito Rui Palmeira assinou, na tarde desta quarta-feira (23), o repasse da ajuda humanitária de R$ 480 mil destinada a 80 famílias do bairro do Pinheiro que receberam a recomendação para deixar seus imóveis. Inicialmente, cada família vai receber mensalmente R$ 1 mil no período de seis meses. A primeira parcela será paga na próxima semana.	Ajuda humanitária no valor de mil reais mensais	**Prefeitura** - assina o repasse da ajuda humanitária destinada à 80 famílias
Matéria publicada no portal de notícia Alagoas 24 horas, com o título "Tutmés Airan ouve informações da Braskem sobre atividades no Pinheiro".	24/01/2019	Presidente do TJAL também se colocou à disposição para intermediar soluções para o problema com todos os autores envolvidos O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), desembargador Tutmés Airan de Albuquerque, ouviu do gerente de Relações Institucionais da Braskem, Milton Pradines, e de consultores técnicos esclarecimentos sobre as atividades da empresa na extração de sal-gema. A Braskem afirmou que não há poços sobre as zonas das áreas de riscos e que, ao longo dos anos, não houve registros de problemas na superfície longe dos poços de extração.	Presidente do TJAL dialoga com representante da Braskem	**TJ/AL** - dialoga com Braskem

		Explicações da Braskem A empresa explicou que possui 35 poços de extração de salmoura nos bairros Mutange e Pinheiro, sendo sete deles localizados no Pinheiro e cinco já estavam desativados há anos. Ainda de acordo com a Braskem, os dois últimos poços ativos tiveram suas atividades paralisadas preventivamente após o abalo sísmico, ocorrido em março de 2018. Os representantes da Braskem também falaram sobre uma falha geológica que existe no bairro e que estaria sendo agravada devido a rede de esgotamento de águas pluviais deteriorada. O gerente de Relações Institucionais da Braskem, Milton Pradines, explicou que a empresa não tem pretensão de ativar os poços que estão no Pinheiro e que a movimentação que a população vê próximo aos poços desativados é para realização de estudos. Segundo ele, os estudos completos irão comprovar que a Braskem não possui interferência nos problemas que o bairro vem sofrendo. *"Muita gente está vendo instalação de sonda, de maquinário nos poços do Pinheiro e não se trata efetivamente de ativação de poços e extração de salmoura, ali a gente está fazendo um trabalho de estudo e inspeção. E já fizemos isso nos dois poços que ainda estavam em funcionamento em 2018 e esses estudos comprovam que não há nenhum tipo de anomalia, de diferença, nada que comprove nenhum problema nessas cavidades. Agora a gente precisa fazer nesses outros cinco que estão mais adiante para que a gente possa entregar uma radiografia completa da integridade desses poços",* informou Milton Pradines. Ainda de acordo com o gerente de Relações Institucionais, a Braskem está colaborando com estudos adicionais, apoiando a defesa civil e os órgãos federais que estão fazendo as investigações para encontrar a solução mais rápida.	Representantes da Braskem falam sobre a paralização das atividades no bairro Sobre falha geológica – esgotamento de águas pluviais deterioradas Que os estudos irão comprovar que a Braskem não possui interferência nos problemas que o bairro vem sofrendo Colaboração da Braskem	**Braskem** - apresenta a sua versão; - diz estar colaborando com os estudos

Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil com o título "Prefeito anuncia suspensão de IPTU a moradores do Pinheiro".	24/01/2019	O prefeito Rui Palmeira anunciou, na noite desta quinta-feira (24), que vai encaminhar um Projeto de Lei à Câmara de Vereadores propondo a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e outras tributos municipais para proprietários de imóveis no bairro Pinheiro. O anúncio foi feito após reunião no Ministério Público Estadual, quando Rui expôs ao órgão as ações realizadas em atenção à população do bairro. O gestor adiantou também que, na próxima segunda-feira (28), será publicado no Diário Oficial do Município um decreto suspendendo a cobrança dos impostos a moradores e comerciantes das áreas afetadas no Pinheiro, conforme mapeamento. *"Encaminharemos o Projeto de Lei assim que as atividades na Câmara de Vereadores sejam retomadas",* afirmou Rui Palmeira.	Projeto para isenção do IPTU e outros tributos	**Prefeitura** - encaminha um Projeto de Lei à Câmara de Vereadores propondo a isenção (IPTU) e outras tributos municipais para proprietários de imóveis no bairro Pinheiro.
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Pinheiro: veja diferença entre Mapa de Feições e Mapa de Risco"	31/01/2019	A partir dos estudos iniciados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) no bairro Pinheiro, para esclarecer o surgimento de rachaduras na região, dois mapas foram elaborados. O primeiro, o Mapa de Feições, é resultado dos levantamentos técnicos realizados por pesquisadores da CPRM e que delimita a área afetada pelo fenômeno ainda de causa desconhecida, com identificação dos locais onde foram observadas mais ou menos evidências. Já o Mapa de Riscos, elaborado pela Defesa Civil de Maceió, é um produto que faz parte do Plano de Contingência.	Mapa de feições e Mapa de Riscos	**CPRM** - elabora o Mapa de Feições **Defesa Civil** - elabora o Mapa de Riscos
		O Mapa de Feições foi entregue pela CPRM em julho do ano passado, tendo sido atualizado no mês de setembro. Segundo técnicos do órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia, o documento aponta a direção e persistência das trincas e rachaduras em imóveis e vias públicas, além da presença de buracos e sumidouros. As informações relativas aos níveis de intensidade (alto, médio e baixo) exibidos no Mapa de Feições tratam da classificação das evidências de instabilidades do terreno observadas nos meses de junho a setembro de 2018.	Mapa de Feições indica a direção e persistências das trincas e rachaduras. Além dos níveis de intensidade.	
		O Mapa de Risco foi elaborado por técnicos da Defesa Civil de Maceió, com orientação da Defesa Civil Nacional, sendo um	Mapa de Risco orienta as ações e faz	

		documento exigido por lei para compor o Plano de Contingência. A elaboração do Mapa de Risco considera o Mapa de Feições, priorizando o atendimento e a evacuação conforme as áreas de maior gravidade na instabilidade do terreno. Dentro do Plano de Contingência, o Mapa de Risco aponta as áreas em que devem ser adotadas as medidas em caso de qualquer emergência. O Plano de Contingência foi elaborado para a preparação, monitoramento e resposta a desastres na região e estabelece procedimentos a serem adotados pelas instituições envolvidas direta e indiretamente nas ações em caso de socorro e prevenção. Em linhas gerais, conforme alinhamento entre as equipes do Governo Federal, do Governo do Estado e da Prefeitura de Maceió, o Plano ficará subdividido em duas partes. A assistência e atendimento à população ficarão sob a responsabilidade da Defesa Civil Municipal, por meio das secretarias municipais. Já nas repostas em situações de emergência, em necessidade de atendimento imediato, a atuação será coordenada pela Defesa Civil Estadual, por meio de forças policiais. Confira o mapa de feições: http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/20610/6/mapa_feicoes_bairro_pinheiro_final.pdf	parte do Plano de Contingência	
Matéria publicada no site da Prefeitura de Maceió com o título “Defesa Civil debate Plano de Contingência do Pinheiro com Nudec”	13/02/2019	Técnicos da Defesa Civil de Maceió estiveram reunidos, na noite dessa terça-feira (12), com integrantes do Núcleo Comunitário de Defesa Civil (Nudec) do bairro Pinheiro. A pauta do encontro foi o Plano de Contingência, incluindo o simulado que acontece no próximo sábado (16), a partir das 15 horas, reunindo cerca de 600 profissionais dos órgãos públicos envolvidos na elaboração do documento.	Diálogo entre Defesa Civil e NUDEC	**Defesa Civil Municipal** - reúnem-se com NUDEC para discutir sobre Plano de Contingência e Simulado.
		O coordenador (coordenador-geral de Ações e Contingência da Defesa Civil) falou sobre as ações de contingência, parâmetros para	Plano de Evacuação – participação da	

		a ativação do Plano, métodos de alerta à população e sobre o Plano de Evacuação. *"O Plano de Evacuação é um capítulo importante do Plano de Contingência. É necessário que a população participe do simulado para que, em uma eventual ocorrência, os moradores estejam treinados e saibam o que fazer. É importante esclarecer que o Plano de Contingência é algo legal, exigido por lei, e que não necessariamente vai ser ativado. É um método preventivo, para garantir a segurança da população em qualquer situação", reforçou.*	comunidade por meio do simulado Treinamento	
		Arthur Rodas acrescentou que o simulado de evacuação, como parte integrante do Plano de Contingência, deve ser realizado para que órgãos públicos e a população saibam agir em eventuais desastres súbitos, desastres crônicos ou desastres por uma soma de efeitos parciais. "*Sem o diagnóstico das causas, temos que estar preparados para essas situações",* completou o coordenador.		
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Levantamento no Pinheiro deve visitar mais de 2 mil famílias".	13/02/2019	Técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) executam, desde a última segunda-feira (11), o Levantamento Populacional no bairro do Pinheiro para identificar as famílias em condições de vulnerabilidade nas áreas amarela, laranja e vermelha do mapa de feições do bairro. Mais de duas mil famílias serão visitadas durante este mês de fevereiro e início de março. O levantamento servirá como base para que os órgãos municipais, estaduais e federais envolvidos no Plano de Contingência saibam onde é necessário priorizar o auxílio à população no caso de uma evacuação do bairro. *"O trabalho da Semas é conhecer as famílias, saber quem está precisando prioritariamente do auxílio da Assistência Social. Então nós vamos às casas para conversar, saber quem mora no local, quem compõe aquele núcleo familiar. Nós precisamos lidar com as pessoas, não apenas com um número ou endereço, mas,*	Levantamento Populacional	**SEMAS** - executam o levantamento populacional do bairro.

		sim, saber se tem cadeirante, idoso ou criança. Precisamos conhecer as pessoas que moram no bairro do Pinheiro, que até então, não era uma área de vulnerabilidade social", explicou a gestora da Semas.		
		Isabel Gomes é educadora social e faz parte da equipe multidisciplinar que está visitando as famílias. *"Não é um trabalho fácil porque depende do emocional de cada um e muitas pessoas não estão querendo receber as nossas equipes. Mas precisamos saber quais as famílias que estão em situação de vulnerabilidade, com dificuldade de locomoção, idosos e crianças ou se estão precisando de ajuda na questão das mudanças. Em alguns blocos onde antes tinham 12 famílias, hoje só tem uma, por exemplo, e nós precisamos saber disso",* esclarece. *"É muito importante que as pessoas nos recebam nas residências para termos todas estas informações, que vão ser encaminhadas para a Defesa Civil",* finaliza a educadora social.	Algumas famílias não querem receber as equipes que estão realizando o levantamento	
		Além disso, por meio da Gerência de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Prefeitura de Maceió está oferecendo auxílio psicológico para as famílias do bairro, que podem solicitar a visita do profissional através da Defesa Civil, pelos números 3315-1437 ou 0800 030 6205. Uma vez feita a solicitação, o morador recebe atendimento em casa, inclusive, aqueles que já se mudaram.	Auxílio psicológico	**SMS – Gerência de Atenção Psicossocial** **-** ofertam auxílio psicológico para as famílias do bairro.
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Prefeito se reúne com presidente do TJ e moradores do Pinheiro"	14/02/2019	Em encontro mediado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), desembargador Tutmés Airan, o prefeito Rui Palmeira se reuniu com representantes do movimento SOS Pinheiro. O encontro, que aconteceu na manhã desta quinta-feira (14), na sede do TJ/AL, teve como objetivo atualizar as informações sobre as ações no bairro, além de tirar dúvidas e ouvir propostas da população.	Prefeitura e Tribunal de Justiça se reúnem com representantes do SOS Pinheiro	**Prefeitura e TJ/AL** - atualizam a população sobre informações a respeito do bairro; - escutam e tiram dúvidas da população.
		O prefeito Rui Palmeira falou sobre as ações municipais na região.	Ações municipais	**Prefeitura de Maceió**

		"Eu passei as informações que nós temos em relação a tudo que está sendo feito e estudado pelos órgãos. Tentei tranquilizar os moradores, pois não há qualquer indício de afundamento do bairro. No entanto, sabemos que ainda não temos a causa para o fenômeno que está acontecendo. Desde o ano passado, a Prefeitura trabalha pelo Pinheiro, buscando técnicos de universidades e do Governo Federal. Além disso, publicamos o decreto que suspende a cobrança do IPTU e de outras taxas, e as primeiras 80 famílias já estão recebendo o auxílio moradia da União. A Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) tem feito um levantamento populacional para a necessidade de evacuação da área", disse.		- colabora no estudo da causa do fenômeno - publicação de decreto para suspensão do IPTU - repasse de recurso da União para auxílio moradia - levantamento populacional (SEMAS)
		Para o presidente do TJ/AL, a reunião reforça a união entre poderes sobre a situação do Pinheiro. *"Foi um momento muito significativo. Foi uma audiência propositiva e o prefeito Rui Palmeira teve uma postura aberta, transparente e creio que vamos avançar nessa questão. Falamos sobre a necessidade de combater notícias falsas que só semeiam o medo. No que diz respeito ao Poder Judiciário, vamos fazer um mutirão para regularização da posse de imóveis, pois só com essa regularização as pessoas podem ter acesso aos eventuais benefícios advindos do Governo Federal. Este é um problema de todos nós",* ponderou. Tutmés Airan também falou do constante combate a notícias falsas. *"Precisamos enfrentar os boatos para que eles não produzam a intranquilidade que têm produzido".*	Articulação entre prefeitura e justiça Combate à notícias falsas Regularização da posse de imóveis	
Matéria publicada no site do Poder Judiciário de Alagoas, com o título "Moradores do Pinheiro apresentam	14/02/2019	O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Tutmés Airan de Albuquerque, se reuniu na manhã desta quinta-feira (14), com o prefeito Rui Palmeira e membros do movimento SOS Pinheiro, para discutir soluções que amenizem a situação dos moradores do bairro.	Reunião entre judiciário, prefeito e SOS Pinheiro	**TJ/AL, Prefeitura e SOS Pinheiro** - reúnem-se para discutir soluções que amenizem a situação das/os moradoras/res do bairro.

demandas em reunião no TJAL".				
		O desembargador Tutmés Airan destacou que a ausência de um diagnóstico dá margens para especulações que angustiam os moradores, e colocou o Judiciário à disposição dos moradores e da Prefeitura. Na ocasião, o presidente concordou com as demandas do movimento sobre melhorar a comunicação e ajudar com o serviço psicossocial.	Ausência de um diagnóstico – aumento das especulações SOS solicita melhoria da comunicação	**SOS Pinheiro** - apresenta como demanda a melhoria da comunicação e auxílio psicossocial.
		Além de demandas relacionadas ao atendimento e comunicação com as autoridades, os moradores pediram celeridade à Prefeitura. Uma das propostas é a presença maior de especialistas, que segundo o prefeito, já está sendo providenciada com a transferência da Defesa Civil para o bairro e a instalação de um gabinete de risco.	SOS Pinheiro apresenta demandas aos órgãos responsáveis	**SOS Pinheiro** - apresenta as demandas relacionadas ao atendimento e comunicação com as autoridades, celeridade, presença maior de especialistas
		O membro do SOS Pinheiro Geraldo Vasconcelos de Castro ressaltou que o gesto simbólico de autoridades visitarem o bairro tranquilizaria os moradores. Geraldo explica que a proximidade mostra à população que iniciativas estão sendo tomadas, e diminui o pânico causado por informações não oficiais. *"Pedimos também imediatamente uma solução para a questão da comunicação. Desde novembro que o movimento SOS pede um especialista em comunicação de risco, para que não cause pânico na população toda vez que se dê uma notícia",* explicou.	SOS Pinheiro solicita visita das autoridades para tranquilizar as/os moradoras/res Solicita a melhoria da comunicação	**SOS Pinheiro** - solicita visita das autoridades ao bairro - melhoria da comunicação - especialista em comunicação de risco.
		Tutmés Airan informou que o TJ vai lançar, no bairro do Pinheiro, um programa de regularização de posse de imóveis, em parceria com a Associação dos Notários e Registradores de Alagoas (Anoreg).	Regularização dos imóveis – TJ/AL	**TL/AL** - vai lançar no bairro do Pinheiro, um programa de regularização de posse de imóveis

		Os moradores do bairro do Pinheiro também apresentaram propostas para um callcenter, parcerias para intensificar o policiamento no bairro, e outros auxílios para moradores que não têm condições de arcar com todas as despesas das mudanças. O prefeito Rui Palmeira solicitou que todos os pedidos sejam compilados em um documento.	Propostas apresentadas pelas/os moradoras/res	**Moradoras/res / SOS Pinheiro** - propõem callcenter - parcerias para intensificar o policiamento no bairro - auxílios para moradores que não têm condições de arcar com todas as despesas das mudanças **Prefeito** - solicita um documento com as propostas apresentadas
Matéria publicada no site G1 Alagoas, com o título "Moradores do Pinheiro participam de simulado de evacuação em Maceió".	16/02/2019	Objetivo é orientar a população e "ensaiar" o esvaziamento do bairro no menor tempo possível caso ocorra algum desastre. *"Acho positivo (o simulado). Essa simulação faz por onde a população que está na área de risco ficar mais preparada para uma emergência. Na hora, você não sabe o que fazer. A gente torce pra não acontecer nada, mas prepara a população, que não fica alheia",* disse o morador Paulo Rocha.	Análise do morador acerca do simulado de evacuação	
		Rocha disse que sentiu falta de um transporte para idosos como sua sogra de 91 anos. *"Não tinha nenhum transporte para ela. E ela mora na área vermelha. Isso é um ponto a melhorar",* comentou.	Falta de transporte para idosos	
		O morador Rinaldo Januário comentou que espera que a ação traga segurança, mostre o que pode acontecer e oriente as pessoas. *"Tô saindo da minha casa no final de semana que vem, no mais tardar. Moro na área vermelha. Aguardo a primeira liberação do aluguel social",* falou.	Liberação do aluguel social	

		A moradora Márcia Suh disse que a evacuação deve ser mais rápida do que foi apresentado no simulado. *"Vim participar para saber o que fazer em caso de desastre. O plano é interessante, mas acho que deveria haver mais rapidez na evacuação. A gente só recebeu SMS, mas cadê as sirenes. Quem não tiver sinal, estiver longe do celular, como vai saber? Uma sirene resolveria muita coisa. Não tá muito claro",* observou.	Análise da moradora acerca do simulado de evacuação	
		A Defesa Civil Estadual, major Moisés, avaliou o simulado como positivo. Ele disse que a atividade serviu para identificar os pontos seguros do bairro. *"Sabemos da angústia da população. O objetivo foi alcançado, da população se dirigir aos pontos seguros, e isso foi feito. Essa é a maior prevenção do estado de Alagoas. Para uma situação real, a população chegará bem antes ao ponto desejado",* observou.	Major da Defesa Civil Estadual avalia como positivo o resultado do simulado Ação preventiva	
		O major disse que o simulado contou com a participação efetiva da população e que o plano de evacuação foi concluído no tempo esperado. *"Se fosse algo hoje, a populacão saberia com tremor, aumento das fissuras, chuva acima da média. Com essas informações, podemos comunicar à populacão, ou eles podem sair por conta própria, notando os sinais. É preciso que todos estejam atentos",* disse ele, ao classificar esse como o maior trabalho do tipo já feito no estado.	Treinamento da população para uma situação de emergência	
Matéria publicada no site G1 Alagoas com o título "Grupo protesta durante simulado de evacuação no Pinheiro, em Maceió".	16/02/2019	Moradores do conjunto Jardim Alagoas fizeram um protesto no momento do simulado de evacuação do bairro do Pinheiro, em Maceió, na tarde deste sábado (16). Eles bloquearam um trecho da Avenida Fernandes Lima.	Protesto	**Moradoras/res** - protestam e bloqueiam trecho da Avenida Fernandes Lima.
		Eles reclamam da falta de assistência da Defesa Civil. Os moradores falam que estão na área vermelha, mas a prefeitura não	Protesto devido à falta de assistência da Defesa Civil	

		foi fazer vistoria em suas casas e não sabem se receberão do aluguel social. *"Somos do Jardim Alagoas e estamos aqui fazendo isso para ver se eles dão assistência. Tem gente tomando remédio, doente. Quando chove, a gente não dorme. Deixamos na mão de Deus",* lamentou a moradora Esmeralda Maria da Silva.	Adoecimento	
		A moradora Eliane Maria dos Santos falou que também está protestando contra a extração da salmora pela Braskem na região. *"Está destruindo a comunidade do Jardim Alagoas, do bairro do Pinheiro, eles são estão dando assistência ao pessoal rico. Chegam lá e pedem pra gente deixar nossas casas, mas sem dar assistência"*, comentou.	Protesto contra a extração conduzida pela Braskem	
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Assistência psicossocial leva apoio emocional a famílias do Pinheiro".	05/03/2019	Enquanto técnicos da Defesa Civil avaliam situações de risco em imóveis e vias do bairro, e pesquisadores do Serviço Geológico Nacional (CPRM) buscam entender o que está acontecendo no solo e subsolo, psicólogos e assistentes sociais da Prefeitura ouvem e orientam moradores que, de uma hora para outra, viram suas vidas mudarem completamente.	Atendimento psicossocial	**Psicólogos e assistentes sociais da prefeitura** - orientam moradoras/res.
		"São pessoas que estão ansiosas, até angustiadas, pois a mudança é grande na vida delas. Apesar disso, não considero que estejam numa situação de estresse; estão preocupadas", avalia Silma de Oliveira, psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que vem atendendo aos moradores desde o início de janeiro. *"O clima é de incerteza, mas percebo que os moradores já entendem melhor o que está acontecendo, principalmente após as informações repassadas quase que diariamente pela Defesa Civil, a CPRM e os veículos de comunicação",* comenta a psicóloga.		

Reportagem publicada no site oficial da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Pinheiro: Prefeitura empossa novos membros de NUDECs".	19/03/2019	A Prefeitura de Maceió empossou 23 novos membros dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (Nudecs), nesta terça-feira (19). Todos serão representantes do Pinheiro e estarão em constante contato com os órgãos municipais sobre a situação do bairro. A solenidade foi realizada no auditório da Prefeitura, no Jaraguá.	Posse de 23 membros dos NUDEC	**Prefeitura** **-** empossa 23 membros dos NUDECs
		O vice-prefeito Marcelo Palmeira comentou sobre a importância da posse. *"A Prefeitura vem trabalhando no Pinheiro. Estamos levando a sede da Defesa Civil para ficar instalada no bairro, aumentando as ações e a presença do município. Agora, com a posse, o bairro foi dividido em 16 localidades e cada uma terá um representante que ficará em contato direto com a Prefeitura",* disse.	Mudança de local da sede da Defesa Civil para o bairro do Pinheiro	
		"A ação representa a participação da população em todas as providências, sejam estruturais, de monitoramento, de ações ou planejamento. Agora, o Pinheiro está dentro da Prefeitura, pois a Prefeitura já estava dentro do Pinheiro. É uma oportunidade para mostrar o que de fato acontece para a comunidade", enfatiza Eduardo Canuto, secretário municipal de Governo.	NUDEC – participação da população em todas as providências	
		Para Dinário Lemos, secretário-adjunto especial de Defesa Civil, a ação resultará em uma ligação mais próxima dos moradores com os órgãos públicos. *"Com a posse, estamos estreitando os laços, o que é muito importante. Essa ligação representa conhecimento da situação e das ações do Município*", ponderou.	NUDEC- ligação mais próxima dos moradores com os órgãos públicos / estreitar laços	
		Joelinton Barbosa representou os Nudecs e apresentou sua visão sobre o assunto. *"É um canal direto com a Prefeitura e com os órgãos para que as informações cheguem mais amplas e com mais rapidez. Acaba sendo, também, a transmissão de informação no formato que o morador precisa saber",* ressalta.	NUDEC – canal direto com a prefeitura e com os órgãos Facilita o compartilhamento de informações	

Reportagem publicada no portal SENADO Notícias, com o título "Audiência alerta para grande risco de desastres em bairro de Maceió".	21/03/2019	Em debate sobre os tremores de terra, o afundamento do solo e as rachaduras em vários imóveis do bairro Pinheiro, em Maceió, pesquisadores alertaram que há risco de grandes danos humanos e materiais, principalmente com a chegada do período chuvoso, que começa em abril em Alagoas. Durante audiência pública realizada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), alguns dos participantes pediram a urgente evacuação da população de Pinheiro e das localidades vizinhas, como os bairros Mutange e Bebedouro, mesmo antes da conclusão dos laudos que investigam as causas dos problemas.	Alerta sobre risco de desastre Evacuação dos bairros	
		Para o coordenador da Defesa Civil de Alagoas, Tenente Coronel Moisés Melo, "está bem claro que é possível haver um desastre como nunca foi visto no país". *A Defesa Civil trabalha com a pior das hipóteses. A chuva vai chegar em questão de tempo. Se o gatilho é a chuva, temos que retirar toda a população dessa área* — defendeu. Rachaduras têm surgido em ruas e imóveis da região desde o início de 2018. De acordo com o relatório elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), a situação não se estabilizou e, por isso, está sendo monitorada. Segundo o pesquisador e geólogo do CPRM Tales Queiroz, o afundamento do solo está acelerado desde 2017. Ele explicou que parte do solo se move de forma contínua, em movimento de rastejo, mas não descarta que parte do solo se quebre e afunde mais rapidamente. *Não sabemos hoje se esse rastejo vai evoluir para um movimento mais brusco ao longo de 10, 20, 50 anos ou se já vai se tornar brusco no próximo ano, talvez até mesmo na próxima chuva* — advertiu Queiroz. A área de risco do bairro foi dividida pela Defesa Civil em três cores: vermelha, laranja e amarela. Cada uma representa um grau de risco, sendo a vermelha a mais grave. Porém, de acordo com a	Situação do bairro-fenômeno em processo evolutivo	

		recomendação do Ministério Público, as áreas laranja e amarela também deverão ser evacuadas até a área chuvosa. O senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), presidente da CTFC, recomenda que os moradores não esperem o início das chuvas. *Se não há condição de antecipar o laudo, nós temos responsabilidade. Algo está acontecendo. Não se sabe quando pode virar um desastre* — disse		
		Representantes dos moradores de Pinheiro criticaram a atuação das autoridades locais desde as primeiras ocorrências de afundamento do solo na região. Eles não rejeitam a possibilidade de uma evacuação das áreas de risco, mas questionam os termos da operação e pedem mais assistência à comunidade. — *Enquanto o poder público e os governantes não decidirem unir forças e trabalhar em um proposito só, vamos continuar participando de estudos e reuniões e a população vai continuar sofrendo* — resumiu Joelinton Góis, do Núcleo Comunitário de Defesa Civil de Maceió (Nudec). Representante do Movimento SOS Pinheiro, Geraldo Vasconcelos de Castro Júnior, relatou que os moradores do bairro vivem sob constante pressão. Ele considerou que a prefeitura e o governo estadual por se ausentaram da crise, mas ressaltou que o Ministério Público tem prestado apoio. Quanto a uma evacuação, ele demonstra ceticismo. — *Para tirar as pessoas do bairro seria preciso realizar uma operação de guerra. Nossas defesas civis, por mais que tenham boa vontade, não terão condições. Acho que isso é coisa para as Forças Armadas.*	Crítica e ceticismo da comunidade frente as ações governamentais	
		A hipótese de evacuação deve ser tratada com delicadeza, assegurou o diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), Armin Braun. Ele mostrou preocupação com a "questão psicossocial" que poderia ser provocada pelo abandono forçado das residências.	Hipótese de evacuação	

		As pessoas são apegadas as suas casas, que passaram a vida construindo. Não podemos culpá-las quando elas não querem sair daquela área. Temos que compreender, mas temos que fazer o necessário para retirar.		
		A Defensoria Pública trabalha para liberar o aluguel social para os moradores que precisem ou queiram deixar o bairro desde já. O defensor Carlos Eduardo de Paula Monteiro apontou que alguns casos têm sido indeferidos sem motivo claro. Ele explicou que muitos moradores não têm a situação devidamente regularizada, por motivos de usucapião ou herança, por exemplo.	Alugueis sociais indeferidos	
Reportagem publicada no G1 Alagoas, com o título "Não existe, hoje, área amarela ou laranja, está tudo vermelho', diz Defesa Civil de AL no Senado sobre área de risco no Pinheiro"	21/03/2019	Afirmação feita pelo Tenente-coronel Moisés faz referência à divisão do bairro por grau de risco, com base em informações do CPRM. Relatório sobre rachaduras será divulgado no fim de abril. A Defesa Civil Estadual agora considera todo o bairro do Pinheiro, em Maceió, como área de risco, sem fazer distinção entre áreas vermelha, laranja ou amarela, como vinha sendo tratado até então. A informação foi dada nesta quinta-feira (21), durante uma audiência pública sobre as rachaduras na região, realizada no Senado Federal, em Brasília (acompanhe a transmissão da TV Senado acima).	Ampliação da área de risco	
		"A área vermelha dobrou. Não existe hoje, para CPRM, [Serviço Geológico Nacional] área amarela ou laranja. Está tudo vermelho. Temos que trabalhar agora para que toda a população da área de vulnerabilidade seja retirada de lá. Ficou bem claro hoje que poderemos ter ali um desastre como nunca tivemos na história do país. Gostaria de que não fosse mais diferenciado por área vermelha ou amarela, mas a área de risco", afirmou o coordenador da Defesa Civil Estadual, Tenente-coronel Moisés (veja a partir de 1h30 da transmissão).	Ampliação da área de risco	
		A audiência foi convocada pelo senador Rodrigo Cunha (PSDB), presidente da Comissão da Transparência da Casa. Participaram do encontro representantes das Defesas Civis de Maceió, do Estado e Nacional, além de representantes de vários órgãos e moradores do		**Senador, representantes das Defesas Civis, representantes de vários**

		bairro. O encontro foi aberto com uma apresentação de algumas das ações realizadas pelo CPRM no bairro. Desde o ano passado, geólogos vêm estudando a região para tentar encontrar a causa das rachaduras. A previsão é que a conclusão do relatório seja apresentada no final de abril.		**órgãos e moradoras/res do bairro** - estiveram presentes em uma audiência pública
		"*Estamos imprensando para, num curto espaço de tempo, dar uma resposta. A ciência requer tempo, determinação, persistência. São várias metodologias empregadas no Pinheiro, vários métodos geofísicos. Isso requer tempo para interpretar. Precisamos de 10 a 15 dias para processar o estudo áudiomagnetotelúrico, que encerrou-se agora"*, explica Antônio Carlos Bacelar Nunes, diretor de hidrologia e gestão territorial da CPRM. Com base no que foi apresentado pelo CPRM, o coordenador da Defesa Civil Estadual avaliou que toda a região do Pinheiro apresenta perigo para a população.	Estudos conduzidos pela CPRM	
		A Braskem, responsável pela extração mineral no bairro, uma das possíveis causas das rachaduras, enviou o diretor de negócio, Alexandre de Castro, para explicar os estudos que a companhia vem fazendo na região. A empresa afirma que os poços de extração de sal-gema que mantinha no bairro estão desativados. *"A Braskem está fazendo os esforços necessários para acelerar o processo de análise e passar para os órgãos responsáveis. Contratamos empresas para isso, especialistas para ajudar, montamos um sistema de drenagem próprio. Estamos contribuindo de maneira irrestrita para identificar as causas do problema, pois queremos ser parte da solução"*, disse Castro.	Poços de extração da Braskem são desativados	**Braskem** - auxiliando no processo de análise - montaram um sistema de drenagem
Reportagem publicada no site Tribunal Hoje, com o título "Presidente do TJ volta a se reunir com moradores do Pinheiro".	22/03/2019	O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), desembargador Tutmés Airan de Albuquerque, esteve reunido, nesta sexta-feira (22), com os moradores do Pinheiro, que relataram o que foi debatido na reunião desta quinta-feira (21), no Senado Federal, em Brasília.	Reunião entre o presidente do TJAL e moradores do bairro	**TJAL e moradoras/res** - reúnem-se para discutir sobre o Programa Posse Legal

		Entre os assuntos debatidos, os moradores destacaram a importância do programa Posse Legal, que está viabilizando, em parceria do TJAL com a Associação de Notários e Registradores de Alagoas (Anoreg), a posse de imóveis das famílias do Pinheiro a fim de garantir que elas recebam benefícios, como o aluguel social. *"O presidente tem sido muito solidário com o movimento SOS Pinheiro, que representa o bairro. O Posse Legal tem sido essencial para beneficiar pessoas que terão direito ao aluguel social por conta do programa. Também apresentamos ao presidente Tutmés uma síntese do que aconteceu ontem na audiência pública lá no Senado Federal",* explicou Geraldo Castro.	Programa Posse Legal – viabiliza a posse de imóveis e a garantia do recebimento dos benefícios (aluguel social) Articulação do SOS Pinheiro com o TJAL	
Matéria publicada no site do G1 Alagoas com o título "Tribunal de Justiça de Alagoas vai recomendar que prefeito de Maceió decrete estado de calamidade pública no Pinheiro".	22/03/2019	O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), desembargador Tutmés Airan, informou na noite desta sexta-feira (22), que vai recomendar que o prefeito Rui Palmeira (PSDB) decrete estado de calamidade pública no bairro Pinheiro, em Maceió.	Decreto de calamidade pública no bairro Pinheiro	**TJAL** - recomenda que o prefeito decrete estado de calamidade pública no bairro Pinheiro
		O presidente do TJ-AL se reuniu nesta sexta com moradores dos bairros do Pinheiro e do Mutange. *"Vamos fazer essa solicitação, essa recomendação, esse apelo ao prefeito para que decretando estado de calamidade, passe o problema, dada a sua dimensão e gravidade, para a União",* declarou o presidente do TJ-AL. O desembargador explicou que o decreto de calamidade pública vai permitir que a União gerencie o problema do bairro.	Necessidade de federalizar o gerenciamento da área de risco	**TJAL e moradoras/res** - reúnem-se para discutir sobre o decreto de calamidade pública

		"Nós tivemos um contato com os moradores. Eles fizeram uma narrativa daquilo que foi discutido, visto, na audiência pública no Senado. E pediram a nossa intervenção no sentido de fazer uma interlocução com o prefeito de Maceió para que a prefeitura decrete o estado de calamidade pública na área, que é o instrumento legal que implica transferência de responsabilidade para a União", disse Tutmés Airan.	Intervenção do TJ/AL após diálogo com as/os moradoras/res	
Matéria publica no site Sete Segundos, com o título "Preocupados, moradores do Mutange e Bebedouro realizam assembleia."	23/03/2019	A situação exposta sobre o Pinheiro e bairros vizinhos esta semana durante audiência pública em Brasília, chamou a atenção dos moradores do Muntage e Bebedouro que decidiram realizar uma assembleia neste sábado (23). Dados apresentados pelo diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Antônio Carlos Bacelar Nunes, de que o problema já está atingindo as comunidades vizinhas do Pinheiro causou pânico na região. Antonio Sabino, diretor da Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas (Famecal) expos a situação. "*A informação causou um desconforto".* De acordo com ele, há meses os moradores destes dois bairros estão relatando os mesmo problemas do Pinheiro. *"Casas estão com rachaduras".* Sabino pediu que um cadastro já começasse a ser feito, principalmente com a população que mora nas encostas, vizinhas ao Pinheiro. "*As pessoas não querem saber se o problema é causado pelo saneamento básico, natural ou devido a extração da salgema, elas querem sair".* *"O medo dos moradores é que as ações demorem a serem executadas como ocorreu no Pinheiro. Então é preciso um plano de evacuação pra região, o possível pagamento de aluguel social, tudo isso antecipadamente",* completou. Ele informou que moradores querem que o Ministério Público Estadual (MPE) seja o intermediário com os governos Estadual e Municipal. "*Na semana passada fizemos uma reunião e*	Situação vivenciada pelas/os moradoras/res do Mutange e Bebedouro Ampliação do problema	

		convidamos as defesas civis do Estado e do Município, além da Braskem e ninguém apareceu". E que uma manifestação poderá ocorrer na segunda-feira (25) para chamar a atenção das autoridades.		
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Prefeito vai decretar calamidade pública no Pinheiro, Bebedouro e Mutange".	23/03/2019	O prefeito Rui Palmeira comunicou, neste sábado (23), ao Ministério Público do Estado, que decretará calamidade pública nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro em decorrência do agravamento das fissuras em imóveis e vias públicas nestas regiões. O comunicado foi feito ao procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça, durante reunião na manhã de hoje na sede do órgão ministerial, no bairro do Poço.	Decreto de calamidade pública	**Prefeitura de Maceió** - emite comunicado que decretará estado de calamidade
Reportagem publicada no portal de notícias Cada Minuto, com o título "Pinheiro: moradores organizam manifestação pacífica para cobrar assistência e resultados".	24/03/2019	Os moradores do bairro do Pinheiro, em Maceió, estão organizando uma reivindicação pacífica para cobrar diversos pontos, ao vivo, na TV Gazeta, no AL TV 2º Edição, desta segunda-feira (25). Entre eles, o fechamento da empresa Braskem em Maceió, independente da Prefeitura decretar estado de calamidade pública nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, na próxima semana. Segundo os organizadores, eles querem cobrar indenizações por danos morais e assistenciais às famílias, aluguel social, ressarcimento das perdas da desvalorização imobiliária do bairro, dos comerciantes e a divulgação dos resultados pelo Governo Federal, tendo em vista que vêm sendo atingidos por rachaduras que vêm se espalhando desde o ano passado. A manifestação é aberta para todos os moradores do Pinheiro.	Reivindicação organizada pelas/os moradoras/res do bairro Pinheiro	**Moradoras/res** - organizam reinvindicação (fechamento da BRASKEM, cobrar indenizações, assistência às famílias, aluguel social, ressarcimento das perdas da desvalorização imobiliária, divulgação dos resultados pelo Governo Federal).

Reportagem publicada no portal de notícias Tribuna Hoje, com o título "Moradores do Pinheiro fazem protesto e prometem acampar na porta da BRASKEM".	25/03/2019	Dezenas de moradores do bairro do Pinheiro em Maceió, afetados desde fevereiro do ano passado por um tremor de terra, que resultou em fissuras e rachaduras em seus imóveis, pararam o trânsito na Avenida Fernandes Lima por volta das 12h30 desta segunda-feira (25). Eles protestaram cobrando informações reais do que esteja acontecendo com a região e prometem acampar na porta da Braskem, localizada na Avenida Assis Chateaubriand, no Pontal da Barra. *"Depois da reunião em Brasília na semana passada, o mapeamento das áreas de risco passou a ser tudo vermelho, queremos informações precisas e reais, não estão levando em conta nossa vida e história no bairro",* disse o morador José da Paz. "*Vamos acampar na porta da Braskem em breve, na quinta-feira faremos um novo protesto, porque não é só explorar e ficar por isso mesmo tem q ter responsabilidade*", avisou José da Paz.	Protesto da população reivindicando informações reais sobre a situação Ampliação do problema discutida na Audiência Pública	**Moradoras/res** - realizam um protesto
		Há 38 anos, morando no bairro, Fátima Alécio, também se diz vítima do descaso. *"Nós não podemos abandonar nossas casas, e outra, estão avaliando os imóveis com o mesmo preço. A Braskem precisa pagar pelo que fez, não somos burros e analfabetos, sabemos que a extração do mineral afetou ainda mais nossas casas",* desabafou. *"A classe média e alta do Pinheiro não tem condições de receber um valor do aluguel social de até R$ 1 mil, nossas casas valem muito mais, onde vamos encontrar?",* criticou.	Avaliação dos imóveis Valor do aluguel social	
		Os moradores também cobraram a intervenção do governo federal na situação que, segundo eles, se agrava a cada dia que passa.	Moradoras/res cobram a intervenção do governo federal	

		"Estamos temerosos, o inverno está chegando, e não temos informações concretas, nós queremos somente a verdade", concluiu Fátima.	Falta de informações concretas	
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Decreto de estado de calamidade é publicado no Diário Oficial".	26/03/2019	O Diário Oficial de Maceió traz, na edição desta terça-feira (26), o decreto de estado de calamidade pública nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro em decorrência do agravamento das fissuras em imóveis e vias públicas nestas regiões. A decisão foi comunicada pelo prefeito Rui Palmeira ao Ministério Público do Estado, no último sábado (23). "*A calamidade mostra que todos os poderes têm que dar as mãos para evitar danos. O Município, por si só, não tem condições financeiras e técnicas de enfrentar uma situação dessa gravidade. Com a decretação de calamidade, fica formalmente evidenciado que Maceió precisa de apoio financeiro, de pessoal técnico capacitado e, primordialmente, da união de esforços para enfrentar esse problema, que é sem precedentes*", enfatiza o procurador-geral do Município, Diogo Coutinho.	Decreto de estado de calamidade é publicado no Diário Oficial	**Prefeitura** - publica no Diário Oficial o decreto de estado de calamidade
Matéria publicada no site do G1 Alagoas, com o título "Rachaduras se espalham em imóveis do Mutange e de Bebedouro, em Maceió".	26/03/2019	**Os dois bairros foram incluídos no decreto de estado de calamidade pública, publicado nesta terça no Diário Oficial do Município.** Casas que ficam localizadas nos bairros do Mutange e em Bebedouro estão rachando cada vez mais, assim como aconteceu no bairro do Pinheiro. Em alguns casos mais graves, o chão está cedendo. Desesperados, alguns moradores já decidiram abandonar seus imóveis. Os três bairros foram incluídos no decreto de estado de calamidade pública da Prefeitura de Maceió. Mas, por ora, somente os moradores do Pinheiro foram cadastrados pela Defesa Civil para receberem auxílio-moradia e deixarem suas casas. A medida é preventiva.	Bebedouro e Mutange são incluídos no Decreto de Estado de Calamidade Pública	

		No bairro do Mutange, a casa de Josualdo está com diversas fissuras. O piso da sala rachou e nas paredes, as rachaduras continuam aumentando Segundo ele, tudo começou depois do tremor de terra em 2018. Com medo, os moradores abandonaram o imóvel há 3 meses porque a situação foi só piorando. Além dele, vários moradores do Mutange viram as rachaduras surgirem e aumentarem desde o início de 2018. Eles atribuem o problema ao fenômeno registrado no Pinheiro. José Graciliano de Lira mora em uma casa construída há mais de 30 anos. Como as rachaduras aumentam a cada dia, o chão está oco. Além do problema físico, ele e a esposa dizem que não dormem desde a semana passada no imóvel porque receberam a notícia da inclusão do bairro na área de risco. *"A gente já em uma certa idade, eu com 65 anos e, 67 a minha esposa, nós ficamos assustados. É exame de pressão, remédio de pressão, é tudo. Nós queremos uma solução. Muitos moram aqui porque não têm condições de ir para um lugar melhor. A gente não vai sair daqui para abandonar o nosso barraquinho"*, disse emocionado.	Situação vivenciada pelas/os moradoras	
		O mesmo sentimento compartilham os moradores do Bebedouro. Depois do anúncio de que o bairro está em área de risco e que entraria no decreto de calamidade pública, o medo tomou conta dos moradores e comerciantes.	Situação vivenciada pelas/os moradoras	
		Em entrevista à TV Gazeta no último fim de semana, o prefeito Rui Palmeira admitiu a possibilidade de parte dos moradores destes dois bairros também precisar abandonar suas moradias. Embora o problema também afete o Mutange e o Bebedouro, a situação mais crítica é do Pinheiro, de onde mais da metade dos 777 imóveis localizados nas áreas de risco já foi desocupada por causa dos riscos. Geólogos estudam a causa do fenômeno há cerca de 1 ano, mas ainda não divulgaram resultados conclusivos. A Defesa Civil garantiu que tem ido aos três bairros monitorar a situação dos imóveis desde o ano passado. Disse que ainda não dá	Monitoramento e possibilidade de evacuação dos bairros – Mutange e Bebedouro	

		para confirmar se as rachaduras no Mutange, Bebedouro e Pinheiro têm ligação, mas que isso deve ser confirmado após os estudos. *"A população fica apreensiva. Muitos ficam até em pânico diante de uma situação dessa, decretada a calamidade pública de Mutange e Bebedouro e como vai ficar a situação dessas pessoas a partir de agora"*, falou Augusto Cícero.	Situação vivenciada pelas/os moradoras	
Reportagem publicada no site TNH1, com o título "Câmara realiza audiência pública para apresentar à população novas ações no bairro do Pinheiro".	28/03/2019	Debater propostas, buscar soluções e apresentar para a população dados da Audiência Pública no Senado Federal realizada no último dia 21, em Brasília, sobre a erosão do solo do bairro do Pinheiro e adjacências foi o objetivo da sessão pública desta quinta-feira (28), promovida pela Câmara Municipal de Maceió, no Plenário Silvânio Barbosa, em Jaraguá.	Audiência pública para apresentar dados sobre o problema no bairro	
		O professor, biólogo e morador do Pinheiro, José Geraldo Marques, disse não acreditar na hipótese de causas naturais. *"Já temos dados conclusivos mais do que suficientes, mas precisamos de responsabilidade. Temos uma hipótese reforçada, pelas evidências acumuladas com o tempo, que é a hipótese da mineração. Quero deixar como proposta nessa audiência a exigência de boletins técnicos oficias e semanais da Comissão de Geologia e da Defesa Civil, porque é preciso de resultados em andamento. Considero nula a hipótese de causas naturais, a hipótese mais forte que nós temos é desse absurdo de uma mineração em ecossistema urbano. Isso é crime é grave, equivalente a genocídio".*	Morador considera que as causas não sejam naturais, mas que esteja relacionada a mineração	**Morador** - propõe a emissão de boletins técnicos para acompanhar os resultados em andamento
		O presidente da Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal, vereador Francisco Sales (PLP), falou, mais uma vez, da necessidade do encerramento dos trabalhos da Braskem e cobrou a presença dos representantes da empresa nas audiências públicas.	Vereador cobra a paralisação das atividades da Braskem e a presença de seus representantes nas audiências públicas	

		"Faz mais de um ano que peço a paralisação de Braskem porque as vidas são mais importantes do que qualquer faturamento da empresa e do que ela paga ao estado e se ela tivesse sido suspensa teríamos poupado o solo. Os representantes da Braskem não estão presentes, na próxima audiência eles não serão convidados e sim convocados, porque é preciso ter responsabilidade diante do que está acontecendo" completou.		
		No encerramento da sessão, Geraldo Vasconcelos, morador do Pinheiro e membro da Comissão SOS Pinheiro, cobrou celeridade para a realização do que foi discutido nas sessões públicas e expos a necessidade do encerramento dos trabalhos da Braskem. *"A mineradora não tem mais condições de ficar em Maceió. Com consciência ambiental e ecológica, ela nem deveria ter se instalado aqui na capital. Com a mesma celeridade que tiraram os moradores de suas casas sem aluguel social, deveriam pedir a paralisação imediata da empresa, já que ela está causando uma catástrofe social e econômica. Além disso, está faltando colocar em prática o que tem sido decidido nas audiências, foi decretado estado de calamidade, mas falta iniciativa do governo",* disse o representante da comissão.	Cobranças do morador e representante do SOS Pinheiro	**SOS Pinheiro** - cobra celeridade das ações e encerramento dos trabalhos da Braskem
Matéria publicada no site da Gazeta Alagoas com o título "Problema no Pinheiro já dava sinais em 2010".	30/03/2019	O bairro do Pinheiro tornou-se o assunto mais comentado nos últimos meses. A preocupação de um possível desastre tem amedrontado os moradores da região, que cobram ações concretas para a resolução do problema, que a cada dia que passa se agrava mais ainda. Os fenômenos no bairro vieram à tona após fortes chuvas de verão, em fevereiro de 2018, e um abalo sísmico de magnitude 2,4 mR em março do mesmo ano. O evento intensificou e criou novas fissuras, trincas e rachaduras em edificações, ruas e passeios em uma área expressiva do bairro, inclusive com a interdição de diversas moradias.	Preocupação de um possível desastre Cobrança de ações concretas para a resolução dos problemas	
		Mas é preciso voltar um pouco no tempo e buscar nos arquivos dos portais de notícias da capital para constatar os primeiros sinais de que algo estava errado no bairro. Em julho de 2010, os moradores	Rachaduras/fissuras – fenômenos antigos (2010)	

		do conjunto Jardim Acácias e Divaldo Suruagy, no coração do Pinheiro, acordaram assustados com uma grande fissura que surgiu entre os edifícios e rachaduras em apartamentos. Uma cratera também se abriu na via, interditando o trânsito no local.		
		À época, o então secretário municipal de Infraestrutura, Mozart Amaral, acompanhado de engenheiros da Prefeitura estiveram no local para avaliarem a situação. Na oportunidade, o secretário afirmou, em entrevista a repórter Adelaide Nogueira, do portal Gazetaweb, que a Prefeitura iria solicitar, em caráter de urgência, estudos sobre as causas da rachadura. *"Vamos avaliar em caráter de urgência o terreno e esta rachadura que apareceu para identificar o foco do problema e dar andamento ao serviço necessário. Com o laudo pronto, a Secretaria Municipal de Infraestrutura realizará o serviço para garantir a tranquilidade dos moradores e a segurança da população",* disse Mozart Amaral à época.	Promessa de ações para analisar as causas das rachaduras	
		Um morador do conjunto, que preferiu não se identificar, relatou que na época os engenheiros da prefeitura determinaram apenas o tamponamento das rachaduras no solo e que os prédios realizassem os reparos internos. *"Na época parecia que era uma obra mal feita de saneamento. Hoje sabemos que eram os primeiros indícios de um problema grave que nunca foi estudado até então. Eles fizeram uma obra paliativa e depois nunca nos deram satisfações. Hoje vivemos nesse medo"*, contou o morador, que é servidor público.	Ações paliativas – tamponamento das rachaduras, reparos nos prédios Primeiros indícios de anormalidade no solo do bairro	
		Para o professor mestre em Geotecnia e professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o engenheiro civil Abel Galindo, os primeiros indícios surgiram em 2009 e que se um estudo fosse feito na época, as prováveis causas já teriam sido detectadas. "*O que me motivou a mergulhar nessa questão foi porque fiz reforço de fundação em três imóveis, dois prédios e uma casa. Quando estive lá em 2010, vi um terreno baldio com uma rachadura no chão e estranhei, atribuí à retração do solo. Quando*	Primeiros indícios de anormalidade no solo do bairro	

		eu vi que não era uma coisa normal, percebi que estava descendo, que o maciço estava descendo. Aí fui buscar na geologia local e foi quando descobri as falhas", explicou.		
		Em setembro de 2018, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) emitiu um relatório onde já apontava a possibilidade do problema ter surgido há 2, 5 ou 10 anos. *"Cabe por fim esclarecer que, conforme depoimentos colhidos dos moradores locais e relatos da própria Defesa Civil Municipal, a existência dos indícios de instabilidade no terreno do bairro Pinheiro é muito anterior ao abalo sísmico ocorrido no dia 3 de março de 2018, com relatos de ocorrência de trincas nas edificações há 2, 5 e até 10 anos",* diz trecho do relatório, que está disponível no site oficial do órgão: http://www.cprm.gov.br/	Rachaduras/fissuras – fenômenos antigos (2010)	
		A reportagem da Gazeta buscou contato com o atual secretário de Estado do Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand), Mosart Amaral, sobre a situação descrita em 2010, mas o mesmo não quis se pronunciar.	Secretário da época não quis se pronunciar	
Matéria publicada no site do G1 Alagoas, com o título "Moradores do bairro do Pinheiro fazem ato na orla de Maceió".	31/03/2019	**Grupo saiu em caminhada pela Rua Fechada para cobrar explicações sobre o motivo das rachaduras no bairro.** Um grupo de moradores do bairro do Pinheiro fez uma caminhada na manhã deste domingo (31), na orla de Maceió. Eles cobram esclarecimentos sobre as rachaduras que ameaçam as moradias de centenas de famílias.	Ato público-caminhada	**Moradoras/res** - realizam ato público na orla de Maceió - cobram esclarecimentos sobre as rachaduras
		Eles reclamam da falta do auxílio para famílias que estão nas áreas de risco e ainda não tiveram como deixar suas casas. *"Hoje nós vamos fazer só uma caminhada da paz, vamos distribuir panfletos e adesivos para mostrar o nosso desespero, o desespero dos moradores do Pinheiro. Nós estamos lutando aqui pelos outros, para que todos consigam sair, porque o auxílio tem que ser pago"* disse o organizador do movimento, Márcio da Rocha Cavalcante.	Falta de auxílio às pessoas que tiveram que sair de suas casas	**Moradoras/res** - distribuem panfletos e adesivos para mostrar o desespero vivenciado

		O comerciante Fábio Costa, que é dono de uma papelaria de no Conjunto Jardim das Acácias, no Pinheiro, disse que também vai abandonar o bairro. *"O movimento caiu muito, não está fácil pra ninguém lá. Estou no bairro há sete anos e já estou procurando outro lugar para ir não tem como ficar lá, estão todos indo embora",* lamentou o comerciante.	Situação vivenciada por comerciante do bairro	
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Moradores do Pinheiro recebem atendimento psicológico".	08/04/2019	As famílias do bairro Pinheiro que estão fazendo o cadastramento para receber o aluguel social na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) receberão acolhimento psicológico, caso haja necessidade ou interesse, no local de atendimento. Psicólogos voluntários do Conselho Regional de Psicologia (CRP) da 15ª Região farão esse atendimento diariamente na unidade localizada no bairro do Poço. Segundo Robson Menezes, coordenador de Gestão do CRP, ao todo 50 psicólogos voluntários foram capacitados por um especialista em situações de emergência para que os moradores do Pinheiro possam receber um atendimento personalizado de acordo com suas necessidades. *"Inicialmente serão realizadas atividades de acolhimento, orientação, psicoeducação e encaminhamentos à psicoterapia. Temos profissionais que reservaram horários em seus consultórios só para atender a população do Pinheiro gratuitamente. Iremos conversar com os moradores, procurando ajudá-los para que sejam orientados e recebam o suporte o necessário",* explicou. O atendimento com psicólogos foi iniciado nesta segunda-feira (08). *"O acolhimento psicológico é uma ampliação desse atendimento às famílias. Além disso, serão feitos os encaminhamentos e*	Atendimento psicossocial	**SEMAS, CRP, SMS** - atendimento psicossocial

		atendimento em consultório", destacou a assistente social da Semas, Emy Oliveira A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) já realiza atendimento psicossocial às famílias por meio de visitas domiciliares.		
Informações acessadas no site da BRASKEM, com o título "1º Termo de Cooperação".	Abril/2019	Desde os tremores registrados em Maceió em 2018, a Braskem vem colaborando com as autoridades e realizando estudos para compreender as causas do fenômeno geológico. Até o momento, não está estabelecida qual a relação entre o fenômeno geológico em Maceió e a operação dos poços de extração de sal da Braskem. Além disso, a Braskem assinou um primeiro termo de cooperação com as autoridades em abril de 2019, para a adoção de medidas de apoio à comunidade, como instalação de equipamentos de medição meteorológica, para identificar movimentações no solo, inspeção de imóveis e a realização de obras de drenagem e pavimentação de ruas. A empresa também doou equipamentos para o Centro de Monitoramento da Defesa Civil.	1º Termo de Cooperação para auxiliar nas ações implementadas no bairro	**Braskem** - assina 1º Termo de Cooperação
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Plano de Contingência: mapa mostra pontos de apoio".	18/04/2019	Moradores de Bebedouro, Mutange e Pinheiro podem consultar um mapa interativo, elaborado pelo Governo do Estado, com os cinco pontos de apoio incluídos no Plano de Contingência apresentado nessa quarta-feira (17) pela Defesa Civil de Maceió. O mapa traz ainda as áreas de análise realizada pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o posto de comando do Plano, que ficará no 59º Batalhão de Infantaria Motorizada. O mapa é mais uma ferramenta de informação para os moradores dos três bairros incluídos no decreto de estado de calamidade pública, publicado pelo Município no dia 26 de março deste ano. O Plano de Contingência prevê que moradores das áreas críticas do Pinheiro (áreas vermelha, laranja e amarela) precisam deixar as residências caso as chuvas atinjam 30 milímetros em uma hora –	Mapa interativo que contém os pontos de apoio	**Governo do Estado** - elabora o mapa com os pontos de apoio

		volume classificado como chuva forte. Já as outras regiões, incluindo os bairros do Mutange e Bebedouro, foram classificadas como áreas de atenção e passarão a ser monitoradas pelos técnicos da Defesa Civil caso as chuvas atinjam o mesmo nível. No caso de evacuação, os moradores devem seguir para um dos cinco pontos de apoio definidos no Plano. São eles: Praça Lucena Maranhão, em Bebedouro; Ginásio de Esportes Tenente Madalena, no Bom Parto; Cepa, no Farol; sede do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinteal), no Mutange; e Praça Joaquim Marques Luz, no Sanatório.		
		As rotas de acesso aos pontos de apoio já foram definidos pela Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) e estão sendo informadas às famílias pelos líderes comunitários e integrantes dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (Nudecs).	Informações compartilhadas para a população por meio dos líderes comunitários e NUDECs	**Líderes comunitários, NUDEC** - compartilhamento de informações
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título “Guia traz informações úteis a moradores da região do Pinheiro”.	22/04/2019	A Defesa Civil de Maceió inicia nesta semana a distribuição de um guia com informações úteis para os moradores de Bebedouro, Mutange e Pinheiro. O livreto tem 12 páginas, foi produzido pela Prefeitura de Maceió e pelo Governo do Estado e explica, em linguagem simples e objetiva, questões sobre a situação de risco nos bairros, os serviços oferecidos pelos órgãos públicos, e os canais de comunicação oficiais em que população pode obter informações confiáveis. Dividido em capítulos, o guia explica, por exemplo, a classificação das áreas de risco (vermelha, laranja e amarela) e as formas de acionamento da Defesa Civil. Traz ainda dicas importantes sobre o que levar ao abrigo provisório em caso de evacuação, como cuidar dos animais de estimação e como obter apoio psicológico da Secretaria Municipal de Saúde, além de um glossário com palavras	Guia com informações para moradoras/res	**Defesa Civil municipal** - distribui guia com informações para os moradores **Prefeitura e Governo do Estado** - produziram o guia

		usadas constantemente pelos órgãos públicos durante a execução de serviços, estudos e atendimento à população.		
Reportagem publicada pelo site Jornal de Alagoas, com o título "Moradores e comerciantes do Pinheiro realizam manifestação por bloqueio de R$ 6,7 bilhões"	25/04/2019	Um protesto reuniu moradores e comerciantes do bairro Pinheiro, em Maceió, na manhã desta quinta-feira (25) na Praça Centenário. Eles chamam a atenção da sociedade para a situação em que vivem há mais de um ano e pedem para que o Judiciário alagoano reavalie o bloqueio de R$ 6,7 bilhões da Braskem, que garantiria futuras indenizações para as famílias que tiveram de deixar suas casas.	Protesto	**Moradoras/res e comerciantes** - reivindicam pelo bloqueio de verba da Braskem - pela entrega do laudo
		Outra reivindicação dos moradores é a entrega do laudo que identifique as causas do afundamento do solo e das rachaduras dos imóveis, que foram condenados pela Defesa Civil. *"Queremos que seja emitido um laudo transparente e científico"*, afirma o presidente da Associação dos Empreendedores do Pinheiro, Alexandre Sampaio. Alguns representantes dos moradores acreditam que o laudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) pode ter um cunho político e exigem a isenção do documento.	Reivindicam pela entrega do laudo	
		A manifestação deve seguir até o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) no Centro da cidade onde será apresentado um abaixo-assinado formulado pela organização SOS Pinheiro. Foram coletadas mais de 2 mil assinaturas com intuito de pressionar os juízes e desembargadores sobre o bloqueio do dinheiro da Braskem. Os moradores afirmam que a empresa teve um lucro de R$ 5 bilhões e ainda contratou um dos maiores escritórios de advocacia do Brasil para contestar a responsabilidade sobre os danos causados nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, onde a empresa explora salgema.	Abaixo-assinado para pressionar a justiça quanto ao bloqueio do dinheiro da Braskem	**SOS Pinheiro** - formula um abaixo assinado para pressionar os juízes e desembargadores sobre o bloqueio do dinheiro da Braskem
		Os moradores e comerciantes do Pinheiro reclamam também do que eles consideram a omissão do poder público. O Centro de	Omissão do poder público	

		Gerenciamento de Crises da Polícia Militar para manter a ordem durante a manifestação.		
Matéria publicada no portal de notícias TNH1, com o título "Moradores do Pinheiro protestam na Centenário e cobram relatório da CPRM".	25/04/2019	Moradores do Pinheiro e bairros vizinhos, prejudicados com o afundamento de solo e rachaduras nos imóveis, realizam um protesto na Avenida Moreira e Silva, no Farol, em frente à Praça do Centenário, na manhã desta quinta (25). Com cartazes, faixas e bandeiras brancas e carro de som, os manifestantes pedem a divulgação do relatório final da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) sobre as causas do problema para que a Justiça tenha subsídios para bloquear das contas da Braskem o valor pedido em ação do Ministério Público e Defensoria Pública, um total de R$ 6,7 bilhões. A conclusão do relatório está prevista para o dia 30 de abril, no entanto ele pode ser divulgado só depois. Isso porque, segundo apurou a equipe de reportagem da TV Pajuçara em Brasília, no dia 30 os estudos seguem para o Ministério das Minas e Energia e, só então, será definida a forma de apresentação à população.Por conta da demora, os moradores pedem apoio de todos os maceioenses para cobrar agilidade na solução do afundamento e rachaduras nos bairros. O protesto é realizado na faixa de pedestres, sempre que o semáforo fecha, para não interromper o trânsito. O Gerenciamento de Crises da PM acompanha o ato.		
Matéria publicada no site do Poder Judiciário de Alagoas com o título "Vice- presidente do TJ/AL recebe moradores do Pinheiro".	25/04/2019	O vice-presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Sebastião Costa Filho, recebeu representantes dos moradores do Pinheiro e demais bairros atingidos por rachaduras em Maceió, na manhã quinta-feira. Também participaram da reunião o Ministério Público (MP/AL) e a Defensoria Pública de Alagoas.	Reunião entre TJ/AL e população atingida	**TJ/AL, moradores do Pinheiro e demais bairros, MP/AL e Defensoria Pública de Alagoas** - reúnem-se

		Os moradores foram ao Tribunal pedir isenção e celeridade nas demandas judiciais referentes ao caso. Na oportunidade, também entregaram ao MP assinaturas de milhares de moradores, para serem usadas em processos.	Demandas solicitadas pelas/os moradoras/res dos bairros atingidos	**Moradoras/res** - pedem isenção e celeridade nas demandas judiciais - entregam ao MP assinaturas de milhares de moradoras/res, para serem usadas em processos
		"O que eu coloquei é que o presidente Tutmés Airan tem se mostrado preocupado, é uma pessoa que tem o maior interesse do mundo para que a situação seja resolvida, e tem trabalhado diuturnamente para que se chegue a um denominador comum", garantiu Sebastião Costa. O desembargador também ratificou a total independência do Judiciário alagoano para julgar os conflitos.	Preocupação do judiciário	
		A atuação proativa do Tribunal de Justiça por meio do programa Posse Legal, que viabiliza gratuitamente títulos de posse para os residentes das áreas atingidas, foi elogiada pelos moradores. Eles pediram a ampliação dessa ação, o que já está sendo providenciado pelo TJ, em parceria com o Governo do Estado.	Atuação do TJ/AL- Programa Posse Legal Ação elogiada pela/os moradoras/res	**TJ/AL** - implementação do programa Posse Legal, que viabiliza gratuitamente títulos de posse para os residentes das áreas atingidas
		O líder do movimento SOS Pinheiro, Geraldo Vasconcelos, afirmou que confia no Judiciário. "*Não vamos nunca perder a nossa esperança na Justiça. O Tribunal tem nos acenado decisões positivas".*	Membro do SOS Pinheiro diz confiar no judiciário	

Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título “Plano de Contingência: pontos recebem identificação visual”.	26/04/2019	A partir desta sexta-feira (26) a população dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro conta com a identificação visual nos cinco pontos de encontro previstos no Plano de Contingência. Os pontos devem receber moradores das áreas críticas do Pinheiro (áreas vermelha, laranja e amarela) caso as chuvas atinjam um volume de 30 mm por hora. Se o volume aumentar para 40 mm por hora, os moradores das outras áreas do Pinheiro e dos bairros do Mutange e Bebedouro também devem seguir para os locais indicados no plano. A população será avisada sobre a evacuação preventiva pelos líderes comunitários e pelo Nudecs (Núcleos Comunitários de Defesa Civil). As placas indicam o local exato dos pontos de apoio para embarque nos ônibus que serão disponibilizados para deslocar a população até o abrigo temporário, localizado no ginásio do Sesi. “Os pontos de encontro servem apenas para as pessoas se dirigirem a esses locais, onde a Prefeitura estará disponibilizando ônibus para que a população seja levada ao abrigo temporário. Lá, as pessoas receberão toda a assistência disponibilizada pelo Município, a exemplo de assistência social, médico e psicólogo”, detalhou o coordenador da Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos. A sinalização dos pontos de apoio atende as recomendações do Plano de Evacuação, que foram discutidas entre os órgãos responsáveis e a população. Os cinco pontos de apoio definidos no Plano são: Praça Lucena Maranhão, em Bebedouro; Ginásio de Esportes Tenente Madalena, no Bom Parto; Cepa, no Farol; sede do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinteal), no Mutange e Praça Joaquim Marques Luz, no Sanatório. *“Os pontos de encontro estão sinalizados, conforme acertado com os monitores, para que a população possa se localizar numa possível evacuação”*, complementou Dinário Lemos.	Definição dos pontos de encontro Informações compartilhadas pelas/os líderes comunitários e NUDECs	**Órgãos responsáveis e população** - definiram os pontos de encontro **Líderes comunitários e NUDECs** - compartilhamento de informação

Reportagem publicada no site Tribuna Independente, com o título “Laudo do Pinheiro é adiado e moradores falam de frustração e desconforto”.	01/05/2019	Apresentação do relatório prometida para 30 de abril pelo CPRM não ocorre e gera indignação. *“O sentimento é de profunda frustração. Tristeza. Os moradores estão sendo massacrados mais uma vez”.* Foi desta forma que o líder do movimento SOS Pinheiro, Geraldo Vasconcelos, classificou a situação após o adiamento da liberação do laudo dos estudos desenvolvidos pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). O líder do SOS Pinnheiro, Geraldo Vasconcelos, afirma que o adiamento piora o clima de tensão e angústia entre os moradores e abre margem para fake news. “*E isso gera especulações pelos grupos de WhatsApp. Dizem que o ministro mandou voltar para refazer o laudo… Quer dizer, a informação não chega… Soube através da procuradora do MPF que eles iriam soltar uma nota… Mas o CPRM não explica o porquê do adiamento, não explica o porquê não ter saído o laudo, que estaria pronto, mas não foi entregue. A gente fica aqui e eles lá em Brasília… Eu cheguei a ligar para o gabinete do ministro para saber de algo, para tentar sensibilizar, para que pelo menos explicassem porquê, a que horas, onde. Soube que vai ser em Maceió, mas onde?”,* expôs o morador de forma consternada.	Adiamento do laudo gera frustração/tristeza as/aos moradoras/res do bairro Fake News	
		O também morador do bairro Sebastião Vasconcelos lamenta o adiamento do laudo. Para ele a população foi deixada *“em segundo plano”.* Ele reclama também da falta de comunicação por parte do Serviço Geológico do Brasil.	Falta de comunicação por parte da CPRM	
		A nota divulgada pelo MME, no entanto, não explica o porquê do adiamento. As assessorias de comunicação do MME e CPRM foram procuradas pela reportagem, mas também não esclareceram a motivação da mudança.	Ausência de informação que justifique o motivo do adiamento do laudo	

Reportagem publicada no site do TNH1, com o título “Pinheiro: MPF busca garantir participação de moradores em audiência pública”.	03/05/2019	O Grupo de Trabalho (GT) do Ministério Público Federal (MPF) sobre o Caso Pinheiro em Alagoas oficiou ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM – empresa governamental brasileira, vinculada ao MME, que tem as atribuições de Serviço Geológico do Brasil) visando garantir a efetiva participação da comunidade diretamente interessada na Audiência Pública para divulgação do Laudo Parcial da CPRM, convocada para próxima quarta-feira (8), no auditório da Justiça Federal em Alagoas. O ofício expedido pelas procuradoras da República Cinara Bueno, Niedja Kaspary, Raquel Teixeira e Roberta Bomfim considera a limitação física do espaço do auditório, que conta com 340 lugares, para requerer que seja reservado, ao menos, um terço dos assentos disponíveis à comunidade envolvida.	Reserva de assentos para a comunidade na audiência pública de divulgação do relatório	**MPF** - expedem ofício para requerer um terço dos assentos disponíveis à comunidade na audiência de divulgação do Laudo Parcial da CRPM.
		A organização do evento cabe ao MME e à CPRM, que têm até a próxima segunda-feira (6) para se manifestarem sobre uma lista de questionamentos do GT Caso Pinheiro, entre eles: o roteiro da audiência, o convite de autoridades e moradores, as inscrições e o tempo para cada manifestação, o cadastramento da imprensa, a segurança do evento, bem como a disponibilização de contato para eventuais questionamentos futuros da população. As procuradoras destacaram no ofício que, dentre os interessados, estão: a bancada federal de deputados e senadores, a bancada estadual, os vereadores, os órgãos públicos estaduais e municipais, a UFAL, os órgãos do sistema de Justiça, os hospitais localizados na região mapeada, a associação de moradores do bairro, o Núcleo Comunitário de Defesa Civil (Nudec), a Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas (Famecal), o Movimento SOS Pinheiro, a Associação dos Empresários do Pinheiro, entre outros.		

Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título “Pinheiro: CPRM divulga programação da audiência”.	07/05/2019	A audiência pública para divulgação do resultado dos estudos sobre a Instabilidade do Terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió (AL), agendada para amanhã (8/5), inicia-se às 8h com o credenciamento de autoridades, moradores e imprensa. O evento acontece no auditório da Justiça Federal, situado na Avenida Menino Marcelo, Bairro Serraria.	Audiência pública para divulgação dos estudos	
O RELATÓRIO CONCLUSIVO DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL				
DOCUMENTO DE DOMÍNIO PÚBLICO	**DATA**	**NARRATIVA**	**TEMA**	**AÇÕES (Quem faz? O que faz)**
Reportagem publicada no site da GAZETAWEB, com o título “Esperamos um laudo a favor da população”, avalia membro da SOS Pinheiro.	08/05/2019	Apesar do grande clima de expectativa por parte dos moradores do Pinheiro, para a divulgação do laudo sobre a instabilidade do solo na região, o representante da associação SOS Pinheiro [grupo de moradores que representa as necessidades do bairro], Pierre d'Almeida, disse que a audiência desagrada a maioria pela falta de espaço no auditório. Muitos que foram à Justiça Federal devem ficar de fora. *"Só tem 300 lugares aqui no prédio. Essa audiência deveria acontecer no Centro de Convenções ou em outro espaço. Há muitas pessoas que não conseguem entrar ali dentro. A população precisa saber o que está acontecendo", critica.*	Limitação do espaço físico do auditório desagrada moradoras/res	**Moradoras/res** - Demonstram insatisfação com o local onde foi divulgado o relatório.
		Com um tom de revolta, o líder do grupo demonstrou a insatisfação com a demora da divulgação do laudo e revelou que durante esse processo ao menos cinco pessoas morreram em um ataque de pânico no bairro. *"Esperamos que a verdade seja revelada, que os culpados sejam apontados, se o bairro será demolido ou não, se seremos indenizados [os moradores]... Quem mais sofre com isso é a*		**Moradoras/res** - Demonstram insatisfação com a demora da divulgação do laudo.

		população, estamos há um ano esperando respostas. Cinco moradores morreram de infarto quando souberam que o bairro iria afundar em uma cratera. Precisamos de uma resolução, de um posicionamento enérgico. Quem são os culpados? Todos! Vamos deixar acontecer no Pinheiro o que aconteceu em Brumadinho? Estamos buscando que esse laudo saia favorável à população", avalia.		
Reportagem publicada no site G1 Alagoas, com o título "Serviço Geológico confirma relação das ações da Braskem com as rachaduras no Pinheiro, Mutange e Bebedouro."	08/05/2019	O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) concluiu que a principal causa para o surgimento das rachaduras nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro é atividade da Braskem na região para extração de sal-gema, um tipo de cloreto de sódio utilizado na fabricação de soda cáustica e PVC. O relatório foi divulgado nesta quarta-feira (8), na sede da Justiça Federal em Alagoas.	Resultado do relatório – extração da sal-gema é a causa dos surgimentos das rachaduras	
		Em nota, a Braskem informou que tomou conhecimento com a sociedade alagoana do laudo divulgado na manhã de hoje pela CPRM, e analisará os resultados apresentados frente aos dados coletados por geólogos e especialistas independentes. A empresa afirma ainda que desde o início do agravamento das rachaduras e fissuras no bairro, em março de 2018, vem colaborando com as autoridades na identificação das causas e informando com transparência e responsabilidade os estudos realizados por empresas de renome internacional (confira a nota na íntegra ao fim do texto).	Braskem diz que vai analisar os resultados	
		"A gente entende que existem estruturas geológicas importantes em áreas da mineração da Braskem em uma série de cavidades construídas exatamente na intersecção das estruturas e isso não deixou que a caverna ficasse íntegra, desestabilizou a caverna e causou o que a gente está vendo no Pinheiro, a ruptura", explicou		

		o assessor de Hidrologia e Gestão Territorial do CPRM, Thales Queiroz Sampaio, na audiência pública.		
		Ainda com base nos estudos, foi recomendado que sejam tomadas medidas de prevenção, na tentativa de estabilizar os processos erosivos, como saneamento básico, instalação de rede drenagem eficiente nos bairros e demais obras estruturantes.	Recomendações e ações preventivas	**CPRM** - faz recomendações para estabilizar os processos erosivos
Reportagem publicada no site "Cada Minuto", com o título "Movimento SOS Pinheiro cobra justiça e bloqueio de R$6,7 bilhões da BRASKEM".	08/05/2019	O representante do Movimento SOS Pinheiro, Geraldo Vasconcelos, afirmou nesta quarta-feira (08), que a população dos bairros afetados pelas rachaduras *"querem justiça o mais rápido possível"*. Geraldo afirma que os moradores vão solicitar ao presidente do Tribunal da Justiça (TJ/AL) Tutmés Airan que ele faça o bloqueio de R$ 6,7 bilhões da BRASKEM. Segundo Geraldo, os moradores dos bairros do Bebedouro, Mutange e Pinheiro querem celeridade na ação. "*Ainda não foi feito o bloqueio e o desembargador tem objetos suficientes e fundamentados científicos e técnicos para fazer",* afirmou Vasconcelos. Por outro lado, o coordenador da Defesa Civil Municipal, Dinário Lemos, disse que agora que o estudo saiu, os gestores vão se reunir a partir de sexta com a CPRM para alinhar os próximos passos.	Moradores solicitam ao TJAL o bloqueio de dinheiro da BRASKEM	**Moradoras/res** - solicitam ao TJAL o bloqueio de dinheiro da BRASKEM
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Pinheiro: prefeito estuda ações para garantir reparação a moradores".	08/05/2019	O prefeito de Maceió, Rui Palmeira, estuda com a Procuradoria Geral do Município que medidas jurídicas serão adotadas para garantir a reparação às perdas sofridas pelos moradores dos bairros Pinheiro, Bebedouro e Mutange. O relatório apresentado nesta quarta-feira (8) pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) aponta a atividade de mineração como a principal responsável pelos problemas na região. *"Foi divulgado o tão esperado relatório da CPRM, que apontou como causa dos problemas nos bairros a mineração, que é operada pela Braskem. Já estou, com a Procuradoria do*	Ressarcimento para a população e para os cofres públicos	**Prefeitura** - busca ressarcimento da empresa para moradores e cofres públicos

		Município, trabalhando nas ações que vamos entrar contra a empresa, buscando ressarcimento para os moradores e também para os cofres públicos", destacou o prefeito.		
		Além das medidas jurídicas, o prefeito já articula reuniões em Brasília com os órgãos de fiscalização da atividade de mineração para buscar soluções para os problemas. *"Nós sabemos que a responsabilidade da atividade de mineração, da fiscalização deste tipo de atividade, é da União e por isso, já estamos solicitando uma série de agendas em Brasília, olhando para a frente, buscando os próximos passos para minimizar e resolver os problemas dos bairros Mutange, Bebedouro e Pinheiro. A Prefeitura de Maceió continuará trabalhando nessa região, mas claro, precisamos de toda ajuda neste momento",* disse Rui Palmeira.	Prefeitura busca auxílio da União	**Prefeitura** - busca auxílio da União
		Com a apresentação do relatório, a Prefeitura de Maceió cobra participação de todos os poderes para, juntos, encontrar soluções que minimizem o problema da população. *"É importante entender que a partir de agora, as providências terão que ser tomadas de forma mais célere, com a ajuda nacional e todos os envolvidos, com um único planejamento. Isso porque, até então, tudo tinha sido feito com a Prefeitura de Maceió meio solitária no processo, a não ser pelos estudos técnicos e o apoio do recurso da ajuda humanitária. Mas agora seremos mais um com responsabilidade e compromisso de minimizar o sofrimento desse povo, cobrando do Estado a sua participação mais efetiva e coordenação do governo federal",* disse o secretário Municipal de Governo, Eduardo Canuto	Prefeitura cobra participação das outras instâncias governamentais	

Matéria publicada no site da CPRM, com o título “Confira o relatório sobre a instabilidade do terreno no bairro Pinheiro e adjacências”.	09/05/2019	O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) divulgou nesta quarta-feira (08/05) relatório técnico com o resultado dos Estudos sobre a Instabilidade do Terreno nos Bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió (AL). O relatório é conclusivo e aponta que está ocorrendo a desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal), e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas antigas, subsidência (afundamento) do terreno e deformações rúpteis na superfície (trincas no solo e nas edificações) em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro. De acordo com o documento, os danos em superfície são agravados pelos efeitos erosivos provocados pelo aumento da infiltração da água de chuva em fraturas/falhas preexistentes, bem como por novas fraturas produzidas pela subsidência. Este processo erosivo é acelerado pela existência de áreas de alagamento e a falta de uma rede de drenagem pluvial e de saneamento básico adequados. Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores utilizaram diversos métodos científicos que foram interpretados e integrados. Os métodos geofísicos gravimetria, audiomagnetotelúrico e eletrorresistividade permitiram a melhor caracterização do subsolo da região estudada. A interferometria, por sua vez, detectou deslocamento da superfície compatível com subsidência por deformação dúctil/rúptil (rochas que se deformam até o limite de ruptura/rochas que se deformam sem romper) das camadas geológicas na região de poços de extração de sal-gema. As observações de campo - trincas, rachaduras e fissuras e áreas alagadas na borda da Lagoa Mundaú- também apontam deformações compatíveis com a subsidência. A análise da sismologia mostrou sismos coincidentes com as minas de extração de sal-gema, entre outros localizados no fundo da Lagoa Mundaú e nas áreas mais afetadas do bairro Pinheiro. Pela	Relatório que aponta para as causas da instabilidade do solo Extração de sal-gema causa subsidência na superfície Fatores que agravam a subsidência	**CPRM** - Divulga relatório técnico com resultado

		presença majoritária de energia sísmica em forma de ondas de superfície, os pesquisadores constataram que a fonte sísmica está próxima à superfície e não se trata de um evento tectônico causado por uma falha geológica profunda. A energia identificada nesses sismogramas também comprova a origem rasa desses tremores de terra, pois a energia é inferior aos sismos de origem tectônica. Sendo mais próxima da energia liberada em explosões, colapsos ou desabamentos. Foram detectadas evidências de desabamento parcial em profundidade na região das minas 7 e 19. A ocorrência de desabamentos em outras minas não pode ser descartada, haja vista a ausência de dados recentes de 27 das 35 cavidades existentes.		
		Com base nos estudos, foi recomendado que sejam tomados alguns cuidados específicos neste contexto, como estabilização dos processos erosivos, saneamento básico, instalação de rede de drenagem eficiente nos bairros e demais obras estruturantes. Os pesquisadores descartaram ainda a hipótese de subsidência causada por efeitos decorrentes da extração de água subterrânea. A análise dos dados de hidrogeologia revelou que os níveis dos aquíferos Barreiras e Marituba estão em recuperação, não existindo indícios de superexplotação.	Recomendações para atenuar os problemas	
Reportagem publicada pelo site Jornal Extra de Alagoas, com o título "Presidente do TJ pretende fazer acordo coletivo para dar celeridade aos processos".	10/05/2019	Em reunião com representantes dos moradores do Pinheiro e demais bairros atingidos pela mineração da Braskem, o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Tutmés Airan, defendeu uma solução de maneira coletiva para que o processo indenizatório seja mais rápido. *"Tive uma conversa preliminar da Braskem e a minha ideia de intermediação deste conflito é de tentarmos encontrar uma solução global para o problema e não lutas individuais. Caso a gente vá para lutas individuais teremos um número muito alto de ações que não serão resolvidos com celeridade",* afirmou.	TJ/AL sugere uma solução coletiva para o processo indenizatório Reunião com o SOS Pinheiro	**TJ/AL** - sugere uma solução coletiva para o processo indenizatório - reúne-se com o SOS Pinheiro e moradores de outros bairros

		O presidente da Corte alagoana recebeu o Movimento SOS Pinheiro e representantes do bairro Mutange, na tarde desta sexta-feira, 10, na sede do TJ/AL. Quanto aos casos de ações individuais, o desembargador informou que irá designar cinco juízes, que serão nomeados para tratar desses processos. *"Não posso impedir que os moradores entrem individualmente, mas essas ações não terão o curso normal até que possamos definir um grande acordo, em coletividade."*		
		Já Alexandre Sampaio, representante da Associação dos Empreendedores do bairro do Pinheiro e regiões afetadas, acredita que um acordo coletivo seria complicado. *"Há uma determinação em buscar soluções para todos, e principalmente para os empreendedores. Não há dúvidas do amplo problema que foi causado para nós, que somos um dos principais afetados. Dentro do bairro existem empreendimentos com valor de mil a 20 milhões de reais. Então de que maneira podemos conciliar algo de maneira coletiva que seja justo para todos?"*, questionou.	Representante da Associações dos Empreendedores do bairro questiona a proposta referente ao processo indenizatório	
		Para Lucas Cavalcanti Gomes, morador do bairro do Pinheiro há 40 anos, o Judiciário foi o único órgão até o momento que está tentando realmente buscar soluções. *"O TJ tem sido muito compreensivo com nossos problemas e é um órgão que vem mostrando respaldo. Viemos aqui para ver as opções que nós temos".*	Morador considera o judiciário o único órgão que está tentando buscar soluções.	
Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título "Prefeitura e CPRM discutem	10/05/2019	O prefeito Rui Palmeira recebeu técnicos do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), na manhã desta sexta-feira (10), na sede da Prefeitura de Maceió, no Jaraguá. Durante o encontro, foram apresentados os detalhes do relatório técnico divulgado na última quarta-feira (08) e que serão utilizados pela Defesa Civil Nacional e Municipal para definição das novas ações a serem executadas nos	Articulação das ações da prefeitura após o resultado do laudo técnico	

ações para Pinheiro, Bebedouro e Mutange”		bairros Bebedouro, Mutange e Pinheiro. A atividade de mineração foi apontada pela CPRM como a principal responsável pelos problemas na região.		
		Para o prefeito, o relatório técnico é fundamental para a definição do plano de trabalho da Prefeitura no atendimento à população dos bairros afetados. *“Agradeço o trabalho desenvolvido pelos técnicos da CPRM. Agora é hora de, a partir do que foi concluído, planejar as ações que vão atender os moradores daquelas áreas. Já estou, com a Procuradoria do Município, trabalhando nas ações que vamos entrar contra a empresa, buscando ressarcimento para os moradores e também para os cofres públicos”,* disse Rui Palmeira. O vice-prefeito de Maceió e secretário municipal de Assistência Social, Marcelo Palmeira, falou da importância do encontro para esclarecer os pontos de atenção e nortear a assistência à população. *“Hoje vamos tratar das ações sociais, ver os mapas, ver se as áreas continuam de risco e como o novo planejamento vai se comportar após o laudo. Essa é uma cobrança justa dos moradores, de toda a sociedade e da gestão municipal. Os técnicos vieram para que pudéssemos fazer essas indagações e possamos, posteriormente, passar para os maceioenses”*, disse Marcelo Palmeira.	Prefeitura busca entrar com uma ação contra a Braskem para garantir o ressarcimento dos moradores	**Prefeitura** - moverá ação contra a Braskem
		Ainda segundo Thales, o novo mapa de feições está sendo trabalhado a quatro mãos. *“Junto com a Defesa Civil, especialmente a Nacional, estamos trabalhando no novo mapa. Queremos que até o final da próxima semana ele possa ser muito bem compreendido pelos secretários da Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal, por todas as pessoas que vão agir no problema, e, especialmente, que seja compreendido por toda a população. É o nosso desafio transformar uma linguagem cientifica numa linguagem que possa ser compreendida por toda a população”,* ressaltou.	Novo mapa de feições será construído pela Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal com linguagem acessível	**Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal** - construirão novo mapa de feições

Matéria publicada no site Poder Judiciário de Alagoas, com o título "Processos relacionados à calamidade no Pinheiro, Mutange e Bebedouro terão prioridade na Justiça".	13/05/2019	Em recomendação conjunta, o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas e o Corregedor-Geral da Justiça determinaram que os processos envolvendo moradores afetados pela situação calamidade pública nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro tenham prioridade de julgamento. De acordo com a recomendação, os interessados no benefício deverão fazer o requerimento à autoridade judiciária competente e apresentar provas de que foram afetados pela situação. A determinação leva em conta o Decreto da Prefeitura Municipal de Maceió nº 8.699, de 25 de março de 2019. *"No contexto de episódios de grandes sinistros ou ensejadores de estado de calamidade pública, especialmente para as pessoas comprovadamente desabrigadas ou envolvidas pelo evento hostil e que sofreram algum tipo de lesão física ou psíquica durante a sua ocorrência ou por desdobramentos desta [...] deve ser contemplada uma maior agilidade no trâmite das suas demandas",* diz a publicação.	Moradores dos bairros afetados terão prioridade na justiça	**TJ/AL e Corregedoria-Geral da Justiça** - priorizam os processos envolvendo moradores das áreas afetadas.
Matéria publicada no site da BRASKEM, com o título "Condomínios e escolas do Pinheiro serão inspecionados por empresa de engenharia".	14/05/2019	Os conjuntos habitacionais Divaldo Suruagy e Jardim Acácia, as escolas municipais Padre Brandão Lima, Radialista Edécio Lopes, Luiz Calheiros Júnior, além da Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho, em Bebedouro, vão passar por uma inspeção de engenharia. O objetivo do trabalho técnico, de acordo com a petroquímica Braskem, é avaliar a integridade das estruturas das edificações no bairro de Pinheiro, em Maceió. A ação da Braskem faz parte do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Município de Maceió, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (Crea-AL) e os ministérios públicos Federal (MPF), Estadual (MPE) e do Trabalho (MPF),	Braskem contrata empresa para avaliar a integridade das edificações no bairro	**Braskem** - busca avaliar a integridade das estruturas das edificações no bairro de Pinheiro

		como parte das ações de mitigação conduzidas pela empresa no bairro do Pinheiro. Uma empresa de engenharia sugerida pelo Crea-AL e contratada pela Braskem constatará o estado de conservação dos prédios. Os engenheiros serão acompanhados por integrantes da Defesa Civil durante o serviço. O objetivo é constatar se há a existência de recalques (movimentações), fissuras, trincas e danos que comprometam a integridade das estruturas analisadas. Com o resultado da inspeção, será possível avaliar a segurança dos imóveis. A previsão é de que o trabalho seja concluído em 45 dias.		
		A Braskem, que atua há mais de 40 anos no estado, está comprometida com a sociedade alagoana e tem se colocado como parte da solução dos eventos ocorridos no bairro do Pinheiro.	Braskem se diz comprometida e que tem se colocado como parte da solução dos eventos	
Reportagem publicada no site do SINTEAL, com o título “SINTEAL participa de protesto de moradores do Pinheiro, Mutange e Bebedouro”.	28/05/2019	No início da manhã desta terça-feira (28), a comunidade dos bairros localizados nas áreas de risco de Maceió realizaram um protesto em frente à unidade da Braskem, na avenida principal do Mutange. Exigindo respeito aos seus direitos, eles cobraram respostas do poder público e repudiaram a destruição provocada pela mineradora na cidade. A principal exigência era de que fosse definida a data da divulgação do novo mapa de feições, e que algum representante da prefeitura fosse até o local conversar com as lideranças.	Protesto em frente à Braskem	**Moradoras/res** - realizam protesto - reivindicam por respeito aos seus direitos - cobraram respostas do poder público - repudiaram a destruição provocada pela mineradora na cidade - exigem a definição da data da divulgação do novo mapa de feições e presença de algum representante da prefeitura
		No dia de ontem (2ª feira 27), lideranças dos três bairros participaram de reunião na sede do Ministério Público Federal	Moradores reclamam da falta de notícias	

		(MPF) com procuradoras que integram o GT Pinheiro. Na oportunidade, debateram as providências que vêm sendo programadas em relação ao caso. O recado passado foi o de que a população do Pinheiro, Mutange e Bebedouro não aguenta mais a falta de notícias e de definições, e que os moradores cobram uma agenda (reunião) com o prefeito de Maceió e representantes dos órgãos envolvidos e a definição quanto à publicação da entrega do relatório (mapeamento das áreas).	Cobram uma agenda de reuniões com o prefeito e representantes de outros órgãos	
		Com sua sede instalada no bairro do Mutange, o Sinteal participou do ato. Consuelo Correia, presidenta do Sinteal, reforçou as críticas à gestão municipal e total solidariedade às famílias que estão vivendo as incertezas e angústias nos bairros afetados. A sindicalista garantiu que o Sinteal está comprometido com o movimento e vai permanecer dando apoio.	Presidente do Sinteal reforça críticas à gestão municipal Sinteal garante apoio as/aos moradoras/res	**SINTEAL** - participa do protesto
		Ana Rozendo, que além de ser dirigente do Sinteal reside na rua do Arame (Pinheiro), falou sobre o sofrimento que tem enfrentado e sobre o seu compromisso com a luta. *"Eu sou professora aposentada, passei 29 anos em sala de aula e me aposentei, mas nunca me aposentei da luta. Todos os dias eu trabalho por um mundo mais justo, e agora eu me pergunto, e eu? Moro nessa rua desde que nasci, mas agora temos medo, quando chove eu fico muito preocupada, não consigo dormir".*	Sofrimento da população Medo quando chove	
		As lideranças comunitárias dos movimentos SOS Pinheiro, SOS Mutange, Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitária de Alagoas (Famecal) e moradores do Bebedouro dialogaram com a população e explicaram a importância da participação de todos. O vereador Franciso Sales foi até o local e também garantiu apoio à luta.	Lideranças comunitárias dialogam com moradoras/res e enfatizam a importância da participação de todas/os	**SOS Pinheiro, SOS Mutange, Federação das Associações de Moradoras/res e Entidades Comunitária de Alagoas (Famecal) e moradoras/res do Bebedouro**
Matéria publicada no site da BRASKEM	06/06/2019	A Central de Monitoramento da Defesa Civil de Maceió no Bairro do Pinheiro recebeu novos equipamentos nesta quinta-feira, 6 de junho. Os 40 rádios, completa infraestrutura de rede e aparelhos	Braskem fornece novos equipamentos à Defesa Civil – ação	**Braskem** - fornece equipamentos à Defesa Civil

com o título “Braskem doa equipamentos à Defesa Civil de Maceió”		para a realização de videoconferência foram doados e já começaram a ser instalados pela Braskem. A previsão é de que todos os materiais estejam funcionando no próximo dia 19. Para isso, a Braskem irá preparar a infraestrutura de rede da central, onde a Defesa Civil monitorará os dados de GPS de alta precisão, da estação meteorológica, bem como as informações dos seus próprios sistemas. Dois servidores de rede também serão doados pela petroquímica. A doação e instalação de equipamentos para a Central de Monitoramento da Defesa Civil são ações de prevenção sugeridas pela Braskem e previstas no Acordo de Cooperação Técnica assinado entre a empresa e os ministérios públicos Federal (MPF), Estadual (MPE), do Trabalho (MPT), Município de Maceió e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-AL). Os trabalhos iniciaram em 11 de abril e, desde então, já foram realizados serviços de inspeção do sistema de drenagem do Pinheiro com câmeras semirrobotizadas de alta tecnologia; monitoramento por GPS de alta precisão, para medição de possíveis movimentações de solo; doação de sinalizações de rotas de fuga; e instalação de uma estação meteorológica. Hoje, empresas indicadas pelo Crea-AL e contratadas pela Braskem realizam serviços de inspeção de engenharia em prédios de alguns condomínios e escolas do Pinheiro, além de obras de recuperação do pavimento em ruas danificadas por conta de trincas. O acordo de cooperação prevê, ainda, a instalação de um sistema de drenagem superficial provisório, para reduzir os impactos da chuva; doação de sensor pluviométrico e alarme sonoro; e a contratação de serviço especializado de call center eletrônico.	prevista no Acordo de Cooperação Técnica	

Matéria publicada no site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil, com o título “Prefeito sanciona Lei que isenta tributos do Pinheiro, Mutange e Bebedouro”.	19/06/2019	Na tarde desta quarta-feira (19), o prefeito Rui Palmeira sancionou a Lei Nº. 6.900, de autoria do Executivo, que garante a isenção de tributos como IPTU e ISS para moradores e comerciantes dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro. A isenção é válida pelos próximos cinco anos. *“A aprovação desse Projeto de Lei era fundamental. Com a sanção, toda a comunidade desses bairros vai poder ter segurança jurídica para, a partir desse ano e pelos próximos cinco anos, não receber as cobranças de impostos e taxas”*, destacou.	Isenção de tributos – válida pelos próximos cinco anos	**Prefeitura** - sanciona a Lei Nº.6.900, de autoria do Executivo, que garante a isenção de tributos como IPTU e ISS para moradores e comerciantes.
Matéria publicada no site G1 Alagoas com o título “Presidente do TJ-AL determina bloqueio de R$ 3,6 bilhões da Braskem”	26/06/2019	A justiça determinou o bloqueio cautelar de R$ 3.680.460.000,00 da Braskem para garantir o pagamento de possíveis indenizações por danos materiais a famílias que tiveram imóveis afetados pelas rachaduras nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió. A determinação é de terça-feira (25). A decisão, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, o desembargador Tutmés Airan, é referente a um ação da Defensoria Pública do Estado e do Ministério Público do Estado (MP-AL).	Justiça determina o bloqueio de recursos da BRASKEM para pagamento de indenizações Ação da Defensoria Pública do Estado e do Ministério Público do Estado (MP-AL).	**TJ/AL e MP-AL** - determinou o bloqueio cautelar de R$ 3.680.460.000,00 da Braskem
		O valor bloqueado deve ser transferido para uma conta judicial. Na decisão, o presidente do TJ-AL ainda nomeia uma empresa de engenharia para que sejam feitas as avaliações que vão servir como base para o pedido de indenizações. *"Nomeio a empresa C. AMARAL ENGENHARIA E AVALIAÇÕES E PERÍCIAS para que proceda a avaliação dos preços dos imóveis da região de risco apontada no mapa da CPRM, devendo apresentar, em 48 (quarenta e oito) horas, o valor dos honorários periciais. Na avaliação deverá considerar os valores anteriores ao evento ambiental que os desvalorizou, indicando cada um dos*	Nomeação de empresa de engenharia que fará as avaliações dos imóveis	

		proprietários ou possuidores e a que título (escritura pública, contrato de compra e venda ou mera posse) e o respectivo tempo no imóvel", diz trecho da decisão do desembargador.		
Matéria publicada no site do Poder Judiciário de Alagoas com o título "Reunião no TJAL discute avaliação de imóveis no Mutange, Bebedouro e Pinheiro"	01/07/2019	O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), Tutmés Airan, esteve reunido, nesta segunda (1º), com moradores do Mutange, Pinheiro e Bebedouro para discutir o processo de avaliação dos imóveis que estão em áreas consideradas de risco. A expectativa, segundo o desembargador, é que as primeiras avaliações sejam concluídas no prazo de 15 dias e os moradores comecem a ser indenizados.	Avaliação dos imóveis	**TJ/AL, moradoras/res dos bairros afetados** - reúnem-se para discutir o processo de avaliação dos imóveis que estão em áreas consideradas de risco
		"Nesses 15 dias já deve sair alguma coisa, pelo menos o primeiro lote. A ideia é que, saindo essas avaliações, a gente chame os proprietários, negocie com eles o valor dos imóveis, libere os alvarás e resolva a vida dessas pessoas", disse Tutmés Airan.		
		A avaliação dos imóveis foi determinada pelo presidente do TJAL no último dia 25, junto com o bloqueio de R$ 3.680.460.000,00 das contas da Braskem, empresa apontada como responsável pelos problemas nos bairros. Segundo a decisão liminar, a avaliação das casas deverá levar em conta os valores anteriores ao evento ambiental que as desvalorizou, indicando cada um dos proprietários ou possuidores, a qualidade do título que possuem (escritura pública, contrato de compra e venda ou mera posse) e o respectivo tempo no imóvel.	Bloqueio de dinheiro da BRASKEM Avaliação dos imóveis	**TJ/AL** - determina o bloqueio de dinheiro da BRASKEM
		Para o coordenador do movimento "SOS Pinheiro", Geraldo Vasconcelos, a ação atende aos anseios dos moradores dos bairros. *"A gente estava precisando de uma medida como essa. Não se faz justiça se não se corresponder aos anseios da população".*	Bloqueio de verba atende aos anseios da população	
Matéria publicada no site TNH1, com o título "Pinheiro: Braskem contesta	03/07/2019	A Braskem se pronunciou nesta quarta-feira, 03 de julho, questionando o relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) divulgado em 21 de maio. A petroquímica aponta, em texto	Braskem contesta resultado	**Braskem** - contesta resultado

relatório da CPRM apontando inconsistências e conclusões precipitadas”		encaminhado à imprensa, o que seriam "inconsistências e conclusões precipitadas". O relatório da CPRM apontou que a instabilidade no solo dos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió, teriam relação direta com a extração de sal-gema pela Braskem.		
		Nota da Braskem na íntegra: O presidente da Braskem, Fernando Musa, disse que “*as conclusões da CPRM (em relação às causas das rachaduras no Pinheiro, Mutange e Bebedouro) foram apressadas”* e que a petroquímica alagoana já contestou na Justiça o relatório preliminar da autarquia. Após as primeiras análises mais aprofundadas dos anexos do relatório síntese do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), divulgados no dia 21 de maio, sobre a situação dos bairros, a Braskem identificou diversas inconsistências. A empresa afirma que não há ainda informações técnicas suficientes para chegar a uma conclusão, faltando inclusive finalizar os sonares do conjunto de 35 poços de extração de sal-gema. A petroquímica ressalta que, ao antecipar a divulgação do relatório, a CPRM concluiu estudos só levando em conta dados de 8 sonares finalizados à época. *“Com apenas 8 minas analisadas, não é possível afirmar que a causa dos eventos seja a extração de sal”,* diz Fernando Musa. Atualmente, dos 35 poços, 13 foram analisados por meio de sonares e os resultados obtidos até o momento demonstram que estes estão em condições de estabilidade. O término dos estudos de todos os poços tem previsão para o final do ano. A petroquímica afirma que há divergências de interpretação entre a Braskem e a CPRM em relação aos resultados dos sonares, além de outros pontos que não foram considerados pelo órgão. A contestação por parte da Braskem foi apresentada à Justiça no dia 14 de junho. Na ação, a Braskem defende que a CPRM não cumpriu o prazo original previsto para concluir os estudos e diz que o órgão público antecipou suas conclusões por causa da pressão política.		

		Não há conjunto de minas desabadas e nem vazias A petroquímica apresentou inconsistências relevantes no relatório, as quais impossibilitam chegar a um laudo conclusivo sobre o que está acontecendo. Um dos questionamentos é sobre a afirmação da CPRM de que quatro minas teriam desabado. Sonares concluídos mais recentemente atestam que as minas estão em condições de estabilidade e não poderiam ter influência nos fenômenos geológicos. Em outro ponto, a CPRM acusa o aumento de tamanho de algumas minas. Porém, não considerou que as minas estavam em operação, e esse aumento está tecnicamente dentro do esperado. Além disso, ao contrário do que foi colocado no relatório, não foram identificados poços vazios. O corte utilizado pela CPRM no estudo foi à profundidade de 900 metros. Mas ali realmente não seria possível encontrar, uma vez que a cavidade em questão estava a uma profundidade maior.		
		Relatório não reconhece falha geológica no Pinheiro e tremores de terra Outro ponto de inconsistência que a Braskem está apontando é o fato dos estudos da CPRM não terem considerado a falha geológica existente no bairro do Pinheiro e os abalos sísmicos registrados. Essa falha, segundo geólogos especialistas, teria sido reativada por conta da sucessão de vários abalos sísmicos, principalmente os que ocorreram com maior frequência a partir de 2016. Essa falha percorre uma região que vai de Feira de Santana, na Bahia, até Alagoas, chegando ao Atlântico. “*Há muitos anos, temos registros de abalos sísmicos nessa região. O tremor registrado em março de 2018, no bairro do Pinheiro, foi filmado e nos assustou. É como se sacudisse a terra – e isso causa danos. Agora imagine 16 tremores, um atrás do outro? Há cerca*		

		de dois meses, ocorreram quatro tremores em Sergipe e casas racharam. Isso não é uma peculiaridade de Maceió", detalha Renato Senna, geólogo formado pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Senna trabalhou por 40 anos – de 1965 a 1995 - na Petrobras, onde pesquisou inúmeros fenômenos na região Nordeste. A Braskem está concluindo os estudos geológicos na região com apoio de especialistas para aprofundar o entendimento no sentido de melhor identificar as causas dos fenômenos que têm impactado a região. *"Essa etapa é importante pois, só a partir de um diagnóstico preciso, será possível entender as soluções definitivas que devem ser aplicadas"*, finaliza Fernando Musa.		
Matéria publicada no site da Poder Judiciário de Alagoas com o título "Reunião no TJ discute formas de indenização aos moradores do Mutange, Pinheiro e Bebedouro"	08/07/2019	O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), Tutmés Airan, se reuniu com moradores do Mutange, Pinheiro e Bebedouro, nesta segunda (8), para discutir formas de indenização à população que vive nos bairros afetados pela Braskem. As propostas levantadas foram pagamento em dinheiro, imóvel do "Minha Casa, Minha Vida" ou carta de crédito imobiliário.	Formas de indenização	**TJ/AL e moradoras/res** - reúnem-se para discutir formas de indenização (pagamento em dinheiro, imóvel do "Minha Casa, Minha Vida" ou carta de crédito imobiliário)
		Os representantes dos bairros não chegaram a um consenso quanto a melhor forma de indenização e ficaram de levar as propostas aos demais moradores. *"Acredito que a minha comunidade não vai aceitar a opção do imóvel no lugar do dinheiro. Os conjuntos habitacionais que a Prefeitura está construindo ficam distantes. Não é viável para a maioria dos moradores"*, disse Gabriel Tenório, que vive no Pinheiro.	Não houve consenso quanto a forma de indenização	
		Para o presidente do TJAL, os moradores devem refletir e agir com responsabilidade. *"Na minha avaliação a melhor opção é o imóvel ou a carta de crédito. Meu medo é eles receberem o dinheiro e gastarem com outra coisa. E depois vão morar onde?"*, disse	Medo do judiciário das/os moradoras/res receberem o dinheiro	

		Tutmés Airan, que ainda nesta segunda deve se reunir com a Prefeitura de Maceió para discutir o plano de evacuação dos moradores das áreas de risco.	e gastar com outras coisas	
Matéria publicada no portal de informação Correio do Povo, com o título "Com apoio de JHC e a intervenção da DPU, moradores do Pinheiro conseguem liminar contra a Caixa Econômica Federal".	12/07/2019	Os moradores do Bairro do Pinheiro, com o apoio do Deputado Federal JHC, conseguiram mais uma vitória na Justiça, através de uma TUTELA DE URGÊNCIA em Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública da União, Defensor Diego Bruno Martins Alves, ocupante do 4º Ofício Geral da DPU em Maceió/AL, contra a Caixa Econômica Federal – CEF. De acordo com o Deputado JHC, a ação foi proposta diante do fato de que existem alguns imóveis no Pinheiro que são financiados pela caixa, dentro desse financiamento existia o seguro do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHAB, que *"assegura a cobertura de danos físicos nos imóveis como nos casos que ocorrem do Pinheiro", porém a caixa está retardando a apreciação das comunicações de sinistro formuladas pelo mutuários há mais de 04 meses, impondo, ainda, a cobrança das parcelas mensais e negativando o nome de moradores inadimplentes, inobstante a ordem de desocupação compulsória emitida pela Defesa Civil. Ou seja, muitos moradores passaram a alugar imóveis em outros locais e a CEF ainda estava exigindo o pagamento das parcelas, sem dar andamento do processo de sinistro".* *"Com essa decisão liminar agora a caixa vai ter que suspender as cobranças, até decisão do mérito, essa demanda foi passada para mim pelos moradores afetados no Pinheiro e aí procuramos a DPU e atuamos em conjunto",* vibrou JHC. Diante da situação de conhecimento público ocorrida nos Bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, com base na situação de emergência decretada, através do Decreto Municipal nº 8.658/2018, posteriormente convertida em estado de calamidade pública pelo	Suspensão de tributos- FGHab Caixa Econômica	**Moradoras/res com apoio de Deputado Federal e a Defensoria Pública da União** - conseguiram a suspensão de tributos da Caixa Econômica

		Decreto 8.699/2019, a justiça concedeu liminar aos moradores do Pinheiro no sentido de que: 23. Por todo o exposto, defiro parcialmente a tutela de urgência postulada, para determinar à Caixa Econômica Federal - CEF, sob pena de incorrer em crime de desobediência e de fixação de multa diária: a) suspenda, imediatamente, a cobrança das prestações mensais, com suspensão de juros de mora e encargos legais e contratuais dos mutuários com financiamento garantido FGHab, a partir da decretação de situação de emergência (Decreto Municipal nº 8.658, de 04/12/2018); b) suspenda, imediatamente, as medidas extrajudiciais e judiciais previstas nos contratos para cobrança dos créditos em relação aos mutuários dos imóveis financiados e relacionados nestes autos, localizados no bairro do Pinheiros, que possuem cobertura securitária pelo FGHab, a partir da decretação de situação de emergência (Decreto Municipal nº 8.658, de 04/12/2018); c) suspenda, imediatamente os processos de consolidação da propriedade dos imóveis relacionados nestes autos, em virtude de débitos posteriores à decretação de situação de emergência (Decreto Municipal nº 8.658, de 04/12/2018), abstendo-se de designar os correspondentes leilões extrajudiciais ou suspendendo, imediatamente, eventuais designações já realizadas; d) abstenha-se de incluir o nome dos mutuários nos cadastros restritivos de crédito, por eventual débito a partir da decretação de situação de emergência (Decreto Municipal nº 8.658, de 04/12/2018), devendo proceder à imediata exclusão dos nomes dos mutuários já enviados para os referidos cadastros. 24. Intime-se a Caixa para cumprimento imediato desta decisão, concernente aos imóveis 122 (cento e vinte e dois) imóveis descritos no IDs 4058000.4825738 e 4058000.4825740, citando-a,		

		no mesmo ato para, querendo, apresentar contestação, no prazo legal. 25. Providências necessárias.		
Informe publicado no site da Braskem, com o título “Nota à Imprensa aborda decisão da 3ª Câmara Cível do TJ/AL”.	25/07/2019	A Braskem acompanhou, na manhã desta quinta-feira (25/07), o julgamento na 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), que manteve bloqueio de R$ 100 milhões de suas contas. A empresa aguardará a publicação da decisão judicial e avaliará as medidas cabíveis. A empresa entende e respeita o sentimento dos moradores e já atua na região com ações emergenciais, a fim de evitar o agravamento da situação, assim como foi proposto no Acordo de Cooperação Técnica assinado em conjunto com autoridades públicas, em abril deste ano. A implementação das iniciativas sugeridas no termo de cooperação em nada foi afetada pela atuação da empresa no âmbito jurídico. A petroquímica continua com os serviços e já avança para conclusão do conjunto de medidas pactuadas. Importante reiterar que a Braskem é uma empresa financeiramente sólida e cumpridora de suas obrigações, não havendo motivos para o bloqueio de recursos. A Braskem reafirma seu compromisso com a sociedade alagoana e com uma atuação empresarial responsável, e segue contribuindo para o entendimento completo dos problemas geológicos nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, que possibilitará a implementação de soluções para a comunidade.	Braskem diz que não há motivos para o bloqueio de dinheiro	
Matéria publicada no site do Poder Judiciário de	30/07/2019	Tutmés Airan destacou a importância de ouvir as dificuldades enfrentadas pelos moradores e de acabar com boatos. O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), desembargador Tutmés	Diálogo entre moradores e o judiciário	**Judiciário e Moradoras/res**

Alagoas com o título “Presidente do TJAL esclarece dúvidas de moradores do Pinheiro, Mutange e Bebedouro”		Airan de Albuquerque, esclareceu dúvidas de representantes de moradores do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, durante reunião realizada nesta terça-feira (30). Para o presidente Tutmés Airan, é importante ouvir as dificuldades enfrentadas pelos moradores e acabar com desinformações. *“É preciso evitar o boato e a fofoca, tendo dúvidas os representantes podem vir aqui e a gente esclarece, não tem dificuldade nisso”*, destacou o presidente.	Esclarecer dúvidas e compartilhar informações para evitar boatos	- reúnem-se para esclarecer dúvidas
		O representante do SOS Pinheiro, Geraldo Vasconcelos, avaliou o encontro como positivo para acalmar a população e destacou a necessidade de divulgar o cronograma de avaliação dos imóveis do Pinheiro nos meios de comunicação. *“É importante que seja dado publicidade ao cronograma com uns três dias de antecedência para que as pessoas estejam em casa porque, diferentemente do Mutange, o Pinheiro já tem muitas casas desocupadas e as pessoas precisam estar em casa para receber o avaliador. É preciso que faça uma campanha avisando que as pessoas precisam estar presentes ou que deixem um representante”*, destacou.	Cronograma e avaliação dos imóveis	**SOS Pinheiro** - propõe um cronograma e avaliação dos imóveis